

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ROSICLER LEMOS DA SILVA

**FRANCA NÃO É DO IMPERADOR, É DO POVO PRETO!
Memórias, Identidades e Resistências**

**FRANCA
2023**

ROSICLER LEMOS DA SILVA

FRANCA NÃO É DO IMPERADOR, É DO POVO PRETO!
Memórias, Identidades e Resistências

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), como requisito para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca.

Coorientadora: Profa. Dra. Tais Pereira de Freitas.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

FRANCA
2023

S586f Silva, Rosicler Lemos da
Franca não é do imperador, é do povo preto! : memórias,
identidades e resistências / Rosicler Lemos da Silva. -- Franca,
2023
237 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Dagoberto José Fonseca
Coorientadora: Tais Pereira de Freitas

1. Identidades étnico-raciais. 2. Memórias. 3. Resistências. 4.
População negra. 5. Franca (SP). I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ROSICLER LEMOS DA SILVA

**FRANCA NÃO É DO IMPERADOR, É DO POVO PRETO!
Memórias, Identidades e Resistências**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, câmpus de Franca, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

1º Examinador(a): _____
Profa. Dra. Edvânia Angela de Souza

2º Examinador(a): _____
Prof. Dr. Agnaldo de Souza Barbosa

3º Examinador(a): _____
Profa. Dra. Valquíria Pereira Tenório

4º Examinador(a): _____
Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza

Franca, 01 de agosto de 2023.

Dedico à minha avó, Elza Rosa Lemos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria José e ao meu pai, Joaquim, que me deram vida, cuidado, afeto, colo, puxões de orelha dolorosos, que sempre me incentivaram e me auxiliaram. Aos meus irmãos, Rogério, Rodrigo, Ronaldo e minha irmã Rosimeire, que sonham e lutam junto comigo. Às minhas e meus ancestrais e antepassadas(os), em especial à minha avó, Elza.

Ao Marquinho e à Pietra, agradeço pelo amor, companheirismo e principalmente pela paciência, pois escrever uma tese e trabalhar 08 horas na coordenação do CRAS, pode ter me deixado um pouquinho *estressada* e chata. Peço desculpas pelas ausências, mas prometo recompensar cada segundo. Acredito que vocês dois e o Mujica, foram os que mais queriam que eu terminasse a tese.

À minha sogra, sogro, cunhadas, cunhados, sobrinhas e sobrinhos e todas(os) familiares, além das amigas e amigos, que rezaram, torceram, incentivaram e sempre acreditaram que seria possível.

À minha família acadêmica, pelas trocas preciosas e por me acompanhar durante as orientações de sextas-feiras, que adentraram as madrugadas.

À população atendida, às(aos) estagiárias(os) supervisionadas(os) em Serviço Social e às(aos) profissionais que trabalharam comigo no CRAS Leste e trabalham no CRAS Centro, em especial minhas amigas amadas, Fernanda, Jane e Laura, que me dão colo e muito afeto. Agradeço à gestão da SEDAS, em especial à Ana Paula Marafiga, amiga querida, que me apoiou na realização do doutorado.

Às e aos participantes da pesquisa de campo que prontamente se dispuseram a participar da pesquisa, contribuindo e consistindo nas principais referências do estudo.

Ao COMDECON, NUPE e GT Luana Barbosa, por me fortalecer diariamente na luta antirracista.

Ao professor Agnaldo de Souza Barbosa, que durante a banca de qualificação do mestrado avaliou e indicou o doutorado direto. E à professora Valquíria Pereira Tenório, que também avaliou e apoiou a indicação. Ambos, fazem parte dos frutos deste trabalho.

À minha inspiração, Tais Pereira de Freitas, mulher preta, linda, inteligente, potente, com uma energia que envolve a todas(os). Além da coorientação, me deu

afeto, colo e me mostrou que é possível, que nós mulheres pretas podemos fazer o que quisermos, que o mundo é pequeno para nós.

Por fim, ao meu amado e querido mestre, pai acadêmico, Dagoberto José Fonseca, que me acolheu, orientou, indignou, instigou e lutou comigo para que o doutorado direto se concretizasse. Sempre digo que ele acreditou e sonhou mais do que eu. Como disse meu irmão acadêmico, André: Dagoberto é verbo e a nossa missão é Dagobertizar os caminhos por onde passarmos.

SILVA, Rosicler Lemos da. **Franca não é do Imperador, É do povo preto!** Memórias, identidades e resistências. 2023. 237f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em interpretar os processos de construção das identidades étnico-raciais da população negra da cidade de Franca (SP), através da escuta e do registro de suas memórias. A pesquisa foi qualitativa e se utilizou da metodologia de História Oral. Além da revisão bibliográfica e documental realizou-se a pesquisa de campo, sendo utilizadas as técnicas de entrevista de depoimentos de vida e de grupo focal. Para a identificação das(os) participantes, foram feitos contatos com lideranças dos movimentos e coletivos negros, em especial do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON). Optou-se pela Análise de Discurso enquanto metodologia que propiciou a interpretação das narrativas que foram divididas em categorias. Os principais resultados deste estudo consistiram no registro das memórias das negras e negros quanto às suas vivências, existências e resistências na cidade de Franca (SP), sendo possível interpretá-las diante da história oficial da cidade; aproximar e compreender quais influências a população negra francana sofreu e/ou sofre nos processos de construção de suas identidades étnico-raciais; aprofundar o estudo sobre as relações étnico-raciais brasileiras, da região do nordeste paulista e em especial de Franca (SP). Concluiu-se que em Franca (SP), a maioria das histórias oficiais e dos marcadores históricos e arquitetônicos invisibilizam e ensurdecem a população negra, por representarem, referenciarem e retratarem somente a branquitude, possuindo grande influência do período colonial europeu e do catolicismo romano. E por mais que as negras e os negros apareçam na história oficial de Franca (SP) como escravizadas(os), mercadoria e “braço escravo”, nas memórias das(os) participantes da pesquisa de campo, são evidenciadas(os) e referenciadas(os), explicitando toda a sua potência, protagonismo, resistência, afeto, força, sabedoria, alegria, cultura e espiritualidade, enquanto aquelas e aqueles que construíram e influenciaram na formação de Franca (SP) em todos os seus aspectos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Por isso, a Franca não é do Imperador, mas sim do povo preto!

Palavras-chave: Identidades étnico-raciais. Memórias. Resistências. População Negra. Franca (SP).

SILVA, Rosicler Lemos da. **Franca does not belong to the Emperor, It's from the black people!** Memories, identities and resistances. 2023. 237f. Thesis (Doctorate in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho” Franca, 2023.

ABSTRACT

The objective of this work was to interpret the processes of construction of ethnic-racial identities of the black population of the city of Franca (SP), through listening and recording their memories. The research was qualitative and used the Oral History methodology. In addition to the bibliographic and documentary review, field research was carried out, using life testimonial and focus group interview techniques. To identify the participants, contacts were made with leaders of black movements and collectives, especially the Municipal Council for Participation and Development of the Black Community of Franca (COMDECON). Discourse Analysis was chosen as a methodology that enabled the interpretation of narratives that were divided into categories. The main results of this study consisted of recording the memories of black women and men regarding their experiences, existences and resistance in the city of Franca (SP), making it possible to interpret them in light of the official history of the city; approach and understand what influences the black Franconian population suffered and/or suffers in the processes of building their ethnic-racial identities; deepen the study of Brazilian ethnic-racial relations, in the northeast region of São Paulo and especially in Franca (SP). It was concluded that in Franca (SP), most official histories and historical and architectural markers make the black population invisible and deafen, as they represent, reference and portray only whiteness, having a great influence from the European colonial period and Roman Catholicism. And even though black women and black men appear in the official history of Franca (SP) as enslaved people, merchandise and “slave arm”, in the memories of field research participants, they are highlighted and referenced (them), explaining all their power, protagonism, resistance, affection, strength, wisdom, joy, culture and spirituality, while those who built and influenced the formation of Franca (SP) in all its aspects, social, economic, cultural and political. Therefore, Franca does not belong to the Emperor, but to the black people!

Keywords: Ethnic-racial identities. Memoirs. Resistances. Black Population. Franca (SP).

SILVA, Rosicler Lemos da. **¡Franca no pertenece al Emperador, ¡Es de los negros!** Memorias, identidades y resistencias. 2023. 237f. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMÉN

El objetivo de este trabajo fue interpretar los procesos de construcción de identidades étnico-raciales de la población negra de la ciudad de Franca (SP), a través de la escucha y el registro de sus memorias. La investigación fue cualitativa y utilizó la metodología de Historia Oral. Además de la revisión bibliográfica y documental, se realizó una investigación de campo, utilizando técnicas de testimonios de vida y entrevistas de grupos focales. Para identificar a los participantes se realizaron contactos con líderes de movimientos y colectivos negros, especialmente el Consejo Municipal de Participación y Desarrollo de la Comunidad Negra de Franca (COMDECON). Se eligió el Análisis del Discurso como metodología que permitió la interpretación de narrativas divididas en categorías. Los principales resultados de este estudio consistieron en registrar las memorias de mujeres y hombres negros sobre sus vivencias, existencias y resistencias en la ciudad de Franca (SP), posibilitando interpretarlas a la luz de la historia oficial de la ciudad; acercarse y comprender qué influencias sufrió y/o sufre la población negra “francana” en los procesos de construcción de sus identidades étnico-raciales; profundizar el estudio de las relaciones étnico-raciales brasileñas, en la región noreste de São Paulo y especialmente en Franca (SP). Se concluyó que en Franca (SP), la mayoría de las historias oficiales y marcadores históricos y arquitectónicos invisibilizan y ensordecen a la población negra, ya que representan, referencian y retratan sólo la blancura, teniendo gran influencia del período colonial europeo y del catolicismo romano. Y si bien las mujeres y los hombres negros aparecen en la historia oficial de Franca (SP) como esclavos, mercancías y “brazo de esclavo”, en la memoria de los participantes de la investigación de campo, son resaltados y referenciados, explicando todo su poder, protagonismo, resistencia, cariño, fuerza, sabiduría, alegría, cultura y espiritualidad, mientras que quienes construyeron e influyeron en la formación de Franca (SP) en todos sus aspectos, social, económico, cultural y político. ¡Por tanto, Franca no pertenece al Emperador, sino al pueblo negro!

Palabras clave: Identidades étnico-raciales. Memorias. Resistencias. Población negra. Franca (SP).

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COMDECON	Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MONUF	Movimento Negro Unificado de Franca
NUPE	Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Datas, horários e locais de realização das entrevistas de depoimentos de histórias de vida.....	49
Quadro 2	Data, horário e local de realização do grupo focal.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Origem e naturalidade das e dos participantes da pesquisa de campo.....	62
Gráfico 2 Tempo de moradia em Franca (SP) das e dos participantes da pesquisa de campo.....	63
Gráfico 3 Idades das e dos participantes da pesquisa de campo	64
Gráfico 4 Estado civil das e dos participantes da pesquisa de campo	65
Gráfico 5 Quantidade de filhas(os) das e dos participantes da pesquisa de campo .	66
Gráfico 6 Orientação sexual das e dos participantes da pesquisa de campo	67
Gráfico 7 Escolaridade das e dos participantes da pesquisa de campo	68
Gráfico 8 Funções exercidas ou em exercício pelas(os) participantes da pesquisa de campo.....	70
Gráfico 9 Renda individual das e dos participantes da pesquisa de campo.....	70
Gráfico 10 Religião das e dos participantes da pesquisa de campo	71
Gráfico 11 Atuação das e dos participantes da pesquisa de campo em movimentos e coletivo negros	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Construção da Paróquia Nossa Senhora Aparecida em Franca (SP).....	126
Figura 2	Igreja Matriz [Nossa Senhora da Conceição]: Franca (SP).....	127
Figura 3	Brasão da cidade de Franca (SP)	128
Figura 4	Relógio Solar em Franca (SP)	128
Figura 5	Monumento Padre José de Anchieta e o Índio em Franca (SP)	129
Figura 6	Parque Zumbi dos Palmares em Franca (SP).....	130
Figura 7	Casa da Cultura e do Artista Francano “Abdias Nascimento” em Franca (SP)	131
Figura 8	Foto do pôr do sol em Franca (SP)	208

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	16
1 ABRAM-SE OS CAMINHOS: INTRODUÇÃO	23
2 CAMINHOS TRAÇADOS E PERCORRIDOS: O MÉTODO E A METODOLOGIA	38
2.1 O método materialista histórico-dialético e a história oral como bases teórico-metodológicas.....	38
2.2 A história oral nas pesquisas qualitativas	41
2.3 Tipo de pesquisa, técnicas e instrumentos utilizados.....	44
2.4 O brilhar dos olhos: a pesquisa de campo	45
2.4.1 Entrevistas de depoimentos de histórias de vida	47
2.4.2 Grupo focal.....	51
2.5 Tratamento, análise e interpretação das narrativas.....	55
3 AS NEGRAS E OS NEGROS PARTICIPANTES DA PESQUISA DE CAMPO	59
3.1 Identificação das e dos participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vida	60
3.2 Identificação das e dos participantes do grupo focal.....	61
3.3 Origem, naturalidade e tempo de moradia em Franca (SP) das e dos participantes da pesquisa	62
3.4 Idade e estado civil das e dos participantes das pesquisas	65
3.5 Sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero das e dos participantes da pesquisa	68
3.6 Escolaridade, ocupação profissional e renda das e dos participantes da pesquisa.....	68
3.7 Religião e atuação em coletivos e movimentos sociais das e dos participantes da pesquisa	72
4 SEXTA REGIÃO DA ÁFRICA: FRANCA (SP) E SUAS FAMÍLIAS NEGRAS	74
4.1 Da mãe África ao solo brasileiro.....	77
4.2 O processo histórico de formação da cidade de Franca (SP) e a invisibilização e o ensurdecimento da população negra - 1722 a 1950	90
4.2.1 A cor e o sabor do café francano	97
4.2.2 A indústria calçadista de Franca (SP) e as(os) sapateiras(os) negras(os).....	100
4.2.3 Resquícios da falsa abolição da escravidão em Franca (SP).....	104

4.3 A população negra, a branca e o branqueamento em Franca (SP).....	112
4.3.1 A Franca do Imperador legitimada por marcadores arquitetônicos e históricos	126
5 INTERPRETANDO MEMÓRIAS, IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS NEGRAS EM TERRAS FRANCANAS.....	136
5.1 Ser negra e negro em Franca (SP): visibilidade e invisibilidade.....	136
5.1.1 Memórias e as relações étnico-raciais	137
5.1.2 Memórias e as relações de gênero	152
5.1.3 Memórias e classe social	158
6 A FRANCA QUE SE DIZ DO IMPERADOR, MAS É DO POVO PRETO.....	167
6.1 O que é e como se estruturam os racismos em Franca (SP)	167
6.2 A Assistência Social, racismos e as identidades negras em Franca	178
6.3 Os movimentos e coletivos, a literatura, as festividades, a cultura, as resistências no centro e na periferia: a juventude negra francana de ontem e de hoje.....	185
6.4 Educação, reforço identitário e projeto de futuro: protagonismo negro francano	196
7 CONCLUSÕES	210
REFERÊNCIAS.....	216
APÊNDICE A	226
APÊNDICE B	231
APÊNDICE C	232
ANEXO A.....	233
ANEXO B.....	235

PREFÁCIO

Enquanto mulher negra da Franca que não é do Imperador, minha vida é repleta de memórias, identidades e resistências. Sou natural de Franca (SP), filha de um pedreiro e de uma mulher que após se casar, tem dedicado sua vida as(aos) filhas(os) e ao lar. Fui muito desejada, pois, até então haviam nascido dois meninos e meus pais sonhavam em ter uma menina.

No mesmo dia em que nascia, meu tio materno, Estevão, falecia e isso marcou meus aniversários. Em todos eles minha avó materna, Elza, perguntava quantos anos eu estava fazendo e depois dizia: “faz tantos anos que o Estevão faleceu!”. Até hoje, mesmo ela não estando fisicamente entre nós, no dia do meu aniversário escuto a sua voz fazendo a mesma pergunta. Revivo essa memória todos os anos e a repito para minha família tentando imitar a voz da minha vó.

Minha mãe conta que quando nasci, chorei muito e parava somente quando a enfermeira me colocava próximo a ela. Ainda sou assim, chorona e muito apegada a minha família. Algumas características me acompanham desde a infância. Recordo que quando criança liderava as brincadeiras e os grupos, tanto na escola, como em outros espaços em que participávamos. Gostava de me comunicar, me posicionava diante das injustiças e como uma boa virginiana, sempre fui organizada, perfeccionista, determinada e persistente.

Meus pais tiveram cinco filhas(os) e trabalharam muito, ainda trabalham, para não faltar o essencial. Prezaram pelos nossos estudos e transmitiram valores como honestidade, justiça, lealdade e simplicidade. Eu, meus irmãos e irmã crescemos unidas(os), nos alegrando com as vitórias e chorando com as derrotas umas(uns) das(os) outras(os).

Assim como muitas(os) adolescentes francanas(os), comecei a trabalhar com treze anos de idade em uma banca de pesponto de calçados, estudava de manhã, trabalhava a tarde e ainda ajudava minha mãe nos afazeres da casa. Com o pequeno salário, contribuía com o orçamento familiar e pagava um curso de informática. Sempre gostei de estudar, odiava chegar atrasada na escola e chorava para não faltar. Permaneço assim até os dias atuais. Ostento ótimos boletins, perpassando o ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação. Hoje penso que a exigência excessiva em tudo que faço, também se deve ao fato de ser mulher, negra e pobre. A desigualdade social e os racismos brasileiros colocam

inúmeros obstáculos para a maioria das pessoas negras. Ao longo de suas vidas, muitas permanecerão excluídas da sociedade, sem acessar as políticas públicas e as riquezas construídas coletivamente.

Aos dezessete anos de idade, comecei a trabalhar formalmente como auxiliar de produção no Samello, uma renomada fábrica de calçados em Franca (SP). Como trabalhava o dia todo, conclui o ensino médio à noite. No terceiro ano do ensino médio, recebi uma revista sobre o vestibular da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e comecei a sonhar com a faculdade. Pensava em fazer fisioterapia na Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto (SP) ou Serviço Social na UNESP, em Franca (SP), porém nesse ano minha mãe teve um princípio de acidente vascular cerebral, o que me fez decidir permanecer na cidade. Prestei o vestibular, mas fiquei na lista de segunda-chamada e não acompanhei a mesma por desconhecer que tinha chances de ser convocada.

Ainda trabalhando no Samello, paguei um curso pré-vestibular em que o proprietário e professoras(es) eram alunas(os) da graduação da UNESP, o que me aproximou da mesma e me fez sonhar cada vez mais com ela. Nesse período, encontrava no ônibus a Érika, que hoje é minha cunhada. Ela fazia o curso de Serviço Social na UNESP e foi uma das minhas maiores incentivadoras. Em 2001, prestei novamente o vestibular, desta vez passei na primeira chamada e como havia me inscrito para o período diurno, tive que parar de trabalhar.

Devido às condições financeiras da minha família, de imediato comecei a procurar outro emprego que não coincidissem com os horários das aulas e logo fui contratada para trabalhar no setor de cobrança de uma escola de informática, na qual trabalhei até o terceiro ano da faculdade. Como trabalhava de segunda a sexta-feira, nos períodos vespertino, noturno e em alguns sábados, passava as madrugadas e finais de semana me dedicando aos estudos, o que me impediu de participar de grupos de estudo, extensão universitária e de alguns eventos acadêmicos.

No terceiro ano da graduação, como o estágio era obrigatório, negocie redução da carga horária no trabalho e realizei o estágio no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). No quarto ano, decidi pedir demissão e me dedicar integralmente aos estudos. Consegui uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o que me mantinha financeiramente, além do seguro-desemprego. Nesse ano, descobri os privilégios e os direitos daquelas e

daqueles que somente tinham que estudar e não precisavam trabalhar. Foi o ano em que consegui ler com antecedência todos os textos, participar dos eventos e até mesmo das festas universitárias. Descobri que havia a várzea, a escada em que as(os) estudantes passavam horas conversando e paquerando. Mas, o privilégio durou pouco. Antes mesmo da formatura, em dezembro de 2005, devido ao término da bolsa de estudos e do seguro-desemprego, retomei meu emprego na escola de informática.

A formatura foi um dos momentos marcantes para mim e para toda minha família. Meus pais, irmãos, irmã e amigas(os) ficaram orgulhosas(os), fui a primeira da família paterna e materna a concluir a graduação em uma universidade pública.

Após as festas, começou outra batalha, conseguir um emprego na área. Sonhava ser aprovada em concurso público, assim, comecei a prestá-los. Depois de quatro meses de formada, minha cunhada Érika, me indicou para a vaga de assistente social em um hospital particular na cidade de Guarulhos (SP). Com poucos meses de trabalho no hospital, fui convocada no concurso da Prefeitura de Sorocaba (SP) e em 04/09/2006, um dia antes de completar 24 anos de idade, meu sonho se realizou, tornei-me servidora pública concursada com um salário que nunca pensei receber.

Em Sorocaba (SP), atuei por seis anos na Política de Assistência Social e auxiliei na implantação dos CRAS no município. Por longo período, acumulei a função de coordenadora e assistente social do CRAS. A passagem pela cidade me proporcionou amadurecimento pessoal e profissional, além das amizades que permanecem presentes em minha vida.

No ano de 2006, também comecei a namorar o Marquinho, hoje meu esposo. Um namoro à distância, pois ele residia em Franca (SP). O amor e a saudade nos uniram em matrimônio após um ano e oito meses. Como ele trabalhava em indústria de calçados e eu tinha a estabilidade do concurso público, decidimos que ele se mudaria para Sorocaba (SP) após o casamento. O que para a vida profissional dele foi muito bom, pois lá ele fez o curso de Técnico em Segurança do Trabalho e conseguiu um emprego com ótimo salário.

Durante o período que morei em Sorocaba (SP), não abandonei os estudos, participei de diversas capacitações e cogitei o ingresso na pós-graduação em Serviço Social, o que não foi possível devido não ter o curso na cidade e não ser viável viajar para outros municípios, como Campinas (SP) e São Paulo (SP).

No ano de 2011, ingressei na pós-graduação em Gerentes de Cidade ofertada pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), câmpus de São Paulo, em parceria com a Prefeitura de Sorocaba que custeou metade das prestações, sendo que as aulas aconteciam aos sábados nesta cidade. Nesse mesmo ano engravidei. Foi uma gestação planejada, muito desejada e tranquila. No dia em que internei no hospital para dar à luz à minha filha, também entreguei meu trabalho de conclusão da pós-graduação. E no dia 02 de 02 de 2012, às 20h12, a Pietra chegou para mudar minha vida e me transformar em mãe.

A despeito da excelente vida em Sorocaba (SP), desejávamos voltar para Franca e ficar perto de nossas famílias. Em agosto de 2012, fui convocada pela Prefeitura de Guaíra (SP). Optamos em mudar para tal cidade pelo fato dela ficar apenas a 100 quilômetros de distância de Franca (SP). Lá também atuei como assistente social no CRAS, porém, antes de completar um ano, em julho de 2013, recebi a convocação da Prefeitura de Franca. Trabalhei durante sete anos e meio como assistente social no CRAS Leste e desde janeiro de 2021, estou na coordenação do CRAS Centro.

Apesar do tão esperado retorno a Franca (SP), o momento não foi fácil, pois poucos meses antes, meu irmão mais velho, Rogério, havia falecido com apenas 35 anos de idade, vítima do precário atendimento do SUS. Seu falecimento deixou marcas profundas e o luto perdurou por muito tempo, mas não me impediu de voltar a sonhar com a pós-graduação e com a carreira acadêmica.

No ano de 2014, cursei como aluna especial a disciplina “A Ética Profissional, Práxis e o Projeto Ético-Político Profissional” no Programa de Pós-Graduação da UNESP/Franca, aproximando-me novamente da universidade. No referido ano, iniciei a supervisão de campo de alunas(os) do curso de Serviço Social que me apresentaram as pautas dos movimentos estudantis, principalmente do coletivo negro.

A partir de então, várias inquietações começaram a me atormentar, principalmente quanto à minha identidade étnico-racial. Minha filha Pietra, também foi fundamental nesse processo. Ela nasceu com a pele clara, mas com características fenotípicas negras, como o cabelo crespo. Ela foi minha inspiração para deixar o meu cabelo natural e me conectar com minha negritude, isso no ano de 2015.

Em 2017, através de uma supervisão com o Instituto Paulo Freire realizada no CRAS Leste, aproximei-me de referenciais teóricos críticos e participei da criação do grupo de estudos e trabalho sobre as relações étnico-raciais, GT Luana Barbosa, que desde então permanece ativo. Nunca havia estudado a temática de forma crítica, nem mesmo no período da graduação.

No ano de 2018, cursei como aluna especial a disciplina do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, ministrada pelo Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, intitulada como “Identidade, Oralidade e Memória: um arcabouço teórico-metodológico em Ciências Humanas”. A disciplina me permitiu aproximar ainda mais de outros referenciais teóricos, definir o meu tema de pesquisa e compreender as minhas motivações pessoais, profissionais e acadêmicas.

Durante a referida disciplina, comecei a refletir sobre a dificuldade da população atendida no CRAS se identificar enquanto negra e sobre o fato de muitas(os) francanas(os) desconhecerem pessoas negras da cidade que possuem reconhecimento nacional e internacional. Também tive a necessidade de buscar as memórias da minha família que estavam se perdendo diante do falecimento das minhas avós e avôs.

A minha avó materna era descendente de baianas(os) e indígenas, tinha a pele retinta e era benzedeira, enquanto meu avô era branco e filho de portuguesas(es). Quanto a minha avó paterna, ela era branca, nasceu em Caetité (BA) e se mudou para Franca (SP) com sete anos de idade e meu avô paterno era negro, nasceu em São Tomás de Aquino (MG), morou nas fazendas da região de Franca (SP), antes de se mudar para a zona urbana da cidade. Minhas(meus) tias(os) paternas(os) e maternas(os) nasceram com a pele um pouco mais clara, algumas(alguns) com traços físicos negros e cabelos crespos, entretanto, até hoje não se reconhecem como negras(os) e se identificam como morenas(os).

Fui criada como morena, sabia que não era branca, mas não me reconhecia como preta. Na juventude, passei a me autodeclarar parda e somente a partir dos meus 30 anos de idade me descobri negra, apaixonando-me pela minha negritude. E hoje tenho orgulho de dizer que: SOU PRETA!

Em dezembro de 2019, em pleno churrasco de família, fiquei horas afirmando para um tio paterno que eu sou negra, mas ele insistia em dizer que eu sou morena. Minha mãe não gosta do meu cabelo natural, prefere ele alisado,

inclusive, quando parei de alisá-lo, alguns familiares diziam que meu cabelo era ruim e não ficaria bom. Tentaram de todas as formas me fazer desistir.

Hoje, a partir dos estudos sobre as relações étnico-raciais, interpreto a minha dificuldade e da minha família de nos identificarmos enquanto negras(os) devido ao processo de formação da população brasileira, que foi pautado em um longo período de escravização das africanas e africanos, além da política de embranquecimento imposta pelo Estado e dos racismos que ainda permeiam as relações sociais, culturais, políticas e econômicas do Brasil.

Para escrever este prefácio, revisei as minhas memórias, da minha mãe e do meu pai. Pegamos álbuns de fotografias e constatei o quanto a oralidade no Brasil é uma tradição, mas não valorizada como deveria e o quanto as histórias vão sendo esquecidas e se perdendo ao longo dos anos. Foi gratificante conversar com ela e ele sobre nossas(os) antepassadas(os) e nossa origem. Relembrar momentos alegres e tristes nos uniu ainda mais. Fiquei muito feliz em poder registrar essas memórias e cada vez mais estou certa da importância desta pesquisa.

Pela primeira vez, olhei para as fotos da família e me vi negra, enxerguei minha negritude que foi omitida até meus 30 anos de idade. Fui uma bebê, uma criança, uma adolescente e uma jovem embranquecida pela sociedade racista. Na minha certidão de nascimento e na de meus irmãos e irmã, consta a nossa cor como branca. Branca? Vendo as fotos, é nítido que somos pretas e pretos. E hoje, fico feliz por saber que sempre fui preta, mas ao mesmo tempo triste por não ter descoberto antes. Por isso, debato as relações étnico-raciais no CRAS e em outros espaços, como por exemplo, no Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE), no Grupo de Pesquisa sobre Família (GEPEFA), no GT Luana Barbosa, no Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON).

Em setembro de 2020, no meu exame geral de qualificação do projeto de dissertação para obtenção do título de mestra em Serviço Social, diante da amplitude e relevância da pesquisa, obtive a grata surpresa da indicação de doutorado direto pela comissão examinadora. Após longo processo, inclusive com parecer externo, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Unesp/Franca aprovou, em abril de 2021, o meu requerimento para o Doutorado Direto, iniciando uma nova fase na minha vida acadêmica e pessoal.

Os anos de 2021 e 2022 foram intensos. Cumpri os créditos das disciplinas, atividade complementares e estágio em docência, realizei o grupo focal e ministrei aula como professora bolsista. Ainda me dediquei à escrita e submissão de artigos científicos e capítulos de livros, conforme as exigências e recomendações do PPGSS. Atrelado a isso, trabalhei por cerca de 08 horas diárias na coordenação do CRAS Centro, além das funções inerentes à maternidade e das questões referentes ao período de pandemia da COVID-19, que intensificaram as atividades remotas.

Concluo o doutoramento em Serviço Social com a pretensão de continuar os estudos sobre as relações étnico-raciais e realizar mais um sonho, o de me tornar docente em uma universidade pública. Assim, encerro com um trecho do livro IN-DAGO de Dagoberto José Fonseca (2019), que traduz a minha trajetória aqui transcrita:

Eu sei o que é passar num pequeno orifício,
mas se você sonha,
mas se você deseja,
então; lute, labute,
abraça e beija
a sua vida
como quem achou a amante perdida,
e se for preciso,
morra por ela,
morra sim, com Zumbi na lapela,
pois meu irmão,
só se abraça a verdade
quem tem na vida
um Narciso,
quem tem no próximo
amor, fé e juízo
(Fonseca, 2019, p.28).

1 ABRAM-SE OS CAMINHOS: INTRODUÇÃO¹

Na fé de Zambi e de Oxalá
Pedimos licença pros trabalhos começar
Abram os caminhos
Abram os caminhos
Abram os caminhos
Abram-se os caminhos
(MC THA, 2019²).

A cidade de Franca (SP) está localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, com população estimada de 352.537 pessoas (IBGE, 2023). Reconhecida como a Capital Nacional do Calçado, do Basquete e do Café, até os dias atuais, por vezes, ainda é popularmente chamada por suas(seus) moradoras(es) como Franca do Imperador, devido ter recebido a denominação de Vila Franca do Imperador em 28 de novembro de 1824, em homenagem ao então governador da Capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, e também a D. Pedro I. Entretanto, em 30 de dezembro de 1889, durante uma sessão da Câmara Municipal, teve seu nome simplificado para Franca (FRANCA, 2023). Como parte do golpe de Estado que foi a República, não se fazia mais menção à antiga ordem monárquica. Assim, o “Imperador” caiu, ficando somente o nome do antigo governador da Província de São Paulo.

Ao observar as características da população de Franca (SP) no censo de 2010 realizado pelo IBGE (2010), especificamente quanto ao quesito cor/raça, constata-se que 1.840 pessoas se autodeclararam amarelas, 387 indígenas, 220.348 brancas, 75.979 pardas e 20.077 pretas. Somando a quantidade de pardas e pretas, obtém-se um total de 96.056 pessoas, correspondendo a aproximadamente 30% do total da população entrevistada. Comparando com os dados nacionais, em que 1,1% da população brasileira se declarou amarela ou indígena, 42,7% branca, 46,8% como parda e 9,4% como preta, nota-se uma divergência entre tais dados, haja vista que somando pretas e pardas, nacionalmente totaliza-se 56,2% e em Franca (SP), somente 30%. A referida divergência suscitou questionamentos acerca da formação identitária da população

¹ Alguns aspectos iniciais da pesquisa foram apresentados e publicados na íntegra nos anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos.html>. Acesso em: 08 jul. 2023.

² MC THA. Abram os Caminhos. In: MC THA. **Rito De Passá**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1DyBYJ0BNc&list=OLAK5uy_nnnzehCQJE4AmTvlwk5FYrzPA29CXBFbs&index=1. Acesso em: 18 maio 2023.

francana, que foram interpretados considerando o processo de formação socio-histórica do país e o fato de a cidade ter sido fundada ainda no período de escravização.

Outro aspecto relevante constatado através do trabalho profissional da autora deste estudo, que é assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Franca (SP), se refere à dificuldade da maioria das pessoas negras atendidas declararem a sua cor/raça, bem como, muitas vezes não se identificarem e não se sentirem pertencentes à raça negra, apresentando em alguns situações, sofrimento e revolta por essa não identidade, como o caso de uma criança de quatro anos de idade que chorou por não querer ter a pele escura como a do pai ou o adolescente que estava revoltado por não ter traços fenotípicos da mãe que é branca, com o cabelo liso e loiro, enquanto ele é negro, com o cabelo crespo.

Inclusive em uma das entrevistas de depoimento de histórias de vida feita com um casal, o homem se declarou pardo, sendo imediatamente reprimido por sua esposa que afirmou que o mesmo é preto, o que o fez justificar que era uma forma de falar.

Menciona-se ainda a existência de pessoas negras que residiram e/ou residem em Franca (SP) e são importantes referências nacionais e internacionais, contudo, não possuem o mesmo reconhecimento por parte das(os) moradoras(es) da cidade, como por exemplo, Abdias Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Maria de Lourdes Vale do Nascimento e até mesmo o poeta Carlos de Assumpção, que recentemente tem sido mais reconhecido devido à participação em alguns programas de televisão. O mesmo aconteceu com a Joana Félix, que só teve um certo reconhecimento após aparecer em uma grande emissora.

O francano, Abdias do Nascimento³, falecido em 2011, foi ator, diretor e dramaturgo. Militante ativo na luta contra o racismo, integrou a Frente Negra Brasileira, em São Paulo. Estudou no Teatro Del Pueblo, em Buenos Aires, e ao retornar ao Brasil, em 1941, foi preso por crime de resistência. Durante o período que ficou recluso na penitenciária do Carandiru, fundou o Teatro do Sentenciado em que as peças eram escritas e encenadas por um grupo de presos. Em 1944,

³ Biografia disponível em ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359885/abdias-do-nascimento>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

inaugurou o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, sendo a primeira companhia a valorizar e promover a inclusão dos artistas e atrizes negras no teatro brasileiro, além de promover cursos de interpretação teatral, aulas de alfabetização e oficinas de iniciação à cultura. Dirigiu o jornal Quilombo, realizou a Conferência Nacional do Negro, em 1949, e o 1º Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Em função da perseguição política, ficou exilado por treze anos nos Estados Unidos, período em que trabalhou como conferencista e professor universitário, escreveu vários livros, dedicando-se também à pintura e pesquisas relacionadas à religião afro-brasileira. Com o retorno ao Brasil, foi deputado federal e senador, sempre atuando na defesa da cultura negra. Publicou vinte e quatro obras, entre elas: Dramas para Negro e Prólogos para Brancos (1961), o Genocídio do Negro Brasileiro (1978), O Quilombismo (1980) e Quilombo (2003).

Carolina Maria de Jesus⁴ nasceu em Sacramento (MG), em 1914, morou em Franca (SP) durante sete anos onde trabalhou como empregada do lar. No ano de 1947, foi morar na favela do Canindé em São Paulo, juntamente com seus três filhos. Trabalhou como coletora de recicláveis e apesar de ter estudado pouco, começou a escrever o cotidiano vivenciado. Auxiliada pelo jornalista Audálio Dantas, publicou em 1960 o livro “Quarto de Despejo”, que teve uma venda recorde de trinta mil exemplares na primeira edição, chegando em um total de cem mil exemplares vendidos na segunda e terceira edição. O livro foi traduzido em treze idiomas e vendido em mais de quarenta países. Escreveu mais três livros, Casa de Alvenaria (1961), Pedacos de Fome (1963) e Provérbios (1963). Ainda foram feitas as seguintes publicações póstumas: Um Brasil para os Brasileiros (1982), Diário de Bitita (1986), Meu Estranho Diário (1996) e Antologia Pessoal (1996). A biblioteca do Museu Afro-Brasil de São Paulo (SP) leva o nome de Carolina, que faleceu em 1977.

Maria de Lourdes Vale do Nascimento, nasceu em Franca (SP), no ano de 1924. Ativista intelectual, educadora, escritora, assistente social, militante e liderança do movimento feminista negro brasileiro e de movimentos políticos, foi cofundadora do Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro (RJ), auxiliando na alfabetização de pessoas negras. Fundou em 1950, o Conselho Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro (RJ) e criou uma associação para as

⁴ Biografia disponível no Portal de Literatura Afro-Brasileira (LITERAFRO). Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 14 ago. 2020.

empregadas domésticas. Foi uma das primeiras colunistas negras brasileiras, escrevendo para o Jornal Quilombo. Escreveu vários projetos para a comunidade negra nas áreas da educação, assistência social e saúde. Faleceu no dia 23 de maio de 1995, na cidade de Franco da Rocha (SP), com 71 anos de idade (Xavier, 2020⁵).

O poeta Carlos de Assumpção⁶, considerado um dos decanos da literatura Afro-Brasileira, completou 96 anos de idade em maio de 2023. Apesar de ter nascido em Tietê (SP), reside na cidade de Franca (SP) desde 1969. Formado em Direito e Letras, Português e Francês, foi colaborador da Revista Literária Veredas, do Suplemento Cultural Arte Agora e do Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado. É membro da Academia Francana de Letras, do Movimento Negro Francano e responsável pelo Sarau Protesto, realizado em diversos eventos da cidade e região, inclusive em escolas, onde através de poesia, música e tambores, denuncia os racismos perpetuados na sociedade. Recebeu diversos títulos e homenagens em São Paulo (SP), Franca (SP) e Tietê (SP). Participou de publicações dos Cadernos Negros e escreveu os livros: Protesto (primeira edição em 1982 e segunda edição em 1988), Quilombo (2000), Tambores da Noite (2009) e em 2020, lançou o livro “Não pararei de Gritar”, pela editora Companhia das Letras. Seu poema Protesto recebeu diversas premiações e foi traduzido para o inglês, francês e alemão. Em 1988, gravou o CD Quilombo de Palavras, em parceria com o poeta Cuti e em 2019 teve sua história e obras contadas no longa metragem “Carlos de Assumpção: Protesto”. Em novembro de 2021, recebeu o título de Doutor Honoris Causa concedido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Franca (SP).

Joana D’Arc Félix de Souza⁷ nasceu em Franca, no ano de 1963. cursou a graduação, o mestrado e o doutorado em Química na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora e coordenadora do curso técnico em Curtimento na Escola Técnica Estadual Professor Carmelino Corrêa Junior na cidade de Franca (SP), onde desenvolve projetos de pesquisas a partir do

⁵ XAVIER, Giovana. **Maria de Lourdes Vale do Nascimento**: uma intelectual negra do pós-Abolição. Niterói: Eduff, 2020. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/maria-de-lourdes-vale-nascimento-uma-intelectual-negra-do-pos-abolicao-e-book-pdf-474>. Acesso em: 07 jun. 2023.

⁶ Biografia disponível no Portal de Literatura Afro-Brasileira (LITERAFRO). Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/180-carlos-de-assumpcao>. Acesso em: 13 ago. 2020.

⁷ Dados extraídos do currículo lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6738191075034828>. Acesso em: 14 ago. 2020.

reaproveitamento de resíduos sólidos do setor coureiro-calçadista. Possui sete patentes registradas em seu nome e recebeu diversos prêmios, inclusive o Prêmio Kurt Politzer de Tecnologia na categoria Pesquisadora do Ano, em 2014.

Reitera-se a importância de se identificar referências negras, que ajudaram a construir a cidade e possuem relevante influência quanto aos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. É primordial, que desde a infância, as referências negras estejam em evidência e se conheça a cultura, a arte, a sabedoria, a força, o protagonismo e a verdadeira história das(os) antepassadas(os) e das(os) ancestrais, pois os escravismos e racismos não podem e não devem ser as únicas formas de se construir as identidades negras no Brasil.

Acrescentam-se outras inquietações referentes às memórias, identidades, existências e resistências da população negra, advindas da participação da autora deste estudo como aluna especial na disciplina de Identidade, Oralidade e Memória: um arcabouço teórico-metodológico em Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, câmpus de Franca (SP), em que foram suscitadas as seguintes indagações trabalhadas ao longo desta pesquisa: quais influências a população negra que reside em Franca (SP) sofreu e sofre no processo de construção das suas identidades étnico-raciais? Que fatores dificultam ou facilitam o seu reconhecimento e sentimento de pertença à etnia-raça negra? Quais são e onde estão as famílias negras da cidade de Franca (SP)? Existem no município marcadores históricos e registros oficiais das memórias e tradições da população negra?

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho consistiu em interpretar os processos de construção das identidades étnico-raciais da população negra da cidade de Franca (SP), através da escuta e do registro de suas memórias. Objetivos específicos constituem-se em: interpretar tais memórias diante da história oficial da cidade; compreender quais influências a população negra que reside em Franca (SP) sofreu e sofre nos processos de construção de suas identidades étnico-raciais; aprofundar o estudo sobre as relações étnico-raciais brasileiras, em especial da região do nordeste paulista e instigar outros trabalhos que corroborem para o reconhecimento, a existência, a resistência e o fortalecimento das identidades da população negra.

Pontua-se o entendimento sobre identidade enquanto uma experiência vivida, um dado concreto e empírico, vinculada a um repertório de identidades que

vão se aglutinando e sendo construídas ao longo do tempo. Para Ciampa (1984, p. 74), “identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação”.

No Brasil, houve diversas tentativas do Estado em homogeneizar a população, forjando uma única identidade nacional em um país no qual existem várias etnias. Ortiz (1994, p. 80) menciona que,

As relações entre cultura e Estado são antigas no Brasil. Se tomarmos um exemplo relativamente recente, o dos anos 30, veremos que com o advento do Estado Novo, o aparelho estatal encontra-se associado à expansão da rede das instituições culturais (criação do Serviço Nacional de Teatro), à criação de cursos de ensino superior e também à elaboração de uma ideologia da cultura brasileira. A revista *Cultura e Política* foi, em 1941 – 1945, um órgão ideológico do Estado, no mesmo período em que o DIP exerceu suas funções de censura.

A educação formal brasileira, sob forte influência eurocêntrica, consistiu e por vezes ainda consiste em uma das maneiras do Estado perpetuar histórias e tradições no país. Chauí (2004) cita algumas histórias lecionadas nas escolas e que reverberam na identidade nacional brasileira.

Aprendemos também que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue, com exceção de nosso Mártir da Independência, Tiradentes; que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco; e que, forçados pelos inimigos a entrar em guerras, jamais passamos por derrotas militares. Somos um povo que atende ao chamamento do país e que diz ao Brasil: “Mas se ergues da justiça a clava forte/Verás que um filho teu não foge à luta/Nem teme quem te adora a própria morte”. Não tememos a guerra, mas desejamos a paz. Em suma, somos um povo bom, pacífico e ordeiro, convencido de que “não existe pecado abaixo do Equador” (Chauí, 2004, p.6).

Nesta mesma direção, Ortiz (1994) também relata a preocupação do Estado em registrar a memória do país com o objetivo de construir a identidade nacional de acordo com seus interesses e projetos políticos, sendo que:

[...] O Estado manipula a categoria de memória nacional no interior de um quadro de racionalização da sociedade. Esta memória lhe possibilita, por um lado, estabelecer uma ponte entre o presente e o passado, o que legitima na história de um Brasil sem rupturas e violência. Por outro lado, ela se impõe como memória coletiva, isto é, como mito unificador do Ser e da sociedade brasileira. A sociedade mudou, mas sua “essência” seria idêntica à sua própria raiz (Ortiz, 1994, p. 124).

Compreende-se a memória enquanto experiência pretérita vivida, que pode ser relatada pela própria pessoa ou por outras(os). Consiste na atualização de um tempo passado a partir de um determinado contexto, vinculada e contada por pessoas que possuem autoridade e poder para contá-la. Segundo Fonseca (2000, p.9),

[...]a memória é uma experiência pretérita fundada em fatos, atos (in)conscientes, objetivos e subjetivos. Ela armazena parte das práticas vividas pelos agentes e grupos sociais, podendo atravessar a história e alimentá-la, pois é parte do processo cultural legado as gerações futuras, sendo um referencial de preservação, de transformação ou de resignificação do meio social. Com base nesse pressuposto não podemos ter dela uma visão unilateral [...].

A memória é sempre um elemento coletivo, seletivo e utilitário. Sobre isso, Fonseca (2000, p.9) discorre que:

[...]a memória devido aos interesses e às relações intergrupais configura-se em social e com forte caráter utilitário, pois as informações do passado são trazidas à baila quando interessa a alguém ou a um grupo específico, nisso é também seletiva. Ela ao ser selecionada propicia a resignificação do cotidiano.

O direito à história e à memória estão previstos na Constituição Federal de 1988, em especial, no seu Capítulo III, Seção II, que dispõe sobre a Cultura:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988).

Entretanto, historicamente a população negra teve suas memórias, culturas e tradições alijadas das histórias oficiais legitimadas pelo governo brasileiro. Ao estudar sobre a memória da população negra brasileira, deve-se lembrar do longo

período de escravização que a mesma sofreu e das consequências vivenciadas até os dias atuais, expressas nas diversas formas de racismos e violações de direitos, destacando-se que os traumas também selecionam a memória. A tentativa de apagamento das memórias de negras e negros escancara o esforço do Estado em invisibilizar a existência, a resistência, a cultura e a identidade da população negra, haja vista que a memória apagada é inexistência.

Majoritariamente, a(o) negra(o) aparece na história do Brasil como escravizada(o). Aliado a isso, a ausência de registros de suas memórias, saberes, culturas, religiões e tradições, dificultam a construção e o fortalecimento de sua identidade étnico-racial, o que muitas vezes fragiliza a luta antirracista e reforça a desigualdade étnico-racial no país.

Deve-se também ponderar a política de branqueamento e o mito da democracia racial⁸ pautados pelo Estado. Munanga (2003) relata que,

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro.

A recusa e demora em debater sobre as políticas afirmativas, reverberou no combate aos racismos acentuando as desigualdades étnico-raciais e sociais, em especial o acesso da população negra à renda, trabalho, habitação, alimentação, educação, transporte, saúde, esporte, lazer, entre outras garantias dispostas na Constituição Federal de 1988.

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravização, isso há apenas 134 anos. Foram cerca de 400 anos de escravização das africanas e africanos, que em solo brasileiro foram denominados como negras e negros e, mesmo após a abolição, como citado anteriormente, não tiveram acesso de forma justa e digna aos meios para prover sua sobrevivência, o que acarretou graves consequências que permanecem até os dias atuais. Ser negra(o) em qualquer parte do Brasil é estar exposta(o), de forma direta ou velada, há vários tipos de violência:

Em todas as esferas da vida social, as populações negra e indígena são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de

⁸ Os conceitos sobre política de branqueamento e mito da democracia racial serão trabalhados nas próximas sessões, em especial no item 3.3.

representação em espaços de poder e decisão. Inúmeras pesquisas retratam que, na saúde, por exemplo, são as mulheres negras que representam os maiores índices de mortalidade materna. São elas também que exercem, majoritariamente, os trabalhos domésticos e recebem os mais baixos salários. Na educação, são os/as negros/as que ingressam mais tardiamente aos espaços escolares e são os/as que saem (“evadem”) mais precocemente. Em relação ao acesso à justiça, a desigualdade se mantém. As penas mais duras são aplicadas aos/às negros/as, mesmo quando cometem os mesmos crimes praticados por brancos/as (Conselho Federal de Serviço Social, 2016, p.7).

De acordo com o Atlas da Violência 2020 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020), em dez anos (2008 a 2018) a taxa de homicídios de pessoas pretas e pardas no país aumentou em 11,5% e a de brancas, amarelas e indígenas diminuiu em 12.9%. No ano de 2018, 75,7% do total de homens vítimas de homicídio eram negros e 68% do total de mulheres assassinadas eram negras, demonstrando que no referido ano, a chance de uma pessoa negra ser morta de forma violenta era 2,7 maior em relação às outras etnias-raças.

Inclusive, desde o início da pandemia da COVID-19⁹, em todos os aspectos, sejam econômicos, sociais, relacionais e de saúde, a população negra foi a mais afetada pela agudização das violações de direitos já vivenciadas anteriormente. A incidência de óbitos entre a população negra em decorrência do vírus foi o dobro em relação à população branca, em razão de, além de outros fatores: a dificuldade de acesso aos serviços públicos e às condições práticas e materiais para cumprir os protocolos de saúde, em especial a aquisição e uso de equipamentos de proteção individual de qualidade e a realização do isolamento e distanciamento social (Pizzinato, 2020).

Destarte, entende-se a dificuldade em se identificar como negra e negro em um país como o Brasil. No entanto, a não identidade pode gerar sofrimento e sentimento de solidão. Como a identidade está vinculada ao sentimento de pertença e consiste em um processo subjetivo e interativo, haja vista que a essência do ser humano é mutável devido estar em relação com a(o) outra(o) e com o meio-ambiente, a mesma sofre influências externas do território vivido e de instituições como o Estado, família, igreja, escolas, entre outras. Ciampa (1984, p. 64) expõe que “o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos

⁹ No Brasil, o Ministério da Saúde, através da portaria nº188, de 03 de fevereiro de 2020, declarou emergência em Saúde Pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a doença causada pelo Coronavírus COVID-19 (Brasil, 2020).

indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc”.

Todavia, quando a pessoa não se sente pertencente a um grupo social e não se reconhece na(o) outra(o), sabe que não é branca, porém não se identifica enquanto preta, por vezes, sofre de forma solitária e silenciosa as dores e sequelas dos racismos que afetam diretamente a sua saúde física e mental. Este fato foi constatado durante o exercício profissional da autora deste estudo, que em várias ações desenvolvidas no CRAS desde o ano de 2017, identificou esse sofrimento que atinge diversas faixas etárias, desde crianças que não aceitam suas características físicas, até idosas(os) que relataram ser a primeira vez que puderam falar sobre os racismos vividos ao longo de suas vidas.

O sofrimento ocasionado pela dificuldade de se identificar enquanto negras e negros, proveniente dos racismos, também apareceu em algumas narrativas das(os) participantes do grupo focal desta pesquisa:

Acho que a maior dificuldade, a Núbia mencionou, aquele sentimento de tristeza que muitas vezes o pessoal vê, pela comparação que se é feita a pessoa negra. Então como se fosse o animal que é o macaco, são termos sabe sempre diminuídos, que é o escravo, o escravo burro, o escravo anta. [...] E com isso a pessoa tem essa dificuldade, porque a partir do momento ela começa a achar que se ela se ver como preta, ela tá se vendo como aquela pessoa tá a vendo, não como o que ela é, o que ela é capaz de ser ou deixar de fazer (Abayomi).

[...] eu acho que a questão da gente não se identificar como preto ou negro, eu acho que é a estrutura. E aí, a estrutura ela está aí em todo canto que a gente pisar ela vai nos atacar e vai ser uma negatividade a cor da pele, então eu acho que é isso, a estrutura que faz a gente às vezes falar que é pardo ou que é filho de branco e é branco, é toda essa estrutura e todo esse racismo e cada um tem o seu formato (Yera).

Assim justifica-se a importância deste estudo, que teve como um dos seus principais objetivos escutar e registrar as memórias subterrâneas das negras e negros que foram e são importantes para a formação socioeconômica, política e cultural do município de Franca (SP), sendo que elas e eles puderam narrar as suas histórias de vida, as existências e resistências diárias, momentos alegres, afetivos, festivos, de conquistas e realizações, e não somente a violência e violação de direitos corriqueiros em alguns livros brasileiros de educação formal, que não iam além das temáticas da escravização e abolição.

Ademais, nesta pesquisa também foram rememoradas as famílias dessas negras e negros, que historicamente foram apartadas(os) e destituídas(os) do seio familiar.

Reitera-se que não se pode apagar a força ancestral da população negra, que mesmo diante tamanha violência, existiu e existe, resistiu e resiste, fez e faz parte da formação histórica, social, cultural, econômica e política do país.

A partir da história oral foi possível registrar e interpretar memórias que por muito tempo foram invisibilizadas pela memória oficial forjada pelo Estado brasileiro. Pollack (1989, p.4) cita que,

[...] ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional.

Para tanto, realizou-se um estudo mais aprofundado sobre os processos de formação étnico-raciais da cidade, identificando e escutando pessoas com vivências diversas, principalmente as mais velhas, que são referências devido aos seus saberes e experiências, e que trouxeram memórias relacionadas a diferentes conjunturas sociais. Bosi (2007) expõe a importância das memórias das pessoas mais velhas enquanto transmissoras de riquezas sociais, com o potencial de transformar a sociedade:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (Bosi, 2007, p. 82-83).

A narrativa do Yera, participante do grupo focal, reafirma a importância das pessoas mais velhas enquanto referências para a sociedade: *“[...] todos os mais velhos de Franca, que vieram antes para mim, sempre que eu vou pesquisando e vendo a história, são todos referências de todas as épocas”*.

Contudo, a contemporaneidade e os contínuos avanços tecnológicos fazem a leitura de que o velho é obsoleto, não apenas os objetos, mas também as

peças, interferindo na convivência social e principalmente na oralidade, nas memórias, nas identidades e nas tradições. Diante desse contexto, torna-se fundamental que desde a mais tenra idade se fortaleça a oralidade, dando visibilidade às tradições, saberes e conhecimento da população negra, para que esta não se distancie do seu patrimônio cultural e espiritual, conforme exposto por Hampaté Bâ (2010, p.176):

Dentro de 10 ou 15 anos, os últimos grandes Doma, os últimos anciãos herdeiros dos vários ramos da Tradição provavelmente terão desaparecido. Se não nos apressarmos em reunir seus testemunhos e ensinamentos, todo o patrimônio cultural e espiritual de um povo cairá no esquecimento juntamente com eles, e uma geração jovem sem raízes ficará abandonada à própria sorte.

A oralidade é a base fundamental da tradição, não sendo possível pensá-la desvinculada da memória e da identidade,

[...] Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase que em toda a parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas (Ki-Zerbo, 2010, p. 157).

Oralidade pode ainda trazer à tona memórias de vivências, de violências e opressões, que por vezes ficaram silenciadas e reprimidas durante muitos anos. Pollak (1989) destaca que,

[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e não ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Esta tipologia de discursos, de silêncios e também de alusões e metáforas é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz ou ao menos, de se expor a mal entendidos (Pollak, 1989, p. 8).

Fato confirmado em vários momentos da pesquisa de campo, em que as(os) participantes mudaram o tom de voz e o semblante ao lembrar de algumas situações vividas por elas(eles) e outras(os), como o exposto pelo Nassor, durante a entrevista de depoimento de histórias de vida, ao rememorar uma violência sofrida por ele e por uma estudante:

Eu sofri o racismo uma vez do moleque, do filho do prefeito, cuspir na minha cara, cuspir na gente... racismo. Estávamos passando, eles estavam na janela, a estudante estava assim, em pé, que ia pra escola, o cara cuspiu na cara dela. Nossa Senhora, ela danô a chorar, eu olhando aquilo e não pude fazer nada, mais que você vai entrar no meio dessas coisas, você vai é envolver com polícia. No fim a gente tem que pagar até advogado pra sair daquele meio hein e fica visado ainda. [...] quando eu lembro desse cara, dá vontade de pegar aquele cara até hoje, ainda bem que fugiu até do meu semblante, eu não quero ter nenhum semblante dele na minha vida (Nassor).

Assim, pesquisar sobre identidades, memórias e resistências de negras e negros, registrando e interpretando suas memórias através da oralidade, pode também consistir em formas de denunciar e/ou requerer possíveis reparações quanto aos danos sociais vividos, oportunizando a este estudo ser também uma forma de resistência e denúncia contra as inúmeras expressões dos racismos que continuam a violentar diariamente a população negra brasileira.

Salienta-se que a autora deste trabalho é uma mulher negra, natural e residente na periferia da cidade de Franca(SP), que possui compromisso com suas(seus) antepassadas(os), principalmente com sua avó materna, Elza Rosa Lemos, que era negra, benzedeira. Falecida no ano de 2009, as rezas que ela fazia, assim como muitas histórias que contava, estavam sendo esquecidas pela família. Acrescenta-se o fato de ser assistente social e da categoria profissional, através do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), dos Conselhos Regionais do Serviço Social (CRESS) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ter nos últimos anos embrenhado esforços na luta antirracista.

Sobre essa relação da pesquisadora com seu tema de estudo, destaca-se que:

[...] a pesquisa nos remete a uma identidade constituída entre sujeito e objeto, momento em que se encontra grande dificuldade de estabelecer imparcialidade ou neutralidade diante do fato encontrado, pois o pesquisador também está imerso na realidade que o objeto pesquisado [...] (Ferreira; Réa; Oliveira, 2018, p. 100).

Por fim, a tese está dividida em sete seções correlacionadas que foram abertas com epígrafes contendo trechos de letras de músicas da Mc Tha¹⁰, que dialogam com os assuntos debatidos e que foram escutadas pela autora ao longo da construção deste trabalho como forma de aquilombamento¹¹.

A primeira seção introduz a temática justificando e apresentando as problemáticas que culminaram na definição dos objetivos do estudo. A segunda, aborda o método e a metodologia utilizados descrevendo o caminho planejado no Projeto de Pesquisa e de fato percorrido durante o estudo, pontuando os dificultadores e os facilitadores encontrados ao longo do trajeto.

A terceira seção, apresenta as negras e negros que participaram da pesquisa de campo, suas origens, naturalidade, tempo de moradia na cidade, idade, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero, escolaridade, ocupação profissional, renda, religião e atuação em coletivos e movimentos negros. Na quarta seção, é realizada uma reflexão sobre o processo histórico de formação socioeconômico, político e cultural da cidade de Franca (SP), inferindo como a população negra aparece em duas importantes atividades econômicas, o café e a indústria calçadista. Ainda retrata a chegada das negras e negros no município e o período pós-abolicionista, interpretando se a história tida como oficial e os marcadores históricos e culturais, como estátuas, monumentos, nomes das principais avenidas e prédios públicos fazem referência à população negra.

A quinta seção traz a reflexão sobre como é ser negra e negro em Franca (SP), sendo discutidas as principais categorias analíticas e interpretativas, bem como exposto o cenário e o contexto social que forjaram e moldaram as identidades negras na cidade. Na sexta seção foram enfatizadas as vivências de racismos e as estratégias de resistências individuais e coletivas, evidenciando principalmente a cultura, a festividade, a literatura e todo o potencial da população

¹⁰ Thais Dayane da Silva, mais conhecida pelo nome artístico MC Tha, é uma cantora e compositora brasileira. Nasceu em 1993 na periferia da cidade de São Paulo, onde se aventurou em bailes funk como única MC mulher. Apesar de não ter estudado música, começou a compor apenas observando outras músicas. Aos 15 anos, compôs e gravou uma faixa, iniciando as apresentações em eventos da periferia. O primeiro álbum de estúdio, Rito de Passá, foi lançado em 2019, popularizando a mescla de música *pop* e funk brasileiro em conjunto com influências religiosas de matriz afro-brasileira, estilo musical pelo qual se tornou conhecida. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/MC_Tha. Acesso em: 18 mar. 2023.

¹¹ Para compreender o conceito de aquilombamento, utiliza-se o conceito de quilombo de Maria Beatriz Nascimento (2018), enquanto avanço, sapiência, sabedoria e espaço de produção e reprodução de paz, felicidade e continuidade de vida, sendo guerreiro e/ou recuo quando não é necessário lutar, espaço de resistência, proteção e fortalecimento diante dos perigos e destruição.

negra francana, em especial os seus protagonismos. Destaca-se que as narrativas das e dos participantes da pesquisa perpassaram toda a tese, contudo, na quinta e sexta seção foram abordadas de forma mais contundente. Por fim, as conclusões abarcam os resultados obtidos durante o estudo, retomando as principais discussões feitas ao longo da pesquisa.

2 CAMINHOS TRAÇADOS E PERCORRIDOS: O MÉTODO E A METODOLOGIA¹²

Liberta a tua mente pra ela não desandar
 Lembra que é valente como as águas do mar
 Que é tapete de serpente que dão pra nós pisar
 Andai com passo firme que é pra não bambear
 Quem eles pensam que são pra te apontar?
 Não sabem da tua luta, não entendem seu linguajar
 Que haja flor no seu caminho e no meu caminhar
 Que a felicidade possa estar num olhar
 Bota o dedo pro alto e deixe os pés na raiz
 No asfalto ou na favela, quem não quer ser feliz?
 Encontrar pote de ouro no fim do arco-íris
 Beber sabedoria, se encontrar pra ser livre?
 (MC THA¹³, 2018).

2.1 O método materialista histórico-dialético e a história oral como bases teórico-metodológicas

O método materialista histórico-dialético embasou a pesquisa. A sua escolha se deve ao fato da pesquisadora utilizá-lo na orientação de seu exercício profissional, haja vista que este foi o método ao qual o Serviço Social se aproximou para realizar seu movimento de reconceituação com a intenção de romper com outros métodos e práticas conservadoras¹⁴, fundamentando o Projeto Ético-Político e o atual Código de Ética da profissão em seus pressupostos críticos.

Diniz (2019) compreende o materialismo histórico-dialético enquanto opção ideológica e política, que permite não apenas analisar a realidade posta, mas também transformar a mesma. Ele apresenta o método enquanto,

[...] teoria social que possibilita a apreensão crítica sobre as mediações da realidade social. Método que se vincula a um projeto revolucionário, pautado também em razões ideológicas, que visam ao desvendamento dos alicerces da sociedade burguesa e permite a construção de ações

¹² Alguns aspectos iniciais da pesquisa, em especial da metodologia, foram publicados como capítulo de livro: FONSECA, Dagoberto José; SILVA, Rosicler Lemos da. O caminhar científico: interpretando memórias, identidades e resistências negras francanas. *In*: PIANA, Maria Cristina; SANTOS, Elaine Teixeira Alves dos (Orgs.). **Reflexões teóricas e metodológicas das pesquisas sociais: uma experiência do doutoramento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 79 – 98.

¹³ MC THA. **Valente**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e-aEr8jDilo>. Acesso em 18 maio 2023.

¹⁴ A prática profissional do Serviço Social era tradicionalista, com forte influência da igreja católica e subsidiada pelo método positivista, as ações eram educativas e doutrinárias com viés assistencialista e paliativo (Iamamoto; Carvalho, 2008).

práticas orientadas para a transformação. Movimenta-se pelo olhar político sobre o real, que nega neutralidade e, por isso, passa a firmar conexões e entender as mediações ocultas nas relações da sociedade capitalista (Diniz, 2019, p.43-44).

Desde o movimento de reconceituação, assistentes sociais se debruçam sobre a tradição marxista, como é o caso de José Paulo Netto¹⁵, graduado e pós-graduado em Serviço Social, reconhecido no Brasil e na América Latina como importante pesquisador das obras de Karl Marx e Lukács.

No livro “Introdução aos estudos do método de Marx”, o referido autor afirma que o método elaborado por Marx não consiste em uma fórmula, em um passo a passo, que propiciará a(ao) pesquisadora(or) realizar a análise da realidade estudada. Contudo, o mesmo apresenta alguns elementos importantes para a compreensão do materialismo histórico-dialético, em que partindo do real, do concreto, por meio de sucessivas abstrações, aproxima-se de determinações mais simples, para que assim, possa-se fazer o caminho inverso e retornar novamente ao concreto real, “[...] mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (Netto, 2011, p. 43).

Nada melhor do que ler o próprio Marx para entender o materialismo histórico-dialético. Por mais longa que seja a citação abaixo, a mesma é de extrema importância por detalhar o método ao exemplificar o estudo sobre um país na perspectiva da Economia Política:

Quando estudamos um país determinado do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues,

¹⁵ Vide currículo lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3963231378375396>. Acesso em: 03 mar. 2022.

até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente Economia Política. Os economistas do século 17, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas, terminam sempre por descobrir por meio da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado universal. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (Marx, 2008, p. 257-259).

Apesar do materialismo histórico-dialético possibilitar a análise dos dados a partir do singular, do particular e do universal e das categorias - totalidade, contradição e mediação -, pelo fato de ser uma pesquisa sobre memórias, identidades étnico-raciais e resistências da população negra francana, optou-se em utilizar a história oral.

Não é consenso entre pesquisadoras(es) o uso da história oral enquanto método. Para muitas(os), soa como um equívoco, um erro de compreensão, uma confusão comum em relação aos conceitos de método e procedimentos metodológicos. Porém, fundamenta-se nesta tese o uso da história oral enquanto método, tendo como principais referências os estudiosos, Dagoberto José Fonseca (2021), Amadou Hampaté Bâ (2010) e Jan Vansina (2010).

Utiliza-se o conceito do saber científico africano, que de acordo com Fonseca (2021), por mais que o mesmo possua um rigor científico, não é um método estático e enrijecido por estar fundamentado nas vivências, saberes, cultura e oralidade da população africana.

O nosso método de construir conhecimento científico é malemolente, dinâmico, flácido, plástico e elástico, como nós andamos, como nós jogamos à capoeira, dançamos o samba, o jongo, a umbigada ao som do tambor, ao som da batida do coração. Nosso método é baseado na justiça semântica (Fonseca, 2004, p. 119), sendo rigoroso e ao mesmo tempo alegre e vivo, pois tem na palavra falada, na oralidade, mais do que na escrita o seu fundamento (Fonseca, 2021, p. 9-10).

Diante do exposto, no próximo subitem, além dos pesquisadores supracitados, realizar-se-á a discussão com outros autores e autoras enriquecendo o debate e a compreensão quanto à utilização da história oral nas pesquisas qualitativas.

2.2 A história oral nas pesquisas qualitativas

Hampaté Bâ (2010) é assertivo ao citar a tradição na história da África enquanto uma tradição oral, sendo imprescindível a qualquer pessoa que se debruce sobre os estudos africanos, ter a mesma como premissa. O autor compreende a tradição oral africana enquanto:

[...] herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África (Hampaté Bâ, 2010, p.167).

Para Vansina (2010), a tradição oral africana também se constitui como preservação da sabedoria das(os) ancestrais e importante literatura a ser estudada, assim como “[...] o meio social que as cria e transmite e a visão de mundo que sustenta o conteúdo de qualquer expressão de uma determinada cultura” (Vansina, 2010, p.142).

Fonseca (2021, p.11) descreve a relação do saber-fazer-saber africano com a memória, evidenciando-o enquanto patrimônio social e cultural propagado como valor civilizatório em toda sociedade.

Joutard (2000) aborda a forte ligação entre história oral e identidade, em que a memória é um importante condutor de identidade. Destaca-se que as memórias e as identidades, são temas centrais deste estudo, assim como a existência e resistências da população negra francana, por isso, reitera-se a escolha do uso da história oral.

No que se refere a história oral nas pesquisas qualitativas, Paul Thompson (2009) a apresenta como método de pesquisa interdisciplinar que utiliza a memória de uma narrativa como fonte para a compreensão de uma sociedade, realizando o diálogo entre a documentação escrita já existente e a fonte oral. Neste sentido, o método da história oral possibilita “[...] a interpretação da história e das mutáveis

sociedades e culturas por meio da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (Thompson, 2009, p. 9).

Martinelli (2019, p. 29) cita que:

O método de pesquisa é sempre uma opção política e, no caso da história oral, um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre os interlocutores, fundando na confiança mútua, num verdadeiro interjogo de subjetividades.

A autora ainda afirma que a história oral possibilita o enfrentamento dos desafios contemporâneos, sendo a memória e a linguagem importantes ferramentas para “[...] romper com os silêncios da história oficial, para desafiar as ideologias dominantes, para alimentar as lutas por igualdade e para manter vivo e renovado o diálogo, através do exercício democrático da palavra!” (Martinelli, 2019, p. 37).

Nesta direção, a história oral propicia a escuta e o registro de:

- [...] memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, entre outras, sob diferentes óticas e versões;
- [...] informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documento, ou mesmo que, estando registrados, não estão disponíveis para a comunidade de pesquisadores por diferentes razões;
- [...] visões de personagens ou testemunhas da história, nem sempre considerados pela denominada história oficial. Isto é, recolher depoimentos de anônimos, vencidos, membros de movimentos étnicos, integrantes de comunidades alternativas, entre outros (Delgado, 2010, p. 19).

Esta perspectiva dialoga com o objetivo geral deste trabalho quanto a interpretar os processos de construção das identidades étnico-raciais da população negra da cidade de Franca (SP), através da escuta e do registro de suas memórias desde a infância até a fase adulta e idosa, referentes às suas vivências em todos os aspectos – familiar, comunitário, educacional, profissional, religioso, esportivo, lazer, política, entre outros, dialogando também com os objetivos específicos, em especial, a interpretação de tais memórias diante da história oficial do município.

Enfatiza-se que a história oral possibilita a pesquisa quanto às memórias individuais, que também são coletivas, memórias subterrâneas de pessoas tidas como “comuns”, atribuindo-lhes significância tanto quanto àquelas memórias habitualmente escritas em livros didáticos e científicos por um grupo restrito de profissionais, acadêmicos(as), pesquisadores(as), historiadores(as), cientistas e

várias outras titulações, em sua maioria composto por homens brancos héteros, pertencentes à classe dominante.

Sobre isso, Portelli (2000) expõe como desafio à história oral, não somente registrar as memórias com fins de preservação, para que essas não sejam apagadas e/ou esquecidas, mas também como sinônimo de luta, de transformação e de história em processo. O autor relata que

[...] o desafio da memória às ideologias dominantes é também uma parte do desafio de movimentos políticos de indivíduos aos poderes dominantes na economia e na política. E penso que isto se relaciona também com a questão metodológica, porque acredito que a metodologia é uma extensão da política. E tem a ver igualmente com toda a discussão de história versus memória. Essencialmente, disseram-nos que uma memória individual é ideológica, mitológica, não confiável - razões pelas quais, aliás, eu a aprecio -, mas isto é a memória. A história, no entanto, é propriedade de instituições e de historiadores profissionais. Em outras palavras, não estamos sendo convidados a substituir uma memória muitas vezes falha e não confiável pela história científica; estamos sendo convidados a substituir a memória de vários bilhões de indivíduos que vivem nesse planeta pela memória profissional de um grupo de historiadores profissionais ou pelas memórias institucionais dos centros de poder (Portelli, 2000, p.68-69).

A proposta desta tese, para além de escutar, registrar e interpretar as memórias de negras e negros da cidade de Franca (SP), é de servir como instrumento de resistência, de denúncia e de luta antirracista, evidenciando não somente as violências, as dores, as cicatrizes e os sofrimentos, mas também as conquistas, as vitórias, as alegrias, a cultura, a arte, o conhecimento, a sabedoria e a espiritualidade da população negra.

Queiroz (1987) afirma que o relato oral perpassa os séculos enquanto primeira e maior forma de transmissão de conhecimentos e hábitos na sociedade e para as ciências, antecedendo o desenho e a escrita.

[...] Em todas as épocas, a educação humana (ao mesmo tempo formação de hábitos e transmissão de conhecimento, ambos muito interligados) se baseara na narrativa, que encerra uma primeira transposição: a da experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos (Queiroz, 1987, p. 16).

Neste sentido, este estudo considera as narrativas orais das(os) participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vida e do grupo focal enquanto literatura, enquanto saber, tanto quanto as escritas nos livros e artigos acadêmicos. Ambas – oral e escrita – foram aqui utilizadas como referências que

dialogam, se complementam e/ou até mesmo se opõem e que podem acarretar transformações nas relações sociais.

2.3 Tipo de pesquisa, técnicas e instrumentos utilizados

Optou-se pela pesquisa qualitativa por entender que ela possibilitaria maior alcance dos resultados esperados, haja vista que o estudo se refere à escuta, ao registro e à interpretação das memórias de negras e negros.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2015, p. 21).

A priori, foram realizadas as revisões bibliográficas e documentais, identificando autoras(es) e dados que contribuíssem com a temática, além da leitura analítica que proporcionou o aprofundamento do estudo e perpassou todo o processo da pesquisa. Deslandes (2015) destaca a importância de se realizar uma pesquisa bibliográfica ampla que possibilite a(ao) pesquisadora(or) aproximar-se dos debates atuais do assunto pesquisado e verificar os consensos, as polêmicas, o que é amplamente ou pouco conhecido.

Tornou-se necessário realizar um estudo sintético sobre a história da África, sobre o período de escravização das africanas e africanos no Brasil e pós-abolição, trazendo autoras e autores que possibilitaram apreender o processo histórico de formação do Brasil e da cidade de Franca (SP) com viés decolonial¹⁶, que de acordo com Gomes (2018), se consisti em pauta antiga de luta do movimento negro brasileiro.

[...] Há muito o Movimento Negro e os intelectuais negros, por meio das suas práticas e de diversas formas de organização afirmativas, identificam a presença da colonialidade nos padrões de poder, de trabalho e de conhecimento no Brasil. E o fazem destacando a questão racial, a realidade africana e a existência do racismo. Desconstroem o mito ôntico colonial do humano e não humano. Na medida em que se afirmam sujeitos de história, conhecimento e culturas, as negras e os negros afirmam e

¹⁶ Sobre esse assunto vide Nilma Lino Gomes (2018).

reafirmam formas alternativas de ser humanos e sujeitos de direitos não reconhecidos pelas concepções hegemônicas de humanidade e cidadania (Gomes, 2018, p. 268-269).

Pontua-se que não foram localizadas muitas pesquisas e referências bibliográficas quanto ao período de pós-abolição em Franca (SP) e sobre a cultura, a arte, a resistência e o protagonismo da população negra francana. No que se refere ao processo histórico de formação da cidade, a maioria das obras identificadas e evidenciadas na cidade, foram escritas por autores francanos, homens, brancos e conservadores, que não realizam o debate sobre as relações étnico-raciais.

Não foi possível coletar dados e informações em instituições públicas e privadas como o Museu Histórico Municipal José Chiachiri, Museu da Imagem e do Som, Museu do Calçado de Franca, Casa da Cultura e do Artista Francano Abdias do Nascimento, sede de jornais, escolas de samba, igrejas, terreiros de Candomblé e Umbanda, centros comunitários e outros. Por mais que os documentos presentes nas referidas instituições sejam importantes fontes de pesquisa, devido ao longo período de pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos, houve prejuízo na consulta dos mesmos, mas não afetou os resultados da pesquisa, haja vista que a escolha metodológica desta tese está voltada para as memórias e identidades, sobretudo para a oralidade das pessoas vivas que falam pelas suas vivências, existências e resistências em Franca (SP).

2.4 O brilhar dos olhos: a pesquisa de campo

A pesquisa ocorreu em dois momentos – entrevistas de depoimentos de histórias de vidas e do grupo focal. Posterior à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP/Franca, iniciou-se a pesquisa de campo, estabelecendo como cenário a cidade de Franca (SP). Todas as etapas foram registradas em um diário: ligações telefônicas, mensagens enviadas por *WhatsApp* e *email*, idas às residências das lideranças dos movimentos e coletivos negros de Franca (SP) visando identificar e selecionar as(os) participantes da pesquisa, entre outras.

O diálogo foi priorizado enquanto forma de se aproximar e criar vínculo com as pessoas que fizeram parte da pesquisa, para que assim fosse possível escutar e

registrar suas histórias de vida e memórias subterrâneas. Sobre isso, Minayo cita que:

[...] em geral, os melhores trabalhadores de campo são os mais simpáticos e que melhor se relacionam com os entrevistados. A inter-relação, que contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia a dia, as experiências e a linguagem do senso comum no ato da entrevista é condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa (Minayo, 2015, p. 68).

Desde o primeiro contato, a pesquisadora buscou estabelecer vínculo com as(os) participantes, sempre utilizando uma linguagem o mais acessível possível, explicando o porquê a pessoa foi escolhida e a importância da sua participação para o estudo. Também informou sobre as questões éticas e a garantia do anonimato, para que as(os) mesmas(os) não fossem identificadas(os).

No momento das entrevistas e do grupo focal, foi explicado, lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), destacando as questões éticas, os possíveis riscos que envolviam a pesquisa e a forma como ocorreria a devolutiva dos resultados obtidos.

Ao falarem e lembrarem de alguns momentos vividos, todas as pessoas se emocionaram, sendo este um dos possíveis riscos da pesquisa. Contudo, elas falaram somente o que desejaram, não aprofundando em situações em que a pesquisadora percebeu que houve grande desgaste emocional, como a lembrança do falecimento de entes queridos.

Destaca-se que o exercício profissional enquanto assistente social propiciou à pesquisadora experiência para a escuta qualificada de relatos de vida durante os atendimentos individuais ou coletivos, em que as pessoas expõem suas vivências, sentimentos, frustrações, inclusive questões referentes às violências físicas, psicológicas e sexuais, sendo comum elas se emocionarem durante as falas. Ressalta-se que a mesma possuía habilidades para lidar com o possível risco mencionado e que não houve a necessidade de realizar encaminhamentos para atendimentos psicológicos ofertados pela rede pública municipal de saúde.

Quanto às devolutivas do estudo, Martinelli (1999, p. 26) expõe que “pesquisa qualitativa, exatamente porque é um exercício político, porque trabalha com significados de vivências, precisa ser devolvida aos sujeitos que dela participaram.” Assim, as devolutivas parciais ocorreram no decorrer de toda a pesquisa: no espaço sócio-ocupacional em que a pesquisadora atua, tanto para a

equipe de trabalho quanto para o público atendido; nos grupos de estudos e pesquisa em que é integrante; no Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON) no qual é membra titular; através da submissão de artigos para publicação em periódicos e participação em eventos.

Ao final da pesquisa, será proposto o desenvolvimento de rodas de conversa com a população atendida pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referências Especializados em Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP) da cidade e com as(os) integrantes do COMDECON, além de outras atividades que possam surgir, sendo que as(os) participantes da pesquisa e suas famílias serão convidadas(os) para tais ações, sem que precisem ser mencionadas nominalmente, respeitando o sigilo e o compromisso ético estabelecido desde o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.4.1 Entrevistas de depoimentos de histórias de vida

Para o primeiro momento de escuta, coleta e registro das narrativas, utilizou-se como técnica de entrevista os depoimentos de histórias de vida, que:

Constitui-se por depoimentos aprofundados e, normalmente, mas prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstituir, através do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado sujeito (anônimo ou público), desde a sua mais tenra infância até os dias presentes (Delgado, 2010, p. 21).

Elaborou-se um roteiro¹⁷ contendo perguntas semiestruturadas com vocabulário o mais acessível possível a pessoas com qualquer nível de escolaridade. O mesmo foi avaliado durante os pré-testes realizados em junho de 2020 com dois idosos, um homem negro e uma mulher negra, que possuíam proximidade com a pesquisadora. Essa ação foi extremamente importante, pois possibilitou avaliar se o roteiro atendia aos objetivos propostos e se as perguntas estavam compreensíveis, além de identificar os sentimentos e percepções das

¹⁷ Vide apêndice.

peças em relação ao estudo, o tempo médio necessário para cada entrevista e as possíveis situações que poderiam ocorrer durante a pesquisa de campo.

No primeiro pré-teste, ao analisar o objetivo do estudo, verificou-se a ausência de perguntas relacionadas aos processos de construção das identidades negras (os), como por exemplo, como foi ser uma criança, adolescente, adulta(o) e idosa(o) negra(o); se gostava das suas características físicas - cor da pele, cabelo e traços físicos; como as(os) negras(os) eram e como são tratados em Franca (SP). Constatou-se a necessidade de utilizar dois gravadores de voz, haja vista que um deles apresentou defeito. Ainda foi possível perceber que em alguns momentos, a pesquisadora estava ansiosa e não respeitava os momentos de silêncio, fazendo perguntas precipitadas.

No segundo pré-teste, as perguntas supracitadas foram adicionadas ao questionário e a pesquisadora estava mais preparada, conseguindo respeitar os momentos de silêncio. Torna-se importante mencionar que os relatos dos pré-testes compuseram esta tese devido à relevância das narrativas e das histórias de vidas das duas pessoas entrevistadas.

A identificação e seleção das(os) demais participantes da pesquisa ocorreu por meio da técnica de amostragem em bola de neve, entendida como:

[...] uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Vinuto, 2014, p. 203).

As sementes foram as lideranças dos coletivos e movimentos negros da cidade, em especial um líder integrante do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON¹⁸), que indicou e

¹⁸ O COMDECON está ativo em Franca (SP) há 18 anos e se encontra vinculado ao órgão gestor municipal da Política de Assistência Social. Apresenta composição não paritária entre governo e sociedade civil, possui

auxiliou no contato inicial com as negras e os negros que narraram as memórias sobre suas chegadas e/ou nascimentos em Franca (SP); infâncias, juventudes, fase adulta e idosa no referido município; sobre a trajetória da população negra na construção da cidade, principalmente quanto aos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; lembranças e/ou histórias contadas sobre o período de escravismo; formas de resistências diante dos racismos atuantes na sociedade civil e nas instituições de/do Estado; além do reconhecimento e processos de construção das identidades étnico-raciais da população negra francana.

Por utilizar a história oral, tornou-se necessário delimitar a quantidade de participantes para que se conseguisse atingir os objetivos esperados dentro do prazo previsto no cronograma do estudo e determinado pelo programa de pós-graduação. Como afirma Martinelli (1999, p.23) a respeito da abordagem qualitativa, não se trata “[...] de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando”. Assim, para as entrevistas, definiu-se a quantidade de seis idosos(as), sendo três mulheres e três homens, considerando as diferenças em suas memórias, tendo em vista a realidade brasileira que possui rebatimentos diferenciados nas histórias de homens e mulheres.

Durante as entrevistas, foi perguntado as(os) participantes se conheciam outras pessoas que deveriam fazer parte deste estudo, sendo elencada uma relação extensa de nomes. Não foi possível entrevistá-las(os) utilizando a técnica de depoimentos de histórias de vida devido ao exposto acima, entretanto, algumas delas foram convidadas(os) para o grupo focal, que consistiu-se no segundo momento de coleta, escuta e registro das narrativas.

Quanto aos contatos com as(os) participantes, o primeiro ocorreu através do integrante do movimento negro de Franca, que por telefone apresentou a pesquisadora, explicou brevemente sobre o estudo e pediu autorização para fornecer os números telefônicos. Em seguida, a pesquisadora ligou para as(os) mesmas(os) reiterando a importância da participação, além de detalhar os objetivos deste trabalho e os procedimentos necessários para a efetivação da pesquisa de campo. Para as(os) que possuíam *WhatsApp*, foi enviado com antecedência o

caráter deliberativo, normativo, propositivo e consultivo, sendo seus principais objetivos: resgatar o espaço de participação da(o) negra(o) no sentido de que sua raça, seus costumes, seus valores culturais e seus anseios sejam rigorosamente preservados, buscando políticas e programas para o fortalecimento do combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial, rompendo com o preconceito, a discriminação e a exclusão social (Franca, 2021).

projeto de pesquisa e o roteiro. No dia da entrevista, todas(os) receberam cópias impressas de tais documentos, contendo também o contato da pesquisadora, do orientador e da UNESP.

Inicialmente, não houve a recusa de nenhuma pessoa. Todas se mostraram receptivas e a maioria agendou a entrevista logo no primeiro contato. A idosa que realizou o pré-teste apresentou uma certa resistência. Além de uma conversa presencial, foram necessários dois contatos telefônicos, sendo que ela aceitou participar somente quando foi proposto realizar a entrevista na casa da pesquisadora. Outra mulher desmarcou a entrevista duas vezes. Após uma nova conversa feita por uma integrante do movimento negro, ela optou em responder o questionário de forma escrita. Enviado por *WhatsApp*, contudo, a mesma não o devolveu. Passado um tempo, ela pediu para enviar novamente por *email*, mas até a presente data não houve resposta. Um idoso enviou mensagem horas antes da entrevista desmarcando-a devido a problemas pessoais e, posteriormente, não se dispôs a remarcar-la.

No total, foram realizadas seis entrevistas (quadro 1) no mês de junho de 2020, no formato presencial. Devido ao período pandêmico, seguiu-se todos os protocolos sanitários do Ministério da Saúde, da Prefeitura de Franca e do Comitê COVID da Unesp, como o uso de máscaras, higienização das mãos e equipamentos, ambiente arejado com ventilação natural, distanciamento e ausência de contato físico.

Quadro 1 – Datas, horários e locais de realização das entrevistas de depoimentos de história de vida

Pseudônimo	Data da Entrevista	Local da Entrevista
Akilah	24/06/2020	Residência do entrevistado
Maria da Penha	25/06/2020	Residência da pesquisadora
Nassor	26/06/2020	Residência do entrevistado
Ayo	27/06/2020	Residência do entrevistado
Ayana	27/06/2020	Residência da entrevistada
Ialodê	29/06/2020	Residência da entrevistada

Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas.

Quatro entrevistas ocorreram de forma individual e duas foram realizadas em conjunto por se tratar de um casal. Todas aconteceram em apenas uma sessão, com duração aproximada de duas horas cada, sendo que os dias, horários e locais foram definidos pelas(os) participantes. Uma entrevista ocorreu na casa da pesquisadora e as demais aconteceram nas residências das(os) idosas(os).

Ressalta-se que a pesquisadora foi muito bem acolhida nas casas de todas(os) as(os) participantes, as entrevistas transcorreram normalmente e consistiram em momentos extremamente importantes para este estudo. Uma participante mostrou objetos pessoais e álbuns de fotografias e o casal colocou músicas para a entrevistadora escutar, servindo como ativadores da memória. As narrativas foram repletas de emoções, afetos e saberes, abarcando memórias coletivas históricas da população negra francana.

2.4.2 Grupo Focal

Para a roda de conversa pautada na metodologia de grupo focal, foram convidadas outras doze pessoas indicadas pelas lideranças dos movimentos e coletivos negros de Franca (SP) e pelas(os) participantes das entrevistas de depoimentos de história de vida.

Para a definição das mesmas, considerou-se ainda a diversidade quanto à idade, identidade de gênero, orientação sexual¹⁹, religião, crença, espiritualidade e profissão, com o objetivo de obter narrativas diversas diante dos diferentes contextos e vivências sociais.

Gatti (2005, p.11) expõe a relevância do grupo focal nas pesquisas:

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estado do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia-

¹⁹ Compreende-se orientação sexual como a maneira em que a pessoa se relaciona sexualmente e/ou afetivamente (hétero, gay, bissexual, lésbica, pansexual, demisssexual, assexual, polissexual, etc) e identidade de gênero como ela se reconhece (mulher, transexual, não-binário, homem, travesti, queer, etc). Para mais informações vide: REIS, Maira. Dicionário LGBTQ+. Disponível em: <https://mairareis.com/materiais/lp-dicionario-lgbt/>. Acesso em: 03 out. 2021.

a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros.

Gomes (2007, p. 44) relata que

[...]em um grupo focal, a interação entre seus participantes é uma característica central, uma vez que por meio das discussões em grupo, seus participantes podem rever suas opiniões e refazer suas afirmações enquanto expõem seus pontos de vista.

Assim, foi elaborado um roteiro²⁰ contendo perguntas que possibilitassem a interação e o diálogo entre as(os) participantes.

O contato e os procedimentos com as(os) possíveis participantes do grupo focal, deu-se da mesma forma descrita para as entrevistas de depoimentos de histórias vida. Inicialmente, foram enviadas mensagens por *WhatsApp* e com relação às que não conhecia, a pesquisadora também procedeu ligações telefônicas, sendo muito bem recebida por todas e todos. Nesse momento, ela se apresentou, explicou sobre os objetivos da pesquisa, sobre a indicação para o grupo focal e como o mesmo iria ocorrer.

Destaca-se a dificuldade em conseguir identificar Babalorixás e lalorixás negras em Franca (SP). Após inúmeros contatos com algumas lideranças de movimentos e coletivos negros, chegou-se aos nomes de cinco Babalorixás e de duas lalorixás, mas somente o número de telefone de duas pessoas.

Realizou-se contato com um Babalorixá de terreiro de Umbanda, que foi muito receptivo e concordou em participar de imediato. No decorrer da semana, ele não respondeu mais as mensagens e não compareceu no grupo focal. Um fato pode ter motivado a não participação do mesmo: na semana que antecedeu a pesquisa, houve um conflito nas redes sociais entre algumas pessoas negras, militantes e estudiosas e uma integrante do COMDECON que convidara um Babalorixá branco para ministrar um estudo sobre as religiões de Matriz Africana em um evento organizado pelo conselho.

Torna-se importante mencionar, que também houve dificuldade em conseguir contato de pessoas negras transgênero, mesmo com o apoio de uma

²⁰ Vide apêndice.

liderança do movimento negro que participa do movimento LGBTQIAPN+²¹. A liderança disse que conversou com algumas pessoas, mas elas estavam com receio de participar do grupo focal por não conhecerem as(os) demais participantes, haja vista os preconceitos e discriminações sofridas diariamente, além dos altos índices de LGBTQIAPN+fobia no país que culminam em assassinatos²².

Com uma professora universitária, agendou-se contato telefônico, desmarcado duas vezes devido a compromissos profissionais e pessoais da mesma. Ela preferiu conversar por áudio no *WhatsApp* e respondeu por mensagem de texto se desculpando e dizendo que não poderia ajudar, pois não fazia parte e não gostava da temática do movimento negro e do racismo, afirmando que não ajudaria muito na pesquisa e se colocando à disposição para quaisquer outras coisas. Um promotor público justificou a não participação pelo fato de estar em viagem. Não foi possível alterar a data em razão da maioria das pessoas estarem disponíveis somente no dia agendado. Outras recusas por motivo de viagem foram de uma mulher que é liderança em uma igreja Pentecostal e de outra que é liderança da Congada e Folia de Reis.

Para todas as pessoas que aceitaram participar, foi enviado por *WhatsApp* o projeto, roteiro, data, horário e local do grupo. Na semana anterior ao grupo focal, a pesquisadora fez novo contato explicando sobre TCLE, solicitou autorização para filmar o encontro e enviou por *WhatsApp* um formulário²³ criado no *Google Forms* para identificar o perfil e registrar os dados pessoais das(os) participantes. No dia do grupo focal, também foi enviada a localização em que a atividade ocorreria, reiterando o horário acordado.

Para definir o espaço físico, pensou-se em um local de fácil acesso e que proporcionasse cumprir os protocolos determinados pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Comitê COVID da UNESP, sendo o uso do CRAS autorizado pela gestão da Secretaria Municipal de Ação Social.

²¹ A sigla se refere as pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binária e demais orientações sexuais e de gênero, representando a pluralidade.

²² De acordo com o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), pelo 14º ano consecutivo o Brasil se mantém no rank do país que mais assassina pessoas transexuais e travestis, registrando 131 assassinatos no ano de 2022, destaca-se que devido as subnotificações, esse número é ainda maior. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

²³ Vide Apêndice.

Assim, o grupo focal ocorreu em um único encontro no dia 30 de julho de 2022, sábado, das 15h00 às 18h00, em um CRAS da cidade de Franca (SP), com a participação (quadro 2) de onze convidadas(os) e com assistência técnica de uma profissional que realizou a filmagem e deu apoio, acolhida e afeto em toda as fases da pesquisa.

Quadro 2 – Data, horário e local de realização do grupo focal

Data	Local	Participantes
30/07/2022	CRAS de Franca (SP)	Núbia, Dandara, Abayomi, Zuri, Amara, Malú, Tupac, Jawari, Yera, Akin, Padre.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Grupo Focal.

O espaço físico do CRAS foi organizado com antecedência de forma acolhedora para que as pessoas pudessem sentar em círculo e as duas filmadoras fossem posicionadas estrategicamente para não inibir as(os) participantes. Todas e todos foram recebidas(os) com muito afeto e com comida e bebidas, respeitando os protocolos de prevenção a Covid-19.

A pesquisadora iniciou o grupo focal agradecendo a presença de todas(os), novamente solicitou autorização para filmar e utilizar o aplicativo de transcrição de áudio em seu celular, pediu para que lessem e assinassem o TCLE e explicou a presença da profissional que estava ofertando assistente técnica nas filmagens. Em seguida, foi realizada uma breve chamada de vídeo pelo *google meet* com o Prof. Dr. Dagoberto, orientador da pesquisa, que agradeceu a todas(os) e pontuou a importância do grupo focal e da pesquisa. Logo em seguida o professor orientador saiu da reunião do grupo citado.

Posteriormente, a pesquisadora explicou a metodologia do grupo focal e seu papel enquanto mediadora, lembrou os objetivos do estudo, informou que já havia realizado seis entrevistas de depoimentos de histórias de vida e que no grupo focal seriam trabalhadas questões relacionadas aos objetivos da pesquisa.

Após todas e todos se apresentarem, haja vista que algumas e alguns não se conheciam, ocorreram quatro rodadas de perguntas organizadas e agrupadas de acordo com o desenvolvimento do grupo e que constavam no roteiro que fora elaborado e enviado com antecedência para as(os) participantes:

- Quando e como foi que vocês se descobriram negras e negros? Quando isso aconteceu e como foi?
- Porque algumas pessoas têm dificuldade de se identificar enquanto negras? Tem pessoas negras francanas que são referências para vocês e que gostariam de citar?
- Pensando nas memórias, identidades e resistência, pensando na vida de vocês hoje enquanto pessoas pretas, como é a vivências de vocês em Franca, em relação ao trabalho, acesso à saúde, em especial neste período de pandemia, na religião, na cultura, no lazer, na política?
- Como superar os racismos relatados neste encontro? Tem alguma coisa aqui na cidade que para vocês é muito difícil de acessar? Tem mais alguma outra colocação que gostariam de realizar?

Em todos os momentos do grupo focal, houve a participação ativa de todas as pessoas, que interagiram e trouxeram importantes memórias, reflexões e proposições quanto às relações étnico-raciais na cidade de Franca (SP) e no país, tendo momentos de convergência e divergência em suas narrativas, vivências e posicionamentos. Somente um participante não pode ficar até o final por conta de um compromisso que já havia comunicado anteriormente.

A pesquisadora finalizou o grupo focal, agradecendo novamente a presença das(os) participantes e reiterando sobre as formas que ocorrerão as devolutivas à sociedade no final do estudo.

2.5 Tratamento, análise e interpretação das narrativas

As entrevistas e o grupo focal foram transcritos, realizando uma edição simples, sem alteração do conteúdo. Foram retirados apenas os excessos de vício de linguagem para que a leitura ficasse mais fluente. Destaca-se que em alguns momentos eles foram mantidos por demarcarem características regionais, que também são abordadas nessa pesquisa. Por questões éticas, foram abreviados os nomes de pessoas citadas pelas(as) participantes da pesquisa, com exceção daquelas apontadas como referências em Franca (SP), haja vista a importância de nomeá-las e evidenciá-las para toda a sociedade, em especial para a população negra francana.

O uso de dois gravadores de voz e de duas filmadoras foram fundamentais para as transcrições, análises e interpretações das narrativas, de modo a prevenir possíveis falhas e defeitos dos equipamentos, bem como, garantir o acesso às falas das(os) participantes com qualidade e exatidão.

Para Minayo (2015, p. 69) “[...] dentre os instrumentos de garantia da fidedignidade o mais usual é a gravação da conversa”. Thompson (1992, p.41) afirma que “as gravações demonstram como é rica a capacidade de expressões de pessoas de todas as condições sociais”. Assim, foi possível registrar os silêncios, os risos, os choros e as entonações de voz, enquanto elementos relevantes para o estudo.

Outro facilitador, consistiu na utilização do aplicativo no celular que transcreveu instantaneamente os áudios captados para texto. Esta ferramenta transcreveu corretamente cerca de noventa por cento das palavras, entretanto, foi necessário ouvir as gravações para realizar as correções e pontuações, além de ser extremamente importante escutar novamente os ditos (dizível) e os não ditos (indizível), as pausas, os esquecimentos e confusões, os variados tons de vozes que demonstravam emoções e sentimentos diversos, sendo todos estes também transcritos e interpretados.

Para Martinelli e Lima (2019, p. 111),

O tempo, na entrevista, é constituído de palavras e silêncios, e definidos pelo narrador. O ritmo, a entonação e fluidez da narrativa revelam o que flui na memória e o que está distante, o que se quer lembrar e o que se quer esquecer, o que se quer contar e o que não se deseja compartilhar.

Assim, para a transcrição do indizível, utilizou-se as orientações de Delgado (2010, p. 29) em que as narrativas confusas foram colocadas entre colchetes; as pausas, os silêncios, as dúvidas e as hesitações estão identificadas através de reticências; os sorrisos e risadas foram assinaladas com a palavra riso escrita entre parênteses; enquanto que as entonações de voz, estão em negrito.

Quanto ao tratamento e a interpretação das narrativas, recorreu-se a Análise de Discurso que:

[...] pressupõe o discurso enquanto situado em um contexto sócio-histórico e considera que ele só pode ser compreendido se relacionado com o processo cultural, socioeconômico e político nos quais o discurso acontece, crivado pelas relações ideológicas e de poder. Importa, nesse sentido, o processo, o ato da fala, o sentido elaborado no momento da

produção do discurso, com todas as injunções subjetivas – desejos, instintos -, determinações sociais – ideologias, contradições e formas linguísticas -, incoerências, repetições, omissões (Chizzotti, 2006, p.121).

Nesta perspectiva, a Análise de Discurso propiciou que fossem interpretados os ditos e os não ditos, as emoções, os sentimentos, os silêncios e as formas como as(os) participantes da pesquisa compreendem no momento atual, as situações vividas em outros contextos históricos, culturais, econômicos e sociais, bem como permitiu que as memórias narradas durante as entrevistas e grupo focal, dialogassem com outros referenciais teóricos.

Orlandi (2015, p. 26) explicita a riqueza da Análise de Discurso por possibilitar que os resultados dos estudos sejam interpretados a partir dos “[...] diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de que partiu”. A autora destaca que:

[...] não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação (Orlandi, 2015, p. 58-59).

Para tanto, um dos primeiros passos foi a construção do *corpus* a partir das narrativas das e dos participantes da pesquisa e de conceitos teóricos, sempre considerando o objetivo do estudo (Orlandi, 2015).

Como as narrativas obtidas durante a pesquisa foram diversas, tornou-se necessário o agrupamento por categorias, o que facilitou o tratamento e a interpretação (Gil, 2008, p. 157). Inicialmente, no projeto de pesquisa, classificou-se preliminarmente as seguintes categorias: memórias, identidades étnico-raciais, classe social, gênero, raça-etnia, origem/região, geração, religião e crença, que seriam dialogadas com autoras e autores como Michael Pollack, Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Antonio da Costa Ciampa, Karl Marx, Dagoberto José Fonseca, Tais Pereira de Freitas, Lucilia de Almeida Neves Delgado, Jacques Le Goff, Sergio Luiz de Souza, Abdias Nascimento, Neuza Santos Souza, Carolina Maria de Jesus, Carlos de Assumpção, entre outras(os).

Contudo, observado o cronograma previsto no projeto e o prazo estabelecido pelo Programa de Pós-graduação, optou-se em interpretar as

categorias que mais se repetirem nas narrativas das(os) participantes da pesquisa e dialogaram com os objetivos do estudo, sendo elas: memórias, identidades étnico-raciais, classe social e gênero. Porém, as demais categorias por serem fluídas e estarem entrelaçadas e em movimento e pertencerem a um todo, também foram evidenciadas durante o debate e reflexões realizadas ao longo desta tese.

3 AS NEGRAS E OS NEGROS PARTICIPANTES DA PESQUISA DE CAMPO

Eu sou o laço bem dado
 Eu sou a flecha que voa
 Eu sou o tempo fechado
 O vento e a garoa
 Eu sou o Sol que alumia
 Que queima e que orienta
 Eu sou um pouco de açúcar
 Sou dendê e pimenta
 (MC THA²⁴, 2019).

Participaram das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, um total de seis pessoas, sendo três mulheres negras e três homens negros, enquanto que no grupo focal houve a participação de onze pessoas, em que seis eram mulheres negras e cinco homens negros. Assim, na pesquisa de campo, o número total de participação foi de dezessete pessoas negras.

Apenas três mulheres e um homem escolheram seus pseudônimos: Ialodê, Maria da Penha, Malú e Padre. As outras pessoas receberam os seguintes nomes africanos²⁵, definidos pela pesquisadora de acordo com a sua percepção quanto às características físicas e psicológicas das(os) mesmas(os) e/ou suas vivências: Akilah (inteligente, que tem razões), Ayo (alegria), Ayana (flor bonita), Nassor (vitorioso), Núbia (mulher negra, forte, original, mãe de uma nação), Dandara (princesa guerreira), Abayomi (nascida para me trazer alegria), Zuri (bela), Amara (graça, misericórdia), Tupac (guerreiro, líder, mensageiro), Jawari (paz amorosa), Yera (guerreiro) e Akin (homem valente, guerreiro, herói).

Ao serem capturadas(os), escravizadas(os) e vendidas(os), as africanas e africanos tiveram seus nomes trocados pelos traficantes e quando batizadas(os) na igreja católica, recebiam nomes bíblicos e de santos. Por isso, a escolha de pseudônimos africanos consistiu em uma forma simbólica de restituir uma importante identidade: o nome.

A priori serão apresentadas as pessoas e posteriormente realizar-se-á alguns apontamentos sobre origem, naturalidade, idade, religião, estado civil, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero, escolaridade, ocupação profissional, renda, participação em coletivos e movimentos sociais.

²⁴ MC THA. Comigo ninguém pode. In: MC THA. **Rito De Passá**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FF9W8Glyccc>. Acesso em: 14 jun. 2023.

²⁵ Vide Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/significados-dos-nomes-proprios-africanos/>. Acesso em: 15 mar 2022.

3.1 Identificação das e dos participantes das entrevistas de depoimentos de histórias vida

- Akilah: homem, negro, heterossexual, católico, tem 85 anos, mas na verdade 86, pois foi registrado um ano após o seu nascimento, fato que antigamente era corriqueiro devido ao precário acesso aos Cartórios de Registro Civil. Nasceu na fazenda Bocaina, em Franca (SP), morou um ano em Araraquara (SP) e quatro anos em Ponta Grossa (PR) e desde então reside em sua cidade natal. Estudou até o 4º ano do ensino fundamental, está aposentado com valor de R\$1.900,00. É casado com uma mulher branca e tem dez filhos(as). Seu pai era natural de Cassia (MG) e sua mãe de Franca (SP). Ambos são falecidos, eram negros e trabalhavam como lavradores.
- Maria da Penha: mulher, negra, heterossexual, católica, tem 83 anos. Nasceu na fazenda Jaborandi, em Cristais Paulista (SP), morou em muitas fazendas da região e mudou para a zona urbana de Franca (SP) por volta dos 18 anos de idade para trabalhar como empregada em casas de famílias. Estudou até o 1º ano do ensino fundamental, está aposentada com valor de um salário mínimo. É casada com um homem negro e não tem filhos(as). Seu pai e sua mãe são falecidos, eram negros e trabalhavam na roça. Não recorda a cidade onde nasceram, apenas que foi no Estado de São Paulo.
- Ialodê: mulher, negra, heterossexual, no momento não participa de nenhuma religião e tem 61 anos. Nasceu no Rio de Janeiro (RJ) e está morando em Franca (SP) há cerca de oito anos. Possui ensino superior completo, está aposentada com valor de R\$4.000,00. É solteira e tem um filho. Seu pai trabalhava como militar e sua mãe era do lar. Ambos eram negros, nasceram na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e são falecidos.
- Ayo: homem, heterossexual, se identificou enquanto pardo e foi repellido por Ayana que o questionou: “*que pardo? É negro!*” (risos) e ele respondeu: “*é o modo de falar*”. É católico e tem 63 anos. Nasceu em São Paulo (SP), mas reside em Franca desde os 24 anos de idade. Estudou até o 7º ano do ensino fundamental, trabalha na construção civil com salário médio de R\$3.000,00. É casado com Ayana e não tem filhas(os). Seus pais são falecidos, eram negros,

o pai era pedreiro e nasceu na Bahia, a mãe trabalhava como empregada em residências e nasceu em São Tomás de Aquino (MG).

- Ayana: mulher, negra, heterossexual, católica, tem 67 anos. Nasceu em Franca (SP) e sempre morou na cidade. Estudou até o 7º ano do ensino fundamental, está aposentada, mas continua trabalhando como empregada em uma residência. Somando a aposentadoria e salário do trabalho, recebe uma média de R\$2.000,00 por mês. É casado com Ayo e não tem filhas(os). Seus pais são falecidos, eram negros, o pai era pedreiro e nasceu em Rifaina (SP), a mãe trabalhava como empregada em residências e nasceu em Igaçaba (SP).
- Nissor: homem, negro, heterossexual, católico, tem 93 anos. Nasceu em Ibiraci (MG) e mora em Franca (SP) desde os 14 anos de idade. Estudou até o 4º ano do ensino fundamental, recebe dois salários mínimos, um como aposentado e outro de pensão por morte da esposa. É viúvo, a esposa era negra, tiveram cinco filhas(os). Seus pais são falecidos, nasceram em Ibiraci (MG), o pai trabalhava como pedreiro e a mãe como empregada em residências.

3.2 Identificação das e dos participantes do grupo focal

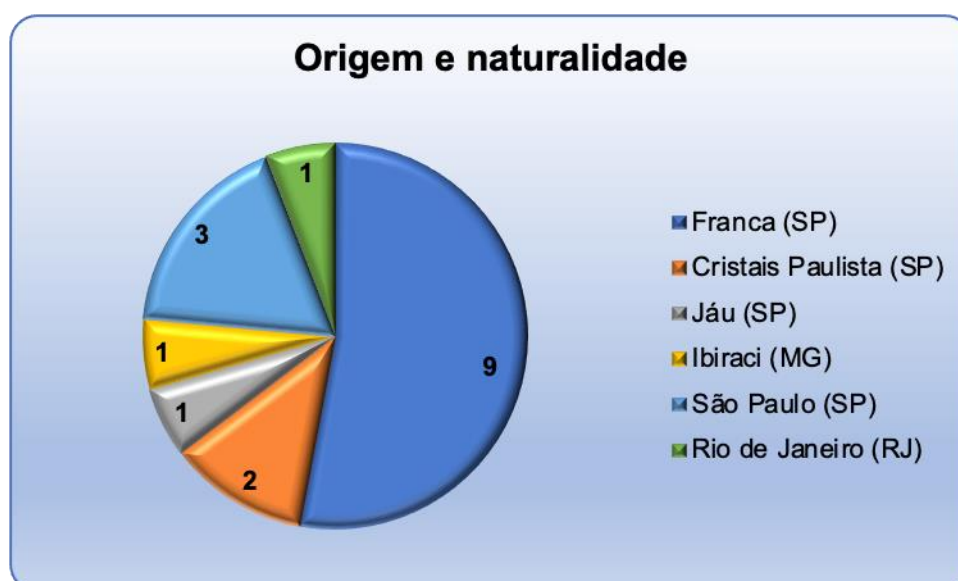
- Yera: homem, preto, cis gênero, heterossexual, vivendo em união estável com sua companheira, pai de dois filhos pretos. Tem 42 anos, ensino superior incompleto, é praticante do catolicismo e da umbanda. Nasceu em São Paulo (SP) e reside em Franca (SP) há vinte sete anos.
- Zuri: mulher, preta, cis gênero, heterossexual, casada, mãe de dois filhos. É católica, francana e possui o ensino superior completo. Tem 39 anos e sempre residiu em Franca (SP).
- Abayomi: mulher, preta, cis gênero, heterossexual, solteira, mãe de três filhos pretos. Possui o ensino superior incompleto, é evangélica e tem 50 anos. Natural de Franca (SP), morou em outros municípios e faz 22 anos que voltou a residir na cidade.
- Padre: homem, preto, cis gênero, celibatário, solteiro e não possui filhos. Francano, católico, com ensino superior completo. Tem 53 anos, sempre morou em Franca (SP), saindo da cidade somente para estudar.

- Tupac: homem, preto, cis gênero, heterossexual, casado, pai de duas filhas e um filho, todos pretos. Tem 82 anos, é católico, francano, sempre morou na cidade e possui o ensino médio completo.
- Malú: mulher, preta, cis gênero, heterossexual, solteira, não possui filhos. Francana, católica, possui pós-graduação. Está com 68 anos e sempre residiu em Franca (SP).
- Amara: mulher, preta, cis gênero, heterossexual, casada, teve três gestações e dois filhos estão vivos. É católica e possui pós-graduação. Está com 54 anos, nasceu em São Paulo (SP) e reside em Franca (SP) há mais de 40 anos.
- Jawari: homem, preto, cis gênero, heterossexual, casado, pai de cinco filhos. Está com 57 anos, é católico e possui ensino fundamental completo. Nasceu em Cristais Paulista (SP) e reside em Franca (SP) há mais de 50 anos.
- Akin: homem, preto, cis gênero, heterossexual, casado, pais de dois filhos pardos. Está com 36 anos, é francano, evangélico, possui pós-graduação e sempre morou na cidade.
- Dandara: mulher, preta, cis gênero, heterossexual, casada, mãe de cinco filhos negros. É evangélica, possui ensino superior completo e tem 51 anos. Nasceu em Jaú (SP) e reside em Franca (SP) há 36 anos.
- Núbia: mulher, preta, cis gênero, homossexual lésbica, solteira, não tem filhos. Francana, praticante do Candomblé, possui ensino superior completo e está com 54 anos. Morou fora da cidade e atualmente reside nela há mais de 31 anos.

3.3 Origem, naturalidade e tempo de moradia em Franca (SP) das e dos participantes da pesquisa

No tocante à origem e naturalidade, o gráfico 1 demonstra que 09 pessoas, ou seja, a maioria, nasceram na cidade de Franca (SP); 03 são naturais de cidades paulistas da região e 01 de cidade mineira vizinha; 03 são oriundas da capital paulista e 01 da capital do Rio de Janeiro. Somente as três pessoas mais velhas, que participaram das entrevistas de depoimentos de vida, nasceram na zona rural.

Gráfico 1: Origem e naturalidade das e dos participantes da pesquisa de campo

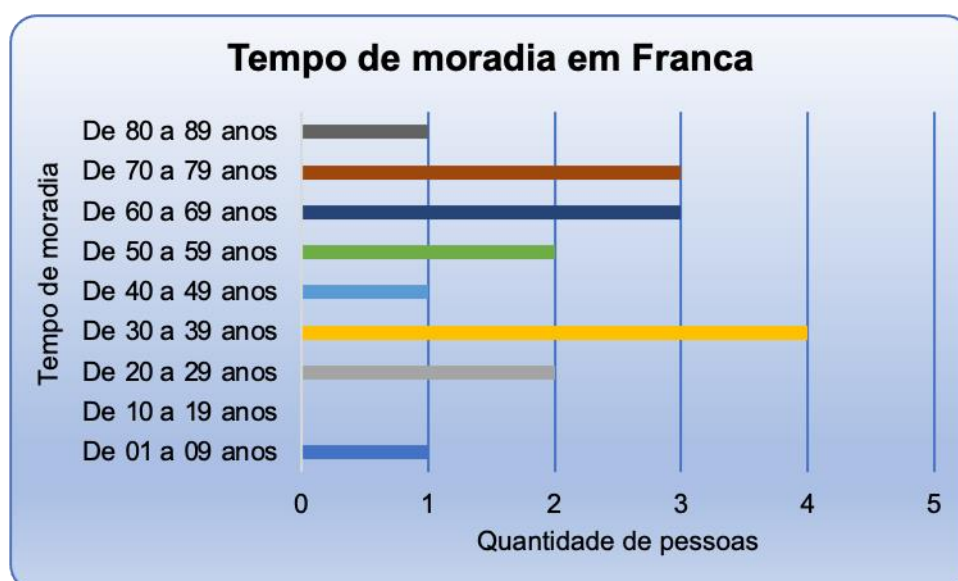


Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

De acordo com Sodré (1988, p. 14), “[...] o território aparece assim como um dado necessário à formação de identidade grupal/individual, ao reconhecimento de si por outros”. Portanto, a origem e região consistem em importantes marcadores para construção das identidades étnico-raciais, haja vista a grande influência que exercem na cultura, linguagem, crenças, religiões, hábitos e costumes, inclusive na economia e na política, forjando uma identidade territorial, que apesar de não ser estática, pode reverberar por longo espaço de tempo.

No que se refere ao tempo de moradia em Franca (SP), como exposto no gráfico 2, com exceção de uma pessoa, as demais residem no município há mais de 20 anos, sendo que 03 sempre moraram na cidade.

Gráfico 2: Tempo de Moradia em Franca (SP) das e dos participantes da pesquisa de campo



Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

Os diversos tempos de moradia permitiram que as(os) participantes evocassem memórias de diferentes décadas e contextos da cidade, inclusive aquelas memórias que foram narradas por suas(seus) antepassadas(os).

Uma questão observada consiste no trânsito e travessia das(os) participantes da pesquisa, que remete a uma das características iniciais do período de formação da cidade, já que os primeiros povoamentos ocorreram a partir das pessoas que estavam em trânsito e faziam paradas para pousos. Muitas(os) participantes, apesar de terem nascido em Franca (SP), residiram por alguns períodos em outros locais, além da vinda de pessoas de outras cidades e Estados, sendo diversas as motivações desses trânsitos como trabalho, estudo, vínculos familiares, entre outras.

Nassor, participante das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, destacou que em meados da década de 1940, houve um trânsito de negras(os) francanas(os) para a capital paulista em busca de melhores condições de vida:

Tinha uns negros aqui que tinha até casa de aluguel, na praça Barão, moraram aqui muito tempo, passou uns tempos eles mudaram tudo pra São Paulo. O povo daqui é assim, aqueles negros que morava aqui, a maior parte, os antigos, foi morando, morando, foi indo tudo pra São Paulo. Aqui agora tem emprego, mas, eles saíam da cidade vizinha aí e ia tudo direto pra São Paulo. Então os que queriam, que foram para São Paulo, em mil novecentos e... no tempo do Ademar de Barros, fez a vida lá, tem casa, tudo, terreno. Quem vai pra São Paulo agora, vai lá só... só

ilusão, vem falando sozinho, é difícil conseguir dinheiro pra comprar casa, o dinheiro fica tudo na condução, você mora lá em São Paulo, você vai morar, você tem que tomar às vezes, duas condução pra ir no centro (Nassor).

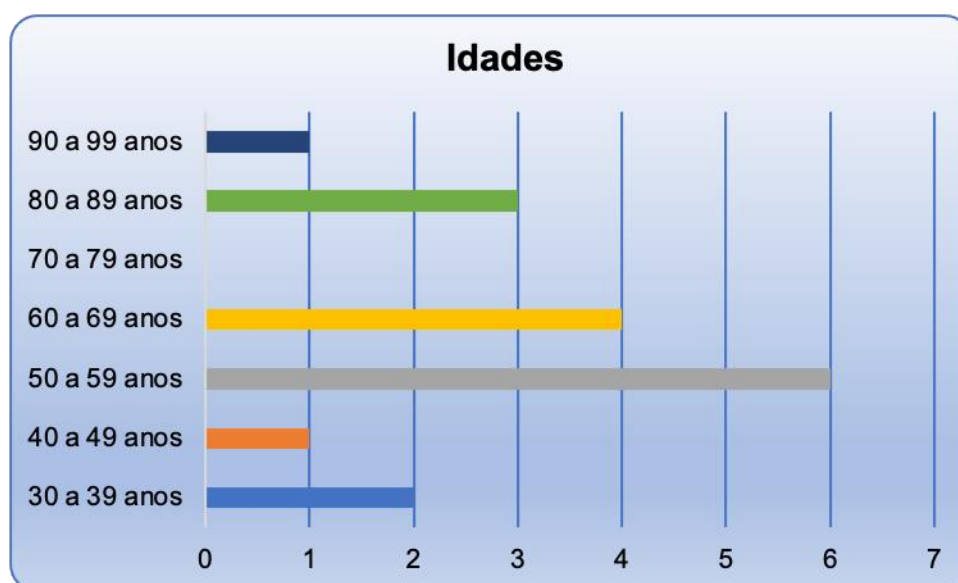
Tais travessias e trânsitos ocorreram também com Carolina Maria de Jesus, que veio de Sacramento (MG), morou um período em Franca (SP) e se mudou para São Paulo (SP); com Carlos de Assumpção, que veio de outras cidades; com Maria de Lourdes Vale do Nascimento e Abdias Nascimento, que se mudaram para o Rio de Janeiro (RJ); inclusive com a autora deste estudo que retornou para Franca (SP), após residir em outros municípios paulistas.

3.4 Idade e estado civil das e dos participantes das pesquisas

As e os participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vidas são todas pessoas idosas, inclusive um dos homens tem 93 anos de idade. No grupo focal, as idades variaram entre 36 a 82 anos, novamente possibilitando apresentar memórias e vivências plurais.

Observa-se no gráfico 3, que a maioria das e dos participantes da pesquisa de campo possuem idade entre 50 a 69 anos.

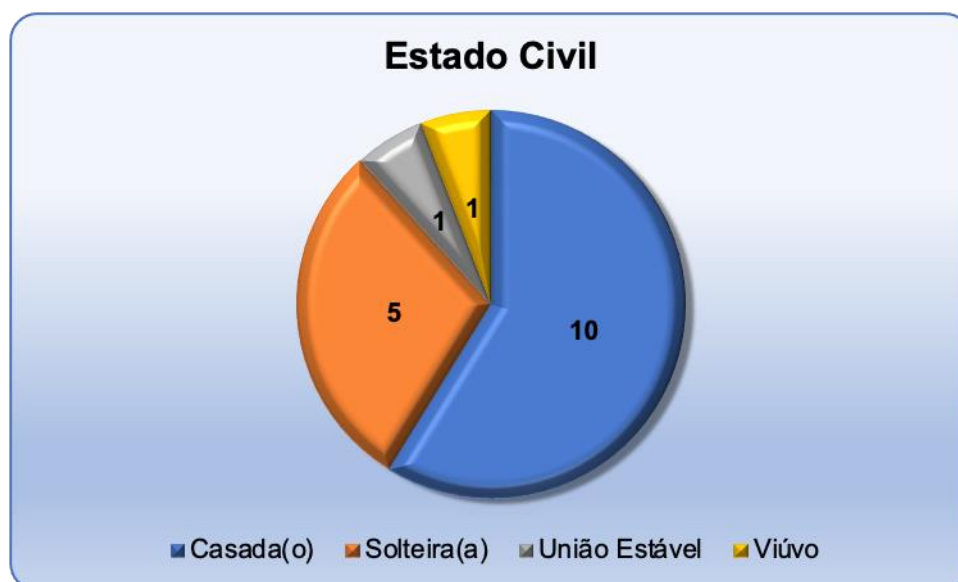
Gráfico 3: Idades das e dos participantes da pesquisa de campo



Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

Quanto ao estado civil (gráfico 4), a maioria das pessoas é casada, contudo, destaca-se que cinco são solteiras, uma delas é o Padre que vive o celibato e as outras quatro são mulheres.

Gráfico 4: Estado Civil das e dos participantes da pesquisa de campo



Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

Ao ser questionada sobre a idade que começou a namorar, Maria da Penha respondeu: “[...] comecei a namorar já estava bem velhinha, estava com 46 anos, eu não era assim de namorar, essas coisas de jeito nenhum”. Já, Ialodê disse que começou a namorar com 24 anos e teve somente um namorado sério. Maria da Penha também teve um único namorado com o qual se casou.

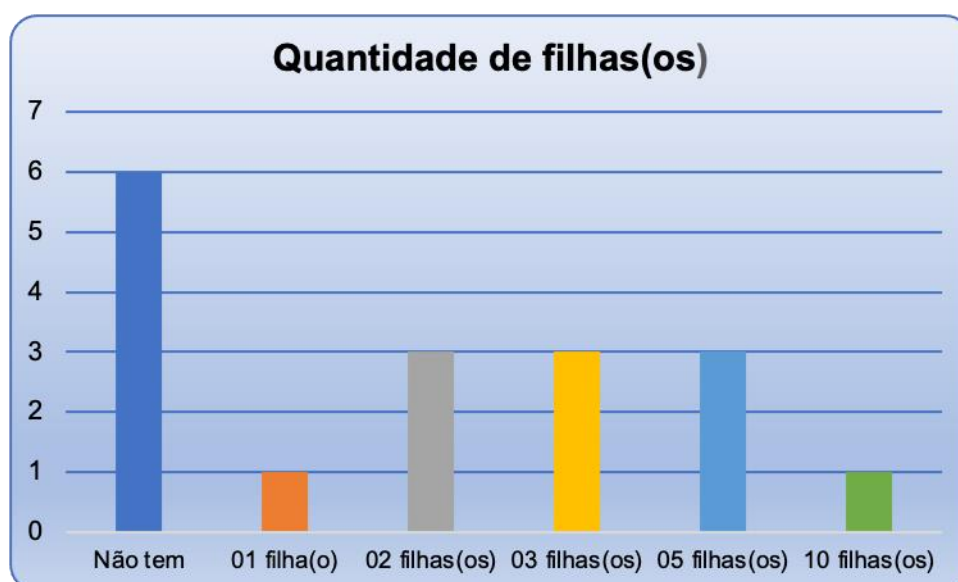
Tais narrativas e os dados sobre o estado civil, remetem ao debate sobre a solidão²⁶ da mulher negra, que devido aos racismos, nas relações cisheteronormativas, muitas vezes, são preteridas até mesmo entre os homens negros.

²⁶ A solidão da mulher negra não está restrita somente às relações conjugais, sexuais e afetivas, mas também aos aspectos políticos, culturais e econômicos, impactando na construção e/ou no fortalecimento de sua identidade étnico-racial. Vide: SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra:** sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3915>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Maria da Penha e Ayana, que participaram das entrevistas de depoimentos de vidas, se casaram com idades acima da média²⁷, respectivamente com 47 anos e 35 anos de idade e não conseguiram engravidar. Ao serem questionadas se tinham filhas(os), Maria da Penha respondeu: “*Não tive, uma árvore que não deu frutos*” e Ayana disse: “*Deus não me deu*”. Recordando-se as entonações das vozes e as expressões faciais das mesmas, ficou nítido o sofrimento por não terem engravidado, sentimento fortalecido pela sociedade machista e sexista brasileira, que impõe veemente a maternidade biológica para as mulheres, enquanto parte do papel construído socialmente.

Além de Maria da Penha e Ayana, mais quatro pessoas não tiveram filhas(os), como disposto no gráfico 5. Com exceção do Padre, não é possível afirmar o motivo, haja vista que esse assunto não foi aprofundado durante as entrevistas por não consistir no foco do estudo.

Gráfico 5: Quantidade de filhas(os) das e dos participantes da pesquisa de campo



Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

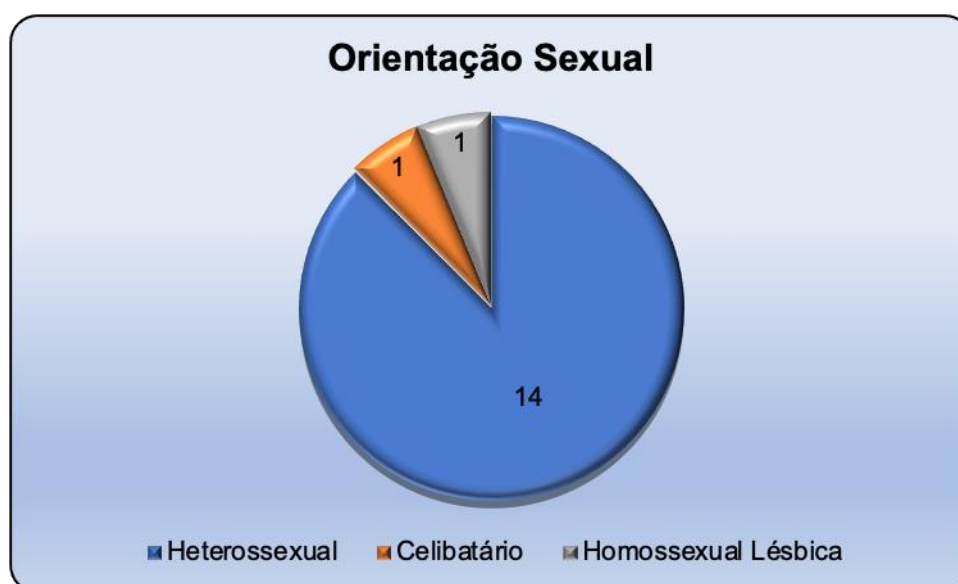
Ainda, sobre a cor e a raça das(os) filhas, somente um participante do grupo focal declarou a cor parda. As demais pessoas informaram que suas filhas e filhos possuem a cor preta.

²⁷ Na década de 1970, a idade média das mulheres brasileira em contrair o matrimônio era de 23 anos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/FatoseNmerosCasamento.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

3.5 Sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero das e dos participantes da pesquisa

Em relação ao sexo biológico, oito participantes informaram o sexo masculino e nove o feminino. Quanto à orientação sexual, a maioria se declarou heterossexual (gráfico 6), predominando o padrão social cisheteronormativo:

Gráfico 6: Orientação sexual das e dos participantes da pesquisa de campo



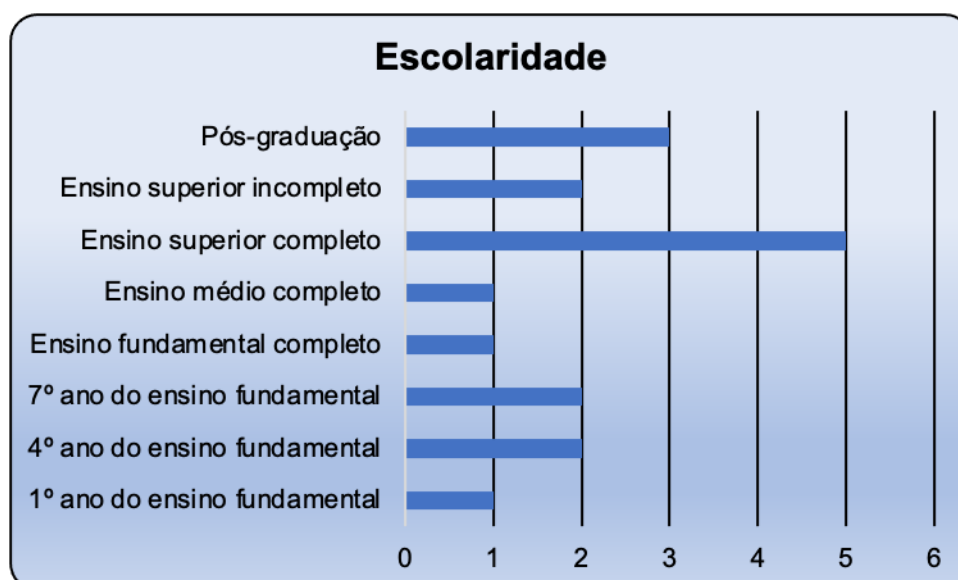
Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

O padrão cisheteronormativo também predominou em relação à identidade de gênero, sendo que todas(os) as(os) participantes se identificaram como cisgênero.

3.6 Escolaridade, ocupação profissional e renda das e dos participantes da pesquisa

Referente à escolaridade (gráfico 7), oito pessoas concluíram o ensino superior, inclusive três fizeram pós-graduação. Duas pessoas possuem ensino superior incompleto, uma possui o ensino médio completo, outra o ensino fundamental completo e cinco não concluíram o ensino fundamental.

Gráfico 7: Escolaridade das e dos participantes da pesquisa de campo



Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

Observa-se que as cinco pessoas que não concluíram o ensino fundamental são as mais idosas que participaram das entrevistas de depoimentos de histórias vida e relataram terem parado de estudar para trabalhar e auxiliar financeiramente suas famílias.

Maria da Penha relatou: *“estudei lá na roça assim, mas muito pouco. Acabava de sair da escola, não tinha nem tempo de, como é que fala, as lições que passava, que a professora passava. Trocava de roupa, comia, ia trabalhar”*. Akilah rememorou que *“[...] com uns 9 anos a gente ia para escola, a gente trabalha de manhã, ia para escola a tarde, voltava e ia trabalhar outra vez”*.

Ao serem questionados sobre o motivo de não terem concluído o ensino fundamental, Ayana respondeu: *“eu porque a minha mãe não tinha condições né, comprar assim, caderno, as coisas, então ela falou: ah, minha filha, você já sabe ler e escrever mesmo”*. Enquanto Ayo relatou que: *“eu parei, aí só trabalhava para ajudar em casa, nós somos em oito, era tudo pequeno, então os mais velhos tinham que trabalhar para ajudar em casa”*. Nassor disse que: *“A eu fiz até a quarta série. Naquele tempo estudava só até a quarta série”*, ele voltou a estudar quando tinha 14 anos, mas não concluiu por ter que trabalhar: *“Eu estudei uns meses na industrial e depois larguei, tinha que trabalhar de dia e estudar à noite, como foi para estudar a noite, aí não deu”*.

Ainda hoje, a população negra é a que apresenta maior evasão escolar²⁸ e que se encontra no topo das estatísticas²⁹ do trabalho infantil, inclusive nas piores formas do mesmo, como a exploração sexual e o tráfico de drogas.

Em contraponto, constata-se um aumento no acesso da população negra no ensino superior e pós-graduação, em especial após a implantação das políticas afirmativas, referente às reservas de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. Mas o índice ainda é menor em relação ao ingresso e permanência da população branca³⁰.

Quanto à ocupacional profissional, nove pessoas estão aposentadas, porém cinco delas permanecem trabalhando, algumas devido a questões financeiras. Em relação às últimas funções exercidas ou em exercício, como disposto no gráfico 8, nota-se que a população negra tem adentrado algumas profissões que até então eram de predomínio da branquitude, como advocacia, pedagogia, chefia, coordenação, produção cultural, radiocomunicação, entre outras.

²⁸ De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020, as porcentagens de adolescentes de 16 anos que concluíram o ensino fundamental no ano de 2019, em relação à cor/raça foi de 74,7% pardas(os), 69,4% pretas(os) e 86,6% brancas(os), sendo a diferença entre brancas(os) e pardas(os) de 11,9% e entre brancas(os) e pretas(os) de 17,2%. Os percentuais são ainda mais discrepantes quanto às(aos) jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio no mesmo ano, sendo 75% da cor/raça branca, 59,7% parda e 58,3% preta. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/ensino-fundamental.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

²⁹ As pesquisas realizadas nos anos de 2020 e 2021, pela Secretaria de Ação Social de Franca, apontam que das 105 crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil, 69,9% se declararam pretas ou pardas, ou seja, a maioria delas. Dados disponíveis em: https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=10427:relatorio-de-gestao-2021&Itemid=2225. Acesso em: 18 jun. 2023.

³⁰ Conforme o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020, a porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior em relação à população dessa faixa etária (taxa líquida) no Brasil em 2019, referente a cor/raça é de 29,8% brancas, 16,1% pardas e 16,6% pretas. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/educacao-superior.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

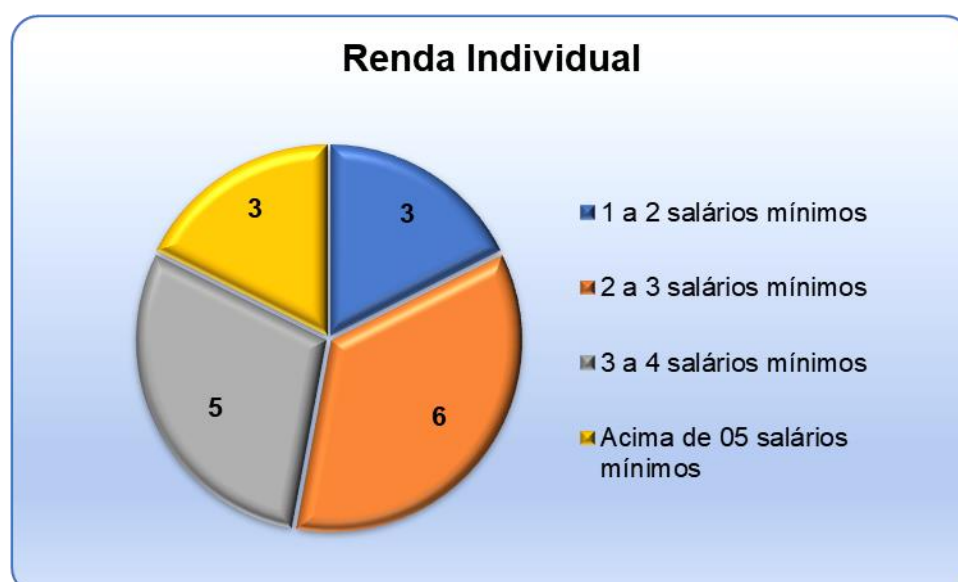
Gráfico 8: Funções exercidas ou em exercício pelas(os) participantes da pesquisa de campo



Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

Em relação a renda individual, todas as e os participantes possuem renda, sendo proveniente de aposentadoria, pensão por morte ou trabalho. De acordo com o gráfico 8, seis pessoas apresentam renda de 03 a 04 salários mínimos, cinco de 02 a 03 salários mínimos, três de 01 a 02 salário mínimos e três pessoas possuem renda acima de 05 salários mínimos.

Gráfico 9: Renda Individual das e dos participantes da pesquisa de campo

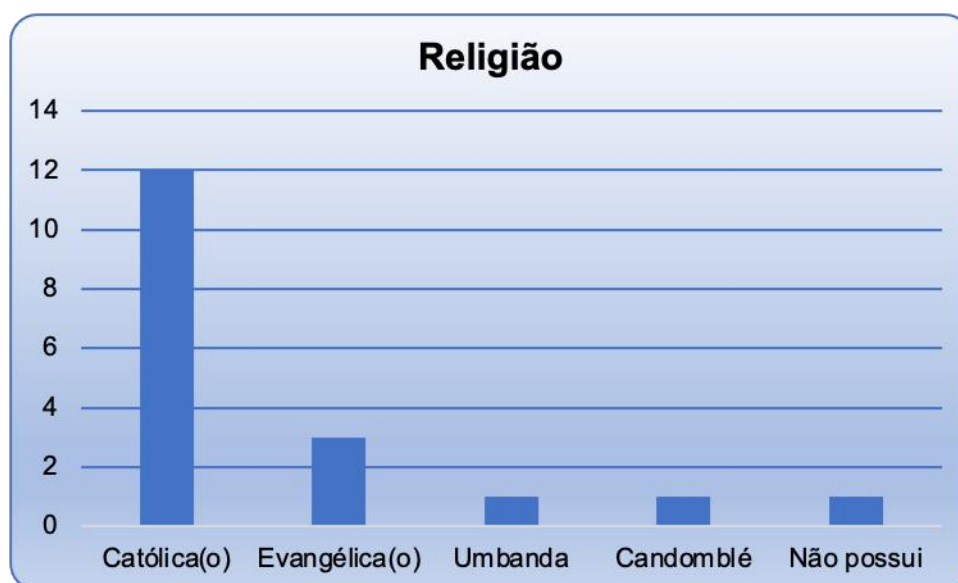


Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

3.7 Religião e atuação em coletivos e movimentos sociais das e dos participantes da pesquisa

Outro dado importante diz respeito à religião, reiterando a influência da igreja Católica Romana em Franca (SP). Observa-se no gráfico 9, que uma pessoa não participa de nenhuma religião e somente duas participam religiões de matriz africana, sendo uma no Candomblé e outra na Umbanda, porém essa última também se declarou católica.

Gráfico 10 – Religião das e dos participantes da pesquisa de campo

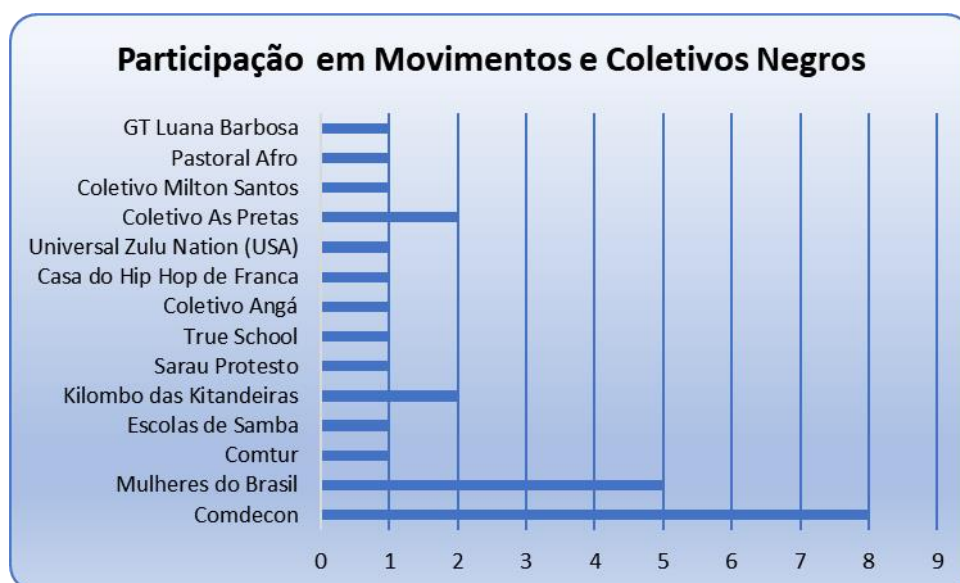


Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

No que tange à atuação em movimentos e coletivos negros, identifica-se que a maioria das pessoas participa ativamente de tais atividades, inclusive compondo em mais de um espaço. Somente quatro pessoas relataram que atualmente não participam de nenhum movimento e coletivo negro, o que não significa que elas não estejam em movimento e atuantes na luta antirracista, sendo referências e redes de apoio e solidariedade para a população negra.

Foram citadas as participações em 14 espaços de movimentos e coletivos negros (gráfico 10), sendo o COMDECON o que congregava a maior parte das pessoas, demonstrando sua legitimidade enquanto conselho de direito e de representatividade da população negra francana:

Gráfico 11: Atuação das e dos participantes da pesquisa de campo em Movimentos e Coletivo Negros



Fonte: elaboração própria com base nos dados das entrevistas e grupo focal.

Por fim, cabe mencionar que na quinta seção serão retomadas as memórias sobre as relações de gênero, classe social e etnia-raça. Entretanto, tornou-se necessário apontar alguns dados iniciais para aproximar e compreender as narrativas das negras e dos negros participantes da pesquisa de campo.

4 SEXTA REGIÃO DA ÁFRICA: FRANCA (SP) E SUAS FAMÍLIAS NEGRAS

Cantar e dançar pra saudar
 O tempo que virá
 Que foi, que está
 Tocar pra marcar
 O rito de passá
 O rito de passá
 (MC THA³¹,2019)

Ao se falar sobre identidades étnico-raciais no Brasil, faz-se necessário compreender o seu processo histórico de formação enquanto nação, considerando que muito antes do ano de 1500 já existiam no país diversas etnias indígenas. Torna-se imprescindível analisar quais foram os portugueses e outros povos que vieram ou foram trazidos de forma violenta e criminosa para o Brasil, principalmente as africanas e africanos.

Ressalta-se a complexidade e a importância do assunto, haja vista a influência europeia existente até os dias atuais:

No Brasil, tecer considerações, fazer interpretações, análises e reflexões sobre as características étnico-raciais tem sido algo complexo na medida em que diversas categorias sociais são postas em concorrência e em diálogo constante, sobretudo porque trazem conceitos, palavras e terminologias estruturadas pelo imaginário europeu para estabelecer e explicar as diferenças entre os povos com a finalidade de exercer e justificar o domínio de alguns sobre outros [...] (Nascimento; Fonseca, 2013, p.51).

É sabido que dos países da América do Sul, o Brasil foi no que o período de escravização mais perdurou, recebendo um número exorbitante de africanas e africanos escravizados na ampla extensão territorial da nação, não sendo possível mensurar o número exato devido ao tráfico ilegal (Moura, 1983). Contudo, “a população negra, no Brasil, até meados do século XIX era superior à branca” (Moura, 1983, p.16), composição que permanece até os dias atuais³².

Para Lima (2018), é incontestável a herança cultural africana no Brasil e a forte ligação com o continente. Ela afirma que:

³¹ MC THA. Rito De Passá. *In*: MC THA. **Rito De Passá**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1DyBYJ0BNc&list=OLAK5uy_nnnzehCQJE4AmTvlwk5FYrzPA29CXBFbs&index=1. Acesso em: 18 maio 2023.

³² De acordo com censo realizado pelo IBGE (2010), somando-se pretos e pardos, 56,2% da população brasileira se autodeclarou negra.

As heranças que nos legaram, em conhecimentos, em espiritualidade e em linguagem faz-nos pertencer à história da África, faz com que essa riqueza imaterial também nos pertença, independentemente de nossa origem familiar. Os brasileiros carregam dentro de si parte da África. E há aqueles que além do pertencimento cultural, também carregam o continente biologicamente, os descendentes biológicos de africanos (Lima, 2018, p. 166).

Fonseca (2021) apresenta o Brasil como a sexta região da África, justamente pelo fato de não haver dispersão, por não ter ocorrido a diáspora da população africana mesmo diante do sequestro, escravização e vinda forçada para o país.

[...] a África não está cindida, não está separada, não está dispersa, ela está juntada e rejuntada nos tempos, nos espaços, nos territórios e nos lugares de e do conhecimento do todo. O conhecimento e a África são indivisíveis e plurais simultaneamente (Fonseca, 2021, p. 22).

Neste direcionamento, não se utiliza o conceito de diáspora ao longo deste estudo, mas sim de sexta região da África ao se referir às relações étnico-raciais no Brasil. E para tanto, ao se pesquisar sobre identidades, memórias e resistências da população negra e analisar a formação social, histórica, cultural, econômica e política brasileira, é fundamental se aproximar da história do continente africano.

Contraditoriamente, mas intencionalmente, enquanto projeto eugenista e de embranquecimento fomentado pelo próprio Estado, grande parte das brasileiras e brasileiros tem acesso à história da África e do próprio processo de colonização no Brasil a partir somente do viés branco e europeu, o que afeta as construções e fortalecimentos das identidades e da cultura da população negra no país. Mesmo com a Lei nº 10.639³³, observa-se que desde a educação básica até a pós-graduação, a maioria dos estudos sobre a África ainda ocorre de forma pontual, superficial e estigmatizada, sendo enfatizado principalmente o período de escravatura e a pobreza existente em alguns países do continente, haja vista que as referências ainda são eurocêntricas.

Yera, participante do grupo focal, relatou sua experiência profissional em escolas da cidade de Franca (SP), pontuando a importância da representatividade, de se ter mais profissionais negras(os) e de se implantar de fato a Lei nº 10.639,

³³ A Lei Federal nº 10.639, sancionada em 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial das Redes de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

fortalecendo o ensino da história e cultura Afro-Brasileira nas escolas municipais e estaduais, afetando também as universidades e, conseqüentemente, fortalecendo as identidades étnico-raciais da população negra e a luta antirracista.

[...] quando a gente chega nas escolas, igual eu trabalhava nas escolas municipais e estaduais, são poucas professoras e professores pretos ali, sabe, e os poucos que tinham eles não traziam essa realidade que é necessário trazer, que é uma das nossas lutas em Franca, a lei 10.639 de fato fazer valer (Yera).

No que tange aos desafios para a implantação e efetivação da Lei nº 10.639/03, Gomes (2012) realiza os seguintes questionamentos:

Como superar paradigmas eurocêntricos nos quais ainda se baseia a discussão sobre a história da África nas universidades e nas escolas? Como os (as) estudantes poderão conhecer o pensamento africano sobre a própria África? Como terão acesso às obras e aos estudos produzidos por autores africanos que tematizam o seu próprio continente? (Gomes, 2012, p.355).

Atrelado a tais questionamentos, reitera-se os perigos de uma única história sobre a África, expostos por Adichie (2009) em uma palestra:

Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando eu disse que, por acaso, a Nigéria tinha o inglês como sua língua oficial. Ela perguntou se podia ouvir o que ela chamou de minha “música tribal” e, conseqüentemente, ficou muito desapontada quando eu toquei minha fita da Mariah Carey. Ela presumiu que eu não sabia como usar um fogão. O que me impressionou foi que ela sentiu pena de mim antes mesmo de ter me visto. Sua posição padrão para comigo, como uma africana, era um tipo de arrogância bem intencionada, piedade. Minha colega de quarto tinha uma única história sobre a África. Uma única história de catástrofe. Nessa única história não havia possibilidade de os africanos serem iguais a ela, de jeito nenhum. Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que piedade. Nenhuma possibilidade de uma conexão como humanos iguais (Adichie, 2009).

A escritora também relata a visão que as pessoas possuem sobre a África, desconsiderando até mesmo que se trata de um continente e o quanto isso influencia e ratifica as desigualdades étnico-raciais no mundo.

[...] Ainda fico um pouco irritada quando se referem à África como um país. O exemplo mais recente foi meu maravilhoso voo de Lagos, dois dias atrás, não fosse um anúncio de um voo da Virgin sobre o trabalho de caridade na “Índia, África e outros países. [...] Se eu não tivesse crescido na Nigéria e se tudo que eu conhecesse sobre a África viesse das

imagens populares, eu também pensaria que a África fosse um lugar de lindas paisagens, lindos animais e pessoas incompreensíveis, lutando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falar por elas mesmas e esperando serem salvos por um estrangeiro branco e gentil (Adichie, 2009).

Portanto, faz-se necessário abordar neste trabalho, mesmo que sinteticamente, uma ínfima parte da história da África contada e escrita através de fontes africanas originais, que dialoga com as memórias, identidades e resistências das(os) participantes da pesquisa. Não se trata de romantizar a história do continente, mas sim de apresentá-la enquanto patrimônio histórico e cultural fundamental para o progresso de toda a humanidade e, assim, compreender quem e quais foram as pessoas sequestradas, escravizadas, vendidas e trazidas de forma violenta para o Brasil e que participaram do processo de construção social, cultural, política e econômica do país e da cidade de Franca (SP), cenário deste estudo.

4.1 Da mãe África ao solo brasileiro

O nome África foi imposto a partir dos romanos, sucedendo o termo Lybia, que significa país dos Lebu ou Lubin do Gênesis. A palavra não possui uma origem definida, existe várias versões³⁴ sobre ela, contudo, passou a denominar o continente desde o final do século I antes da Era Cristã (Ki-Zerbo, 2010).

A África é considerada o berço da humanidade, sendo o único continente onde se encontram todos os estágios do desenvolvimento do ser humano, bem como os utensílios utilizados em cada época. Tal afirmação possui inúmeras comprovações científicas, como por exemplo, as pinturas e gravuras rupestres do Atlas, do sul da África e do Saara, a constatação de que a cerâmica era utilizada

³⁴ Ki-Zerbo (2010, p. 31) cita as seguintes versões:

- A palavra África teria vindo do nome de um povo (berbere) situado ao sul de Cartago: os Afrig. De onde Afriga ou África para designar a região dos Afrig.
- Uma outra etimologia da palavra África é retirada de dois termos fenícios, um dos quais significa espiga, símbolo da fertilidade dessa região, e o outro, Pharikia, região das frutas.
- A palavra África seria derivada do latim aprica (ensolarado) ou do grego apriké (isento de frio).
- Outra origem poderia ser a raiz fenícia faraga, que exprime a ideia de separação, de diáspora. Enfatizemos que essa mesma raiz é encontrada em certas línguas africanas (bambara).
- Em sânscrito e hindi, a raiz apara ou africa designa o que, no plano geográfico, está situado “depois”, ou seja, o Ocidente. A África é um continente ocidental.
- Uma tradição histórica retomada por Leão, o Africano, diz que um chefe iemenita chamado Africus teria invadido a África do Norte no segundo milênio antes da Era Cristã e fundado uma cidade chamada Afrikyah. Mas é mais provável que o termo árabe Afriqiyah seja a transliteração árabe da palavra África.
- Chegou-se mesmo a dizer que Afer era neto de Abraão e companheiro de Hércules!

desde 8000 anos B.P³⁵; além dos diversos esqueletos e outros fósseis encontrados no continente (Olderogge, 2010).

Diarra (2010, p.364) relata que o continente africano:

desde épocas remotas, foi ocupado por povos que cedo desenvolveram esplêndidas civilizações. A geografia africana, tanto em seus aspectos estruturais como em seus meios naturais, mostra traços vigorosos herdados de um longo passado geológico.

As condições atmosféricas, como o clima, a temperatura e a umidade do ar exerceram influência nas características físicas dos primeiros habitantes. A estatura, o tom mais escuro e o caráter glabro (sem pelos) da pele, a quantidade de glândulas sudoríparas, o formato do nariz e dos lábios, a espessura do cabelo, entre outras, se adaptaram diante as condições tropicais do continente africano (Ki-Zerbo, 2010).

Sobre isso, salienta-se que:

[...] ao contrário das teorias europeias que explicam o povoamento da África pelas migrações vindas da Ásia, as populações desse continente são em grande parte autóctones. Quanto à cor da pele dos habitantes mais antigos do continente nas latitudes tropicais, vários autores pensam que ela deveria ser escura (Brace, 1964), pois a própria cor negra é uma adaptação protetora contra os raios nocivos, principalmente os ultravioleta. A pele clara e os olhos claros dos povos do norte seriam caracteres secundários ocasionados por mutação ou por pressão seletiva (Cole, 1965) (Ki-Zerbo, 2010, p.290).

Quanto à vegetação, Mabogunje (2010) expõe as pradarias africanas como fator preponderante para a sobrevivência e para a locomoção das primeiras populações. O autor menciona que,

[...] as pradarias africanas proporcionaram ao homem do passado consideráveis fontes de recursos: não só eram mais fáceis de arrotear, como também permitiam fácil locomoção. A facilidade de locomoção foi fator decisivo para o povoamento da África que é, por excelência, o continente das grandes migrações humanas, algumas das quais puderam ser reconstituídas graças a testemunhos arqueológicos, etnológicos, linguísticos e históricos (Mabogunje, 2010, p. 374-375).

As riquezas vegetais existentes na África foram fundamentais para a evolução do homem. Destacando-se a abundância de frutas e tubérculos que propiciaram a criação e a cultura para subsistência. Estima-se que até 1650 havia

³⁵ B.P. (before present) possui como referência o ano de +1950, assim as datas são todas negativas em relação a +1950. Por exemplo: 2300 B.P. = -350 (Olderogge, 2010).

no continente 100 milhões de habitantes, cerca de 20% do total mundial. Entretanto, a partir do século XVI, esse número começa a reduzir devido a colonização e ao tráfico de escravizadas e escravizados (Mabogunje, 2010).

Portères e Barrau (2010) descrevem que a África, enquanto berço agrícola, se relacionou com o cultivo da terra de forma peculiar, sendo que a sua agricultura e horticultura beneficiaram toda a humanidade. Muitas plantas oriundas da Pré-História, até os dias atuais são utilizadas como alimentos no continente. A diversidade dos recursos naturais africanos propiciou a subsistência ao homem sem que este tivesse que realizar profundas alterações na natureza. Tais autores citam que,

encontramos na África essa forma de agricultura nascente que consiste em ajudar, em favorecer o desenvolvimento de um vegetal sem, no entanto, intervir diretamente na sua reprodução. É o que ocorre ainda hoje com plantas alimentícias arborescentes, como a cola, a sapotácea ou o dendezeiro. Mas encontramos igualmente todos os estágios da evolução da horticultura e da agricultura. Há, em resumo, uma grande diversidade de técnicas agrícolas tradicionais, que incluem toda uma série de utilizações engenhosas dos solos para a cultura das variedades africanas de arroz, bem como diversas formas de queimada e de arroteamento com inúmeras variações e ainda sistemas agro-silvo-pecuários, etc. (Portères; Barrau, 2010, p.801).

Ki-Zerbo (2010, p.837) enfatiza a importância da culinária africana, ele afirma que “com a cozinha, começa um dos aspectos mais refinados da cultura, que nos permite medir o progresso qualitativo alcançado desde o *Homo habilis* e sua dieta de folhas, raízes e carne de animal recém-abatido, em suma, sua “economia de caça”.” Obenga (2010) refere à domesticação de animais como cães, porcos, carneiros e cabras, enquanto outro fator preponderante para o desenvolvimento humano, indicando dados de seu início próximo ao cultivo das plantas, entre 9000 e 8000 antes da Era Cristã.

Em relação ao cultivo de alimentos para o consumo e domesticação de animais, as duas pessoas mais velhas que participaram das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, trouxeram memórias da infância e até mesmo da juventude durante o período em que moraram nas fazendas na região de Franca (SP), em meados dos anos de 1930. Akilah lembrou dos alimentos que comiam: “[...] arroz com feijão, abobora, quiabo (riso), aos domingos as vezes tinha uma carninha de frango essas coisas, mas quando algum vizinho matava uma vaca lá, meu pai ia lá e comprava uns quilinhos, aí tinha carne.”

Ao ser questionado se esses alimentos eram comprados, Akilah informou que a maioria eram cultivados por eles, relatando a fartura e também a dificuldade de ir para a cidade para comprar alimentos devido distância geográfica e ausência de transporte.

Não, arroz e feijão a gente colhia, arroz, feijão, milho a gente colhia, as verduras também colhia, plantava no meio do café, era nativo da roça mesmo, mandioca a gente também tinha, a mistura não faltava, a não ser essas compradas, macarrão por exemplo, algum dia só, era muito difícil pra vir na cidade (Akilah).

Akilah explicou como era conservada as carnes, sendo desnecessário o uso de geladeira:

[...] a carne por exemplo era defumado, secava e defumava, agora os outros alimentos era, muito difícil por que carne fazia na hora né, quando matava porco já fritava tudo punha dentro das manteigas, ficava resguardado, verdura a gente colhia na hora. [...] não precisava de geladeira (Akilah).

Nassor também rememorou sobre o cultivo de alimentos e a criação de animais: *“tinha vez que a gente plantava, por exemplo, feijão a gente colhia, feijão, milho, tinha bastante. Aí passamos a criar porco, né? Galinha... que morar na roça e não ter criação não vira nada, vira? (risos).”* Ele ressaltou a organização e solidariedade entre a vizinhança: *“na roça nós criava porco, às vezes falava assim, eu vou matar um porco, se me serve uma banda ou um quarto? Quando eu matar o meu eu ..., era assim, fazia até troca, uma base de troca”* (Nassor).

Curtin (2010) pontua como uma das grandes realizações de África, a organização de uma sociedade sem Estado, em que a cooperação era mais preponderante do que a opressão, possibilitando autonomia para as populações locais. Para Hama e Ki-Zerbo (2010, p. 23), “desde o aparecimento dos primeiros homens, os africanos criaram ao longo de milênios uma sociedade autônoma que unicamente pela sua vitalidade é testemunha do gênio histórico de seus autores”.

Em uma comparação entre as formas de organização das sociedades primitivas africanas e outras, como a asiática, Ki-Zerbo (2010) enumera uma série de diferenças e pontua que:

São muito flagrantes as diferenças que existem entre as estruturas africanas e o modo de produção asiático. Com efeito, nas comunidades aldeãs africanas a autoridade superior, o Estado, não é mais proprietária da terra do que os particulares. Por outro lado, o Estado geralmente não

empreende trabalhos de vulto. Quanto à própria estrutura do poder, enquanto superestrutura, não se inclui em nenhuma definição de modo de produção, embora seja um indício da constituição de classes. Essa estrutura, na África, não apresenta os traços do “despotismo oriental” descrito por Marx. Sem negar que tenham existido casos de autocracia sanguinária, a autoridade estatal na África negra quase sempre assume a forma de uma monarquia moderada, limitada por corpos constituídos e costumes – verdadeiras constituições não escritas – instituições em geral herdadas da organização ou da estratificação social anteriores. Mesmo no caso de impérios prestigiosos e eficientes como o Mali, descritos com admiração por Ibn Battuta no século XIV, que se estendiam por vastos territórios, a descentralização, por escolha deliberada, deixava as comunidades de base funcionarem dentro de um verdadeiro sistema de autonomia. De qualquer modo, sendo a escrita em geral pouco utilizada e tendo as técnicas e os meios de deslocamento permanecido pouco desenvolvidos, o poder das metrópoles era sempre diminuído pela distância. Essa distância tornava igualmente muito concreta a permanente ameaça de os subordinados se livrarem de uma eventual autocracia por meio da fuga (Ki-Zerbo, 2010, p.845-846).

Torna-se importante destacar que alguns conceitos utilizados em outros continentes, como por exemplo, reino, nação, Estado, Império, feudalismo, entre outros, não são empregados da mesma forma na África. Deve-se ter cautela ao utilizá-los para analisar o contexto africano, haja vista que os mesmos podem se diferirem entre as próprias etnias³⁶ africanas (Obenga, 2010).

Nesse sentido, observa-se que na África a concepção de líder nem sempre se restringe a uma única pessoa, além dos chefes, também são considerados outros membros, mesmo os tidos em condições inferiores, como os griots, porta-vozes e servos, que inclusive são lembrados como heróis (Hama; Ki-Zerbo, 2010).

Apesar da complexidade quanto a questão de gênero em África, em especial as que se relacionam ao patriarcado e ao machismo compreendidos com o olhar ocidental, as mulheres também possuem uma posição importante na história da África. Hama e Ki-Zerbo (2010) ressaltam a mulher como onipresente na evolução, citam como exemplos o de Luedji que foi intitulada como Swana Mulunda (mãe do povo Lunda) e o de Amina, que no século XV, conquistou para Zaria inúmeras terras e aldeias que ainda levam o seu nome. Além disso, eles relatam que:

[...] a mulher africana é utilizada também como objeto de prazer e de decoração, como nos sugerem as que são mostradas envoltas em tecidos de exportação ao redor do rei do Daomé ao presidir uma festa tradicional. Mas do mesmo espetáculo participavam as amazonas, ponta de lança das tropas reais contra Oyo e os invasores colonialistas na batalha de Cana (1892). Pela sua participação no trabalho da terra, no artesanato e no comércio, pela sua ascendência sobre os filhos, sejam eles príncipes ou

³⁶ Estima-se que na África existem mais de 2 mil etnias e cerca de 1500 idiomas classificados como línguas (Diagne, 2010).

plebeus, por sua vitalidade cultural, as mulheres africanas sempre foram consideradas personagens eminentes da história dos povos. Houve e ainda há batalhas para ou pelas mulheres. Porque as próprias mulheres muitas vezes desempenharam o papel de traidoras ou sedutoras. Como no caso da irmã de Sundiata ou das mulheres enviadas pelo rei de Segu Da Monzon às bases inimigas. Apesar de sofrer uma segregação aparente nas reuniões públicas, todos sabem na África que a mulher está onipresente na evolução (Hama; Ki-Zerbo, 2010, p.29-30).

As mulheres apareceram como importantes referências em diversas narrativas das(os) participantes da pesquisa de campo. Dandara, participante do grupo focal, falou sobre o documentário “Firma³⁷” que conta a história de mulheres negras da cidade de Franca (SP): “[...] são todas as mulheres que estão lá, minha mãe não está, mas ela é a inspiração daquele documentário também, são histórias de oito mulheres pretas, que para mim eu acho que são referências assim, surreal”.

No que se refere ao modo de produção pautado na escravização, diferentemente do que aconteceu no Brasil, o mesmo não teve relevância na maioria das sociedades africanas pré-coloniais. Os cativos, eram em grande parte, prisioneiros de guerra, contudo, não se tornavam propriedades de outrem, não eram transformados em objetos e muito menos explorados como animais. Eles possuíam certo direito a propriedade e quando não eram sacrificados em rituais, se tornavam integrantes das famílias que os aprisionaram (Ki-Zerbo, 2010).

Ademais, faz-se necessário apresentar outros aspectos da cultura africana, como a tradição oral, uma das mais importantes tradições mantida até a atualidade. Para as africanas e africanos, a oralidade é sagrada, nela, o espiritual e o material são indissociáveis, constituindo-se ao mesmo tempo enquanto religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, diversão e recreação. Presente também nos ofícios artesanais, momento em que o homem transformava a matéria que era considerada viva, o trabalho era precedido e realizado através de rituais, cânticos e/ou palavras sacramentais, sendo até os gestos considerados como uma linguagem (Hampaté Bâ, 2010).

Akilah, participante das entrevistas de depoimento de histórias de vida, evidencia em sua narrativa a tradição oral enquanto transmissão de conhecimento e ciência natural ao exaltar a sabedoria de sua avó e explicar como eram tratadas as doenças na época em que viviam na roça, entre os anos de 1936 a 1969:

³⁷ Documentário Firma - Um Olhar Sobre Mulheres Pretas em Franca. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=42AC2xgJfH4>. Acesso em: 01 abr. 2023.

Muito difícil a gente ir no médico, geralmente era nos ramos da roça mesmo, remédio caseiro, a gente usava a maioria, minha vó lá que sabia muita coisa de remédio (riso), ela ensinava a gente, só mesmo em último caso, quando dava vorta, uma pneumonia... o povo lá era bem... (riso) sabido nesse ponto né (Akilah).

Ao ser questionado sobre como conheciam e identificavam os sintomas das doenças e como sua avó aprendeu a fazer os remédios, Akilah pontua a transmissão de saberes desde o período de escravidão até a atualidade:

Uai, isso aí foi o pai dela, dever ser a mãe dela, que isso foi de geração, ela ensinou para nós, para minha mãe, meu pai, a gente também foi vendo, depois de casado nossos filhos, muitos foram tratados com remédio de roça. Isso vinha de geração né, vinham de geração em geração, no tempo da escravidão o povo já... (riso), já sabia (Akilah).

Abdias Nascimento (2019, p. 40-41) também relata a herança africana quanto ao uso de ervas medicinais por sua mãe: “[...] minha mãe herdara a antiga sabedoria africana da paciência e do uso das ervas; podia-se vê-la sempre envolvida na preparação de remédios para alguma pessoa da família ou da vizinhança”.

Destaca-se que os tradicionalistas³⁸, responsáveis pela transmissão da herança oral, eram reconhecidos e venerados pelas sociedades africanas. Entretanto, durante o período de colonização foram perseguidos e obrigados a deixar as cidades, se refugiando nas matas para assim realizarem a iniciação. Hampaté Bá (2010), especialista em tradições orais, retrata que os conquistadores tentaram aniquilar todas as tradições locais para facilitar a disseminação de seus ideais, valores, religiões e costumes.

O referido autor cita que,

A educação africana não tinha a sistemática do ensino europeu, sendo dispensada durante toda a vida. A própria vida era educação. No Bafur, até os 42 anos, um homem devia estar na escola da vida e não tinha

³⁸ Em bambara, chamam-nos de Doma ou Soma, os “Conhecedores”, ou Donikeba, “fazedores de conhecimento”; em fulani, segundo a região, de Silatigui, Gando ou Tchiorinke, palavras que possuem o mesmo sentido de “Conhecedor”. Podem ser Mestres iniciados (e iniciadores) de um ramo tradicional específico (iniciações do ferreiro, do tecelão, do caçador, do pescador, etc.) ou possuir o conhecimento total da tradição em todos os seus aspectos. Assim, existem Domas que conhecem a ciência dos ferreiros, dos pastores, dos tecelões, assim como das grandes escolas de iniciação da savana – por exemplo, no Mali, o Komo, o Kore, o Nama, o Do, o Diarrawara, o Nya, o Nyaworole, etc (Hampaté Bá, 2010, p. 175).

“direito a palavra” em assembleias, a não ser excepcionalmente. Seu dever era ficar “ouvindo” e aprofundar o conhecimento que veio recebendo desde sua iniciação, aos 21 anos. A partir dos 42 anos, supunha-se que já tivesse assimilado e aprofundado os ensinamentos recebidos desde a infância. Adquiria o direito a palavra nas assembleias e tornava-se, por sua vez, um mestre, para devolver à sociedade aquilo que dela havia recebido. Mas isso não o impedia de continuar aprendendo com os mais velhos, se assim o desejasse, e de lhes pedir conselhos. Um homem idoso encontrava sempre outro mais velho ou mais sábio do que ele, a quem pudesse solicitar uma informação adicional ou uma opinião. “Todos os dias”, costuma-se dizer, “o ouvido ouve aquilo que ainda não ouviu”. Assim, a educação podia durar a vida inteira (Hampaté Bâ, 2010, p. 200).

Apesar de primar pela oralidade, desde os primórdios, a escrita também era utilizada na África. De acordo com Curtin (2010, p.41-42),

A maior parte da África era, de fato, letrada, no sentido de que uma classe de escribas sabia ler e escrever – mas não, certamente, no sentido de uma alfabetização maciça, que por toda parte havia sido um fenômeno pós-industrial. A Etiópia possuía sua antiga escrita em gueze. Toda a África islâmica – a África do Norte, o Saara, a franja setentrional da região sudanesa, do Senegal ao Mar Vermelho, e as cidades costeiras da costa oriental até o estreito de Moçambique – havia utilizado a escrita árabe. Antes mesmo da época colonial, o árabe havia penetrado aqui e ali na floresta tropical através dos mercadores diula, enquanto o português, o inglês e o francês escritos serviam normalmente como línguas comerciais ao longo das costas ocidentais.

Ratifica-se tal dado diante dos inúmeros documentos do antigo Egito, como por exemplo, a carta que Neferkarê (Pépi II), faraó da VI dinastia, enviou por volta de 2370 antes da Era Cristã a Herkhouf, chefe de uma expedição econômica feita às regiões meridionais. Além do Conto do Náufrago, datado do século XX antes da Era Cristã que relata as viagens ocorridas no mar Vermelho (Obenga, 2010).

Em suma, as africanas e africanos legaram ao mundo incontáveis e incontestáveis fontes primárias de conhecimento, ciência, sabedoria, espiritualidade, arte e cultura e “[...] não se apegaram a eles e nem tão pouco, ainda, hoje não correm para patentear, privatizar, se apossar, tornar-se proprietário do que é de todos” (Fonseca, 2021, p.10). Haja vista que seus valores e identidades se contrapõem ao individualismo e ao acúmulo presentes em outras sociedades, que não tiveram a mesma reciprocidade ao se apropriaram do legado africano, usurpando e ao mesmo tempo tentando deslegitimá-lo, rechaçá-lo e inferiorizá-lo (Fonseca, 2021).

Núbia, participante do grupo focal, denuncia em sua narrativa o roubo da cultura africana e ao mesmo tempo a criminalização da população negra quando a está praticando e reitera seu amor em ser uma mulher preta:

E a gente foi roubado, a gente é roubado o tempo todo, nossa cultura, se apropriam, não nos pagam, usam ela 24 horas, mas não remunera a gente. Então e a gente é retido, a gente é processado, por que às vezes a gente tá praticando ela, a nossa cultura, a nossa vivência, então é muito difícil, eu todos os dias... a gente sente um pouco, a nossa negritude, a dor mesmo né, então, e é uma luta, mas eu amo ser eu, todos os dias também, todos os dias eu falo, mano, que bom que eu sou uma mulher preta, porque eu me movimento e assim a gente movimenta a estrutura toda como diz Angela Davis, quando uma mulher negra se movimenta ela movimenta toda uma estrutura de uma sociedade (Núbia).

O sentimento de superioridade dos europeus e europeias em relação aos africanos e africanas era legitimado através da conquista colonial e da crença de que estavam dando continuidade ao processo de civilização iniciado pelo camitas³⁹. Além da influência de correntes de pensamento provenientes do Renascimento, do Iluminismo e da Revolução Científica e Industrial, em que intelectuais europeus acreditavam que diante de todo o conhecimento, poder e riqueza que a sociedade europeia “possuía”, a mesma deveria prevalecer sobre as demais (Fage, 2010).

Assim, como em outros territórios, a chegada dos conquistadores na África provocou mudanças que deixaram graves sequelas. Muitos agricultores autóctones tiveram que recuar para locais inapropriados ao plantio e criação do gado, inclusive sendo expostos a áreas infectadas por insetos transmissores de doença, como o da mosca tsé-tsé que causa a malária e a doença do sono (Obenga, 2010).

Os interesses dos conquistadores divergiram de acordo com cada época e região da África. Inicialmente, os europeus buscaram o ouro, mas a partir da segunda metade do século XVI, o tráfico de escravizadas e escravizados passou a ser o principal objetivo, sendo responsável pelo desenvolvimento econômico de grande parte da América e do Caribe, além de alavancar a acumulação de capital na Europa, em especial na Inglaterra. Apesar da penetração europeia nesse

³⁹ O antropólogo C.G. Seligman, publicou em sua obra *Races of Africa* em 1930, que a civilização e o progresso na África foram iniciados pelos camitas, que eram povos de pele clara e mais inteligentes que os de pele escura (Fage, 2010). Essa visão é equivocada e foi superada pelos estudos Cheik Anta Diop entre outros estudiosos africanos e demais africanistas na mesma década de 1930 até o momento atual.

período ter fins comercial, o lucro entre os continentes era desproporcional, visto que a Europa ofertava produtos de baixo custo em troca de um número elevado de mão de obra escravizada, provocando na África uma redução populacional, sem contar na extrema violência e sofrimento vividos pelas famílias e pelas pessoas que foram capturadas e enviadas a lugares distantes e diferentes de sua terra e cultura, onde eram obrigadas a exercer trabalhos pesados em condições perversas (Malowist, 2010).

São assustadores os números de africanas(os) arrebatadas(os) da terra mãe. Inikori (2010) afirma que durante os anos de 1500 a 1700, foram as(os) africanas(os) escravizadas(os) que produziram no Brasil a totalidade do açúcar exportado.

O racismo pseudocientífico ocidental contribuiu para a justificativa e naturalização do processo de escravismos ao criar uma escala de valores fundamentada nas diferenças físicas, principalmente na cor da pele, em que os europeus e europeias se encontravam no topo, no índice mais elevado, enquanto os africanos e africanas estavam na base pelo fato de serem os(as) que mais se diferiam fisicamente dos(as) que estavam no topo. Cada vez mais, a sociedade racista inferiorizava e invisibilizava a história da África, desconsiderando seu legado e contribuições para a humanidade, tornando-os africanos e africanas em meros objetos descartáveis e não em sujeitos históricos (Curtin, 2010).

Observa-se em algumas narrativas das(os) participantes da pesquisa, que as consequências do racismo pseudocientífico permaneceram não apenas no imaginário da população, mas também no concreto das relações sociais, afetando as vivências diárias da população negra brasileira e francana desde a infância até a velhice.

[...] antes riam de mim, eu passei muito por isso aqui, riam assim de debochar do meu cabelo. [...] já tiveram fases na minha vida que eu sucumbia né, eu queria me enterrar viva, que é o que as pessoas fazem as vezes né, Nós temos irmãs pretas que fazem, eu tive amigas que morreram, não se olhavam no espelho, não conseguiam se olhar e gostar do que viam e morreram com câncer, várias, várias, várias (Ialodê).

[...] o cabelo é ruim né, mas você tem que cuidar (Ayana).

[...] alisava é, pra ficar bonito, pra ficar liso, vontade de ter cabelo liso (Nassor)

[...] quem cuidava de mim era minha avó, então sempre trançada, eu não sei o que, se ele falou das minhas tranças, eu não sei, eu fiquei muito

chateada, cheguei chorando em casa tal e por fim, relatei a minha mãe, a minha mãe foi no outro dia na escola e conversou com o menino, loiro, loiro, transparente (Amara).

[...] quando na escola aí que as coisas começaram, que eu comecei a perceber, era muitos apelidos, eu tenho os lábios grossos, o nariz grande, então era isso sabe, eles me chamavam de tibeijo, eu nunca esqueci esse nome, tibeijo, não sei porque, mas era por causa do beijo, lógico, mas então, eram questões assim que... aí então que eu fui perceber, sentia a diferença (Malú).

[...] ela tinha brigado com meus irmãos que eram mais levados, e falava assim para mim assim, você é uma negra de alma branca, aquilo para mim, de todas as coisas que eu pudesse observar, sofrer, sabe assim, isso pra mim ficou assim, mas qual que é a diferença? Não porque você é uma pessoa de espírito bom. Olhava para ela perguntava, mas porque o espírito do preto não é bom não? (risos) (Abayomil).

[...] no prézinho⁴⁰, eu lembro até hoje, tinha uma menina muito branca e quando eu estava saindo a mãe dela me chamou e falou “olha você não pode namorar minha filha, você é negro, negro namora com negro”. E eu não lembro (riso) nem da gente namorar, mas isso me marcou, muito assim (Akin).

[...] mas o que marcou mesmo foi do Fórum⁴¹, do início, se tá ali os caras fica assim te olhando, tal, onde é que você tá indo (Tupac).

Retoma-se também alguns relatos descritos anteriormente quanto ao exercício profissional da autora deste estudo, como o choro da criança que não queria tem o tom de pele escura igual ao pai e do adolescente que estava inconformado por ter não ter os mesmos fenótipos da mãe que era branca e raspou o cabelo por não conseguir emprego, acreditando que um dos motivos era o fato dele ser crespo.

É nítido que os racismos transcendem o imaginário para o concreto do cotidiano, tornando inaceitável, inacreditável e/ou causando estranheza quando negras e negros ocupam espaços de decisão, cargos de chefia e gerência e profissões de “*status*”, sem ser aquelas braçais e estigmatizadas.

[...] marcamos uma reunião de condomínio, só tinha eu e minha esposa de negros, nós chegamos para a reunião, já tinha feito todo o levantamento, uma quantidade dessa assim de papel, aí chegamos pra reunião na casa do presidente, loiro dos olhos azuis, gaúcho, estava todo mundo lá sentado ele passou, falou assim para mim e para minha esposa que estava logo na frente: - vai ter uma roda de samba aqui? (Jawari).

⁴⁰ Ensino infantil que atualmente compreende as primeiras fases do ensino escolar, denominadas como fase 1 e 2, em que as crianças ingressam a partir dos 04 anos de idade, mas antigamente era a partir dos 6 anos.

⁴¹ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No Fórum eu estava saindo de uma audiência, de terno, e uma senhora me parou e falou assim: - cadê o dos seus? - Eu falei: dos meus? - É o pessoal que limpa o chão, cadê? - Não, minha senhora, a senhora está enganada. Então você vê assim, que existe e isso também me marcou, porque foi assim, mesmo a gente... na época era 2013 eu acho, o racismo ainda existe (Akin).

A própria autora deste trabalho, que é uma mulher preta e ocupa uma função de chefia enquanto coordenadora do CRAS, já foi questionada inúmeras vezes pela população atendida se de fato era a coordenadora do local, mesmo ela tendo sido apresentada como tal.

Ainda, nota-se a permanência da falsa, porém real superioridade branca no relato de Maria da Penha, participante da entrevista de depoimento de histórias de vida, ao narrar como era seu trabalho de domingo a domingo (cozinhas, limpava a casa, lavava e passava roupa) na casa de uma família branca francana, em meados de 1960, local em que morava em um quarto nos fundos da residência, tinha banheiro separado e não se alimentava no mesmo espaço e horário de sua empregadora. Ela contou que como morava no local de trabalho, nos momentos de descanso ficava do lado de fora da casa, assistindo à televisão pela janela e ao ser questionada se não podia sentar junto com a família, mudou o tom de voz dizendo que não podia.

A gente sentava lá na área, tinha televisão lá dentro, ficava assistindo novela, ela sentada lá na sala, mas eu sentava na área lá fora... sempre fui mais... resabiada assim, aí ficava assistindo novela. Aí a filha dela ia pra lá, o genro dela ia, o neto dela ia, eles ficavam lá na sala e eu ficava na área ali fora assistindo televisão também (Maria da Penha).

Entretanto, mesmo diante tamanha violência e sofrimento desde o período de escravismo, as(os) africanas(os) e suas(seus) descendentes resistiram (resistem) e fizeram (fazem) parte da construção do Brasil, como exposto por Knight, Talib e Curtin (2010, p. 901):

[...] foi uma cruel e difícil experiência para os africanos transferidos. Arrancados do seu ambiente e transportados para terras estrangeiras, submetidos à mais penosa servidão e, muito amiúde, inseridos em meio a uma população hostil, estes africanos provaram possuir uma paciência, uma perseverança, uma capacidade de adaptação e uma criatividade heróicas. Em suma, eles tornaram-se, por força das circunstâncias, parte integrante da maioria das sociedades americanas.

Carlos de Assumpção (1984) afirma com eloquência que as africanas(os) escravizadas(os) construíram a nação brasileira e que ela pertence as(aos) mesmas(os).

Eu era livre na África / Não vim aqui porque quis / De repente precisaram de braços que construíssem este país / E me arrebataram para cá preso em correntes / [...] Fui eu (repito e repetirei sempre) fui eu quem construiu o que esta nação tem / Não quero saber de coisa alguma / Só sei que esta nação é minha também (Assumpção, 1984, p. 19).

Em solo brasileiro, a população africana emanada de sua ancestralidade semeou sua cultura, sabedoria, conhecimento e espiritualidade, influenciando a formação histórica, social, econômica, política e cultural do Brasil.

Para Souza (2007, p. 47), além de marcar a formação social brasileira, as populações negras criaram e recriaram espaços que “se tornaram suportes materiais fundamentais para a organização dos grupos e dos lastros comunitários que constituíram a substância social dos lugares das memórias dos descendentes de africanos deste país”. O autor cita a capoeira, samba, maracatu, bailes, festas de santos e várias outras formas de expressões, enquanto memórias sedutoras que resistiram e penetraram os espaços hegemônicos em todo o país (Souza, 2007).

Ao chegarem escravizadas(os) no Brasil, as africanas(os) foram enviadas(os) para todas as regiões, em especial para as que havia mineração de ouro e produção agrícola. De acordo com Inikori (2010, p.116),

[...] dentre os 1.566.416 escravos do Brasil, em 1873, 1.233.210 indivíduos, ou seja, 79,2%, dividiam-se em um conjunto de seis províncias, com a produção voltada para a exportação: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a maior concentração, 351.254 pessoas, se encontravam em Minas Gerais, a província produtora de ouro.

Assim, em Minas Gerais se concentrava a maior parte da população africana e suas(seus) descendente, que com a queda das minerações de ouro, foram migrando para outras regiões e participando dos processos de formação dos Estados e cidades brasileiras, como da cidade de Franca (SP), que se constitui no cenário deste estudo e que será abordada a seguir.

4.2 O processo histórico de formação da cidade de Franca (SP) e a invisibilização e o ensurdecimento da população negra - 1722 a 1950

O povoamento na região entre os rios Pardos e Grande teve início no século XVIII a partir das descobertas das minas de Goiás e abertura de estradas por Anhanguera II. O que propiciou no ano de 1722, a formação de vários pousos dando origem aos primeiros povoados na região, conhecido como “[...] Bairro das Canoas, abrangendo os pousos: das Covas, Alto e Alegre, além de outras paragens. Covas foi pouso eminente de comerciantes e transportadores de sal, além de servir de arraial temporário da região” (Franca, 2023).

Entretanto, torna-se importante mencionar que conforme exposto por Tosi (2002), anterior a abertura de rotas pelos bandeirantes, a região era habitada pelos povos originários, indígenas da etnia Caiapó. De acordo com o autor, “[...] pesquisadores encontraram inúmeras igaçabas [urnas funerárias de cerâmica] na região, sendo inclusive o nome de uma localidade no extremo norte” (Tosi, 2002, p. 29).

Em 1791, com o aumento de moradores dispersos, criou-se a Companhia de Ordenanças que pertencia a freguesia de Caconde e município de Moji Mirim, nomeando Manoel de Almeida como capitão. Com o declínio da exploração de ouro em Minas Gerais, no começo do século XIX, iniciam-se novos deslocamentos populacionais, em especial dos mineiros que estavam no sul de Minas e dos goianos do Sertão da Farinha Podre⁴², que buscavam outras atividades econômicas, como a criação de gado e a plantação de lavouras (Franca, 2023).

A partir da criação da Freguesia de Franca em 1805, ocorreu a desvinculação com Moji Mirim formando o primeiro núcleo urbano construído ao redor de uma igreja católica. A Freguesia recebeu o nome em homenagem a Antônio José da Franca e Horta, governador geral da Capitania de São Paulo, que foi um importante incentivador para que os mineiros se fixassem na região do nordeste paulista, sem o qual, possivelmente, a mesma faria parte da Capitania de Minas Gerais (Chiachiri Filho, 1986).

Quanto à ocupação profissional, no ano de 1808, havia na Freguesia de Franca 23 proprietários rurais escravistas, 238 pessoas escravizadas, 02

⁴² O Sertão da Farinha Podre que na época pertencia a Goiás, posteriormente se tornou o Triângulo Mineiro (Franca, 2023).

integrantes do Clero e 01 jornaleiro (Palermo, 1980). Tais dados demonstram que nesse período, quase que em sua totalidade, o trabalho era realizado pelas pessoas negras escravizadas, mesmo sendo citado por Palermo (1980) que a ocupação profissional era escravizadas(os) e não trabalhadoras(es), ou seja não compreendendo as(os) mesmas(os) enquanto tal.

Alguns relatos de viajantes europeus detalharam as características e estruturas da cidade e de suas residências no ano de 1818:

Em 1818 o viajante Luiz de D'Alincourt, observou que o arraial estava bem arruado, com ruas pouco povoadas, a exceção do Largo da Matriz que estava "mais guarnecido de casas, que são construídas de pau a prumo, com travessões e ripas, cheios de vãos de barro e as paredes rebocadas com areia fina", geralmente pequenas e cobertas de palha. Outro viajante Auguste de Saint Hilaire em 1819 lembra que: "O arraial de Franca, onde parei, fica situado num aprazível descampado, em meio a extensas pastagens alpicadas de tufos de árvores e cortadas por vales pouco profundos. O arraial ocupa o centro de um largo e arredondado, sendo banhado dos dois lados por um córrego. Não havia ali, à época de minha viagem, mais do que umas cinqüenta casas, mas já tinha sido demarcado o local para a construção de várias outras. Era fácil ver que Franca não tardaria a adquirir grande importância" (Franca, 2023).

Em 1821, D. João VI, decreta a criação da Vila Franca Del Rey, que foi efetivamente instalada somente em 28 de novembro de 1824, passando a se chamar Vila Franca do Imperador, homenageando também a D. Pedro I (Chiachiri Filho, 1986). A maioria da população residia em fazendas na zona rural, enquanto que na zona urbana havia algumas casas no entorno da igreja, que recebiam suas(seus) moradores(es) nos domingos e feriados (Franca, 2023).

Tosi (2002), cita que no ano de 1824, havia 10.664 moradores na Vila Franca do Imperador, em que 1.615 eram pessoas escravizadas. Segundo o autor, havia o cultivo de milho, cana, feijão, arroz, mandioca, trigo, algodão e mamona, além da criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equinos, não sendo possível "[...] definir se estas produções eram para autoconsumo ou se eram para entrar no giro mercantil" (Tosi, 2002, p. 34).

E como inferido pelos viajantes europeus, devido ao amplo crescimento e desenvolvimento, em 24 de abril de 1856, a vila é legalmente elevada à categoria de cidade e na sessão da Câmara Municipal, ocorrida em 30 de dezembro de 1889, teve seu nome reduzido para Franca (Franca, 2023).

Diante do exposto, o processo de formação da cidade de Franca (SP) ocorreu durante o período de escravização, sob forte influência do sistema colonial europeu e da igreja católica romana, como se observa desde a escolha do seu nome, que homenageou um governador e um imperador português, até a rápida construção de uma capela, sendo essa a história oficial evidenciada no *site* da Prefeitura de Franca:

Em 29 de agosto de 1805, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e do Rio Pardo, simplificada para Franca, em homenagem ao Governador da Capitania, Antônio José da Franca e Horta. O arraial foi assentado em uma colina entre dois córregos: Bagres e Cubatão, em terrenos da Fazenda Santa Bárbara, doadas para este fim em 03 de dezembro de 1805, por Antônio Antunes de Almeida e seu irmão Vicente Ferreira Antunes de Almeida e esposa Maria Francisca Barbosa. Nesta ocasião foi ereta uma Capela - Interina sob a direção de Manoel Marques de Carvalho e celebrada a primeira missa pelo Padre Joaquim Martins Rodrigues. Essa Capela situada no local do atual edifício da Cúria Diocesana, que foi depois denominada de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A Igreja Matriz, iniciada em 1809, foi construída na Praça principal, onde hoje está a Fonte Luminosa (Franca, 2023).

Destaca-se que no *site* da Prefeitura Municipal, no menu “Conheça Franca”, somente no trecho acima é citada a Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, não sendo localizada mais nenhuma informação sobre a referida Capela e muito menos sobre a cultura e a história da população negra na cidade de Franca (SP).

Após pesquisa bibliográfica, foi identificado enquanto história oficial, apenas um livro publicado em 1995 pela Prefeitura de Franca, intitulado como “O Negro na História de Franca” escrito por Wanderley dos Santos no ano de 1951. Nele, o autor cita que a Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos era sede específica das pessoas escravizadas, que apesar de ter sido reformada na década de 1870, foi demolida em 1901 para a construção da atual Catedral Nossa Senhora da Conceição.

O livro supracitado, possui vinte e oito páginas e aborda sinteticamente algumas vivências históricas, sociais, culturais e religiosas de negras e negros escravizados em Franca. Na sua apresentação escrita por Luiza Ângela Marson Guidi, na época vice-prefeita e secretária de Educação de Franca, é retratado a preocupação da Administração Pública Municipal em ofertar a população “[...] subsídios para conhecer mais o seu passado contribuindo para sua integração no presente” (Santos, 1995, p. 1). Contudo, a autora desta tese, ao ir à Biblioteca

Municipal para retirar o referido livro, ouviu as bibliotecárias conversando devido dificuldade em localizar o mesmo no acervo, uma disse que ele poderia estar emprestado, enquanto a outra afirmou que o livro nunca é retirado. Fato confirmado pelo cartão de controle de empréstimo, no qual consta que a primeira retirada daquele exemplar foi realizada pela pesquisadora deste estudo.

Reitera-se a invisibilidade e o ensurdecimento⁴³ nas histórias “consideradas” oficiais quanto à participação da população negra no processo de construção e formação da cidade, haja vista que o livro acima mencionado não está como referência no site da Prefeitura e é desconhecido pela maioria das(os) francanas(os).

Em contrapartida, em algumas literaturas sobre a história do município escritas por autores francanos, quando a população negra aparece, é enfatizado apenas a sua escravização de forma naturalizada, sem nenhuma crítica ou reflexão. Um exemplo consiste na apresentação do livro “Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador” de José Chiachiri Filho (1986), em que a população negra aparece como um produto ao lado das arrobas de café, quantificada no relatório da Província de São Paulo, que apresentava dados da produção de Franca no ano de 1887.

Mediante o exposto, observa-se que o início das construções das identidades étnico-raciais da população francana, foram forjadas por racismos fundamentados em características e elementos biológicos, sociais, culturais e regionais, influenciadas por instituições, como a monarquia e a igreja.

Para Chiachiri Filho (1986, p. 57), a igreja possuiu papel fundamental na formação social da cidade de Franca (SP),

Sua função vai além da religiosa, tornando-se também um forte elemento de coesão social. As missas dominicais, arrancando os homens da suas lidas nas fazendas, constituem tanto uma necessidade religiosa quanto social. Elas possibilitam dois tipos de contatos: com Deus e com os próprios homens. As festas, as solenidades religiosas de modo geral atraíam aqueles homens, justificavam o aparecimento das mulheres, motivavam a construção de casas ao redor da Matriz e, a partir daí, iam

⁴³ A pesquisadora, Ayni Estevão Araujo (2021), utiliza o conceito de ensurdecer ao invés de silenciar destacando que a população negra não se calou, suas vozes permaneceram, não foram silenciadas. O que houve foi um processo de ensurdecimento da branquitude, que não ouvia os seus gritos e cantos, em uma tentativa de tornar as negras e negros invisíveis, mas estas e estes nunca deixaram de existir, de falar, de cantar e gritar diante de toda a violência vivenciada no período de escravização, no pós-abolição e até os dias atuais.

expandindo-se e formando o arraial. A Igreja, portanto, era o centro em cuja volta girava a vida urbana e social (Chiachiri Filho, 1986, p. 57-58).

Identifica-se essa função social da igreja na narrativa de Akilah, que durante a entrevista de depoimentos de vidas, rememora sua infância na década de 1940, lembrando de como era feito o deslocamento a pé para a igreja católica localizada na zona urbana de Franca (SP), que ficava a vinte e quatro quilômetros de distância da fazenda:

Quando era... a gente era criança, frequentar a igreja era, assim tinha que vir de a pé, vinte e quatro quilômetros de lá a aqui, da fazenda até aqui na cidade, saía de madrugada de lá e vinha, arranjava uma turma lá (riso), o galo cantava a gente já levantava e pé na estrada. Era divertido (riso), que chegava aqui, a gente ia acordar os padres, estavam dormindo ainda (riso). A gente aproveitava a turma... era bom... (Akilah).

Ciente do seu poder e da sua função social, a igreja católica romana se preocupava em manter a hegemonia do catolicismo ante qualquer outra religião e crenças, tentando atingir todas as classes sociais e etnias-raças. Tanto que em novembro de 1806, quando Franca (SP) ainda era Freguesia, o pároco Joaquim Rodrigues celebrou entre os primeiros casamentos, a união matrimonial de Manoel e Josefa, que eram pessoas escravizadas “pertencentes” a Ana Maria do Sacramento (Santos, 1995).

Inclusive, enquanto devota de alguns santos e santas, a população negra também trabalhou nas construções de igrejas católicas em Franca (SP), como as dedicadas a São Benedito, a Santa Efigênia e a Nossa Senhora Aparecida:

O contingente negro, iniciou naquele mesmo ano a construção de outro templo, na praça hoje ocupada pelos edifícios do Museu Histórico e Escola Industrial. Era dedicado à São Benedito e a Santa Efigênia, que teve licença de fundação em 21 de abril de 1832. Esta capela teve duração efêmera, mais a devoção de São Benedito chegou até nossos dias. No alto da Boa Vista, os negros francanos pós-abolição, construíram uma capela de Santa Cruz, onde continuaram realizando a dança da Congada, que foi objeto de reportagem na imprensa local em 1891. [...] Outra grande contribuição, foi a obra do ex-escravo Manoel André de Melo, mais conhecido por Manoel Valim, que através de subscrição popular iniciada em 1898, inaugurou em 2 de fevereiro de 1910 a Capela de Nossa Senhora Aparecida do Barro Preto, origem da popular Capelinha e de Vila Aparecida (Santos, 1995, p. 10-11).

A influência religiosa, em especial do catolicismo romano, perdura por anos em Franca (SP). No censo demográfico de 1890, constava em Franca (SP) 12.408 pessoas católicas romanas, 01 presbiteriana, 14 praticantes de outras seitas

protestantes e 02 sem cultos. Enquanto que no censo de 1950, eram 48.791 católicas(os) romanas(os), 796 protestantes e 3.598 espíritas. Após sessenta anos, a religião católica ainda predominou, haja vista que no censo de 2010, 200 mil pessoas se declararam católicas, 64 mil evangélicas, 23 mil espíritas, 15 mil sem religião, 6 mil testemunhas de Jeová, 690 budistas, 184 candomblecistas e 130 umbandistas (IBGE, 2010).

Outra instituição que influenciou a formação social e econômica da cidade, foi a Câmara Municipal de Franca, instalada em 1824. Enquanto resquícios coloniais, esse espaço de decisão e de poder político, desde o início foi ocupado pela classe dominante, que na época era constituída em sua maioria por latifundiários escravistas, que defendiam seus interesses privados (Lima, 1997).

Fato que se reproduziu por mais de um século, haja vista o relato de Akilah, participantes das entrevistas de depoimentos de vida, ao ser questionado sobre a política na cidade de Franca (SP), disse que no início, a maioria dos políticos eram fazendeiros, inclusive seu patrão foi eleito várias vezes como vereador, sendo que eles levavam os colonos que trabalhavam em suas fazendas para votar.

O meu patrão mesmo foi vereador várias vezes, [...] Olivio Borges. E era diferente porque não tinha essas campanhas, assim, fazendeiro juntava os colonos lá assim, em roda assim, trazia e votava nele então (riso), ganhava fácil né, não precisa muito voto para ganhar, [...] a maioria dos políticos era fazendeiro (Akilah).

Além dos fazendeiros, havia a presença de alguns comerciantes na Câmara de Vereadores, que para ambos, consistia em espaço estratégico para obter vantagens e privilégios, além do poder e *status* perante a população (Lima, 1997).

Sobre a influência da classe dominante nas decisões de poder e consequentemente na formação social, cultural e econômica da cidade, Tosi (2002, p. 60) afirma que:

O coro de suas vozes ecoava na condução da sociedade. Da tribuna da Câmara de Deputados, da mesa da Câmara Municipal, do púlpito da Matriz, dos órgãos de imprensa e das salas de aulas, suas visões e concepções eram transformadas em ordenamentos que, a um só tempo, preservavam suas respectivas posições e atuavam no sentido de aumentar seu poderio.

Ainda, torna-se importante citar, o receio dos vereadores quanto à população negra escravizada e/ou livre, que através do Código de Posturas datada

de 1831, cerceava a sua localização e circulação por meio de sanções como prisão, açoites e pagamento de multas (Batista, 1998).

Nascimento (2019, p. 43) afirma que “uma possível tomada do poder pelos negros foi sempre um pesadelo perturbando o sono tranquilo das classes dominantes e governantes do país durante todo o decorrer de nossa história. O que Celia Maria Marinho de Azevedo conceitua como “Onda Negra e Medo Branco”⁴⁴, realizando ampla discussão sobre o medo imaginário, porém real da classe branca dominante em relação a população negra escravizada, haja vista a iminência da abolição.

E onde estavam as negras e os negros no início da formação de Franca (SP)? Enquanto a população branca ocupava cargos políticos, militares e religiosos, era proprietária de terras e do comércio, tentava forjar as identidades étnico-raciais, morais, culturais e cívicas da cidade, a população negra ainda se encontrava escravizada, trabalhando nas lavouras, na pecuária, na construção civil, dentro das casas da classe dominante, lavando, passando, cozinhando e cuidando das crianças brancas inclusive.

Entretanto, enquanto existência e resistência, a população negra também construía e influenciava a formação da cidade em todos os seus aspectos. Sobre isso, Freitas (2017, p.35), é contundente ao destacar que:

[...] esse povo, em especial as mulheres, são parte da história construída neste país. Não foi apenas mais uma contribuição, mas implicou em protagonismos construídos nos enfrentamentos e resistências cotidianas. Contudo, essa ótica foi “esquecida” na historiografia oficial. Paralelo à apropriação dos meios de produção (elemento fundante de uma sociedade estabelecida sobre as bases do capital) tem-se a busca pelo silenciamento da fala de todos os aspectos relativos à própria vida, bem como a tentativa de apagar a própria história, o que permite entender porque a narrativa histórica que prevaleceu no Brasil foi a dos homens portugueses. O fato de ser essa narrativa que prevaleceu não significa que ela foi a única que existiu ou que a realidade não pode ser entendida como se fosse apenas os fatos ou a representação dos mesmos.

O trabalho escravizado esteve presente desde o início da formação da cidade, perpassando suas atividades econômicas por mais de um século, como o comércio de sal, a agricultura, a pecuária com a criação do gado, além de outras atividades “[...] como a tecelagem de algodão em velhos teares, a fabricação de

⁴⁴ Vide AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra e Medo Branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

arreios e peças de ferro para carros-de-boi e, ainda, atividades ligadas à garimpagem” (Palermo, 1980, p. 57).

Na segunda metade do século XIX, inicia-se a produção de café que se expande em Franca (SP), a priori por meio do trabalho escravizado, tornando a cidade conhecida como a Capital do Café (Palermo, 1980), como será exposto a seguir.

4.2.1 A cor e o sabor do café francano

Os integrantes da Câmara de Vereadores de Franca (SP), preocupados com o desenvolvimento econômico da cidade, em que eram os principais favorecidos, observando o potencial do mercado internacional de café, em 21 de julho de 1834, emitiram parecer obrigando lavradores a plantar um número mínimo de café, com previsão de multa e prisão em caso de descumprimento. Na época, já existiam pequenas plantações de café nos fundos dos quintais das casas para consumo próprio (Chiachiri Filho, 1986).

Abre-se um parêntese para citar que até meados de 1990, ainda era comum a plantação de pequenas lavouras e criação de animais nos quintais das residências em Franca (SP). Rememora-se aqui as avós e avô da autora deste estudo, que tinham em suas casas plantações de pés de café, verduras, árvores frutíferas e criação de galinhas para consumo próprio e para partilha com familiares e vizinhas(os).

Apesar da existência de pequenas lavouras de café em Franca (SP), também havia as grandes fazendas com imensas plantações e muitas(os) trabalhadoras(es) escravizadas(os), em que os fazendeiros participavam ativamente da política e pertenciam a classe dominante, escancarando desde então a desigualdade social, étnico-racial e econômica e a exploração de uma classe social sobre as outras (Faleiros, 2002).

Na década de 1870, inicia-se em Franca (SP) o arrendamento de terras através de contratos para formação das lavouras de café, as quais coexistiam com plantações de outros gêneros, como algodão, açúcar e fumo. Em muitos contratos, os colonos⁴⁵ ofereciam aos fazendeiros as pessoas escravizadas como garantia

⁴⁵ Faleiros (2002) conceitua o colono como aqueles que por meio de contrato com período determinado, na forma de empreito, se comprometiam em realizar o cultivo e colheita de café,

quanto ao uso da terra e no término dos contratos, normalmente os primeiros acumulavam dívidas, enquanto os segundos lucravam (Faleiros, 2002).

A partir da inauguração da estação ferroviária na cidade de Franca (SP), em 11 de abril de 1887, ocorre a expansão da produção de café. Com a abolição da escravidão em 1888, inicialmente, imigrantes italianos vem para Franca (SP), substituindo o trabalho realizado de forma escravizada por negras e negros. Palermo (1980) qualifica como previdente a atitude do Conselheiro Antônio Prado ao incentivar a vinda de imigrantes italianos e descreve com orgulho a presença e ascensão dos mesmos na cidade.

[...] graças à previdente medida do Conselheiro A. Prado, imigrantes italianos começaram a chegar em Franca e substituir o braço escravo. E foi assim que, aos poucos, o imigrante passou de empregado a meeiro ou administrador a arrendatário ou a proprietário das terras, criando uma nova aristocracia – a aristocracia o trabalho. Quem vem a Franca encontra em todos os setores de atividades sonoros nomes peninsulares dos Moscardini, Modenesi, Piacezi, Bianco e outros (Palermo, 1980, p. 61).

Palermo (1980), não relata o que aconteceu com a população escravizada que foi substituída por imigrantes, nem tampouco, referência e vangloria os nomes de africanas(os) e suas(seus) descendentes, que desde o início, fizeram parte da construção da cidade de Franca (SP), trabalhando exaustivamente nas lavouras, na pecuária, nos domicílios, na construção civil e em outros setores. Mais uma vez, se constata a inviabilização de negras e negros na história de Franca (SP), relegando a essas e esses apenas o termo “braço escravo”.

Assim, o café francano, tem cor devido o início das plantações ocorrer por meio do trabalho escravizado de negras e negros, denominado por Nascimento (2019) como ouro negro. E tem o sabor da exploração dessas pessoas, que não receberam o valor justo pelo árduo trabalho nas lavouras de café, nem mesmo após a abolição da escravidão, haja vista que muitas e muitos permaneceram nas fazendas, trabalhando em condições precárias em troca de moradia e alimento.

Os relatos das três pessoas mais idosas que participaram das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, reiteram a permanência de negras e negros nas fazendas ainda na década de 1930, bem como a exploração de seu trabalho

podendo utilizar as terras para o plantio de outros alimentos, mas o excedente pertencia ao proprietário da fazenda. O autor destaca a relação de exploração entre os fazendeiros e os colonos, e a ilusão desses últimos que acreditavam que trabalhavam para si, enquanto na verdade enriqueciam cada vez mais os primeiros.

pela classe dominantes, composta pelos grandes fazendeiros. Akilah, Nassor e Maria da Penha nasceram entre as décadas de 1930 e 1940, em fazendas da zona rural de Franca (SP) e região, trabalharam no campo desde a infância e se mudaram para zona urbana somente na adolescência e/ou juventude.

A colônia, era da fazenda mesmo. A colônia era tudo feita de pau a pique mesmo. [...] Tinha os colonos, tocava lavoura de café, pegava o café de empreito, cada colono pegava um, assumia o pé de café e ali ficava um ano inteiro. [...] Geralmente a gente brincava sim quando tinha tempo né, só nos finais de semana, porque durante... assim com 5 anos eu já comecei a trabalhar na roça, meus irmãos também começaram com 5 anos. Então, depois tinha a escola com uns 9 anos, a gente ia para escola, a gente trabalhava de manhã, ia para escola a tarde voltava e aí trabalhar outra vez, então a gente não tinha tempo de brincar durante a semana, era só mesmo final de semana (Akilah).

Ah, eu acho que eu tinha uns 10 anos quando eu comecei a trabalhar com meus pais. [...] Meus pais trabalhavam na roça, carpiam café. Depois que nós viemos morar em outra fazenda, já tocamos por conta nossa a planta de algodão, arroz [...]. Então nos pegamos essa parte aí, não foi mais campinar café para os outros, já pegamos mesmo uma coisa por conta nossa. [...] o dono da fazenda chamava Juarez, aí uma parte era nossa e a outra parte era para ele (Maria da Penha).

Apanhava café, seis anos eu apanhava café já. Depois quando eu fui para riscar caneta, eles falavam caneta brasileira era a enxada, era a caneta brasileira (risada) eles ficavam tirando sarro (gargalhada), estava na caneta brasileira. [...] Meu tio era tintureiro aqui, ele trouxe nós para cá, fez questão que nós viessemos para cá, por que a vida no setor até hoje é atrasado, Ibiraci só tem trabalho na lavoura e meu pai resolvi vir para cá, trouxe nós para cá, para nós sair da lavoura. Oh, gente, você sofre ter terra né, você vai plantar para a gente mesmo, trabalhar na fazenda dos outros fica tudo para eles (risos) (Nassor).

E com a expansão e consolidação do café em Franca (SP) na década de 1890, haja vista a qualidade dos grãos em decorrência das condições geográficas e climáticas, como a pluviometria e temperatura (Faleiros, 2002), ocorreu a ampliação do número de imigrantes, além da transformação da economia do município, alavancando o seu crescimento, sendo construídos vários imóveis, inclusive palacetes e hotéis (Chiachiri Filho, 1986), tornando-a reconhecida como a capital do café.

Contudo, não foi somente na cafeicultura que o trabalho da população negra foi invisibilizado pelas histórias francanas estabelecidas como oficiais, o mesmo ocorreu no setor calçadista.

4.2.2 A indústria calçadista de Franca (SP) e as(os) sapateiras(os) negras(os)

Apesar da crescente produção de café, o formato geográfico do solo francano permitiu a manutenção das atividades pecuárias e conseqüentemente das manufaturas de artefatos de couro, como sapatarias, selarias e curtumes. Lima (1997, p. 19) expõe que:

Na década de 1880, aparecem os primeiros curtumes na cidade, utilizando processos muito rudimentares para curtir o couro. Somente nas primeiras décadas do século XX, os curtumes passam a ser equipados com maquinário importado da Europa, melhorando a qualidade do produto.

O declínio do comércio de sal e a oscilação do preço do café no mercado internacional no início do século XX, estimulam a produção de calçados (sapatões, chinelos e botas) em Franca (SP), surgindo em 1921, o Calçados Jaguar, sendo a primeira fábrica de calçados da cidade (Lima, 1997, p. 19).

De acordo com Tosi (2002), por mais que as atividades e profissões ligadas ao couro e ao calçado estivessem presentes desde o início da formação da cidade de Franca (SP), a sua organização em formato de empresa ocorreu somente no final do século XIX. O autor destaca que:

[...] foi nessa ocasião que se passou de uma primeira fase, onde predominou o artesanato. O artesanato de calçado, entretanto, não se extinguiu, conviveu com a implantação das indústrias e foi importante no processo posterior de adensamento da atividade (Tosi, 2002, p.119).

Inicialmente, Franca se especializou na confecção de calçados masculinos feitos de couro, haja vista a existência do mercado consumidor composto pela população rural das cidades do interior do Estado de São Paulo, do Triângulo Mineiro e de Goiás. Mas, também fabricava sapatos finos e caros, sendo posteriormente, reconhecida como a capital do calçado masculino (Tosi, 2002).

A partir da década de 1950, com a expansão das indústrias de calçados, de curtumes e de acessórios para calçados, se agudiza a migração da população rural para a zona urbana em busca de emprego, acarretando uma inversão da característica da população francana que até então era predominantemente rural (Palermo, 1980).

As três pessoas participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vida que residiam nas fazendas, Nassor, Maria da Penha e Akilah, mudaram

para zona urbana de Franca (SP) respectivamente nos anos de 1944, 1960 e 1969, em busca de emprego e de melhores condições de vida, como se observa no relato de Nassor ao ser questionado sobre a decisão de vir para Franca (SP):

A decisão foi, para você ver, toda a cidade pequena não tem emprego, né, só tem serviço braçal, rural, né, não tem outra coisa para fazer, a não ser que é... o que dá mais serviços é a construção civil, o povo construir né. Cidade igual a Franca, São Paulo, Ribeirão Preto, estão sempre construindo, aí tem emprego na construção civil (Nassor).

A e os participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vidas supracitada(os), ao mudarem para zona urbana de Franca (SP), a priori não foram trabalhar nas indústrias de calçados. Os primeiros empregos que conseguiram foram de servente de pedreiro, empregada em residências e ajudante de tintureiro.

Ao perguntar a Akilah sobre as profissões que exerceu quando se mudou para a zona urbana da cidade no ano de 1969, ele respondeu: *“Eu trabalhei de sapateiro, primeiramente de servente de pedreiro, depois eu fui trabalhar no calçado”*. Nesse momento, sua esposa que estava presente observando a entrevista, interrompeu dizendo que ele havia trabalhado no banco. Ao ser questionado sobre tal trabalho, ele disse sorrindo que trabalhou construindo o banco como servente de pedreiro.

Maria da Penha, relatou durante a entrevista de depoimento de histórias de vida, que ao mudar para a zona urbana de Franca (SP) em 1960, trabalhava como empregada em residências:

[...] eu trabalhei em três casas, como doméstica, ah eu me lembro que eu tinha que levantar muito cedo, fazer o café para dona da casa e buscar o pão, torrar café, tudo isso... Tinha que limpar a casa, cozinhar, na hora certa... [...] fazia de tudo, tudo que tinha na casa era eu. Ela era sozinha, mas ela gostava que fazia as coisas para levar pra filha dela que morava na rua debaixo. [...] Eu levantava seis horas e ia até as cinco, cinco e mais por aí (Maria da Penha).

Nassor, expôs que mudou de Ibiraci (MG) para a zona urbana de Franca (SP) no ano de 1944, quando tinha 14 anos de idade, acompanhado por seu pai e sua mãe. Disse que sua mãe conseguiu emprego como lavadeira, lavava e passava roupas para outras pessoas, enquanto que seu pai, trabalhava como pedreiro na construção civil. Nesse período ele também conseguiu emprego e ao

ser indagado se o seu primeiro emprego foi em fábrica de calçados, Nassor respondeu que não:

Não eu trabalhei... eu enfrentei tudo, tudo que tinha na frente, eu trabalhei de tintureiro primeiro, lavar roupa, passar roupa, foi o primeiro serviço meu aqui. [...] e aí eu trabalhei de tintureiro, trabalhei no calçado Lopes de Mello, trabalhei de servente de pedreiro, aquele banco ali onde é o Móveis Xavier, eu trabalhei quase de baixo e de cima. [...] depois calçado, no calçado eu aposentei, quando entrei lá no HB (Nassor).

A narrativa de Ayana, participante das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, que nasceu na zona urbana de Franca (SP) no ano de 1955, também reitera que inicialmente a população negra não compunha a classe operaria das indústrias calçadistas. Ayana relatou que sua mãe trabalhava na cidade como empregada em residências, se aposentando nessa função e seu pai trabalhou informalmente como pedreiro, não conseguindo se aposentar.

Ayana também disse que começou a trabalhar em 1963, com 08 anos de idade, levando marmitas com almoço para pessoas que trabalhavam no curtume, depois com 10 anos trabalhou como empregada em residências e com 15 anos trabalhou em fábrica de calçados, posteriormente voltou a trabalhar como empregada em residência, função na qual se aposentou, mas ainda permanece trabalhando nela devido dificuldades financeiras.

Com 8 anos carregava almoço para os outros no curtume ali, aquele curtume na marginal ali no Savegnago, eu morava no Santa Cruz, eles almoçavam era 11:00 horas, eu levava almoço pra eles, aí eles me pagavam por mês. [...] eu descia a pé, antigamente eles faziam aquelas sacolas de pano, [...] aí punha assim, eu pendurava aqui, duas aqui, duas aqui e ia levar pra eles almoçar quente na hora. [...] Aí depois não parei mais, minha filha, que aí né... aí depois eu entrei de doméstica, aí fiquei trabalhando de doméstica, aí depois fui pra fábrica, que aí a fábrica pagava mais né, tinha mais assim, as coisas, aí eu falei não, eu vou pra fábrica, que a fábrica tem fundo de garantia, tinha registrado, aí eu fui pra fábrica, eu carimbava caixa de sapato. [...] aí a fábrica fracassou, eu falei vou voltar pra doméstica mesmo, não pode ficar parado, né (Ayana).

O participante Ayo, que se mudou de São Paulo (SP) para Franca (SP) no ano de 1983, quando tinha 24 anos, acompanhado por seus pais, também relatou que quando chegaram na cidade, seu pai conseguiu emprego como pedreiro e sua mãe como empregada em residências. Ao ser questionado sobre seu primeiro emprego em Franca, Ayo disse: *“trabalhei no MSN na borracha aqui em Franca, depois trabalhei em outra... foi indo, foi indo, aprendi a trabalhar de pedreiro com*

meu pai, aí fui pra lá”. Destaca-se que Ayo continua trabalhando informalmente como pedreiro até os dias atuais.

Abdias Nascimento (2019), rememora sua infância em Franca (SP) entre as décadas de 1910 e 1920, as tentativas e resistência de seu pai na busca de emprego em uma fábrica de calçados, enquanto sua mãe além de costureira, fazia e vendia doces, seu irmão trabalhava de aprendiz de alfaiate e ele próprio fazia entregas e limpava lugares para a burguesia francana:

Evocando minha infância distante, posso vislumbrar a imagem do meu pai, frequentemente angustiado, sofrido, tentando obter um precário e mal pago trabalho em alguma fábrica de calçados; mas também consigo rever embaçada na distância sua figura maltratada pela vida e assim mesmo tão elegante e distinta, evadindo da dor cotidiana através da música. Compreendia aquela sua tristeza cheia de resignação, fustigado que era pelas pressões inexoráveis, que se canalizava para a fuga do violão. [...] Meu pai sapateiro, minha mãe cresce, avulta na lembrança, como a doceira da cidade; costurava também, e quando nascia um novo irmão, minha mãe se transformava em ama-de-leite de filhos de plantadores de café. Foi assim que conheci de perto os grandes cafezais e os imigrantes que lá trabalhavam o “ouro negro”. Éramos seis irmãos e uma irmã – uma família negra e pobre; desde a infância, os pés descalços, tentávamos contribuir, eu e o irmão mais velho, para a magra economia da casa. Ele, aprendiz de alfaiate; eu, entregando leite e carne às portas das casas burguesas da cidade, isso bem cedinho, antes de começar as aulas do grupo escolar às oito da manhã. Ganhava alguns tostões nessas tarefas e outros tantos no período da tarde, limpando o consultório de um médico ou lavando vidros vazios e entregando remédios para a freguesia de uma farmácia (Nascimento, 2019, p. 39-40).

Assim, como Carolina Maria de Jesus (1986), que mudou de Sacramento (MG) para Franca (SP) na década de 1930 e relatou as dificuldades por não ter moradia e nem alimento, mesmo a sua mãe tendo conseguido trabalho como empregada em casas de família:

Deixamos a cidade de Sacramento. Fomos para Franca. Que luta para eu viver em Franca. Não podia trabalhar. Minha mãe arranhou emprego na casa do senhor Ignácio Calheiros. Eu ficava vagando. Que fome que eu passava! Às vezes eu ia no emprego de minha mãe. Limpava o quintal, visando comer qualquer coisa! Não tínhamos casa. Íamos dormir na chácara do Chicholim. Era um palhaço de circo falido e anoso. Era caridoso. Era o pai da atriz Carmem Cassnel. Que homem bom! (Jesus, 1986, p. 163).

Segundo Tosi (2002, p. 143), inicialmente os setores coureiros e calçadistas eram compostos por associações entre parentes, “[...] os ferradores e sapateiros eram, na sua maioria, pessoas de origem italiana, membros da população urbana e

detentores de um ofício”. Assim, as(os) primeiras(os) trabalhadoras(es) das fábricas de calçados não foram as pessoas negras. Inclusive, Akilah rememora os racismos presentes em uma renomada indústria calçadista que não contratava pessoas negras, isso no ano de 1970:

[...] quando eu entrei lá no Samello, eles não aceitavam muito pessoas pretas assim não. [...] Eles me aceitaram porque não apareceu outro no lugar. [...] Tinha a vaga, aí eles estavam esperando que viessem gente mais, gente claro né, gente branca, aí não apareceu outros, aí cederam a vaga pra mim também, depois não quiseram, não queria deixar eu sair (riso) (Akilah).

Akilah, cita que os racismos eram praticados pela pessoa responsável pelas contratações: *“[...] era só esse cara que contratava lá, que a turma falava que ele era racista”*. E ao ser indagado se na época que trabalhou no Samello havia mais pessoas pretas, Akilah afirmou que *“tinha, mas alguns só”*. Sobre as funções que eles exerciam, respondeu que eram *“serviço geral, serviço na prensa”*.

Diante do exposto, se observa como ocorreu a “integração” da população negra na sociedade francana após a abolição, perpassando a ascensão da produção de café até a gênese da indústria calçadista. É nítido que ela permaneceu preterida, sendo tratada de forma desigual em relação as outras etnias-raças, mesmo quando ocupava a mesma atividade econômica.

4.2.3 Resquícios da falsa abolição da escravatura em Franca (SP)

Conforme denunciado pelo poeta Carlos de Assumpção (2017) em seu livro e nos Saraus Protestos, apenas o ato de abolir a escravatura não propiciou à população negra escravizada as condições e os meios necessários para retomar sua liberdade em todos os aspectos: sociais, econômicos, culturais, religiosos, políticos, entre outros.

A princesa Isabel
Passou cheque sem fundo
Enganando todo mundo
A escravidão não acabou
A escravidão continua
Só não vê quem é cego
Ou tem a cabeça de lua
(Assumpção, 2017, p. 56).

A assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 1888, não modificou como em um passe de mágica, a forma que a sociedade brasileira enxergava, convivia e tratava as pessoas negras. Pelo contrário, foram criadas legislações racistas que permaneceram punindo e violentando a população negra, mostrando qual era o lugar dela. Destaca-se o Código Penal de 1890, que no livro III, havia dois capítulos específicos para punir a prática da mendicância, ociosidade, vadiagem e a capoeira, estabelecendo penas de reclusão, multa e deportação para estrangeiros. O capítulo XII era intitulado como - Dos mendigos e ébrios – e o capítulo XIII como – Dos Vadios e Capoeiras:

CAPITULO XII

DOS MENDIGOS E EBRIOS

Art. 391. Mendigar, tendo saude e aptidão para trabalhar:

Pena - de prisão cellutar por oito a trinta dias.

Art. 392. Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos logares onde existem hospicios e asylos para mendigos:

Pena - de prisão cellutar por cinco a quinze dias.

Art. 393. Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatorio:

Pena - de prisão cellutar por um a dous mezes.

Art. 394. Mendigar aos bandos, ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor:

Pena - de prisão cellutar por um a tres mezes.

Art. 395. Permittir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilancia, ande a mendigar, tire ou não lucro para si ou para outrem:

Pena - de prisão cellutar por um a tres mezes.

Art. 396. Embriagar-se por habito, ou apresentar-se em publico em estado de embriaguez manifesta:

Pena - de prisão cellutar por quinze a trinta dias.

Art. 397. Fornecer a alguém, em logar frequentado pelo publico, bebidas com o fim de embriagal-o, ou de augmentar-lhe a embriaguez:

Pena - de prisão cellutar por quinze a trinta dias.

Paragrapho unico. Si o factio for praticado com alguma pessoa menor, ou que se ache manifestamente em estado anormal por fraqueza ou alteração da intelligencia:

Pena - de prisão cellutar por dous a quatro mezes.

Art. 398. Si o infractor for dono de casa de vender bebidas, ou substancias inebriantes:

Penas - de prisão cellutar por um a quatro mezes e multa de 50\$ a 100\$000.

CAPITULO XIII

DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellutar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes. Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellular por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes (Brasil, 1890).

Como no período de pós-abolição não havia acesso ao emprego, renda, alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, cultura, entre outros direitos, a população negra era a que majoritariamente poderia ser punida com base nos capítulos legais acima mencionados, o que se reflete até a atualidade, haja vista que a maioria das pessoas em situação de rua e reclusas no sistema penitenciário brasileiro são negras e negros.

No último Plano Municipal de Assistência Social de Franca (Franca, 2018), consta que o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), no período de 2013 a junho de 2017, havia cadastrado 2.370 em situação de rua em Franca (SP), sendo que 55% delas se autodeclararam pretas e pardas e 45% brancas.

Quanto às pessoas reclusas no Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p.403) demonstra que:

[...] ao longo dos últimos anos, o percentual da população negra encarcerada tem aumentado. Se em 2011, 60,3% da população encarcerada era negra e 36,6% branca, em 2021, a proporção foi de 67,5% de presos negros para 29,0% de brancos.

Torna-se importante mencionar o papel do Estado no período pós-abolicionista, que além de não realizar ações mínimas de reparação, dificultou que a população negra que fora escravizada, requisitasse indenizações. Em 1890, o ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, determinou que fossem queimados os livros e matrículas de controle aduaneiro e de recolhimento de tributos referentes ao período de escravização das(os) africanas(os), com a justificativa de destruir os vestígios em honra a pátria e de forma fraterna e solidaria, homenagear as pessoas escravizadas (Barbosa, 1988).

Porém, ainda há registros em cartórios e igrejas, inclusive algumas referências bibliográficas como Batista (1998), Chiachiri Filho (1986), Faleiros (2002) e Rocha (2004), trazem nomes de escravistas em Franca (SP), o que precisa ser alvo de pesquisas a exemplo do que aconteceu no município de Araraquara (SP), em que pesquisadoras(es), por meio judicial, recuperaram diversas escrituras de compra e venda de pessoas negras escravizadas no período de 1874 a 1887, que estavam arquivadas há mais de 130 anos em um cartório da cidade, transformando em livro⁴⁶, que conforme o prefácio escrito por Dagoberto José Fonseca, permitirá “[...] pedir justiça social, respeito e reconhecimento de que uma parte da cidade foi morta para a outra viver e fazer fortuna” (Laurindo; *et al*, 2023, p.36).

No que se refere ao período abolicionista em Franca (SP), Chiachiri (1967) afirma que a cidade recebeu a abolição da escravatura com grande alegria, tanto que no dia seguinte, em 14 de maio de 1888, as autoridades municipais que compunham a Câmara de Vereadores solicitaram donativos a população francana para festejar o acontecido.

Santos (1995, p. 21) cita que na noite de 14 de maio de 1888, a Câmara distribuiu em toda cidade um boletim “[...] convidando os habitantes de Franca a iluminarem a frente de suas casas no dia subsequente e a tomarem parte nas festas em regozijo da Lei Áurea”. E que o dia 15, amanheceu ao som de foguetes e

⁴⁶ LAURINDO, Alessandra. *et al.*(org.). **A história comprovada: fatos reais e as dores da escravização araraquense**. São Carlos, SP: RiMa Editorial, 2023. Disponível em: https://editorarima.com.br/wp-content/uploads/2023/03/A-Historia-Comprovada-%E2%80%93-fatos-reais-e-as-dores-da-escravizacao-araraquense_ebook1.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

bombas, a tarde houve um cortejo até a igreja Matriz em que ocorreu a “[...] solenidade arrebatadora, deslumbrante, efetuada na sinceridade da mais legítima comoção” (Santos, 1995, p.2 1).

Nenhum livro traz a informação se a população negra, então não mais escravizada, participou de tais atos, estando presente nas comemorações enquanto convidada ilustre, sentando nos bancos da frente e fazendo discursos comoventes.

Porém, Chiachiri (1967) cita que as festa e celebrações foram contraditórias a solicitação realizada a D. Pedro II pelos vereadores, quatro anos antes, com o intuito de impedir abusos de abolicionista, como o realizado por um juiz de direito, que fazia parte do movimento abolicionista e rasgou sua beca em protesto a inauguração do retrato de D. Pedro II no salão nobre da Câmara Municipal de Franca.

Desde os anos de 1880, havia em Franca (SP) movimentos a favor e contra a abolição, como o conflito de interesses entre o jornal “O Nono Distrito”, do Partido Liberal, que não realizava anúncios sobre compra e venda de escravizadas(os) e o jornal “A Justiça”, do Partido Conservador, que apoiava a criação do Clube da Lavoura e do Comércio, que seria um instrumento de luta contra o movimento abolicionista (Santos, 1995).

Chiachiri (1967) relata que o Clube da Lavoura e Comércio da Franca foi criado em julho de 1884, por proprietários de lavouras e do comércio em Franca (SP), juntamente com integrantes da Câmara de Vereadores, que prevendo a abolição da escravatura, se organizaram para enfrentar as possíveis crises. O autor destaca que “[...] custou muito, principalmente aos lavradores brasileiros, se desacostumarem do trabalho organizado do braço escravo. Como também muito aos comerciantes se verem mais independentes da aristocracia rural da época” (Chiachiri, 1967, p. 152).

Em nenhum momento Chiachiri (1967) aborda a violência sofrida por mais de 400 anos pela população africana escravizada e suas(seus) descendentes, que foram raptadas(os) violentamente de África, trazida em condições desumanas nos porões de navios e forçadas(os) ao trabalho escravizado e penoso, sofrendo todas as formas imagináveis e inimagináveis de torturas psicológicas, sexuais e físicas, além da tentativa de apagamento da sua história, cultura, saber e religião. O autor também não relata a forma como que os proprietários rurais e comerciantes

escravistas francanos, assim, como a monarquia, realizaram a reparação dessa longa violência e o ressarcimento da população negra que fora escravizada e que com a abolição da escravatura estava novamente livre na cidade de Franca (SP).

Nascimento (2019) aponta que tanto o sistema econômico capitalista quanto os próprios imigrantes, excluíram a população negra do mercado de trabalho:

[...] a enorme força de trabalho negra era rejeitada, ontem assim como hoje, por aqueles que incorporaram o “sistema econômico”. O “sistema” diretamente, e os imigrantes indiretamente, excluíram o negro, de maneira insensível e cruel, de qualquer oportunidade significativa de trabalho. Ambos, tanto o chamado “sistema de produção” quanto o proletariado imigrante, se beneficiaram e cresceram por mercê da espoliação e do despojamento total do descendente africano (Nascimento, 2019, p. 39).

Após a abolição, não foi ofertado à população negra o regime de colonato, que consistia em uma forma de trabalho assalariado, que apesar de não se tratar de uma reparação devido ao longo período de escravização, poderia proporcionar aos mesmos, condições mínimas de sobrevivência. Em Franca (SP), tais contratos de colonato foram celebrados com os imigrantes, que apresentavam expectativas quanto ao acesso à terra e a ascensão econômica e social, pois além de cumprirem com contrato referente à lavoura de café, poderiam cultivar outros alimentos para consumo e comercialização (Tosi, 2002).

E novamente na história oficializada pela Prefeitura Municipal e nas referências bibliográficas consultadas sobre a formação socio histórica de Franca (SP), não se identificou o que aconteceu com as pessoas negras escravizadas após a abolição, o sentimento é de que elas simplesmente desapareceram nesse período, juntamente com toda a violência praticada ao longo dos quatrocentos anos de escravismos. Reitera-se a invisibilização e o ensurdecimento da população negra francana, que não deixou de existir e teve que novamente resistir diante da conjuntura pós-abolicionista.

Fernandes (1964), afirma que após a abolição, nenhuma instituição, como o Estado e a Igreja e muito menos os escravistas, se responsabilizaram e/ou foram responsabilizados em garantir os meios necessários para a integração social e econômica da população negra brasileira. O autor relata que nas regiões brasileiras em que havia a exploração do café, foram poucos caminhos possíveis a população negra ex-escravizada:

Onde a produção de se mantinha em níveis baixos, [...] os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, [...] os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho-escravo) e, principalmente com a mão-de-obra importada da Europa [...] (Fernandes, 1964, p. 5).

Em Franca (SP), foi possível observar ambas situações, a permanência em condições de trabalho análogo ao escravismo e a concorrência desigual com outras(os) trabalhadoras(es), em especial os imigrantes italianos e espanhóis. Assim, após a abolição da escravatura, a maioria da população negra francana permaneceu nas fazendas, trabalhando nas lavouras de café e quando se mudava para a zona urbana, a priori ocupava cargos na construção civil e como empregadas nas residências, aceitando qualquer trabalho que surgissem, em especial, aqueles que a classe dominante não queria realizar por serem penosos, insalubres e/ou considerados irrelevantes e de menor *status* social.

Quanto ao acesso à terra, Lima (1997) cita que no período entre 1805 e 1824, a distribuição de terrenos urbanos em Franca (SP), denominado como cartas de datas, era realizada pela Igreja Católica, que o fazia de forma gratuitamente ou através de pagamentos anuais. Posteriormente, a Câmara Municipal de Franca, por meio do Código de Postura, assume a distribuição de terras, privilegiando a classe dominante, a qual os vereadores pertenciam. A autora denuncia várias irregularidades da Câmara Municipal, como a aquisição de forma irregular de mais de um terreno, que seriam objetos futuros de especulações quando se iniciam os loteamentos:

[...] Cada pessoa poderia receber apenas uma carta de data, tendo direito a outro terreno após ter construído no primeiro. A Câmara passa a então a lidar com a especulação no processo de doação, ou seja, pessoas ligadas à classe dominante obtinham facilmente concessão de duas ou mais datas, burlando as posturas sem serem multadas (Lima, 1997, p. 77).

Além do acesso facilitado a terra, a classe dominante também foi privilegiada na localização dos terrenos urbanos em Franca (SP). Como na cidade havia locais

com boçorocas⁴⁷, “[...] as áreas com menos probabilidade de desmoronamentos serão reservadas às classes dominantes, enquanto que as áreas mais predispostas a estes problemas ficavam para a população pobre da cidade tendo em vista o preço dos terrenos” (Lima, 1997, p. 86).

Enquanto a classe dominante branca utilizou da especulação imobiliária para acumular riquezas e bens, a classe trabalhadora e explorada, a qual as pessoas negras pertenciam, na maioria das vezes, não conseguiam comprar terrenos e construir suas casas, tendo o orçamento familiar onerado devido ao pagamento de aluguel e residindo cada vez mais nas regiões periféricas da cidade, sendo possível identificar tal situação nas narrativas de algumas(alguns) participantes da pesquisa:

A gente nunca teve casa, a gente foi ter casa depois, [...] a gente sempre pagou aluguel, levava uma vida muito sofrida. Depois que meu pai morreu, vish, nós trabalhava só pra ajudar minha mãe mesmo, porque se não minha filha, olha, a gente ia morar na rua, porque quando você não tem casa, você tem que pagar aluguel, se você não pagar aluguel, você mora na rua, então nossa vida sempre foi assim (Ayana).

Você acredita que eu morei no centro da cidade, morei ali na rua de trás da igreja, da Catedral, na Comandante Salgado, [...] era tudo aluguel, nós custamos arrumar um jeito para morar aqui (riso). Depois nós moramos em casa ali no Cubatão, aí meu pai com o dinheirinho do acidente comprou o terreno lá na Santa Cruz. [...] ele já trabalhava na construção civil, chamava o moço pra ajudar ele e a gente ia trabalhar dia de sábado, dia de domingo, até que fez dois cômodozinhos e fomos morar lá (Nassor).

[...] desde que eu estou aqui há 28 anos, são dois anos que agora eu pago a minha casa e não pago aluguel, então foram 26 anos pagando aluguel (Yera).

Nota-se que o acesso desigual à terra possui reflexo até os dias atuais, haja vista que em Franca (SP), o déficit habitacional estimado para o ano de 2023 é de 26.981 domicílios (Franca, 2018).

Diante do exposto, novamente infere-se que o Estado, por meio de legislações e da omissão na oferta de políticas públicas, também forjou e/ou reforçou as identidades étnico-raciais no Brasil, tentando delimitar e designar os

⁴⁷ “As boçorocas apresentam-se como profundas depressões de intensa atividade erosiva, que se afunilaram na foz do curso d’água que as percorre” (Lima, 1997, p. 85). Destaca-se que a autora deste estudo, assim como muitos dos seus familiares, que são pessoas negras, conseguiram comprar suas casas em regiões periféricas próximas as boçorocas devido o valor ser mais acessível.

lugares e espaços que a população negra “deveria” e/ou “poderia” ocupar, se preocupando em construir uma identidade única para a nação brasileira de acordo com seus interesses, pautados nos padrões racistas eurocêntricos, como será abordado a seguir, enfatizando a população francana.

4.3 A população negra, a branca e o branqueamento em Franca (SP)

Ao analisar o processo histórico de formação da cidade de Franca (SP) é nítido a invisibilização e o ensurdecimento da população negra nas histórias estabelecidas como oficiais e até mesmo em algumas bibliografias consultadas. Foi possível constatar as influências europeias, católicas e do Estado nas construções das identidades étnico-raciais francanas forjadas nesse período e com sequelas até os dias atuais.

Saint-Hilaire, viajante europeu, descreveu as características da população de Franca (SP) em 1819, distinguindo os mineiros dos paulistas, atribuindo superioridade a esses primeiros por migrarem de locais em que havia cultura, riqueza e civilidade. O viajante europeu “identificou o paulista pela sua estupidez e ignorância e o mineiro pela sua polidez” (Chiachiri Filho, 1986, p. 17).

Chiachiri Filho (1986) acrescentou o quesito cor e raça na distinção dos comportamentos entre mineiros e paulista. O autor afirmou que a maioria dos paulistas eram pardos, o que compreendia como o cruzamento entre brancos e indígenas, enquanto nos mineiros prevalecia a cor branca, afirmando que:

O mestiço paulista era imprevidente, vestia-se rotamente, vivia em casebres imundos à beira da estrada, tinha o ar aparvalhado e desconhecia as regras da “civilidade”. O inverso dessa situação denunciava a presença do mineiro. Melhor trajado, de mais recursos, o mineiro sabia receber o “viandante” tratando-o com educação. Seus princípios morais eram mais rígidos e, ao que parece, mais intensa a sua religiosidade (Chiachiri Filho, 1986, p. 18).

Assim, as identidades étnico-raciais, inicialmente foram sendo forjadas por preconceitos, discriminações e racismos atrelados a origem, região, acesso à cultura e riqueza, aos hábitos, costumes, religiosidade e cor da pele. Outro marcador étnico-racial e também de classe social, foram os títulos de nobreza concedidos por D. Pedro II, nos anos de 1870, em que os grandes cafeicultores brasileiros escravistas e suas famílias, que pertenciam a classe branca dominante,

eram nomeados como condes, condessas, barões e baronesas (Chiachiri Filho, 1986), enquanto a população negra que de fato era quem produzia o café, permanecia escravizada, subjugada e ensurdecida.

Na apresentação do livro “Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador”, escrita em 1986, por José Carlos Jordão da Silva, então diretor-presidente da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Franca (COCAPEC), nota-se o enaltecimento da classe branca dominante e a desqualificação da população trabalhadora e explorada, que provavelmente era majoritariamente negra, quando ele fala sobre José Garcia Duarte, tenente-coronel, conhecido como barão de Franca, que recebeu o título em 1888, por D. Pedro II.

Mudou-se para Franca quando se agitava com certa intensidade o plantio do cafeeiro. Aqui se fez lavrador pertinaz e inteligente [...]. Prestimoso, honesto, democrata, tornou-se ídolo do povo francano. Os miseráveis, os desprotegidos da sorte, os filhos do infortúnio não eram por ele olvidados. A sua proverbial generosidade granjeou-lhe o honroso título de pai da pobreza (Chiachiri Filho, 1986, p. 13).

José Carlos Jordão da Silva, também afirma que na época “o café distribui a riqueza e democratiza o latifúndio pela divisão natural entre os herdeiros dos barões de ontem” (Chiachiri Filho, 1986, p. 14).

Constata-se a permanência da relação colonial e da manutenção de poder da branquitude, que compunha a classe dominante. Nota-se o orgulho ao descrever um homem tido como pertinaz, inteligente, democrata e benfeitor, que na verdade se enriqueceu às custas da violência do trabalho de pessoas negras escravizadas e exploradas, e que ao realizar ações sociais na cidade, não estava dividindo de forma igualitária as riquezas construídas socialmente. Observa-se a naturalização da desigualdade social e das relações de hierarquia entre as classes sociais e étnico-raciais ainda presentes na sociedade, haja vista que a apresentação do livro supracitado foi escrita em 1986, ou seja, há apenas 37 anos.

Ratifica-se a afirmação feita por Nascimento (2019) quanto a origem e objetivo da história do Brasil e de toda a estrutural social do país:

A história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para benefício exclusivo de uma elite minoritária brancoide, presumidamente de origem europeia (Nascimento, 2019, p. 35).

As histórias oficiais não mencionam que no ano de 1829, as negras(os) escravizadas(os) totalizavam 37,2% da população de Franca (SP), em que a maioria era homens solteiros, com idade entre 10 a 39 anos, não sendo tão desigual a quantidade entre homens e mulheres, havendo também pessoas casadas e viúvas (Rocha, 2004), ou seja, as pessoas negras nunca deixaram de constituir famílias por meio de laços afetivos e consanguíneos.

Muito menos, tais histórias citam a origem da população africana escravizada residente em Franca (SP) no ano de 1829, que de acordo com Rocha (2004), nas Listas Nominativas de Habitantes, do acervo do arquivo do Estado de São Paulo, consta que 349 pessoas foram trazidas da Angola, 110 de Benguela, 31 de Cabinda, 10 de Casange, 49 do Congo, 10 de Moçambique, 6 de Rebolo, 01 de Monjobo, 07 de Guiné e 03 de Guanguela. Ainda, constavam 576 como Africanos(as), 825 como Crioulos, 146 como Minas Gerais, 136 como São Paulo e 343 como origem inespecífica.

Até o ano de 1880, Franca (SP) ainda possuía uma quantidade considerável de pessoas escravizadas, observando a partir de então uma redução do número, sendo que em 1874 haviam 3.577, em 1885 eram 2.124 e no ano de 1887 totalizava-se 1.283 (Faleiros, 2002).

Para Oliveira (1997), essa redução ocorreu devido ao aumento do valor das(os) negras(os) escravizadas(os), que de 218\$638 em 1828 passa para 1:471\$428 em 1880, haja vista as legislações que tentavam inibir as escravizações, como a proibição de importação de africanas(os) escravizadas(os) em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871, a taxação de impostos no ano de 1881 em São Paulo sobre novas(os) escravizadas(os) e a Lei dos Sexagenários em 1885.

Outro motivo citado por Faleiros (2002) quanto a diminuição de escravizadas(os) no município, se refere ao fato dos fazendeiros venderem as pessoas escravizadas para investir nas plantações de café.

Batista (1998, p. 39) aponta divergências quanto ao número de pessoas escravizadas em Franca (SP), destaca que “[...] os dados censitários durante o século XIX não passavam, muitas vezes, de meras estimativas. E, de qualquer forma confirmam a historiografia local que afirma ter sido reduzida a presença de escravos na localidade”.

Nenhum dos autores supracitados, mencionam como possível causa da redução do número de pessoas escravizadas, os movimentos de resistências das

mesmas, como fugas e até mesmo compra de alforrias pelas próprias. É primordial, explicitar que “[...] desde os princípios da colonização ainda no século XVI, os africanos escravizados se engajaram num combate mortal contra o trabalho forçado (Nascimento, 2019, p. 87).

Cita-se alguns exemplos ainda não ensinados com profundidade e criticidade nas escolas, tão pouco evidenciados com eloquência na história brasileira: “a República dos Palmares, a Revolta dos Alfaiates, a Balaiada, as revoltas malês, o Quilombo de Campo Grande, a figura de Isidoro, o mártir, do Preto Cosme, do Preto Pio, de Manuel Congo, de João Cândido, de Carocango, Luísa Mahin, etc” (Nascimento, 2019, p. 87-88).

Desde o século XVIII, noticiava a presença de vários quilombos na Freguesia de Moji-Guaçu, o qual Franca fazia parte. Inclusive, Santos (1995) relata a denúncia feita no ano de 1841, pelo fazendeiro José Bernardes da Costa, quanto à existência de um quilombo em sua propriedade na Vila Franca do Imperador. O fazendeiro descreveu que havia encontrado “[...] um rancho com diversos mantimentos dentro, bem como uma roça de fumo, fogo e outras coisas, que por cujo princípio se conclue que é um verdadeiro quilombo” (Santos, 1995, p. 6). Porém, se tratava do local de moradia do Custódio, africano que fora mantido escravizado pelo Padre José Joaquim Teixeira e havia conseguido liberação da prisão.

Assim, a população francana que a priori era composta por mineiros, paulistas e africanas(os), a partir da abolição da escravatura em 1888, com os incentivos do governo de São Paulo, que inclusive financiava as passagens, constata-se a presença de imigrantes no município. Em 1920, residiam em Franca 6.193 imigrantes, sendo 2.889 italianos, 2.281 espanhóis, 617 portugueses, 34 alemães, 28 japoneses e 344 de outras nacionalidades, não sendo citada a quantidade de africanas(os) (Faleiros, 2002).

E Franca (SP) não ficou isenta das políticas de branqueamento e muito menos do mito da democracia racial, em que o Estado, representando a classe branca dominante, bem como a sociedade, insiste em negar veemente a existência de quaisquer tipos de conflitos, preconceitos, desigualdades e discriminações étnico-raciais no país, conforme exposto por Nascimento (2019, p. 45):

[...] A classe dominante no Brasil procede como uma antecipação dos ensinamentos de Goebbels, o famoso ideólogo do Terceiro Reich, de que

a mentira, sustentada insistentemente e reiteradamente, é capaz de criar uma nova verdade; em contrapartida, a verdade passa a ser a mentira verdadeira. O Brasil oficial despendeu grande esforço tentando criar a ficção histórica segundo a qual o país representa o único paraíso da harmonia racial sobre a terra, o modelo a ser imitado pelo mundo.

Palermo (1980, p.77), descreveu Franca (SP) como “[...] uma comunidade tranquila, operosa, otimista, sentimental, religiosa, com profunda sensibilidade para a sua História e o seu passado, cujos episódios culminantes evoca e comenta com entusiasmo”. O autor apresenta uma identidade para cidade de Franca (SP) em que não há conflitos e que existe uma coesão entre a população, ocultando as violências⁴⁸ e desigualdades das classes sociais, de gênero e étnico-raciais, bem como as lutas sociais.

Mais uma vez, Palermo (1980) reforça o mito da democracia racial ao afirmar que a população francana convivia de forma cordial e pacífica, sendo proveniente de um *melting pot*, ou seja, da existência de uma diversidade humana com estilos de vida, culturas, religiões, origens, etnias e raças diversas.

[...] Resultado de um “melting pot” em que entraram bandeirantes – mestiços de índio e português, - mineiros – brancos de origem lusas, mulatos e cafusos, - índios e negros, numa primeira fase; e europeus, principalmente, italianos e espanhóis, no final do Séc. XIX em diante, a que se juntariam árabes e outros orientais, os francanos demonstram em seu comportamento social as virtudes de um povo jovem, propélido para o futuro e disposto a construir um país forte, rico e culto (Palermo, 1980, p. 78).

Para Nascimento (2019, p. 36), o mito da democracia racial é a “[...] falsa imagem de uma escravidão humanizada, benemérita, com certa “liberdade” [...]”. Como se todas as etnias e raças convivessem pacificamente e de forma solidária, mesmo quando uma escravizava, explorava e violentava as outras.

⁴⁸ Santos (1995) detalha a crueldade praticada com negras na Vila Franca do Imperador no ano de 1829, cita o estupro de Maria, uma criança que tinha cerca de 07 anos de idade e era escravizada sendo de “propriedade” de José Gonçalves Costa. Ainda, descreve o suicídio de outra escravizada, também chamada Maria, que se matou na Fazenda do Turvo, pertencente a Manoel Martins Arruda, além da prisão injusta de Maria Madalena, negra escravizada de propriedade de Antônio Moreira Lima, apelidada de Maria Franqueira por ser de Franca, solta em 1886 por ordem de D. Pedro II, após 53 anos de prisão acusada de assassinato. Em 1861, Joaquim, escravizado que havia fugido, ao ser capturado por seu proprietário, Tomás José da Mota, foi colocado uma pega de ferro sobre os seus pés e um gancho de ferro em seu pescoço, o que não o impediu de fugir novamente e dessa vez sem ser pego. No ano de 1863, a escravizada Felícia de propriedade de Prudêncio Rodrigues Pires, morreu ao ser espancada por Ana Rosa de Jesus, que fora absolvida do crime.

Foi possível identificar a falácia do mito da democracia racial impregnada até mesmo na narrativa de uma das participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, que não conseguiu enxergar os racismos francanos em suas vivências, mesmo sendo tratada de forma desigual em diversos espaços, principalmente em seus trabalhos. Ao ser questionada se já havia sofrido racismos em alguma época da vida, Maria da Penha respondeu: *“não, você sabe que não, nunca ninguém... nem quanto estava na escola, nunca”*. Posteriormente, ao ser indagada de como foi ser uma pessoa negra em todos os ciclos de sua vida (infância, adolescência, juventude, fase adulta e idosa), ela respondeu: *“ah, se sabe que eu nunca preoquepei. Nunca, porque não tinha racismo, vivia misturado no meio dos brancos não vi nunca”*.

Gonzales (1984), de forma irônica, praticamente desenha o mito da democracia racial brasileira a partir de falas que ainda hoje se fazem presente nos discursos e justificativas da branquitude, em especial quando são acusadas(os) de praticar os racismos:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzales, 1984, p. 226).

No que tange as políticas de branqueamento, essas consistiram e ainda consistem em projetos do Estado para branquear e “melhorar” a população brasileira, fundamentados em teorias e práticas eurocêntricas extremamente racistas, discriminatórias e preconceituosas, como a eugenia.

De acordo com Maciel (1999), a eugenia foi criada no século XIX pelo inglês Francis Galton e consistia em um conjunto de ideias e práticas pautadas no estudo da hereditariedade, em que a seleção de genitoras(es) iria melhorar e aprimorar a raça humana, pressupondo que as características biológicas determinavam de forma natural o destino das pessoas, enquanto seres superiores ou inferiores. Assim, algumas características humanas, que se estendiam as etnias e raças, deveriam ser eliminadas nas gerações futuras, estimulando a procriação somente entre as pessoas consideradas “superiores”.

Mesmo sendo questionada enquanto ciências, a eugenia perdurou por muitos anos e adentrou o Brasil no século XX, como forma de superar o que a classe dominante relatava como “atraso” vivenciado pelo país devido à presença expressiva de africanas(os) e de suas(seus) descendentes. Entretanto, no caso brasileiro a eugenia não era consenso e se difundiu com teorias e práticas de higiene e saneamento (Maciel, 1999).

Os eugenistas brasileiros “[...] respaldavam práticas e políticas que iam desde a discriminação e a exclusão, até a mutilação dos seres considerados “inferiores” (Maciel, 1999, p. 138). Além de criminosas e violentas, chegavam a ser bizarras algumas experiências ocorridas no país, como o Concurso de Eugenia realizado em São Paulo (SP) no ano de 1926, em homenagem a imperatriz Leopoldina, que foram premiadas três crianças que mais se aproximavam do tipo eugênico considerado ideal pelos organizadores do evento (Maciel, 1999).

Em Franca (SP), no ano de 1884, o juiz municipal já utilizava de perícia baseada em características fenotípicas para expedir sentença quanto à origem e idade de um homem negro, chamado Malaquias que afirmava ser africano e estar escravizado injustamente por ter sido sequestrado em Luanda após a lei que proibia o tráfico de africanas(os):

[...] o juízo notificou dois peritos nas pessoas de José Luís dos Santos Pereira, doutor em medicina e o Capitão Antônio Canuto de Azevedo, farmacêutico, “a fim de verificar se o mesmo preto é africano e qual sua idade presentemente”. Este exame fisionômico, constou curiosamente dos seguintes elementos: “Homem preto, de constituição forte e temperamento sanguíneo, de um metro e sessenta centímetros de altura, apresenta os seguintes dados característicos da raça negra africana: Testa estreita, deprimida nas têmporas; nariz curto e chato, separados da fronte por uma depressão; os ossos nasais não chegam conseqüentemente ao osso frontal; ficam destes separados as ventas meias dilatadas; lábios grossos, principalmente o superior; prognata, cabelos carapinhos; ângulo facial de setenta e cinco graus; órgãos genitais regulares”. Concluem afinal, por “esses traços fisionômicos, por sua linguagem e pelo minucioso exame que procederam, reconhecem eles peritos, ser o paciente Malaquias da nação africana, tendo presentemente a idade de quarenta e cinco anos a quarenta e sete no máximo” (Santos, 1995, p. 12).

Se constata as reiteradas violências e sofrimentos que a população africana e suas(seus) descendentes eram submetidos, haja vista que além do sequestro e escravização, Malaquias fora submetido a um exame físico vexatório para ser julgado por pessoas brancas a veracidade de suas afirmações.

O projeto eugenista atingiu toda população, estando presente nas falácias do senso comum e incorporado os racismos cotidianos. Por diversas vezes, a autora deste estudo ouviu pessoas conhecidas, inclusive familiares, fazerem piadas⁴⁹ de que era necessário clarear a raça ou acabar com a raça ruim, ao se referirem ao casamento entre brancas(os) e negras(os).

A miscigenação supracitada enquanto piada, consistia em projeto para alguns pensadores brasileiros, sendo um fator importante para o branqueamento da população e a degeneração das etnias e raças consideradas como inferiores. O conde de Gobineau chegou a prever que devido a mestiçagem, em duzentos anos não haveria mais etnias e raças “inferiores” no Brasil. Portanto, no final do século XIX, o governo brasileiro cria políticas imigratórias, para vinda especialmente de europeus, que eram considerados como raça superior por serem “brancos” (Maciel, 1999).

Entretanto, Fonseca (2014) aponta que os europeus⁵⁰ que vieram para o Brasil não eram brancos puros, não compunha a esperada raça ariana, mas sim eram considerados brancos de segunda categoria, o que proporcionaria no Brasil, um branqueamento de segunda categoria.

O branqueamento latino produziu um branqueamento particular, posto que estas populações eram tratadas como miscigenadas na Europa, em decorrência de seus contatos culturais quando da ocupação afro-arábica na península ibérica, sul da França e Itália [...]. Elas que eram tidas como de europeus de segunda categoria conseguiram desenvolver um branqueamento também de segunda categoria, na medida em que já eram mestiças [...] (Fonseca, 2014, p. 80).

Fonseca (2014) também pontua que o projeto de miscigenação foi idealizado para a população negra e empobrecida e não para a classe branca que detinha o poder político e econômico, se constituindo em forma de ocultar os racismos presentes na sociedade brasileira e todas as violências inerentes aos mesmos, inclusive os estupros cometidos pelos escravistas contra as africanas

⁴⁹ Fonseca (2012, p. 32) afirma que através do senso comum, as piadas adquirem “[...] estatuto de verdade, perpetuando estereótipos e preconceitos”. O autor expõe que quando as piadas atingem as pessoas negras, elas “[...] geram a apatia e ódio, pois elegem a brancura e o branco como portadores da beleza, da inteligência, enfim de atributos superiores e superiorizantes” (Fonseca, 2012, p. 32-33).

⁵⁰ Os italianos e espanhóis que chegaram na cidade de Franca (SP), não possuíam propriedades, nem trabalho e nem comida e fugiam da depressão agrícola proveniente das relações capitalistas que atingiam seus países (Faleiros, 2002).

escravizadas, que muitas vezes culminavam na gestação de filhos(as) “ilegítimos”, não reconhecidos por seus genitores escravistas.

Infere-se que o projeto de miscigenação no Brasil não ocorreu como esperado por seus idealizadores. Fonseca (2014) expõe as sanções sociais provenientes dos racismos, discriminações e preconceitos existentes em relação aos casamentos entre etnias e raças diferentes. O autor relata que:

[...] a ideologia do branqueamento não motivou os brancos nacionais e os brancos estrangeiros no primeiro momento de nossa história republicana a estabelecerem relações conjugais, sobretudo nos estratos sociais mais abastados da população. Além do que existia também a barreira cultural e as identidades étnicas subjacentes destes povos imigrantes e dos nacionais que não se aculturariam em solo brasileiro da noite para o dia [...] (Fonseca, 2014, p. 78).

Assim, para melhor compreensão do processo de branqueamento e miscigenação na cidade de Franca (SP), fez-se necessário analisar os censos demográficos que apresentam dados específicos da cidade quanto ao quesito cor e raça, mesmo ciente da problemática que os envolve até os dias atuais, seja por interesses políticos, pela possível interferência de quem coleta e/ou interpreta os dados ou pela dificuldade da população em autodeclarar sua cor e raça, haja vista a complexidade das relações étnico-raciais brasileiras aqui exposta.

Destaca-se que os primeiros censos realizados pelo Império ocorrem a partir das listagens das igrejas católicas, não sendo fidedignos os dados, em especial os referentes a cor da pele. Chiachiri Filho (1986, p. 161) alertava que,

[...] a classificação da população tendo em vista a cor de sua pele, feita pelos incumbidos da elaboração das listas nominiais, nem sempre é digna de toda confiança. Nem sempre podemos ter a certeza de que o branco é realmente branco e o pardo fruto do cruzamento do branco com o negro.

No relatório do primeiro censo Imperial realizado em 1872, foram localizados dados da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca e da Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Franca. Quanto às pessoas livres, foi declarado a presença de 6.213 pessoas brancas, 2.128 pardas, 418 pretas e 609 caboclas; sobre às pessoas escravizadas, constava 599 pardas e 1.246 pretas, totalizando 1.845 pessoas escravizadas em Franca (SP). No que se refere a nacionalidade estrangeira, há o registro de 229 africanas(os) escravizadas(os), 16 africanas(os)

livres, 05 italianos, 20 portugueses. Assim, o censo de 1872 demonstra que 55,4% da população francana era branca, sendo a maioria brasileiras(os) (Brasil, 1874).

No censo de 1890, realizado dois anos após a abolição da escravatura, a partir dos dados da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, constata-se que 63,8% da população francana foi declarada como branca, sendo 7.943 pessoas brancas, 1.452 pretas, 498 caboclas e 2.552 mestiços. Nesse censo, não foi utilizada a categoria parda, mas sim mestiça e quanto à nacionalidade, não consta nenhuma pessoa estrangeira (Brasil, 1898).

Um dado importante que aparece no censo de 1890, é quanto a filiação, havendo em Franca (SP) 933 filiações ilegítimas, 9 legitimadas e 8 expostos⁵¹. Reitera-se que os estupros às mulheres negras escravizadas praticados pelos escravistas, muitas vezes ocasionaram gestações de filhas(os) ilegítimas(os), porém, não é possível afirmar que tais números são referentes a essa violência sexual.

O próximo censo que apresentou dados quanto à cor e raça específicos de Franca (SP), foi realizado no ano de 1950, constando a presença de 46.672 pessoas brancas, 58 amarelas, 4.864 pretas e 1.859 pardas, não existindo informações sobre pessoas indígenas. Também há dados referentes a nacionalidade, sendo declarado a presença de 704 brasileiras(os) naturalizadas(os), 1.083 estrangeiras(os) e 04 pessoas sem declaração de nacionalidade. Nota-se um aumento do número de pessoas declaradas como brancas, totalizando 87,3% da população francana (IBGE, 1950).

Posteriormente foram localizados dados específicos de Franca (SP) referentes ao quesito cor e raça, somente no censo realizado em 2010, em que 69,1% da população se autodeclarou branca. Sendo que 1.840 pessoas se autodeclararam amarelas, 387 indígenas, 220.348 brancas, 75.979 pardas e 20.077 pretas.

A partir da interpretação dos dados dos censos supracitados se constata a permanência do branqueamento em Franca (SP) ao longo dos anos. Entretanto, a população negra descendente de africanas e africanos não desapareceu da cidade francana, mas as políticas de branqueamento, em especial a teoria de miscigenação, legitimaram a existência de uma paleta de cores para classificar a

⁵¹ Entregues e/ou abandonadas para serem cuidadas/criadas por instituições de caridade e benevolência.

pele das brasileiras e brasileiros, que a depender do tom da mesma e de outros traços físicos, permitiria a omissão da herança africana, possibilitando que tais pessoas transitassem e fossem “aceitas” em alguns espaços e posições ocupadas pela branquitude.

Sobre isso, Fonseca (2014, p.91) afirma que:

A pluralidade de cores no país diz quem é o povo brasileiro, mas não sua identidade étnico-racial, já que sabemos que o mestiço está associado à noção de identidade nacional, tão questionada e negada no atual momento de nossa sociedade, na medida em que coloca todos aparentemente em situações sociais de igualdade e sem condições de fazer uma escolha política coerente e consistente com a realidade histórica, econômica e cultural de exclusão, de segregação, de exploração e de expropriação. Diante disto que a identidade étnico-racial no Brasil e nas demais sociedades multiculturais, poliétnicas, plurirraciais é um fator de escolha e de posicionamento político de indivíduos e grupos da sociedade, já que ela é vivida e percebida no contexto da dinâmica sociocultural e político-econômica.

Nascimento (2019) explicita que a ideologia de branqueamento se aproveita da diversidade de tonalidades de pele para tentar fragilizar o sentimento de pertença e de coletividade da população negra.

Na América Latina se pratica a discriminação racial de maneira mascarada, sutil, aberta ou encoberta. Tal discriminação utiliza as diferentes tonalidades de cor epidérmica do negro como mecanismo para conseguir que o homem negro desapareça através da ideologia do branqueamento como busca do homem ideal, no esforço de obter melhores condições de vida. Com esse movimento, se destrói a solidariedade política, econômica, religiosa e familiar dos grupos negros. (Nascimento, 2019, p. 55).

O autor expõe que ao criar diversas categorias étnicas, a branquitude almeja dividir e impedir o sentimento de unidade da população negra:

[...] dezenas de categorias étnicas empregadas para dividir o negro [...]: mulato, mestiço, crioulo, pardo, moreno, moreno claro, moreno escuro, mulato sarará, fusco, negro fechado, negro aço, cabra, bode, e assim por diante. Jogando com vocábulos vazios de sentido, já que todos no final das contas são tratados como negros, o que dominam evitam que o povo afro-brasileiro consiga aquela unidade que o tornaria invencível (Nascimento, 2019, p. 116).

Abayomi, participante do grupo focal, relatou sua vivência em relação a essa divisão e disputa criada em relação a identidade étnico-racial fundamentada pelo tom de pele:

[...] Ou porque era uma outra negra mais clara, que achava só porque era um pouco mais clara já era branca ou senão porque a pessoa era bem mais preta e implicava comigo porque eu não era cor definida (risada), era chamada cor de burro quando foge (risada). Eu não ficava nem entre o preto e nem entre o branco (Abayomi).

Portanto, as negras e os negros brasileiros ao afirmarem suas negritudes, suas identidades, origens e ancestralidades, enfrentam a hegemonia branca e as políticas de branqueamento introjetadas na sociedade. Souza (1983) relata ser um posicionamento político construir e assumir a identidade negra, rompendo e contrariando a imposição de uma identidade que ela denomina como caricatura do branco. Para a autora, “[...] ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (Souza, 1983, p.77).

Ser negra e negro é contrariar a concepção imposta pela branquitude para a palavra “negra(o)”, que tentou homogeneizar o que é diverso e plural. Kilomba (2019) explica que apesar do termo negra(o) derivar da palavra latina para a cor preta, no final do século XVIII, durante o período de expansão europeia, ele foi cooptado pela branquitude que passou a utilizá-lo para denominar de forma pejorativa todas as africanas e africanos e posteriormente, todas(os) aquelas(es) que se parecessem com as(os) mesmas(os).

Kilomba (2019, p. 156) expõe que o uso da palavra negra(o), está contextualizado “[...] dentro da história da escravização e da colonização, ligado a uma experiência coletiva de opressão racial, brutalidade e dor”. A autora denuncia a intencionalidade que permeava a referida palavra e toda a carga racista empregada no uso da mesma, que fora utilizada:

[...] estrategicamente como forma de insulto para implementar sentimentos de perda, inferioridade e submissão diante de pessoas brancas (Kennedy, 2002). [...] quando a palavra N. é proferida, a pessoa que o faz não se refere somente à cor da pele negra, mas também a cadeia de termos associados à palavra em si: primitividade – animalidade – ignorância – preguiça – sujeira - caos, etc (Kilomba, 2019, p. 156).

Cunha (2012) reitera o conceito de negra(o) compreendido pela branquitude enquanto sinônimo de escravizada(o), independente da etnia e de estar livre do escravismo.

[...] negro e escravo eram pensados como categorias coextensivas. Conceitualmente, ser negro era ser escravo e ser escravo era ser negro. [...] “Negro” tinha no uso diário o significado de escravo (fosse ele cabra, mulato, pardo) e se aplicava até aos índios escravizados, “negros da terra” (Cunha, 2012, p. 111).

Por se tratar de uma construção social e cultural, o movimento negro brasileiro há anos tem se esforçado para desconstruir e ressignificar o conceito de negra e negro, mesmo diante do ranço racista que ele ainda possui e de várias outras estratégias e projetos de branqueamento utilizadas pelo Estado. Cita-se a omissão do quesito cor/raça nos cadastros para acesso as políticas públicas ou quando esse dado existe, muitas vezes é preenchido pela(o) profissional sem ser perguntado e problematizado com as pessoas atendidas, o que pode camuflar os dados oficiais ao apresentar uma população embranquecida, propiciando ao Estado justificativas para não elaborar políticas públicas que atendam as especificidades da população negra e ofertem a equiparação e a reparação histórica.

Tal situação era corriqueira nas maternidades de hospitais quanto ao preenchimento de declarações que subsidiariam a emissão da certidão de nascimento nos Cartórios. Um exemplo é a autora desta pesquisa e seus irmãos, que nas suas certidões de nascimento foram registrados como de cor branca, isso nos anos de 1977, 1979, 1982 e 1985. Porém, no ano de 2020, durante uma capacitação de trabalho, a pesquisadora deste estudo, presenciou o relato indignado de uma pessoa que verbalizou a discussão com profissionais de um hospital em Franca (SP), que preencheram a caderneta de vacina de sua filha anotando a cor branca sem perguntar para ela, que é branca ou para seu esposo que é negro.

Infelizmente esse fato não é exclusivo da política de saúde, também ocorre em outras, como na educação e assistência social. Inclusive pode estar presente na atuação profissional da(o) assistente social, se configurando como racismo institucional. Essa omissão, como exposto por Almeida (2013), não atinge somente as relações étnico-raciais, mas se estende a outras relações como a de gênero.

Quando a(o) profissional não registra ou ignora a importância de algum indicador de discriminação presente na realidade, repito, mesmo sem ter intenção, pode estar discriminando. Quando não registramos ou preenchemos indevidamente a informação sobre o quesito raça/cor, ou igualmente a identidade de gênero do/a usuário/a do serviço, estamos

colaborando para a manutenção do silêncio das expressões da discriminação inscritas nas expressões da questão social que se expressam na instituição. Esta discriminação, dependendo do marcador e estereótipo, é denominada racismo institucional ou homofobia institucional (Almeida, 2013, p. 142).

Para além das ações do Estado, as teorias e práticas de branqueamento foram utilizadas pela igreja católica, que difundiu a cor e fenótipos brancos para Jesus e para outras(os) personagens bíblicas. Hoje em dia, é possível encontrar imagens de Nossa Senhora Aparecida confeccionada com uma resina que a deixa branca.

Diante do exposto, retoma-se os conceitos de branca(o), branquitude e branqueamento utilizados neste estudo, reiterando que todos foram construídos socialmente e remetem as relações étnico-raciais.

Cardoso (2018) aborda o conceito de branquitude enquanto uma identidade branca que não é biológica, mas oriunda de uma construção social, cultural e econômica. O autor pontua que apesar do termo branquitude possuir similaridade com o conceito de brancura, em que uma pessoa e/ou um grupo é classificado como branco a partir de alguns aspectos físicos (cor da pele clara, cor e formato dos lábios e nariz, textura do cabelo, entre outros), o mesmo é mais abrangente, haja vista que “[...] brancura seria também um dos traços da própria branquitude, uma pessoa pode perfeitamente identificar-se como branca, mesmo que não possua brancura” (Cardoso, 2018, p. 3). Ou seja, para além das características física, a branquitude abarcar os hábitos, costumes, crenças, religião e a cultura daquelas e daqueles que são racializadas(os) como brancas e brancos.

Gonzales (1984) afirmar que o objetivo da ideologia do branqueamento é justamente introjetar os valores brancos ocidentais nas pessoas negras: “[...] é por aí que dá prá gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negra mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais” (Gonzales, 1984, p 237).

Fonseca (2012) apresenta duas dimensões para a concepção dos termos brancos e embranquecido, as quais aqui se estendem ao termo branqueamento. A primeira dimensão, se refere a origem e objetivo dos mesmos, haja vista se tratarem de:

[...] invenções, construções socioculturais e histórico-econômicas que foram criadas na sociedade brasileira desde o período colonial-escravista para designar e estabelecer diferenças e distâncias entre o nacional, o reinol e africano ou indígena submetidos à escravidão e às expropriações física, intelectual e territorial (Fonseca, 2012, p. 13).

Na segunda dimensão, Fonseca (2012, p. 13),

[...] considera que brancos e embranquecidos no Brasil são aqueles que, muito embora sejam reconhecidos como afro-brasileiros, buscam fugir da cor e de todas as referências fenotípicas e culturais que os denunciam como alguém de ascendência africana.

Observa-se nitidamente essa “fuga” na cidade de Franca (SP), ao passo que a classe dominante tenta impor e forjar uma identidade branca para o município, seja por meio das memórias e histórias oficiais e/ou dos marcadores históricos e arquitetônicos como será exposto a seguir, os quais influenciam direta e/ou indiretamente as construções das identidades étnico-raciais da população negra, podendo fragilizar os sentimentos de pertencimento e coletividade, bem como o reconhecimento da sua verdadeira história, cultura, saber, espiritualidade e origem, enquanto descendentes de africanas e africanos.

4.3.1 A Franca do Imperador legitimada por marcadores arquitetônicos e históricos

Há 133 anos, a cidade teve o seu nome simplificado para Franca, mas, ainda é comum escutar moradoras(es) a chamarem de Franca do Imperador, nome também utilizado pela autora desta tese para enfatizar o quanto o município apresenta resquícios coloniais, conservadores, racistas, machistas e LGBTQIAPN+fóbicos, perceptíveis inclusive em seus principais marcadores históricos e arquitetônicos, que fazem alusão a Europa, a branquitude, ao catolicismo romano, ao gênero masculino cisheteronormativo e invisibilizam a história e a cultura da população negra.

O catolicismo ovacionado em Franca (SP) é o romano, não o negro-popular que envolve as Irmandades Negras ou a do Congado de São Benedito ou de Nossa Senhora do Rosário. A ponto da igreja levada por Manoel Valim e a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito não serem mencionadas nas histórias oficiais. A primeira foi tomada pelo catolicismo romano e embaquecida totalmente, estando apenas em memórias e nas histórias das(os)

mais velhas(os), enquanto a segunda é hoje o prédio da Igreja Matriz, posto que foi demolida a dos negros da Irmandade de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos.

Como parte da invisibilização, não foram localizadas fotos da igrejinha feita por Manoel Valim, entretanto, segue foto (figura 1) do início da construção da Paróquia Nossa Senhora da Aparecida, no local em que era a mesma e da matriz Nossa Senhora da Conceição (figura 2), construída no lugar da igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos:

Figura 1 – Construção da Paróquia Nossa Senhora Aparecida em Franca (SP)



Fonte: Diocese de Franca, 2023.⁵²

⁵² DIOCESE DE FRANCA. **Memória e Trajetória:** os Agostinianos Recoletos e a Diocese de Franca - Parte 2. Disponível em: https://diocesefranca.org.br/?menu=noticia_detalhe&id=2586. Acesso em 13 jul. 2023.

Figura 2 – Igreja Matriz [Nossa Senhora da Conceição]: Franca (SP)



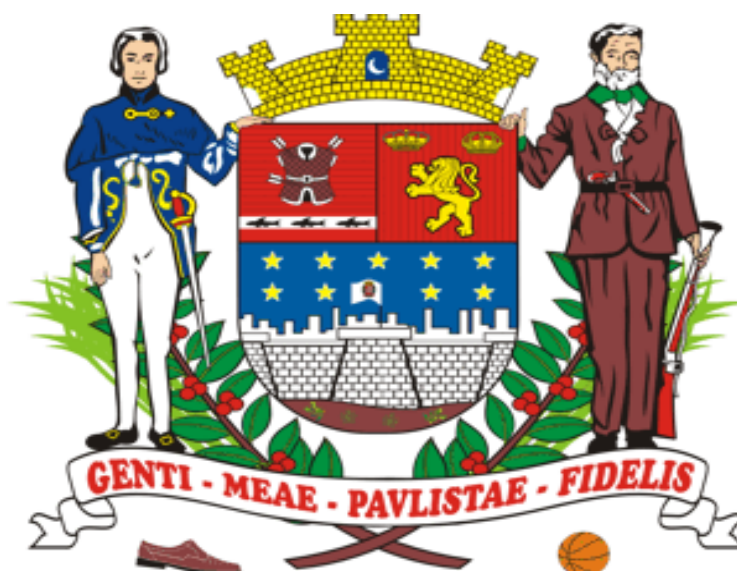
Fonte: IBGE, 2023.⁵³

Observa-se os resquícios supracitados no brasão da cidade (figura 3), que possui escudo português; coroa com meia lua remetendo a padroeira, Nossa Senhora da Conceição; gibão de armas dos bandeirantes com flechas e rio de prata com bagres; leão da Vila Franca em Portugal e uma coroa de Portugal e outra imperial do Brasil; um capitão general fardado de gala, com insígnias da ordem de Cristo que remete ao português, Antônio José de Franca e Horta; um homem vestido de couro e com garrucha a cintura que faz alusão ao Anselmo Ferreira de Barcelos⁵⁴; ramos de café, hastes de capim mimoso, sapato e bola de basquete; nove estrelas que simbolizam os francanos voluntários na Revolução Constitucionalista (Franca, 2023).

⁵³ IBGE. **Catálogo:** acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=443902&view=detalhes>. Acesso em: 13 jul. 2023.

⁵⁴ O Capitão Anselmo Ferreira de Barcelos liderou em 1838 um movimento de insurreição, que ficou reconhecido como Anselmada. A motivação era a disputa de poderes e divergência entre donos de terra, que ocupavam os cargos judiciários da região, com os novos governantes de Franca (SP) - o prefeito escolhido pelo presidente da Província de São Paulo e vereadores liberais eleitos em 1836. Com o desalojamento da elite ruralista dos postos judiciários, entre eles o Capitão Anselmo, que era dono de terras na região, foi iniciada uma rebelião ocorrendo mortes e fugas de muitas pessoas. A revolta foi contida e por meio da lei provincial nº 7, de 14/3/1839, Franca se tornou sede de uma Comarca, tendo um juiz de Direito. No mesmo, Anselmo e alguns de seus aliados foram julgados e absolvidos dos crimes de sedição e homicídio. Disponível em: <https://dje.tjsp.jus.br/cdje/downloadCaderno.do?dtDiario=31/07/2019&cdCaderno=10>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Figura 3 - Brasão da cidade de Franca (SP)



Fonte: Franca, 2023.

Outro marcador, que inclusive foi tombado pelo Governo do Estado de São Paulo, é o relógio do sol (figura 4), construído em 1886 com recursos financeiros da própria população francana, pelo frei francês, Germano Dannechy, que era estudioso de astronomia e eletricidade e a convite de Dom Pedro II, dirigia o Observatório de Meteorológico do Império. No mundo existe somente dois exemplares desse relógio solar, um na Praça Nossa Senhora da Conceição em Franca (SP) e outro em Toulouse, na França (São Paulo, 2023).

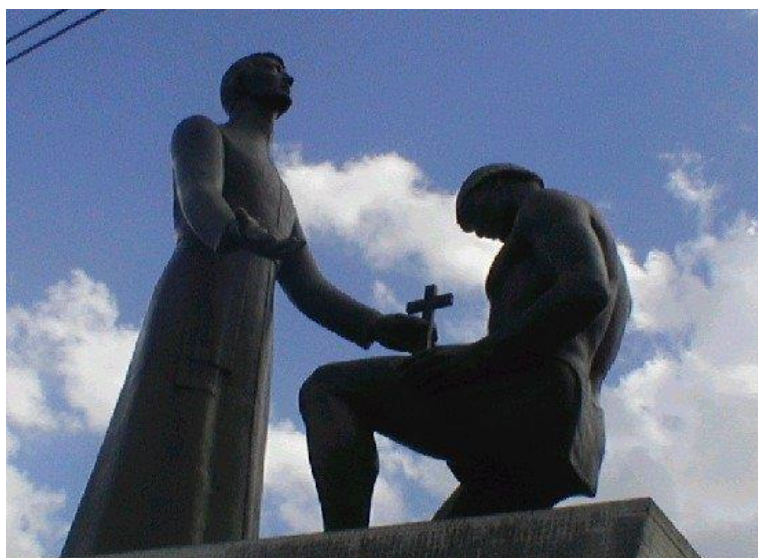
Figura 4 – Relógio Solar em Franca (SP)



Fonte: São Paulo, 2023.

Menciona-se a existência de uma estátua (figura 5) do Padre Anchieta e de um indígena, localizada em uma praça central de Franca (SP), que fica no cruzamento de duas principais avenidas, Presidente Vargas e Major Nicácio. Nela, um indígena está ajoelhado e com a cabeça abaixada em frente ao padre Anchieta que coloca uma cruz sobre o joelho do mesmo, evidenciando o período colonial europeu e a catequização da população indígena como algo que é motivo de orgulho e que deve ser lembrado ao ser exposto através de um imenso monumento de concreto, desconsiderando toda violência e genocídio sofrido pela etnias indígenas durante a colonização europeia no Brasil.

Figura 5 – Monumento Padre José de Anchieta e o Índio em Franca (SP)



Fonte: arquivo pessoal.

O mesmo ocorreu com os principais nomes⁵⁵ de ruas, avenidas e prédios públicos, que em sua maioria homenageiam homens, brancos, cisheterossexuais, escravistas, pertencentes a classe dominante, que ocupavam cargos políticos, jurídicos, militares e religiosos, referenciando o período colonial.

Tal como o fato ocorrido com Manoel Claudiano Ferreira Martins, fazendeiro, cafeicultor, escravista, major, político, pertencente a classe dominante francana,

⁵⁵ Cita-se os nomes de alguns prédios públicos e das principais ruas e avenidas de Franca (SP): Teatro Municipal José Cyrino Goulart, Museu Histórico Municipal José Chiachiri, Pronto Socorro Dr. Álvaro Azzuz, Biblioteca Municipal Dr. Américo Maciel de Castro Junior, Ginásio Poliesportivo Pedro Morilla Fuentes (Pedrocão), Estádio Municipal Dr. José Lancha Filho, Estádio Coronel Nhõ Chico, Avenida Presidente Vargas, Avenida Dr. Hélio Palermo, Av. Dr. Ismael Alonso y Alonso, Avenida Major Nicácio, Rua General Osório, Rua Frei Germano, Rua General Carneiro, Avenida Adhemar Pereira de Barros, Avenida Antônio Barbosa Filho, Avenida Dr. Flávio Rocha, Avenida Dr. Orlando Dom Pieri.

que foi a falência em 1901 e de acordo com Faleiros (2002, p.119), passou os últimos anos de sua vida em Franca (SP) andando “[...] maltrapilho pela cidade, empunhando um chicote e açoitando os negros que encontrava pela rua. “Volta pro meu café, negro!!” gritava o velho Major pelas ruas, remontando a uma época que já não existia mais [...]”. É um absurdo e inaceitável que uma das principais ruas centrais de Franca (SP), faça homenagem a ele, ao ser denominada como Rua Major Claudiano.

Algumas exceções quanto aos nomes de espaços públicos, se deram por meio da mobilização e pressão dos movimentos e coletivos negros, como a denominação da Praça Zumbi dos Palmares (figura 6) em 16 de outubro de 1989, localizada no bairro Parque São Jorge, pertencente a periferia da cidade.

Figura 6 - Parque Zumbi dos Palmares em Franca (SP)



Fonte: arquivo pessoal.

Outro exemplo, é a nomeação da Casa da Cultura e do Artista Francano “Abdias Nascimento”⁵⁶ (figura 7) em 24 de abril de 2012, que fica localizada no centro de Franca (SP). Nesse espaço, também existe um salão denominado como “Memorial da Resistência Negra Carlos de Assumpção”, que é utilizado pelo COMDECON e possui papeis de paredes com as imagens e biografias da Carolina

⁵⁶ A Prefeitura pretendia nomear como Regina Duarte, haja vista a atriz ser francana, porém na época, o vereador Vanderlei Tristão, que é negro, apresentou projeto de lei, sendo aprovado o nome de Abdias Nascimento. O conflito entre a Administração Municipal e a Câmara de Vereadores chegou a ser noticiada em jornais. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2012/07/casa-do-artista-gera-polemica-sobre-nome-de-regina-duarte-em-franca.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Maria de Jesus, Abdias Nascimento e Carlos de Assumpção, além de exposições de obras de artes, como quadros e bustos, que referenciam pessoas negras.

Figura 7 – Casa da Cultura e do Artista Francano “Abdias Nascimento” em Franca (SP)



Fonte: arquivo pessoal.

Ainda, sobre marcadores históricos da cidade, o *site* da Prefeitura de Franca, evidencia como importantes, vinte datas relacionadas a fatos políticos e inaugurações de órgãos públicos, colégios, igrejas católicas, jornais, edifícios, cemitério, entre outras, mas nenhuma delas se referem as tradições e cultura da população negra.

Datas Importantes

1824 – 1º Presidente da Câmara: Alferes José Justino Faleiros.

1839 – 1º Presidente da Comarca: Dr. Joaquim Firmino Pereira Jorge.

1852 – Inauguração do 1º edifício da Câmara, no local do atual correio.

1855 – Inauguração do Cemitério da Saudade.

1882 – 1º Jornal; O Nono Distrito.

1887 – Inauguração da Estação Ferroviária.

1888 – Inauguração do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, hoje ocupado pela UNESP.

1890 – 1º Prefeito Municipal Republicano: Cel. Francisco Martins Ferreira da Costa.

1898 – Inauguração do Edifício da Nova Cadeia e Fórum, que a partir de 1912 serviu de sede da Câmara e prefeitura. Obra de Victor Dubugras em estilo eclético, hoje ocupada pelo Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

1904 – Inauguração da iluminação elétrica.

1905 – Instalação do 1º Grupo Escolar no edifício da antiga Câmara, denominado G.E. Cel. Francisco Martins, mais tarde transferido de local.

1913 – Inauguração da Nova Igreja Matriz, hoje Catedral Diocesana, estilo gótico.

1917- Inauguração do Colégio Champagnat na rua Capitão Canuto, hoje Avenida Champagnat, estilo eclético.

1924 – Calçamento em paralelepípedo das primeiras ruas e praças.

1932 – Franca participa ativamente da Revolução Constitucionalista. Por razão a rua Dr. Jorge Tibiriçá recebeu o nome de Voluntários da Franca quatro anos depois.

1957 – Inauguração do 1º arranha-céu, edifício Franca do Imperador, na equina das ruas Monsenhor Rosa e General Telles, onde existiu o famoso Sobrado Verde, propriedade de Borísio Steimberg.

1971 – Criada e instalada a Diocese de Franca, tendo como primeiro Bispo, Dom Diógenes Silva Mathes.

1984 – Instalação do Distrito Industrial.

1989 – Criada a Região Administrativa de Franca. A região de Governo que é mais restrita já existe desde 1984.

2006 – Nomeação do Segundo Bispo da Diocese de Franca, Dom Frei Caetano Ferrari. (Franca, 2023).

Na aba atrativos turísticos do *site* da Prefeitura, consta como prato típico da cidade o “filé a JK”, feito com carne bovina recheada com muçarela e presunto, acompanhada de arroz, tomate, palmito, banana à milanesa e batata frita. O prato recebeu esse nome em “[...] homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, que a caminho de Araxá (MG), teria jantado em Franca, onde pediu o filé com as características descritas” (Franca, 2023).

A referida aba do *site*, também cita o turismo religioso como ecumênico, entretanto, menciona somente os eventos cristãos, como a Comunidade Cenáculo Imaculado Conceição de Maria, o *Hallel* e o milagre que santificou a Beata Gianna; os Centros Espíritas; o Instituto de Medicina do Além (IMA) do médium João Berbel e o Congresso da Mocidade das Assembleias de Deus de Franca (COMADEF), evento das igrejas evangélicas (Franca, 2023). Nela, não há nenhuma menção de terreiros de Candomblé e Umbanda, como a Tenda de Umbanda Mané Baiano, um dos terreiros mais antigo da cidade. Tampouco, expõe que a Paroquia Nossa Senhora da Aparecida, conhecida como Capelinha, foi construída em um terreno doado por Manoel Valim⁵⁷, que era um negro francano ex-excravizado.

Santos (1995, p. 11) ao falar sobre o catolicismo em Franca (SP), explicita a importante contribuição de Manoel Valim:

Outra grande contribuição, foi a obra do ex-escravo Manoel André de Melo, mais conhecido por Manoel Valim, que através de subscrição popular iniciada em 1898, inaugurou em 2 de fevereiro de 1910 a Capela

⁵⁷ De acordo com a biografia no Instagram do COMDECON, Manoel Valim, filho de André e Felisbina, nasceu em Franca (SP), possivelmente no ano de 1860. Foi escravizado, com matrícula datada em 06 de setembro de 1872, pertencente ao fazendeiro Joaquim Gonçalves Valim. Após a abolição, adotou o nome de Manoel André de Mello, comprou uma chácara e cedeu uma parte onde construiu uma capelinha no ano de 1910, como promessa a Nossa Senhora Aparecida, local em que hoje é a Paroquia Nossa Senhora Aparecida. Manoel faleceu em 27 de setembro de 1920, com 60 anos de idade.

de Nossa Senhora Aparecida do Barro Preto, origem da popular Capelinha e de Vila Aparecida.

Jawari, participante do grupo focal, relatou a importância e os entraves para que seja oficializada e divulgada amplamente a história de Manoel Valim e a origem da Capelinha:

[...] é uma história que vai ser contada, que vai ser vivida e todos os que passarem ou na praça da Capelinha ou na porta da Capelinha, vão saber a história do Sr. Manoel Valim, que seja minha última ação grande que depois eu não preciso de fazer mais nada, já fico satisfeito só de contar que essa história faz parte da história da Franca, Sr. Manoel Valim, e estão tentando até nos dias de hoje para que a história fique na gaveta, mas não vai ficar, essa história vai ser contada daqui para frente, todos que passarem por lá saberão da história (Jawari).

Quanto à religiosidade, somente na relação de bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT) de Franca (SP), atualizada em setembro de 2021, consta a Congada e a expressão cultural “*Ilé Alaketú Asé Ogiyan Ofurúru*”, como patrimônios culturais imateriais. Pontua-se que nessa relação, com exceção desses dois tombamentos que se referem a matriz africana; da Catira que possui influência Africana, Europeia e Indígena; da COMADEF que é uma confraternização da Igreja Assembleia de Deus; do passeio Franca/Restinga e do prato JK; os demais⁵⁸ estão relacionados a Portugal e ao catolicismo (Franca; CONDEPHAT, 2021).

Face ao exposto, reitera-se que as tentativas de invisibilização e ensurdecimento da participação e contribuição de negras e negros no processo de formação histórico, social, cultural, econômico e político de Franca (SP) e do Brasil, afetam direta e/ou indiretamente as construções das identidades da população negra, ao passo que as histórias oficiais e os marcadores históricos e arquitetônicos, majoritariamente representam as realizações e conquistas da branquitude.

Questiona-se como a população negra francana, desde as crianças até as pessoas idosas, irá se reconhecer e se identificar com a história da cidade exposta no *site* da Prefeitura ou ao andar pela cidade, irá se ver nos nomes das principais

⁵⁸ Cavalhadas, Dança dos Velhos, Folia de Reis, Festa do Divino Espírito Santo, Recomenda das Almas, Festa Religiosa de Corpus Christi, Hallel e Festa de Nossa Senhora Achirópita (FRANCA; CONDEPHAT, 2021).

ruas, dos prédios, praças, estatuas e monumentos, sentido orgulho de suas(seus) antepassadas(os).

Souza (2007) afirma que os marcadores arquitetônicos na cidade, como monumentos, praças, museus, avenidas, entre outros, retratam lugares da memória dos grupos hegemônicos, suprimindo a pluralidade cultural da população subalternizada social e economicamente, que em sua maioria é composta pela população negra. O autor pontua que “[...] esta supressão da pluralidade se complementa com o soterramento de suas memórias, estabelecendo uma territorialização excludente dos espaços urbanos, transformando o viver para estas populações em estranhamento e heteronomia” (Souza, 2007, p. 46).

Assim, torna-se imprescindível a reparação pelos poderes públicos municipais (legislativo e executivo) e judiciários, tanto das histórias oficiais que estão nos *sites* governamentais, livros didáticos e literários, quanto dos marcadores arquitetônicos da cidade, que também devem fazer referência a história, arte, espiritualidade e cultura africana. Devendo esta, ser uma pauta de luta de toda a sociedade e não apenas dos movimentos e coletivos negros.

Faz-se urgente evidenciar as referências negras, as pessoas que construíram e constroem cotidianamente Franca (SP), não somente as que já são reconhecidas, mas também as que estão no “anonimato”, nas periferias, bem como os movimentos e coletivos que lutam diariamente contra os racismos e contra as desigualdades de classe social, gênero e etnia-raça. É o que se pretende realizar nas próximas sessões deste estudo, ao evocar e interpretar as memórias, identidades e resistências negras em terras francanas.

5 INTERPRETANDO MEMÓRIAS, IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS NEGRAS EM TERRAS FRANCANAS

Eu sou guerreira que canta
Encanta e vence a guerra
Eu sou o passo mais largo
Que já andou nessa terra
(MC THA⁵⁹, 2019).

5.1 Ser negra e negro em Franca (SP): visibilidade e invisibilidade

Invisível para as histórias oficiais e marcadores arquitetônicos, para a sociedade, Estado e governos, para as políticas públicas e acesso aos direitos, nos espaços de poder, no mercado de trabalho, mas visível para as balas “perdidas”, para a polícia, seguranças de lojas e supermercados, no topo das piores estatísticas. Porém, visível para suas famílias e comunidades, referência e inspiração para crianças e adolescentes, sustento financeiro, rede de apoio e de afeto para as suas e os seus. Assim, é ser negra e negro em Franca (SP).

Nesta tese, as negras e os negros francanas(os) estão visíveis, evidenciadas(os) por suas memórias, são elas e eles que narram e refletem sobre suas vivências e relações cotidianas, são as e os protagonistas que fundamentaram as interpretações quanto às principais categorias analíticas – memórias, resistência, identidades étnico-raciais, classe social e gênero.

Hampaté Bâ (2010) cita um dos principais requisitos necessários a(ao) pesquisadora(or) para a efetividade de uma pesquisa:

A condição mais importante de todas, porém, é saber renunciar ao hábito de julgar tudo segundo critérios pessoais. Para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer seu próprio mundo, do contrário o pesquisador estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se “à escuta” (Hampaté Bâ, 2010, p. 212).

Assim, durante todo o estudo, a pesquisadora se posicionou enquanto aprendiz, em especial no momento das entrevistas de depoimento de histórias de vida e do grupo focal, se despidendo de quaisquer pré-julgamentos e pré-conceitos para escutar as memórias daquelas e daqueles que se dispuseram a contribuir com

⁵⁹ MC THA. Comigo ninguém pode. In: MC THA. **Rito De Passá**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FF9W8Glyccc>. Acesso em: 14 jun. 2023.

a pesquisa, compartilhando momentos particulares e coletivos de suas vidas, narrando algumas histórias que não haviam sido contadas nem para as pessoas íntimas. E é com a mesma postura de respeito, de aprendizado, de troca de saberes e vivências, que as memórias, que são parte de vidas, de histórias e sentimentos reais, serão interpretadas a seguir.

5.1.1 Memórias e as relações étnico-raciais

A primeira pergunta realizada para as e os participantes do grupo focal, foi quando e como se descobriram negras e negros. Muitas e muitos relataram que desde a infância se identificaram e se reconheceram enquanto negras e negros, haja vista suas famílias se sentirem pertencentes a raça negra, inclusive atuando ativamente nos movimentos e coletivos negros. Observa-se que as famílias também as(os) preparavam para lidar com os racismos cotidianos, em especial na escola, como o exposto por Dandara, ao enfatizar que a sociedade racista identifica rapidamente as pessoas negras, não sendo possível passarem despercebidas:

É simples, eu fui desde o começo, desde quando me entendo por gente, porque minha mãe já fazia parte do movimento negro, então assim, minha mãe foi uma das fundadoras do Aristocrata Club de São Paulo, tem toda uma história lá e aí então foi sempre falado, olha você vai chegar na escola, você vai ser sempre diferente, né, ou você vai ser uma ou duas ou três da mesma cor que você, negra como você, então desde de sempre. Não foi uma coisa que, nossa, pelo meio que a gente tá, de ter um monte de coleguinha branco, há não, tranquilo. A questão do cabelo, o que você quer? Foi sempre assim, muito tranquilo, sempre usei trança da minha mãe, quando quis alisar, também quis, quando não quero também, não quero mais e tudo bem. Mas a questão do racismo, no meio que você tá, você vai ser sempre identificada rápido, porque você vai ser aquela negra, entendeu, eu tinha um primo que tinha cicatrizes no rosto de queimadura, então falou para ele assim, olha Paulo, o negócio é o seguinte, se você quiser ser bandido, você vai ser um bandido muito alvo fácil. Olha como assim alvo fácil? É porque você tem uma cicatriz, então para identificar, aquele negrinho que tem uma cicatriz, então assim, não vai por esse caminho (Dandara).

O Padre relatou que foi a primeira vez que parou para pensar sobre sua identidade étnico-racial e que diferente de Dandara, não teve a família como referência primária para a sua construção e fortalecimento enquanto negro. Narrou que se reconheceu negro na infância a partir das situações de racismos, especialmente o racismo violento e aparentemente lúdico, corriqueiro nas brincadeiras pelas ruas da vizinhança:

É uma pergunta muito interessante, que a gente não pensa todos os dias e quando eu li essa pergunta, eu comecei a refletir, eu tive um pouco de dificuldade de descobrir, porque diferente da Dandara, nossos pais, desde de pequeno, são uma família muito simples, muito batalhadora, muito pobre, mas nós víamos uma união muito grande, uns pelos outros sempre, nós somos onze irmãos, então uma família grande que tá sempre mesmo um pelo outro né. E assim, eu acho que essa realidade vem a partir daquelas brincadeiras de negrinho daqui, negrinho dali, mas acho que pesa quando é o vizinho adulto que te chama de negrinho, porque as vezes vocês fez uma arte, fez uma coisa que não devia fazer e aquilo as vezes vai te fazendo pensar, mas eu não tinha refletido nisso ainda (Padre).

Outra instituição que exerce influência e possui papel fundamental nas construções das identidades étnico-raciais, são as escolas, que para além da atribuição do ensino e aprendizagem, consiste em importante espaço de socialização, ao passo que também podem reproduzir inúmeras violências, como os racismos, gerando traumas que permanecem ao longo das vidas. Foram inúmeras as memórias referentes aos racismos sofridos nas escolas, praticados por outras crianças e adolescente e até mesmo por profissionais, por professoras(es), como exposto pelo Padre, sendo uma das formas que mais o chocou ao ponto de fazê-lo reagir, assumir sua negritude e não se calar diante de tais crimes:

[...] o que marcou muito pra mim, foi quando eu, na escola, por um professor, fui chamado de macaco, isso me marcou muito, isso me marcou porque os negros na escola são sempre a minoria, na minha classe sempre eu e mais um, sempre eu só, nunca tinha mais de dois ou três, uma realidade né. Então aquilo me marcou quando eu estava na sexta série, primeiro momento em que eu tive uma reação porque me chocou muito aquilo. Porque num contexto de brincadeira de todos da sua idade, ou num contexto de vizinhança, isso não tem, a gente até aprendia a relevar aquilo com a educação, que nós tínhamos de ser educado, de não responder os vizinhos, de não falar, nós somos educados para ficar calados, na nossa, na minha geração, somos educados para ficar calados, né. Mas eu naquele momento, eu me descobri negro, mas livre também, não deixei acorrentar naquilo que foi, porque pra mim foi uma coisa muito chocante, né, porque era uma vizinhança muito tranquilo, era uma família tranquila, tudo muito muito simples, uma palavra de neguinho daqui e dali, isso era uma coisa que passava. Mas nesse momento, num contexto onde eu estava para aprender, com aquele que era o meu mestre, aquele que me ensinava e aquilo me chocou. Então ali, eu acho que eu aprendi a falar, olha, realmente eu tenho que assumir minha cor, eu sou negro, eu vou ser diferente sempre e nessa diferença eu tenho que saber também reagir e mostrar quem eu sou. Então isso me marcou muito, muito mesmo, foi essa atitude de um professor, de quem eu não esperava (Padre).

Um elemento que apareceu na narrativa do Padre é o fato de esperar que a(o) negra(o) se cale frente aos racismos sofridos, o que remete ao período de

escravização, em que a branquitude, tentava oprimir com extrema violência e tortura⁶⁰ qualquer reação das pessoas escravizadas. Malú também apresentou as vivências de racismos na escola, tendo sua dor e indignação ensurdecidas, minimizadas e omitidas por professoras(es):

[...] então a escola para mim foi e eu me lembro de algumas vezes assim... de falar com professor e o professor falou assim para mim: “deixa para lá, ele não tem muito educação, deixa pra lá, esquece”. Sabe, então isso me marcava muito, de falar assim... esquece, deixa pra lá. Tentava falar alguma coisa para a pessoa, mas jamais a pessoa me falava nada E me marcou muito, até hoje eu tenho essa preocupação, como que a escola é um fator, assim, determinante para o nosso sofrimento com relação a essa questão (Malu).

E o ato de se calar, introjetado na sociedade, atrelado a moral e ao respeito, atingia as famílias negras, como o rememorando por Abayomi ao lembrar de uma situação em que sua mãe lhe colocou de castigo devido ela ter respondido uma vizinha branca, que foi racista ao falar dos seus irmãos: “*A minha mãe... de castigo, porque eu estava fazendo malcriação para pessoa de idade (risada). Era desse jeito, porque eu era respondona, eu sou até hoje (risada)*”.

Ainda, sobre os racismos vividos na infância no período escolar, Zuri relatou um episódio que a fez se enxergar negra, a partir de um viés pejorativo e de discriminação:

[...] na volta da aula, eu vinha junto com uma galerinha que estudava aqui, hoje Centro Promocional Nossa Senhora de Lourdes, que até o meu filho está lá. E aí, vinha uma galerinha dentro do ônibus, a gente vinha fazendo aquela bagunça básica, brincando, pulando no ônibus, né, nessa faixa etária. Mas num certo dia, tinha um dos meus colegas, que ele num dado momento da brincadeira, não sei o que que foi, que ele pegou o livro, pegou o dicionário e falou assim para mim, começou a falar assim para mim: não porque você é preta, preta, oh, vou te falar o seu significado, significado de preto, preto, sujo, fedido. Falar em alto e bom som dentro do ônibus. Meu Deus, aquele dia foi o dia que eu realmente me, é me vi como negra, como uma pessoa, aliás uma pessoa preta (Zuri).

Outra memória que remete à construção da identidade étnico-racial marcada por racismos no ambiente escolar, foi da Amara:

⁶⁰ Kilomba (2019) cita a máscara que Anastácia, angolana e filha de uma família real Kimbundo, foi obrigada a usar enquanto escravizada no Brasil. Inicialmente, tal máscara foi criada pelos escravistas para evitar que as(os) escravizadas(os) que trabalhavam nas plantações comessem a cana-de-açúcar e o cacau. Era feita com “[...] um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do nariz e da testa” (KILOMBA, 2019, p. 33). Porém, ela também se constituía como forma de tortura, impondo a mudez as pessoas negras escravizadas.

Eu me percebi negra, ou melhor, negra creio que sempre, obvio né, que criança diante dos outros tons de pele, é obvio que você se percebe, mas o me tratar diferente, creio que essa é a pergunta correta, quando um garoto de cinco anos de idade, olha aí como que marca, até a idade eu lembro, cinco anos de idade, na época jardim de Infância, na escola Otávio Martins e eu não lembro qual que foi a causa, mas eu reclamei pra minha mãe [...] (Amara).

Amara apresenta o tom de pele como um dos primeiros marcadores da identidade negra, assim como pontuado por Abayomi ao destacar que a pessoa negra não consegue transitar em alguns espaços sem ser percebida e tratada como o “outro”, o “diferente” devido seus traços físicos. Sobre isso, Kilomba (2019, p. 121) afirma que “uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como “normal”. [...] Ou seja, não se é diferente, torna-se diferente por meio de um processo de discriminação”.

Do mesmo modo, Ialodê, durante a entrevista de depoimento de história de vida, destacou o tom da pele como marcador relacionado ao grau de racismo que uma pessoa negra pode sofrer, dependendo do lugar onde esteja, pontuando a carga pejorativa atrelada a imagem que a branquitude forja para as(os) negras(os):

Talvez você não passe por isso, porque você tem um tom de pele mais claro que o meu, o seu tom de pele só vai realçar se você tiver perto de pessoas que tem um tom de pele bem mais claro que o seu, aí vai destacar. Ainda com cabelo natural e tal, é o tom de pele que importa. As pessoas nos desenham, é como se nós fossemos problemáticos, então nós temos problemas, nós somos causadores de problemas, então as pessoas nos veem assim (Ialodê).

Inferre-se no relato da Malú, a sua descoberta enquanto negra na escola, enfatizando a importância da família e da comunidade como os primeiros espaços de convívio, acolhida, proteção e referência para a construção e fortalecimento das identidades, da beleza, da sabedoria, da potência e cultura negra, bem como do sentimento de pertença étnico-racial, sendo extremamente importante em uma sociedade racista.

Eu também assim me percebi né, me percebi negra mesmo na escola, porque eu sou de uma família assim, muitos primos, todo mundo morava perto, então a gente convivia direto, junto, a minha família também muito grande, que meus pais tiveram dez filhos e criaram mais três. Então é assim, a gente sempre estava entre nós mesmos, eu sou francana, nasci aqui e a gente sempre morou ali na Santa Cruz. E a Santa Cruz também era um bairro de muitos negros e então minha convivência era muito com

negros, né, aí quando, quando na escola, aí que as coisas começaram, que eu comecei a perceber, era muitos apelidos [...] (Malú).

Jawari também apresenta seu pai como principal referência para a construção da sua identidade negra, destacando que a sabedoria não provém apenas das universidades, mas está presente em diversos espaços, inclusive dentro das casas das pessoas que não conseguiram concluir o ensino fundamental:

[...] eu não tenho curso superior, mas eu tenho uma coisa que meu pai me ensinou, a honestidade e identidade e eu me entendo por nego desde criancinha, meu pai sempre me explicou essas questões, meu pai teve quarta série primária, mas sempre foi uma pessoa muito influente na cidade de Cristais Paulista, foi vereador lá por cinco mandatos na época que não tinha salário, então eu cresci ouvindo Paulo Maluf, Adhemar de Barros, eram esses nomes que ouvia lá e ele sempre falava que se dar o respeito para ser respeitado. E eu acredito que eu tenho conseguido e tentando passar para os meus filhos, para os meus amigos, conhecidos e eu acho que talvez seja uma dessas causas que me fez estar aqui, eu estou muito satisfeito, muito honrado com o convite, de você ter feito a minha pessoa, estar aqui junto com todas as pessoas que são representantes natos da nossa cidade (Jawari).

Abayomi reitera a importância da família no processo de construção da sua identidade étnico-racial e no enfrentamento aos racismos:

[...] minha mãe foi uma pessoa sempre de luta em relação a isso, então ela sempre deixou a gente consciente da nossa tonalidade de pele, inclusive dentro da história primária, vamos colocar assim, dentro da história primária, não na escola nível universitária, que são outros níveis de conhecimento, de classificação até dentro da área de nós negros em si. Então ela nos deixava, ela sempre nos deixou flutuante nessas culturas, sabe de níveis de conhecimento de diversos graus, então eu não percebi esse negócio de... desculpa até os termos se eu estiver errando em alguma coisa, esse negócio de se ser assim, há negro, negrinho, que negro a gente era mesmo, olhava no espelho e a gente era negro (riso). Negrinho a gente não tinha como ser chamado porque era tudo vara pau (riso), tudo gigante, tudo magrelo, era este estereótipo aqui de pessoa, eu era isso aqui [apontou o filho que a acompanhava], até uns dez anos atrás (Abayomi).

Mas, ao mesmo tempo, se observa na narrativa de Abayomi a dificuldade de enxergar, nomear e denunciar os racismos cotidianos, predominando o silêncio:

[...] era esse estereótipo, era contratripa, cotonete de orelhão e espanador da lua, porque o cabelo sempre foi esse e eu não via essas coisas como preconceito, eu não me via, eu não tinha essa visão de dizer assim, eu estava sofrendo o bullying, eu estava sofrendo um preconceito em relação

a isso, eu não via e passava isso direto, eu nunca fui de relatar nada disso para ninguém, do que eu passava, porque para mim isso era um cotidiano, porque o defeito era deles, não era meu, sabe. Eu não encarava aquilo como se, ah, eu sou negra tadinha de mim, ah, eu... eu sabe assim. Eu estou falando eu, eu Abayomi, se fosse colocar minha negona aqui do lado, ela ia me dar um soco, porque realmente é um preconceito, mas não era o que eu via, eu Abayomi (Abayomi).

Núbia se emocionou ao expôr sua identificação e de toda uma coletividade, que dialoga com cada memória apresentada em relação a se descobrir negra(o), o que com ela foi desde a infância. Citou a crueldade dos racismos ao ponto de muitas pessoas não os enxergar, afirmando que a sua luta antirracista é diária, reiterando a beleza e a dor existentes a partir do momento em que se assume a negritude:

[...] como você se descobriu preto, como dói, né, tudo muito violento o que a gente tá ouvindo aqui, eu fico até emocionada, tocada. Porque são assuntos, muito, violentos, todos nós aqui, eu me identifiquei com um pouquinho de cada história, os meus primos com certeza também, os netos de vocês também, porque o racismo ele é muito cruel e as vezes a gente realmente não identifica porque ele é estruturado, então ele é feito para gente não vê. E eu sou uma pessoa que não consigo não ver mais, né, tudo que eu olho, eu faço recorte tal, porque essa é minha luta, eu estou emocionada, são história tocantes e reais. E eu me descobri negra, desde que eu me entendo por gente, todos os dias alguém me lembra disso, que é o racista. Então eu acho que todos os dias eu tento ser um pouco mais forte, né, todos os dias e eu acho que cada um aqui também. Então é difícil, quando você assume a sua negritude, porque vem tudo isso junto e é pra sempre, porque é o processo, eu tenho 53 anos e eu acredito que não vou ver o fim disso, eu luto para diminuir né, socialmente, para que eu consiga trabalhar, para que a gente consiga viver, mesmo que seja dentro de um bolha nossa, porque é muito difícil ser preto. E é a coisa mais linda do mundo, né, a gente é movimento, a gente é ancestral, a gente é a música, a gente é o ritmo [...] (Núbia).

Yera pontua a família, os movimentos sociais, a cultura e a música, enquanto formadores potentes de sua identidade negra, sendo que nunca se sentiu e/ou se enxergou de outra forma, porém o início da construção da sua identidade étnico-racial não aconteceu em Franca (SP), mas na cidade de São Paulo (SP) e de Campinas (SP).

Meu pai em 72, vai para São Paulo para trabalhar como sapateiro em conjunto com minha mãe e ali já fazia parte dos movimentos. Então, os movimentos sindicais antigamente, o movimento que a gente fazia entre São Paulo e Campinas, vamos dizer assim, era o marco da história do movimento negro no Brasil. Então, já tinha essas lutas de resistência, etc e tal, empoderamento preto e em 70 e 79, o meu pai ele dá uma corridinha em Campinas, sempre tinha esse movimento, casa da minha avó e nossas casas e volta em 80, aí em 81 nasce a rapa do tacho, né, que sou eu e a

gente fica ali no Bairro da Aclimação. Daí, eu quando criança fiquei acho que até 89, mas eu pude em movimento, meu pai foi diretor da Barrocos da Zona Sul, então a música, cultura foi muito forte assim na minha vida, assim desde criança, né? Então, o Parque São Jorge, na época da fazendinha, meu pai foi um dos diretores, tinha cadeira, era sócio, né. E Campinas a gente fazia parte de uma escola de samba chamada Xangai, era escola dos pretos também. E aí eu me vi preto, assim acho que desde criança, eu não consigo assim entender que eu me vejo de outra forma e tudo que eu passei na minha vida, nunca me surpreendeu porque antigamente tinha as discotecas na casa dos parentes, então que tocava ali, por exemplo, meu pai era amigo do Tony Tornado, então a gente criança já conheceu o Tony Tornado, eu agora na cultura hip hop no início 2000/2005, eu tive atividades com Tony Tornado que lembrava do meu pai nos anos 70, então a história preta dentro da nossa casa era muito forte, né?(Yera).

Na segunda pergunta realizada no grupo focal, sobre o porquê algumas pessoas têm dificuldade de se identificarem enquanto negras, constatou-se que as relações étnico-raciais francanas forjam, reproduzem e reforçam desigualdades, opressões e racismos, reverberando nas construções das identidades étnico-raciais ao ponto de algumas pessoas negras terem dificuldade de se identificarem, se enxergar e se sentir enquanto tal.

Abayomi relata como um dos motivos, o fato das pessoas negras se sentirem inferiores as brancas e não se enxergarem em profissões e espaços de “poder”, além de que ao assumirem sua negritude, sabem que a sociedade começará a vê-la de forma pejorativa, o que é ensinado dentro das próprias escolas:

[...] eles não veem como um grau de inteligência, de perspicácia, de sobressair, de conseguir sobressair independente de qual seja o seu cargo, seja ele um gari, como eu falo para os meus filhos, seja ô gari, ou seja ô advogado, ou seja ô presidente. Eles não veem essa classificação de ver um negro nesses pontos, como algo que seja uma grande referência e até mesmo de honraria. E com isso a pessoa tem essa dificuldade, porque ela começa a achar que se ela se ver como preta, ela tá se vendo como aquela pessoa tá a vendo, não como o que ela é, o que ela é capaz de ser ou de fazer. Essa dificuldade a gente vê porque a própria escola ensina isso. [...] porque preto é desobediência, porque preto não tem educação, porque preto, sabe uma coisa assim, não tem esse negócio, é o que a gente aprende na nossa pré-escola, é essa linguagem que eles passam pra gente, é a partir do momento que você vê e fala assim, poxa, então eu sou a sem educação, eu sou a fedida, porque preto fede, preto é macaco (Abayomi).

Akin também justifica a dificuldade das pessoas se identificarem como negras devido a carga pejorativa que transcendem o imaginário ao ponto de encarcerar corpos negros nas penitenciárias brasileiras.

A questão de identificar como negro, até ontem eu falei isso no congresso lá Brejo, o Yera esteve lá, o negro ele é considerado ou perigoso ou subjugado, que foi até o que a Abayomi tinha falado e se a gente pegar o número de encarcerados hoje, 71% é negro, então essa questão talvez a pessoa tem vergonha de colocar por conta de ser julgado (Akin).

Para o Padre, partindo de sua experiência, a dificuldade de se identificar enquanto negra e negro provém do protótipo pejorativo criado para as(os) mesmas(os), remanescentes dos racismos e das políticas de branqueamento, reproduzidos em todas as relações sociais, sejam com amigas(os) e até mesmo com familiares.

Olha, eu acredito que, partindo da minha experiência, a dificuldade de se identificar como negro é o meio primeiro, aquilo que Abayomi falou corretíssimo, né, porque primeiro é um protótipo pejorativo. Então, até mesmo eu, sempre tive essa dificuldade do meu registro em que eu sou pardo, eu nunca entendi isso, desde pequeno minha mãe nunca explicou, depois lá na frente eu fui entender. Então chegou uma época na escola, os meus melhores amigos falavam: Padre você é pardo, você não é negro. Até para ser o melhor amigo, oh preto não serve, então pardo é melhor, então você é pardo, Padre. Então é o meio, é meio que nós estamos, é o protótipo que tem daquilo de cultural, daquilo de histórico e dessa luta que nós temos (Padre).

Ele evidencia o cansaço e a ânsia de não ter que lutar todos os dias contra os racismos e outras formas de preconceitos e discriminação, sobre o desejo de somente viver, sem ter que resistir e aponta que já vislumbra essa mudança em sua própria família e em toda a sociedade:

Hoje as pessoas não querem viver lutando, né, aqueles que estão a margem, os negros ou as pessoas que são LGBTQIA+, eles não querem viver a margem. E lutar cansa, né, a gente cansa, estamos tendo uma luta longa, né, Núbia diz, não sabe se vai estar aqui, se vai mudar, mas isso cansa, então a gente quer uma zona de conforto que a gente sabe que não tem, vamos dizer assim. Então, eu acredito que as pessoas demoram a entender por isso. Mas para o lado bom, eu vejo isso na minha casa, a minha sobrinha hoje tem uma filha, é minha sobrinha neta, já. Ela está criando a filha dela com um entendimento diferente, então ela já foi modelo, ela é jornalista, ela está em São Paulo, já é resolvida, uma negra linda, sempre muito pra frente, muito engajada no movimento negro, então ela tem educado a filha dela dessa maneira, de gostar do cabelo, de poder falar que ela é bonita, de usar as roupas coloridas que ela quer, isso está fazendo diferença. Então eu acho que hoje, nós primeiro, nós primeiro, estamos sendo nós primeiro, o modo de olhar essa sociedade, de viver, tem sido diferente, temos vistos as capulanas, temos visto os turbantes, isso que a gente não via, agora em Franca que a gente tem visto. Então isso é muito bom, eu acho isso primordial, tem que partir de nós primeiro (Padre).

Zuri destaca a ausência de referências negras como um dos motivos da dificuldade de se identificar enquanto negra(o): *“eu acredito muito nisso, que muitas pessoas não se classificam, não se veem, não se enxergam, né, tem dificuldade de se enxergar enquanto negro, realmente por conta de referências, tenho isso muito claro para mim, muito escuro (risos)”*.

Malú ratifica a importância da população negra conhecer as referências pretas para construir e fortalecer sua identidade étnico-racial, haja vista que o que lhe é apresentado pela mídia ainda é muito pouco:

[...] por que as pessoas não se identificam com negras, eu acho que muito é que elas não conhecem isso que a gente está conversando aqui agora, eu acho que é importantíssimo, a gente estar colocando para elas essas referências, que o máximo que elas tem, é aquilo que elas veem na televisão e que é muito pouco, muito pouco ainda, no passado nem tinha (Malú).

Yera aponta a estrutura social racista como responsável pela dificuldade da população negra se identificar como tal e assim como o Padre, atribui como resquícios das políticas de branqueamento impostas pelo Estado.

[...] eu acho que a questão da gente não se identificar como preto ou negro, eu acho que é a estrutura. E aí, a estrutura ela tá aí, todo canto que a gente pisar ela vai nos atacar e vai ser uma negatividade a cor da pele, então eu acho que é isso, a estrutura que faz a gente às vezes falar que é pardo ou que é filho de branco e é branco, é toda essa estrutura e todo esse racismo e cada um tem o seu formato (Yera).

Sobre a influência da ideologia do branqueamento na construção da identidade étnico-racial da população negra, que perpassa as condições materiais de sobrevivência e dignidade, Nascimento (2019, p. 187) cita que:

As agressões de que são vítimas, os negros se inserem nos níveis físico-biológicos, através da ideologia do embranquecimento, segundo o qual o afro-brasileiro deve se tronar cada vez mais claro na aparência a fim de obter melhores condições de emprego, melhor aceitação no relacionamento social, enfim, estar credenciado ao pleno exercício de sua condição de homem e cidadão.

Foi possível identificar memórias quanto às relações étnico-raciais desiguais e discriminatórias dentro das próprias famílias em que havia a presença de pessoas brancas e/ou com a pele mais clara, remetendo a influência das políticas de branqueamento.

Do lado que era do meu pai, sabe assim, do meu falecido pai, eram pessoas mais claras, que ele era mais claro, era considerado branco, a minha avó era branca de olhos azuis, era portuguesa. E eu só fui ser considerada neta dela, quando ela precisou de mim, eu já estava com meus 17 anos, foi quando eu virei neta dela, foi quando ela veio com olhar para mim, falar assim, realmente é minha neta. fora disso eu não tinha avó, não tinha tia, não tinha ninguém, era só eu e os meus dois irmãos e minha negona, minha mãe (Abayomi).

Lá na minha casa, minha mãe da pele branca e olho verde e a gente quando moleque ia brigar: ah, mas você é feio, ah, você puxou o meu pai, eu puxei a minha mãe. Ela falava assim: não, mas eu também sou negra porque o pai do meu pai era negro, então se tirar o meu sangue, eu sou negra. E hoje eu vendo isso, era de uma inteligência fora do comum, então a gente nunca teve vergonha de pôr preto (Akin).

Ainda, as memórias demonstram que alguns espaços de poder em Franca (SP) permanecem ocupados e forjados pela branquitude. Akin cita que no Fórum de Franca (SP):

[...] são cinco varas cíveis, três varas da família, uma vara da fazenda, um juizado especial, tem a Justiça Federal com três varas e um juizado, tem a Justiça do Trabalho com duas varas, todos são ocupados por pessoas brancas, aqui em Franca não tem um juiz negro, Patrocínio também não tem, salvo engano Batatais também não tem. No STF não tem um ministro negro, depois da saída do Joaquim Barbosa e no STJ tem um. Então isso demonstra que quem comanda mesmo são brancos (Akin).

Tupac disse que em Franca (SP) “o último negro foi o José Lourenço, único negro do Ministério Público” e que em São Paulo tem uma mulher negra no Poder Judiciário. Akin complementa dizendo que “12% da vara judiciária do Brasil são negros, dá 1.534 juízes contra 11 mil juízes brancos”.

O Padre ao se referir sobre a cor e raça dos padres que compõem a Diocese de Franca (SP), afirma que a maioria são brancos e que o mesmo ocorre com as pessoas que participam na igreja onde está:

[...] no nosso clero se nós somos três ou quatro negros e outros negros e outros descendentes de negros talvez não se acham negros, não sei, é muito né, porque nosso clero é um clero que é muito, muito mais branco que negro. Na igreja, eu olho na minha comunidade hoje, quando eu vejo eu reconheço tem duas, três famílias negras que participam os outros são todos brancos, então tem isso também (Padre).

Novamente, o Padre explicita o seu posicionamento político enquanto uma pessoa negra que ocupa um espaço branco de poder e apresenta suas estratégias

de luta e de enfrentamento aos racismos na cidade de Franca (SP), demonstrando quem ele é, seu saber, suas habilidades, sua força e seu potencial:

É um lugar que não deveria, mas a gente sabe que tem preconceitos, que tem racismo, que tem diferença, isso tudo é muito triste, mas eu continuo acreditando que a nossa luta é essa, é ser o que somos e viver bem aquilo que somos, para aquilo que temos para viver. E a minha experiência em Franca, superar isso gente, é lutar todos os dias e superar é confirmar e reafirmar todos os dias quem somos, eu sou o Padre, sou negro, estou em Franca e também assim, eu aprendi no decorrer dos tempos que quando as pessoas nos olham apenas como uma casca, nós precisamos mostrar o que nós temos dentro, eu sempre faço isso. Eu chego num lugar que realmente é uma maioria branca, pessoas cultas, estudiosas, eu nunca chego falando o que eu fiz, o que eu tenho de conhecimento, de graduação, nunca falo isso, as línguas que eu falo, eu nunca falo isso. Mas quando eu vejo alguém que começa se engrandecer por aquilo que é ou fica pensando que esse negrinho não é ninguém (risadas), aí eu mostro o que eu sou, aí eu mostro quem eu sou, sabendo que eu sou realmente aquilo, muito melhor que ele pode esperar, se ele quer me conhecer, vai me conhecer do jeito que eu sou mesmo, porque eu sou muito bom, nós temos que acreditar nisso (Padre).

Outro espaço de poder que se mantém sob o domínio da branquitude e foi debatido com efervescência durante o grupo focal, se refere a política. Tupac perguntou se as pessoas estavam acompanhando as eleições e se sabiam quantos negros eram candidatos para deputados e senadores, explicitando irregularidades quanto ao uso das verbas que os partidos recebem quando tem candidatas(os) negras(os):

Tem as eleições agora, quantos negros são candidatos? Negros? Vocês têm acompanhado as pesquisas, quantos são candidatos a deputado Estadual, Federal e Senador? A verba que vem para as negras, para os negros, os partidos já deram, tem que repassar não sei pra quem... (Tupac).

Jawari cita a importância das(os) candidatas(os) negras(os) conhecerem a legislação eleitoral para não serem usadas(os) por pessoas brancas que detêm poder:

[...] os nossos candidatos, os nossos irmãos que vão para política, eles não preocupam em conhecer a legislação eleitoral, eles são estimulados por um branco de poder aquisitivo que enche a pessoa de sonho, mas na verdade ele só quer que a pessoa coloca o nome dele ou dela, aí vem a verba, a pessoa desconhecendo a legislação eleitoral assina lá, aí o cara tem o tesoureiro do partido, usa a verba do jeito que ele quer. Todos nós que saímos candidatos, precisamos nos politizar, eu não sou candidato, mas eu gosto muito da legislação eleitoral. A gente precisa de politizar primeiro, saber o que é ser um candidato, de que forma ser candidato e

onde ser candidato. Não ser levado simplesmente porque o cara lá tem condições de ser prefeito e me chamou para ser vereador. Ser vereador não é isso, ser vereador não é isso (Jawari).

Núbia concordou com Jawari e questionou quem estava incentivando as pessoas pretas a se candidatarem, demonstrando indignação por não conhecer todas(os) candidatas(os) negras(os):

É verdade, você fala isso, quem que está puxando esses pretos para se candidatarem aí, que a gente não conseguiu eleger, né. Quantos foram, quantos pretos foram candidatos na última eleição, a gente sabe? Tinha gente que é candidato e nem sabia que era, eu falei como que não, eu não sei, quem é que está levando esse preto para esse lugar? (Núbia).

Ela demonstrou preocupação pelo fato da população negra estar sendo usada pela classe branca dominante durante o período eleitoral: *“estão usando, e a gente ficava ali olhando e falando, mano, isso não vai dar certo, nós não vamos conseguir eleger nenhum, porque a gente sabia porque eles estavam pegando as nossas e os nossos, você falou tudo” (Núbia).* E novamente, Jawari reiterou a importância da população negra se inteirar da legislação eleitoral.

Entretanto, Akin lembrou que quem julga as brechas das leis e as possíveis irregularidades eleitorais são pessoas brancas:

O partido usa uma brecha de que quando o candidato, seja mulher ou seja pessoa negra, não requer essa verba para a candidatura dele, ele pode ser repassado, só que isso passa punição no tribunal, só quem julga no tribunal? São pessoas brancas (Akin).

Abayomi relatou sua experiência no Rio de Janeiro (RJ) enquanto integrante de partido político, ressaltando que como possuía conhecimento, não lhe era proposto qualquer irregularidade:

Eu fazia parte do PTdoB, era secretária do PTdoB lá e com isso imagina (riso) o que se virava disso tudo. E quando eles tentaram fazer isso comigo, quando eles viram que eu já ia com uma linha num raciocínio jurídico dentro da parte eleitoral, eles já falavam assim: essa daqui já não dá para entrar, essa daqui não vou poder dobrar, eu não vou poder usar essa pessoa (Abayomi).

A mesma pontua que apesar das armadilhas da branquitude, que tentam iludir a população negra ofertando *“status”* e dinheiro, essa, em especial a

juventude negra, está cada vez mais obtendo conhecimento e conseguindo se impor e se posicionar:

Porque é fácil, ou seja, eu te dou os meus 30%, porque eu vou ter todos os meses o meu salário ali, vamos colocar foi em média de R\$6.000, todos os meses por 4 anos, então eu estou me vendendo, sabe assim, para poder ter esse direito, só por causa desse chamado status. E hoje em dia as pessoas estão podendo brigar pelos seus direitos e poder cumprir os seus deveres, independente da sua cor de pele, claro se a gente for negro melhor ainda (riso). Mas, hoje a gente pode, mas porque o conhecimento está começando a chegar aos mais novos, eles estão começando ver que a gente não é qualquer coisa, entendeu, que a gente não é uma pessoa manipulada, a gente não precisa de freios, a gente não precisa de cabresto, sabe, então hoje estão vendo isso, é diferente do que foi da minha época, eu estou com 49 anos, do que foi na minha época atrás e mesmo assim, eu puf, eu levantava a cabeça, como eu falo até hoje que eu sou galo, não sou galinha porque galo tem crista, sabe assim, canta de galo mesmo (risada), eu era assim, mas não eram todos, não eram todos (Abayomi).

Dandara relata que os partidos políticos ainda tentam enganar as pessoas negras:

Eu acho que em relação a partido político, o que que acontece, a partir do momento que o secretário do partido chega para você com um bolo de papel para você assinar, quando você pega o papel e você lê, começa assim: ah é, tenho que assinar? Ah, peraí, olha só, o peraí. Isso já assusta, tipo está sabendo que você vai ler: ah, não assina aqui, olha (Dandara).

Abayomi cita que “muitas vezes eles não acreditam, a tendência deles é achar que a gente por ser negro, a gente não vai ter noção do que estamos lendo”. Várias(os) participantes do grupo focal, concordaram que a população negra tem se posicionando, porém, afirmam que os partidos políticos ainda tentam utilizar estratégias para atender os interesses da classe dominante, ou seja, da branquitude.

Amara verbaliza que a política não abrange somente os cargos e o sistema eleitoral, mas que ela está presente em vários espaços, os quais a população negra precisa estar e se apoiar. Afirma que o debate que aconteceu durante a pesquisa dever ser contínuo e ampliado para mais pessoas negras:

[..] a questão da política, tudo isso é política, tudo isso é política, que a gente está falando. Educação é política, saúde é política, quando a minha mãe: ah, não, não meche com política, não, Amara. Eu: mãe se você não gosta de política mãe, eles vão tampar sua boca mãe, esse medicamento

que estou lutando, é política mãe. [...] E a política é isso e dessa roda aqui hoje, não vai, não pode parar, chamar mais gente e você [apontou para a pesquisadora], eu peço encarecidamente, reverbere, lá no mestrado que é ocupar lugar, isso também é política, ocupar lugar, que a gente aprendeu muito bem com o José Lourenço, né. Eu, unidade de poder, eu faço democracia, eu acredito nisso, eu, unidade, sozinha, Amara, eu faço a democracia onde eu estiver, se eu estiver intimidada, opa, eu sei que eu tenho resistência ao redor. Eu vou: me ajuda aqui [...]. E mais ainda, se eu tenho, nós né, se temos esse poder de fala, não pode calar e nem deixar alguém nos calar, você [apontou para a pesquisadora] também nunca se cale, não se cale (Amara).

O longo debate sobre as eleições e partidos políticos que ocorreu durante o grupo focal, demonstra o interesse, a sabedoria, o conhecimento, o potencial e a força da população negra, contrariando aquelas e aqueles que acreditam que esta pode ser usada como massa de manobra. Por mais que no Brasil, durante séculos a população negra foi impedida de participar dos espaços e decisões eleitorais, nota-se que apesar das limitações e desafios impostos pela sociedade racista, negras e negros avançam e cada vez mais ocupam esse espaço de poder⁶¹.

Ainda, no que tange às relações étnico-raciais, as e os participantes também discutiram brevemente sobre a influência do governo do Bolsonaro em relação a manutenção da branquitude nos espaços de poder político, bem como sobre pessoas brancas fraudarem a reserva de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas.

Outra importante categoria que esteve presente nas narrativas das e dos participantes da pesquisa de campo, se refere as relações de gênero. Destaca-se que as relações étnico-raciais perpassam as relações de gênero e como exposto por Kilomba (2019), são categoriais inseparáveis, haja vista que as “[...] construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo” (Kilomba, 2019, p. 94). Porém, nesta tese, as memórias sobre as relações étnico-raciais e de gênero foram abordadas em tópicos distintos apenas por questões didáticas, visando facilitar a interpretação das mesmas.

⁶¹ Nas últimas eleições municipais realizadas no ano de 2020, houve um aumento do número de prefeitos e vereadores(as) negros (as) eleitos(as) no país, totalizando respectivamente 32% e 44% das vagas. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/18/brasil-tem-mais-negros-eleitos-mas-sub-representacao-permanece>. Acesso em: 03 jul. 2023. O mesmo ocorreu na última eleição em 2022, quanto aos cargos para deputado(a) estadual, federal e governador (a), totalizando respectivamente 23,7%, 9,8% e 28,6% de candidatas(os) eleitas(os) negras(os). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra>. Acesso em: 03 jul. 2023.

5.1.2 Memórias e as relações de gênero

As memórias presentes nas entrevistas de depoimento de histórias de vida e no grupo focal explicitaram a importância das mulheres negras na luta antirracista e enquanto referências para a construção e fortalecimento das identidades negras. É nítido a força, o protagonismo, a resistência e a sobrecarga das mulheres negras, que além de trabalharem, realizarem os afazeres de casa e ofertarem os cuidados, afetos e atenção as(aos) filhas(os), também se constituem em rede de apoio umas para as outras.

Sobre isso, Freitas (2017, p. 86) expõe que:

A condição de gênero e raça ainda se constitui no Brasil elemento que dificulta o acesso a espaços e oportunidades, configurando-se um panorama que prejudica as mulheres negras em praticamente todas as dimensões da vida em sociedade, entre ela a do trabalho.

Amara rememora sua mãe enquanto referência de força: “[...] essa referência de força da minha mãe, de fazer a casa, de trabalhar, o chamado serão, pespontando a noite para poder fazer essa casa, eu dormia, ela me carregava até chegar em casa”. Ela também apresenta a sua avó materna como rede de apoio a sua mãe: “[...] a minha mãe trabalhava em fábrica de calçado, pespontadeira e quem cuidava de mim era minha avó [...]” (Amara).

Abayomi evidencia memórias do quanto sua mãe trabalhava para garantir a sobrevivência da família, tendo que se ausentar durante dias: “[...] minha negona eu tinha ela só de 15 dias em 15 dias, porque se ela não trabalhasse a gente não tinha o que comer, a gente não tinha onde morar”.

Abdias Nascimento (2019) descreve sua mãe enquanto sua referência, mas detalha o quanto ela trabalhava desde a manhã até à noite como doceira na cidade de Franca (SP):

Pelas manhãs, normalmente minha mãe percorria a residência dos seus fregueses de doces, fazendo entregas de encomendas, recebendo dívidas. Os doces em geral eram feitos à noite, quando minha mãe mexia com a colher de pau de cabo longo os enormes tachos [...]. A polpa do marmelo e da goiaba formava com o açúcar uma pasta fervente, avermelhada e cheirosa que de instante a instante explodia em bolhas ígneas nos braços roliços e brilhantes de minha mãe. Vezes sem conta acompanhei minha mãe durante aquelas noites [...]. Convivia intimamente com ela nessas noites, recebendo as lições diretas e exemplares da sua

energia, da sua bondade, da sua esperança e da sua compaixão (Nascimento, 2019, p. 40).

Ayana narra memória semelhantes sobre sua mãe:

Minha mãe trabalhava de dia para nós comer a tarde. Minha mãe saía para trabalhar e largava nós assim, com Deus né, porque eu e minha irmã, são as que ficou mais novinha. Aí ela falava assim: Deus vai olhar minhas filhas, porque como é que eu faço, preciso trabalhar. E se não trabalhasse como é que a gente ia comer.

O fato de não ter onde deixar as(os) filhas(os) para trabalhar, remete ao período de escravidão, em que as mulheres negras escravizadas deixavam as crianças pequenas sob o cuidado de outras crianças ou de mulheres escravizadas mais velhas, sendo que algumas levavam as(os) filhas(os) para o trabalho:

[...] as mulheres deixavam as suas crianças aos cuidados das pequenas crianças ou de escravas de mais idade que não estavam capazes de fazer o trabalho duro nos campos. [...] Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os seus filhos deitados no chão perto da área onde trabalhavam, algumas recusavam em deixá-los e tentavam trabalhar no local habitual com os seus filhos nas suas costas (Davis, 2016, p. 13).

Ainda hoje, muitas mulheres negras se veem obrigadas a levar suas(seus) filhas(os) pequenas(os) para o trabalho, sendo que algumas(uns) as auxiliam na execução do serviço e/ou ficam expostas a diversas situações de risco⁶², enquanto elas cuidam das(os) filhas(os) das mulheres brancas, lavam, passam, cozinham e limpam a sujeira das casas da branquitude.

Gonzales (1984, p. 203) apresenta o discurso da branquitude que enxerga a empregada doméstica como “[...] a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”.

Ayana não teve filhas(os) biológicas(os), entretanto, foi ela quem criou as(os) filhas(os) de sua empregadora, além de realizar várias outras tarefas na residência, a qual trabalha há 16 anos, de segunda a sexta-feira:

⁶² Cita se como exemplo, a morte da criança de cinco anos, Miguel Otávio Santana da Silva, em 03 de junho de 2020, ao cair do nono andar de um prédio de luxo em Recife (PE), devido negligência e omissão da empregadora (mulher branca) de sua mãe, que estava cuidando da criança para que a mãe dele, Mirtes (mulher negra), passeasse com o cachorro na rua a seu pedido. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tag/miguel-otavio-de-santana/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

[...] eu entro 8:30 e saio 17:30, 17:00 horas. Faço tudo, arrumo, lavo, passo, cozinho e ainda olho uma menininha. Agora esse ano que ela foi pra escolinha. Os três filhos dela tudo eu que olhei desde nenezinhos. Ela saía pra trabalhar, eu falei assim: A. eu nunca tive filho não, eu não sei como é que é não. Eu que cuidei minha filha, eles me adoram né, Nossa Senhora, e eu também adoro eles, que a gente cria assim, como um filho né, que eu não tive filho, aí eu me apeguei muito neles (Ayana).

Núbia pontua as desigualdades que permeiam as relações entre as mulheres negras e brancas, especialmente nas lutas feministas, reiterando o seu posicionamento para enfrentar e romper com essa diferença, em que as mulheres negras são deixadas para trás e/ou exploradas, para que mulheres brancas lutem por direitos que não abarcam as necessidades e pautas das mulheres negras:

[...] as mulheres negras ficaram em casa, a gente precisou para mulheres brancas acharem, né, para exercer o feminismo delas, a gente estava lá cuidando dos filhos, por isso que muitos dos nossos não se formaram, estão sendo alfabetizados hoje com 80 anos.. Então a gente, a gente fez o caminho aí para mulher branca, ter essa liberdade que ela tem de ir e vir, e não tem como a gente falar que é igual, é um movimento igual, que a gente sabe que não é. Enquanto mulheres brancas não entenderem que mulheres pretas são um movimento diferente, a gente não consegue caminhar tão juntas, então eu acho que isso precisa ser falado de todas as esferas. E eu sou uma mulher que vive isso, né, mas de um lado maravilhoso de quando você descobre a sua negritude, porque não tem volta também. Aí você luta pelos espaços, pelos nossos, para que a gente consiga aí alcançar mais e mais, para que pelo menos essa distância da desigualdade, ela diminua para as próximas gerações (Núbia).

Sobre isso, Kilomba (2019, p. 103) é contundente ao afirmar que “a luta antirracista não é parte das preocupações das feministas ocidentais, principalmente porque suas precursoras *brancas* não foram e não são confrontadas com a violência racista, mas somente com a opressão de gênero”. A autora expõe o fato das feministas brancas, enquanto branquitude, não enxergarem seus privilégios e responsabilidades quanto aos racismos:

Feministas *brancas* estavam interessadas em refletir sobre opressão como membras subordinadas do patriarcado, mas não sobre suas posições como *brancas* em uma sociedade supremacista *branca* – isto é, um grupo no poder em uma estrutura racista. Esse modelo de homens contra mulheres obscurece a questão da “raça” e coloca a mulher *branca* fora das estruturas racistas, poupando-as de ter responsabilidade pelo racismo e/ou de verem-se praticando racismo contra outros grupos de mulheres (e homens) (Kilomba, 2019, p. 104).

Uma das empregadoras francanas de Carolina Maria de Jesus, culpabilizou as próprias pessoas negras por todas as violências sofridas, se posicionando como

branca salvadora e utilizando argumentos racistas que são entoados pela branquitude até os dias atuais:

A dona Fiica, disse-me: — Sabe, Carolina, muitas pessoas lutaram para a libertação de vocês. Mas vocês não têm apego a nada. Parecem esquilos. Eu acho vocês, negros, um povo muito difícil. Se vocês são desorganizados, é porque vocês querem (Jesus, 1986, p. 173).

As desigualdades entre as mulheres negras e brancas também estão estampadas nas estatísticas relacionadas as violências contra mulheres no Brasil, o que exemplifica a afirmação de Gonzales (1984, p. 224) de que o racismo, articulado “[...] com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”.

De acordo com a pesquisa⁶³ encomendada em 2023, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a prevalência de violência contra as mulheres entrevistadas foi de 29,9% entre as negras e 26,3% entre as brancas. No que se refere aos casos de violência física severa, como espancamento, 6,3% ocorreu com mulheres negras e 3,6% com as brancas, enquanto que a porcentagem de ameaças com facas e armas de fogo foi de 6,2% com as negras e 3,8% com as brancas. Quanto ao assédio sexual, 49,1% eram mulheres pretas e 42,2% brancas.

A diferença é ainda mais gritante quanto ao número de feminicídio no ano de 2021, em que 37,5% eram mulheres brancas e 62% negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Bem como, em relação ao encarceramento, que conforme o relatório⁶⁴ temático de 2017, 63,55% das mulheres presas no Brasil são negras e 35,59% brancas.

Amara, participante do grupo focal, pontua que desde a infância já começou a perceber o mundo, presenciando os preconceitos que a sua mãe sofria por ser uma mulher negra divorciada em uma sociedade patriarcal e o quanto a mesma se orgulhava de não depender do ex-marido, apesar de estar sobrecarregada:

[...] é uma grandiosidade o que que essa mulher é, na época desquitada, o tanto que ela foi xingada e eu sempre falo, eu já fui uma criança que já começou a perceber o mundo, porque eu era a única da família que tinha uma mãe e não tinha o pai junto. E quando o pai vinha, era aquele conflito

⁶³ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2017.pdf/view>. Acesso em: 02 jul. 2023.

porque minha mãe me criou sozinha, sem precisar e sem querer a atenção, então ela se orgulha por isso até hoje (Amara).

Mesmo Maria da Penha, participante das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, que era casada com um homem negro, relatou a sobrecarga devido trabalhar e ainda ter que fazer sozinha todas as tarefas relacionadas a sua casa:

Era de casa no serviço, do serviço em casa. Eu tinha que fazer de tudo, eu tinha que trabalhar fora, cozinhar em casa e fazer tudo em casa também. Eu fazia a janta pra servir também para o almoço, já saía do serviço ali pelas oito horas, eu saía pra trabalhar e voltava, lavava a louça e fazia comida de novo para jantar e almoçar no outro dia (Maria da Penha).

Davis (2016) retrata o quanto às mulheres negras permanecem consumidas e exploradas pelo trabalho desde quando eram escravizadas, sendo que “[...] o enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina” (Davis, 2016, p.10).

Além das memórias referentes ao trabalho fora e dentro das suas casas; da atribuição, muitas vezes solo, de criar as(os) filhas(os) e de se constituírem em rede de apoio para outras mulheres, houve narrativas quanto aos cuidados ofertados aos pais durante a fase idosa, mesmo em situações em que os vínculos eram fragilizados e/ou conflituosos:

[...] e ao mesmo tempo eu não neguei o meu pai, mesmo que ele não estava presente eu sempre buscava-o, então a minha ponte Franca-São Paulo, que até o fim eu cuidei do meu pai, é assim, é filha única (Amara).

[...] Meu pai era terrível, terrível. Morreu nos meus braços, eu cuidei dele até o último dia (Ialodê).

Outro elemento que perpassa a desigualdade de gênero é a inserção de mulheres negras em cargos políticos. As e os participantes do grupo focal, foram unânimes em dizer que o número de mulheres negras candidatas e eleitas é ínfimo⁶⁵. Uma preocupação se refere ao uso delas pelos partidos políticos, que majoritariamente são comandados por homens brancos.

⁶⁵ Na última eleição municipal realizada no ano de 2021, nenhuma mulher negra conseguiu se eleger em Franca (SP), das(os) quinze vereadoras(es), somente duas são mulheres e são brancas. Disponível em: https://sapl.franca.sp.leg.br/parlamentar/?_ga=2.88285080.2053206026.1688433683-240005379.1623535674. Acesso em: 03 jul. 2023.

Núbia afirma que “[...] usaram muito das nossas mulheres pretas nessa última eleição”. Jawari retifica que ainda estão usando. Abayomi pontua a objetificação e sexualização dos corpos das mulheres negras: “[...] nós mulheres negras, o foco nosso era a bunda (riso), o pessoal viu a gente, era a bunda, né, porque era só isso que a mulher servia”.

Em contrapartida, as mulheres negras sempre resistiram e ecoaram nas memórias e vozes de suas(seus) descendentes, como exposto por Amara: “*eu gosto de dizer que a minha voz, ela foi validada através dessa avó paterna [...]*” e por Conceição Evaristo (2017, p.24-25), no poema Vozes-Mulheres⁶⁶:

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 de uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e
 fome.
 A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.
 A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.

⁶⁶ EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2017.

Quando a autora desta tese traz uma mulher negra, ela está trazendo várias mulheres, várias Carolinas, Joanas, Marias de Lourdes, Marias Josés, Elzas, entre outras, que não podem ser invisibilizadas, reduzidas e ensurdecidas pela sociedade sexista e racista, porque elas se geram, se criam e se movimentam.

Maria de Lourdes Vale do Nascimento, não pode ser reduzida a primeira esposa de Abdias Nascimento, que assim como Carolina Maria de Jesus, não possui o devido reconhecimento em Franca (SP), porém é exaltada e referenciada em outras cidades e Estados, como uma importante intelectual e militante negra.

A mãe de Akilah, participante das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, costurava roupas para ele e seus irmãos vestirem. Em um rito ancestral, permeado de amor, carinho e paciência, a mãe da autora desta tese, passava horas destrançando, lavando, desembaraçando e traçando novamente os cabelos crespos da autora, o que também era feito pela avó de Amara, participante do grupo focal. Abdias Nascimento (2019), aprendeu com a sua mãe na cidade de Franca (SP), a primeira lição de solidariedade étnico-racial e de luta antirracista:

Certa vez presenciei minha mãe tomar a defesa de um garoto negro e órfão, colega meu de grupo e chamado Felisbino, a quem uma nossa vizinha branca surrava sem piedade. Minha mãe, invariavelmente tão tranquila, entrou em luta corporal e arrancou Felisbino das mãos da vizinha. Essa cena, perdida nas dobras da longínqua infância, lá na pequena Franca natal, oeste do estado de São Paulo, emerge e cresce como minha primeira lição de solidariedade racial e de luta pan-africana (Nascimento, 2019, p. 41).

Portanto, as mulheres negras não podem ser conceituadas, delimitadas e definidas por nomenclaturas estereotipadas e criadas pela branquitude, como a mulher forte que aguenta tudo⁶⁷, a empregada, a cozinheira, a faxineira, a babá, entre outros rótulos. Para além de ser valorizadas e referenciadas, elas precisam ser cuidadas, escutadas, acolhidas, amadas, precisam de afeto. São mulheres, com suas belezas e forças, mas também com suas fraquezas e dores, que muitas vezes precisam de colo e cafuné.

Nas memórias das e dos participantes desta pesquisa, nas obras de Carolina Maria de Jesus e de tantas outras mulheres negras, se encontra a força, o potencial, o protagonismo, a sabedoria, as resistências e vivências das mulheres

⁶⁷ Cita-se as diversas violências obstétricas, como o parto cesárea com o uso de pouca anestesia ou o que ocorreu com a autora desta tese, que no início de sua juventude, teve um dente obturado por uma dentista branca que não quis aplicar a anestesia justificando que ela aguentaria a dor.

negras, perpassando as relações étnico-raciais, de gênero e de classe social, sendo clichê, mas extremamente necessário, dizer que está última, possui cor e gênero, como será exposto a seguir.

5.1.3 Memórias e classe social

A priori torna-se importante reiterar a compreensão de classe social enquanto construção social, assim como gênero e etnia-raça. Eurico (2018, p. 515) pontua que “quando se entrecruzam as variáveis classe social, gênero, raça/etnia, a questão da miserabilidade afeta proporcionalmente mais homens e mulheres negras de todas as idades”.

Nascimento (2019) destaca a intensidade da violência econômica que afeta a maioria da população negra brasileira devido ao sistema capitalista, mas, sobretudo aos racismos introjetados no país:

A agressão econômica é o fator mais intensamente negativo: atira os negros no desemprego, no subemprego, do que resulta a subversão de sua organização familiar e de sua personalidade, mantendo-os sem os recursos ao atendimento de suas mínimas necessidades de moradia, saúde, educação, alimentação e assim por diante (Nascimento, 2019, p. 187).

Menciona-se que todas(os) as(os) participantes da pesquisa compõem a classe trabalhadora, vendendo sua força de trabalho e muitas memórias denunciam a violência econômica emaranhada aos racismos e ao gênero, vividos desde a infância, haja vista que muitas(os) relataram que começaram a trabalhar ainda crianças, submetidas(os) a funções penosas e insalubres que as colocavam em risco, prejudicando seus desenvolvimentos físicos e psíquicos, impedindo de desfrutarem de direitos básicos, como estudar e brincar.

Em meados da década de 1940, nas fazendas de Franca (SP) e região, Akilah e seus irmãos começaram a trabalhar capinando na roça com cinco anos de idade, nesse período eles não recebiam dinheiro devido trabalhar para seus pais. Somente a partir dos dezessete anos, ainda trabalhando informalmente na roça que começou a receber pagamento, o qual repassava para sua família:

Com cinco anos eu já comecei a trabalhar na roça, meus irmãos também começarão com cinco anos. [...] ixiii nessa época eu trabalhava para o

papai né, então não ganhava nada, ganhava só, quando eu comecei a ganhar dinheiro foi só no colégio. Tinha o serviço nosso, dava conta, pegava serviço pra fora, aí pegava de empreito né. Eu tinha 17 anos, aí eu capinava, roçar pasto, fazer cerca, aí era tudo quanto é serviço que tinha na roça a gente fazia (Akilah).

Maria da Penha começou a trabalhar na roça com dez anos de idade, juntamente com seus pais, isso em 1950, sendo também em fazendas da região de Franca(SP). Ela relata que esse foi o seu pior trabalho, justificando que: *“Ah, muito frio, trabalhar debaixo de chuva, a gente jogava um saco nas costas, aquilo, o saco molhava a roupa, molhava tudo”.*

Ayana começou a trabalhar em 1963, com oito anos de idade, carregando nos ombros as marmitas que eram entregues a distâncias caminhadas a pé nas ruas francanas. Com dez anos ela trabalhou como empregada em residências e depois com quinze anos, em fábricas de calçados na cidade de Franca (SP):

Com oito anos, carregava almoço para os outros no curtume ali, aqueles curtumes na marginal, ali no Savegnago, que eu morava no Santa Cruz, [...] eu descia a pé. [...] Dez, doze anos trabalhei de doméstica, [...] aí depois com quinze anos eu fui para fábrica, eu carimbava caixas de sapatos (Ayana).

Na década de 1970, quando residia na cidade São Paulo (SP), Ayo, por volta da idade de quinze anos, iniciou em uma empresa: *“comecei a trabalhar com quinze, dezesseis anos, na primeira firma que eu trabalhei foi de fazer é aquele alicate de unha”.*

Em 1976, em Franca (SP), Abayomi com três anos de idade já fazia crochê e com sete anos cuidava de outras crianças, afirmando ter herdado de sua mãe o fato de ser batalhadora desde nova:

[...] eu sempre trabalhei muito cedo, eu comecei fazer crochê aos três anos, tricô aos quatro para cinco anos, bordava ao seis, tomava conta de criança com sete anos, então, eu sempre trabalhei muito cedo, sempre fui aquela de sempre tá batalhando, eu herdei isso da minha negona (riso), que era sempre batalhadora (Abayomi).

Yera começou a trabalhar com oito anos de idade e sua irmã com doze, chegando a ficar três dias em situação de rua, quando residiam em Campinas (SP) no ano de 1989. Relata que hoje compreende a gravidade do trabalho infantil o qual foi vítima e luta diariamente contra o mesmo:

[...] porque aí quando eu começo a trabalhar muito cedo com nove anos, até hoje a gente corre atrás dos meninos, eu sou fruto do trabalho infantil, eu sou um verdadeiro PETI, né, nós estamos aí fiscalizando as crianças e correndo atrás tentando dar uma vida melhor para eles. Então nessa época eu já estava trabalhando, eu me lembro que eu trabalhei em trem com oito anos e a minha irmã com doze. Eu lembro que a gente ficou três dias na rua, a gente fez um movimento de quase nove horas de trem de Campinas a Ribeirão Preto, a gente nem imaginava que era Ribeirão Preto. Ficou dois dias lá na estação, dormindo sentado até minha tia de Batatais buscar (Yera).

As relações de trabalho das(os) participantes da pesquisa permaneceram precárias e exploradas, mesmo na fase adulta. Akilah cita o pior emprego que teve em Franca (SP), em uma indústria que produzia borracha:

O pior emprego foi lá na borracha, porque era muito quente, o horário difícil né, porque a gente entrava as nove saía a uma hora, depois entrava as cinco e saía as dez. Era difícil por que assim, as vezes à noite saía das máquinas quente lá e estava chovendo e tinha que vir embora, era longe, de bicicleta. Então esse foi o trabalho pra mim mais difícil, que eu tive foi esse (Akilah).

Maria da Penha rememora a exaustão de morar e trabalhar na residência de uma família francana, em que se alimentava somente após as(os) empregadoras(es): *“nessa que eu dormia no serviço, trabalhava direto, todos os dias. Aí tinha almoço, janta e café, tinha tudo. Eu comia na cozinha, na mesa da cozinha. Eles comiam na copa. Eles acabavam de comer e depois eu comia”*.

Carolina Maria de Jesus (1986), denuncia no livro *Diário de Bitita*, as inúmeras violências e racismos vividos na década de 1930, nas residências que trabalhou em Franca (SP). Como o dia em que foi colocada para fora da casa que trabalhava em um dia chuvoso e frio, não tendo agasalhos e nem para onde ir, após prestar um favor ao empregador, Emílio Bruxelas, o auxiliando a abrir o cofre que ele havia esquecido a senha.

Fiquei apavorada porque estava chovendo. Eu não podia perguntar-lhe porque é que estava me expulsando de sua casa, se eu lhe prestara um grande favor auxiliando-o a abrir o cofre. O meu orgulho falou mais alto. Já que ele está me expulsando, vou sair sem pedir explicação. Ele deu-me trinta mil-réis eu saí. Não tinha guarda-chuva. Dei cinco passos fiquei encharcada. Não tinha ninguém nas ruas. Eu não tinha casa. Que luta! (Jesus, 1986, p.166).

Akilah afirma que o emprego que mais gostou foi na zona rural, principalmente quando era empreito, devido maior independência e por não ter tanta fiscalização e pressão dos empregadores: *“na enxada, porque tinha saúde, tinha força, tinha energia e aquilo pra mim era uma diversão. Eu trabalhava sempre alegre, divertindo, aqui na cidade a gente tá preso, tá sempre seguindo ordem de patrão, lá a gente era independente”*.

Em contrapartida, Ayana relata o trabalho na colheita de café, como o pior que teve que se submeter, explicitando sua crueldade, precariedade, insalubridade e outros riscos que poderiam culminar em morte, como a picada de cobra:

Quando eu fui pra roça panhar café, ah, nossa, aquilo lá era cruel. Quando ficava desempregado, não tinha doméstica, não tinha fábrica, aí tinha panhação de café. Quantas e quantas vezes subi no caminhão e era de caminhão aquela época, nossa. Lá você via cobra no pé de café, nossa, quase morria de medo, você tinha que trabalhar, senão você não ganhava. Eu tinha uns dezoito, dezenove anos... ixe, esse foi cruel mesmo. Eu chegava e falava: mãe, eu não vou mais não, nossa, mataram uma cobra grandona lá e a minha mãe: é assim mesmo minha filha. Eu falava: ai, meu Deus. Então você tinha que ir, minha filha, aí você chegava assim, perto do pé café, aí você já tinha que olhar lá embaixo, porque se você encostava assim, para panhar o café, se ela te picasse, né. Então todo mundo olhava, nossa, mas quando eles matavam cobra lá, aí todo mundo trabalhava assim sabe, com aquele medo. Eu falo assim: nossa gente, tem que dar muito valor nessas pessoas, assim, de roça, que panha essas coisas, que o café é uma delícia né, mas ninguém sabe o jeito que vem o café né, olha aí que as pessoa passa, aí nossa, o único serviço cruel que eu trabalhei foi esse, mas tinha que ir né (Ayana).

Nassor pontua o trabalho enquanto pedreiro como um dos piores que se sujeitou. Lembra com tristeza o acidente que seu pai sofreu durante a construção de um prédio em Franca (SP), que o deixou deficiente e posteriormente culminou em sua morte prematura:

Ah, eu não queria trabalhar muito no pesado não. Foi judiado. É tanto que meu pai trabalhava de pedreiro, eu tenho a lembrança até hoje, eu passo onde ele trabalhava até hoje, passo, olho assim, fico triste, falo: meu pai ficou imprestável aqui nesse trabalho. A sorte é que ele não morreu, mas durou... durou.... quantos anos? Oito anos só, né, a mais, morreu com 56 anos... aleijado (Nassor).

Além das relações de trabalho, as desigualdades inerentes a classe social atingiam todos os aspectos da vida da população negra, afetando principalmente a sua subsistência, as necessidades básicas, como moradia e até mesmo vestuário.

Akilah descreve como era a casa na colônia, localizada na zona rural de Franca (SP), em que morou com sua família durante a infância e juventude por volta dos anos de 1936:

A colônia era tudo feita de pau a pique mesmo. Quando eu nasci, era três cômodos, aí depois fizeram mais dois. Ficou três quartos, uma sala e uma cozinha e uma dispensinha, hoje é (riso), antigamente falava dispensa, mas era um quarto de despejo, guardava os mantimentos, essas coisas assim. Nem fossa não tinha, atrás das bananeiras (riso). Tomar banho era na bacia né, ou então no riacho (Akilah).

Ele também relatou sobre o acesso a calçados e roupas:

Calçados era descalço né, a maioria do tempo era descalço, só quando ia passear assim, na missa, é muito difícil de as vezes ter missa na roça, a gente tinha uma botinha, ao contrário era descalço mesmo. Roupas era de brinção, a gente usava muito, a camisa era feita de saco de açúcar, esses sacos que desocupava, quando meu pai comprava, minha mãe fazia as camisas, tingia com tinta guarani e a gente usava (Akilah).

Nassor disse que faziam roupas até mesmo com sacos de farinha de trigo, a maioria do tempo andava descalço, calçando botina pela primeira vez com doze anos de idade, em 1942, que foi comprada por sua mãe através do trabalho de lavadeira de roupas:

Fazia roupa até de saco de farinha de trigo. Sapato eu andava mais descalço do que tudo, eu calcei... sabe com quantos anos eu calcei um tênis? A gente ia na escola, ia de tênis, a primeira botina que eu calcei eu tinha doze anos, minha mãe comprou pra mim lavando roupa... com doze anos (Nassor).

Carolina Maria de Jesus (1936) também explicitou a ausência ao acesso a vestuários, o que contribuiu para a exclusão referente ao mercado formal de trabalho em Franca (SP): “Fiquei alegre quando consegui um emprego numa fazenda. Eu não podia trabalhar na cidade por não ter roupas. Na roça, qualquer coisa serve” (Jesus, 1936, p. 169).

Mesmo depois que se casou, em meados do ano de 1960, Akilah morou por um período na zona rural de Franca (SP) e as condições continuaram precárias: “os móveis eram feitos, era tudo na base de móveis rústicos da roça, a cama não era dessa, colchão de palha. A prateleira para colocar as coisas da cozinha, não tinha armário e o fogão a lenha” (Akilah).

Ayana também detalhou como era a casa alugada que morou com sua família na zona urbana de Franca (SP) durante a infância, na década de 1950:

Era de chão, não tinha cimento, essas coisas, era de chão, quintal tudo de chão, antigamente era tudo assim, né. Ainda morava de aluguel. Não era de tijolo, era daqueles que eles falavam, que socava, era terra mesmo que eles socavam, socava a terra e ia fazendo a casinha. Eram dois cômodos, dormia tudo no chão, no colchão de palha (Ayana).

Eurico (2018), denuncia que os níveis de desigualdades e explorações existentes dentro da mesma classe social, de acordo com o pertencimento étnico-racial, relega a população negra, as piores condições de trabalho e conseqüentemente, de sobrevivência:

[..] no interior da classe trabalhadora, há níveis diferentes de exploração da mão de obra, segundo o pertencimento étnico-racial, ou seja, quanto mais escura a cor da pele, mais as ofertas de trabalho serão precarizadas e desprotegidas, e as remunerações não permitem a manutenção de patamares mínimos de existência. As funções mais precarizadas, que se assemelham àquelas desenvolvidas durante a escravidão, são “naturalmente” reservadas para esse grupo, uma vez que permanece a reprodução da “inferioridade” étnico-racial da população negra. Em relação ao trabalho doméstico, não é por acaso que este é desenvolvido majoritariamente por mulheres negras, pois exige baixa escolaridade, pouca qualificação técnica e alta capacidade de resistência, quer do ponto de vista da força física, quer da condição de subalternidade, em um cenário de “afetividade” entre patrões e empregadas (Eurico, 2018, p. 522-523).

O que também é denunciado por Carolina Maria de Jesus (1986, p. 167) ao enfatizar que quando chegaram em Franca (SP), “os bons empregos já estavam ocupados por pessoas de melhor aparência. Decidi procurar trabalhos fora da cidade. Nas fazendas. Nas casas dos fazendeiros”.

A autora reitera os sentimentos de humilhação ao qual era submetida nas relações desiguais de trabalho:

Era horrroso viver. Eu estava trabalhando ganhando trinta mil-réis, aparecia outra, que trabalhava melhor, e ganhava vinte mil-réis por mês. Eu já estava cansada daquela vida de andarilha. Eu tinha a impressão de ser uma moeda circulando. Que vergonha eu sentia por não termos uma casa (Jesus, 1986, p. 169).

Yera expôs durante o grupo focal, que a violência racista e econômica é tamanha ao ponto de culpabilizar e acusar as negras e os negros pelas precárias e

indignas condições que vivenciam, se esquecendo dos verdadeiros responsáveis por essa situação:

Porque é fácil eu virar para a Abayomi e falar assim: oxa olha lá, essa nega tá aí parada, não quer estudar, ela terminou o terceiro, em vez de procurar uma faculdade. Ela é mãe, ela precisa colocar comida, comida não tem como né, ela precisa ter renda, ela precisa ser livre de verdade, porque na verdade a gente acaba sendo preso por um sistema. Então, é fácil eu falar a partir de mim, mas a partir da nossa comunidade não é bem assim. Hoje a gente tem uma comunidade recebendo R\$ 1.200,00 e até menos, porque hoje se você for pegar na área calçadista, não tem salários mais, as pessoas estão ganhando R\$700,00, R\$800,00. É importante a gente fazer esse estudo para saber onde está nossa comunidade, onde ela pode chegar, porque que ela não foi lá fazer. Às vezes eu vejo várias pessoas pretas chegando em mim e fala: oxi, olha em vez de fazer um cursinho; olha lá não conseguiu ir. Gente, não dá para pagar a empresa São José a R\$5,00, tá querendo ir para R\$7,00 (Yera).

Eurico (2018) responsabiliza o Estado pela ausência e/ou acesso precário e desigual da população negra quanto aos direitos sociais, como o trabalho em condições dignas:

O tratamento autoritário e racista com que o Estado brasileiro trata as questões relativas à população negra na contemporaneidade está atrelado ao projeto societário em curso e guarda profunda relação com o lugar da “inferioridade” a que a população negra vem sendo submetida desde o período colonial. Com frequência, os detentores dos meios de produção a excluem das funções que exigem níveis altos de qualificação técnica e restringe seu acesso às vagas consideradas mais “simples”, por acreditarem que existe uma incompatibilidade entre ser negro e ser capaz de exercer atividades que demandam certo grau de desenvolvimento intelectual, reproduzindo a lógica da separação entre trabalho manual e intelectual (Eurico, 2018, p. 522).

lalodê relata a ausência de oportunidades, situação não exclusiva da cidade de Franca (SP), como um dos motivos da população negra francana ser mais empobrecida do que a branca, o que afeta até mesmo a sua identidade étnico-racial:

Falta de oportunidade, não tem oportunidade. E aí como eu venho de outra cidade, não é Franca, né, nós sofremos em qualquer lugar em que nós estejamos. Porque nós não temos como esconder a nossa origem, as pessoas até tentam, eu acho que sofrem até mais, eu acho quando você tenta, eu acho uma mulher preta se mantém alisando o cabelo, ela é motivo de chacota para o outro, eu acho (lalodê).

Outra característica que lalodê atribui a Franca (SP), se refere a não priorização dos estudos, da obtenção de conhecimento atrelado a cultura forjada para as profissões do setor calçadista, bem como, ao poder econômico, ao consumismo e ao “*status*” adquirido em relação ao acúmulo de bens:

As pessoas têm muito pouco conhecimento. Franca não é uma cidade de estudo, então as pessoas não sabem. Eu soube disso... sabe quem é o Chuí? Ele é secretário de esportes agora. Um dia eu cheguei para ele e falei assim: Chuí, porque que Franca é tão difícil, as pessoas são tão difíceis para a gente se relacionar? Aí ele: porque a origem daqui é o sapato, eles são sapateiros. O que eu entendi com isso, existe uma ignorância muito grande em Franca. Em Franca, as pessoas, eu lembro que na época de ensino médio do meu filho, eu levava eles, os colegas do basquete para escola, ele estudava no Colégio Pessoa e lá é um colégio que as pessoas têm condições, Novo Colégio, tem um núcleo de colégios particulares ali e as pessoas tem uma certa condição e elas se impõem por isso. Então, Franca é uma cidade que as pessoas prezam muito aquilo que você tem e não o que você é, ninguém se preocupa com a formação (lalodê).

Nassor também vivenciou em Franca (SP), tratamentos desiguais devido suas condições econômicas e sua etnia-raça: “[...] o cara tem um dinheirinho... ah, não, andar no meio daquele pobretão ali não (risos). Ele me rebaixa né, ainda mais negro”. Ele contou uma história que a pesquisadora deste estudo escutou várias pessoas contarem desde sua infância e não sabe se é um fato real, mas ilustra a forma com negras e negros são tratadas(os) mesmo quando ascendem economicamente:

Aí os outros caras, os brancos implicaram com ele, que era bem de vida, tinha tudo de bom e do melhor, casa boa e tudo, propriedade, uns brancos implicou com ele. Sei que escreveram no muro da casa dele: aqui mora um preto. O preto foi e escreveu assim: é preto, mas tem dinheiro. Aí eles foram lá e escreveram: mas não deixa de ser negro (risos). Você já pensou no tipo de coisa? É preto, é negro, é preto, mas tem dinheiro, mas não deixa de ser negro, eles foram lá e escreveram no muro (risos) (Nassor).

Yera cita a importância dos movimentos políticos e sociais enquanto mecanismos e estratégias de luta popular para pressionar o Poder Público, fazendo com que este cumpra seu papel e oferte políticas públicas, atendendo os direitos e as necessidades de toda a população, em especial da periférica, que majoritariamente é composta pela população negra:

[...] eu acho que com o poder público e nós como movimento, tentar trazer equipamentos para regiões norte, sul, leste e oeste, por que a gente sabe que para esses nossos chegar, as coisas vão precisa estar mais perto deles também. [...] Hoje estou no serviço onde a gente está com várias crianças, né, que nesse momento, não tem pai e nem mãe, estão todos ali institucionalizados, é um outro lado que eu também pude conhecer, que a maioria são crianças de famílias pretas, né, que para além dessas famílias, a gente cuida também da família, dessa mãe, que perdeu essa criança por hora, né, até quando o juiz estar ali determinando e a gente que vai acompanhando essa família. Por exemplo, eu estou com uma agora que ela tem a máquina, mas não tem força, a gente tem que fazer vaquinha para pagar a força da moça para trabalhar em casa. Então ainda acho que Franca é uma cidade bem conservadora, Franca é uma cidade bem elitizada e a gente tem aí nos nossos fundos de Petrópolis, fundo de São Luís, nosso fundo de Parati, nosso fundo de Leporace. Muita gente com muita dificuldade, eu acho que o movimento político, acredito que seria a saída para Franca e a gente precisa votar no nosso povo preto, mas preto com ideal, se tiver branco que tiver nossos ideais também vamos lá, mas a gente precisa votar em povo preto e com nossos ideais para mudar (Yera).

Yalodê evidencia a necessidade da luta diária, expondo sua postura ativa de enfrentamento aos racismos por meio da educação popular, do diálogo e da troca de saberes, criando vínculos e envolvendo cada vez mais pessoas nesse movimento:

A gente nota que é luta, porque a nossa luta é diária. É isso mesmo, é todo dia. Eu já falei de racismo, discriminação, preconceito. [...] É uma coisa que eu faço com os pés nas costas. Se eu tiver oportunidade de conversar com o estudante, com a menina, que é o que eu faço no meu dia a dia. Quando eu encontro alguém, se eu puder dar uma referência biográfica, eu conto uma parte da minha história, eu falo, a pessoa fica empolgada. [...] Então, a gente tem que ser ativo, a gente tem que ter consciência que precisamos ajudar, de que o outro precisa da gente, sabe. Não é que, se eu estudei e vou guardar isso comigo, é o mesmo que nada, morreu aqui. Não foi isso que eu aprendi, eu aprendi com Paulo Freire. Sabe, você precisa ajudar. Você criar ponto, você precisa estabelecer uma relação com o outro. Você tem que ver o outro como semelhante, é isso que a Bíblia diz. Engraçado, as igrejas estão cheias e ninguém enxerga isso? (Ialodê).

Novamente, ratifica-se a força, o protagonismo e a resistência da população negra, que enfrenta e luta diariamente contra as violências inerentes aos racismos, sexismos e ao sistema capitalista. Demonstrando que seus valores ancestrais não provem da acumulação das riquezas materiais ou imateriais, mas da partilha, da distribuição das mesmas com toda sociedade.

6 A FRANCA QUE SE DIZ DO IMPERADOR, MAS É DO POVO PRETO

E comigo ninguém pode
Porque meu Santo é forte
Comigo ninguém pode
Porque meu povo é forte
(MC THA⁶⁸,2019)

6.1 O que é e como se estrutura os racismos em Franca (SP)

Os racismos permearam as memórias de todas e todos participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vida e do grupo focal, mesmo quando a pergunta não era específica sobre a temática. Ao passo que também se fizeram presentes nas narrativas, as formas de resistências, de enfrentamentos, os posicionamentos e as lutas individuais e coletivas contra os racismos.

O Padre rememorou os racismos institucionais transvestidos pelo abuso de poder e a violência policial durante a sua adolescência:

[...] depois também de um policial militar e até hoje eu tenho esse ranço contra policial militar, porque eu levei um tapa de um policial militar, porque éramos moleques negros. Meus irmãos, meus primos, numa praça vizinha jogando bola e bete, a vizinha chamou a polícia e nós fomos agredidos (Padre).

Ele reitera sua indignação por sofrer racismos de profissionais que deveriam protegê-lo e apoiá-lo, como o professor e o policial militar, ambos brancos. Mas que ao mesmo tempo, despertaram sua identidade negra e o seu posicionamento para o enfrentamento antirracista diário:

[...] essas duas coisas me marcaram e por pessoas que deveriam estar do nosso lado e a partir daí desencadeou essa realidade que sou negro, eu tenho que aprender a lutar. Meus pais me ensinaram a ser educado, mas não vou me calar, isso eu aprendi desde muito cedo (Padre).

Gonzales (1984) explicita que os racismos são tratados como naturais, inerentes nas relações sociais, não causando indignação e comoção social o fato da maioria da população negra vivenciar a miséria e violências diariamente:

⁶⁸ MC THA. Comigo ninguém pode. In: MC THA. **Rito De Passá**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FF9W8Glyccc>. Acesso em: 14 jun. 2023.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (Gonzales, 1984, p. 225-226).

Ayo e Ayana exemplificam a naturalização dos racismos pela sociedade, que como exposto na citação acima, destina a população negra somente a miséria e a pobreza, se indignando quando esta ocupa os supostos espaços da branquitude: *“vamos supor que um nego batalha pra ter um carro do ano, novo que seja, aí a polícia vai dar uma batida no nego, já acha que é... já acha que comprou com droga, essas coisas”* (Ayo).

Ayana complementa a fala de Ayo contando uma situação que ocorreu com uma mulher negra em Franca (SP) devido ter um carro mais caro e constantemente ser parada pela polícia que a questionava se de fato o carro dela, sendo que um dia, ela cansada de sofrer racismos, se posicionou e enfrentou os policiais que a abordaram:

Mas é verdade sim, você sabe porquê? Eu não te falei daquela amiga da minha patroa? Ela é negra, ela é da comunidade, da igreja da minha patroa, ela é católica sabe e ela tem uma amiga que ela é... ela é negra e ela é bem de situação, assim, bem situada, então ela tem um carrão, ela falou assim que a polícia vivia cercando ela, parava ela nos lugar, falava assim: nossa, mas esse carro é seu mesmo? E pedia os documentos, ela dava. Aí um dia ela, ihh, encheu o saco sabe, ela saiu do carro e falou: olha aqui oh, você está pensando o quê? Você está injuriado assim é por causa da minha cor, porque eu sou negra eu não posso ter um carro assim? É só o branco que pode? Se eu tenho esse carro é porque eu batalhei, eu trabalhei e eu trabalho, meu serviço não é porcaria não, eu sofri muito para chegar no que eu cheguei, agora você vem e todas as vezes que eu passo aqui você me para, você me esbarra? Não, ixe, pode para com isso, ou você para com isso ou eu vou te processar. A minha patroa que contou pra mim, ela falou: Ayana, ela ia processar mesmo a polícia e eu falei assim: pode processar mesmo uai, só porque é preto não pode ter um carrão? Só o branco que pode ter? Ixe, aí eles pararam de perseguir ela, você precisa de ver, coitada, só porque é preto, né (Ayana).

O Padre cita outras situações de racismos sofridas no exercício do sacerdócio, reiterando seu orgulho em ser negro e de origem pobre:

Eu acho assim, racismo nós sofremos todos os dias, todos os dias nós temos que lutar, na igreja parece uma coisa muito velada, é o padre, mas eu já tive olhares do padre preto, já tive gente que não quis ficar perto de mim porque sou preto, eu já tive gente católica apostólica romana que não quer que eu esteja fazendo esse casamento, aquele, porque tem outro amigo, isso acontece sempre, mas a minha atitude diante a isso é realmente reforçar quem eu sou e o que eu sou. Eu sou negro sim, amo minha cor, tive condições porque minha família muito pobre me concedeu isso (Padre).

Zuri também expôs uma vivência de racismos durante sua adolescência na década de 1990, em Franca (SP), que lhe foi falado o que deveria ou não vestir, além do sentimento de solidão por ainda não estar namorado, remetendo a discussão sobre a solidão da mulher negra:

E enquanto mulher negra foi no outro momento, foi um pouco mais para frente, quando na adolescência, quando na época em que todas as meninas já eram paqueradas e eu percebi que eu não era e na vaidade de menina, de mulher, né, eu me lembro que uma das primeiras minhas coisas, roupas que eu pedi para minha mãe comprar, era na época daquele... daquele... aquela calça cargo, colete, eu pedi para minha mãe comprar um e eu comprei um vermelho escuro, super escuro. E aí eu usava aquele conjunto e me achava linda, linda, maravilhosa, até que um colega do bairro, um dia falou para mim, falou: olha Zuri, olha essas roupas não favorece a gente enquanto preto, assim, você precisa melhorar um pouco suas roupas, melhorar sabe. Então foram dois momentos bem marcantes (Zuri).

Ayana rememora os racismos no ambiente escolar francano, explicando que naquela época da infância, em meados de 1961, o seu posicionamento e o de suas amigas ocorria de forma coletiva e por meio do ato de brigar fisicamente com quem praticava os racismos:

Ah, na escola né, na escola a gente sempre sofre... porque nós andávamos num bando de preto né, eles falavam assim: aquelas negras, aquelas negas que bateu. Porque nós, quando batíamos numa menina, nós íamos de monte, não ia uma sozinha, então nós batíamos mesmo. Porque criança né, briga mesmo na escola, ainda mais quando chama de nego, nossa, mas não aceitava isso não (Ayana)..

Ialodê cita os racismos que sofreu e sofre diariamente desde que chegou em Franca (SP) e o seu posicionamento para enfrentá-los, enfatizando que devido ter consciência sobre como ocorreu a construção da relações étnico-raciais desiguais no Brasil, já não sofre mais. Ela também pontua a importância das referências negras, dos espaços de vivências e trocas coletivas, enquanto afeto, cuidado, acolhida, resistência e fortalecimento para os enfrentamentos aos racismos:

Nossa, toda hora. [...] Ué, o dono da casa, o dono da casa me discriminou. Vários, toda hora, toda hora, sabe. Quando um adolescente ri de mim, ele está rindo porquê? Porque eu sou diferente, eu não sou igual a ninguém. Só que eu tenho consciência disso, então eu não sofro, entendeu? Eu faço parte de um grupo de mulheres chamado Rainhas Magas, a gente se reúne todo dia 6 de janeiro, dia de Reis Magos, no Rio. [...] são mulheres intelectuais, esse grupo surgiu a partir do falecimento de Sônia, Neusa Santos, ela é autora de um livro, "Tornar-se negro". Outras amigas intelectuais conheciam a Neusa, ela suicidou, intelectual, ela era psicanalista, uma coisa assim, bem-sucedida, ela morava na zona sul do Rio, se jogou do décimo segundo andar. No dia do enterro o coveiro perguntou se tinha algum parente para anotar o número da lápide e não tinha ninguém, aí essa amiga a zoiuda, preta, é que anotou e ficou indignada com isso, que a Neusa apesar de preta, ela só tinha amigos, pessoas ali próximas a ela, brancos. Então ela resolveu que nós poderíamos formar um grupo de mulheres que não se abandonasse, então a gente troca carinho, a gente troca mimos, a gente fala das nossas dores. A gente é um grupo, é um dia que a gente reserva para isso, aí a terapeuta leva uma terapia e faz com a gente, a que faz dança circular, faz a dança circular, entendeu? São os mimos que a gente doa uma para outra, a poetisa le uma poesia. Conceição Evaristo faz parte, um monte de intelectual do Rio, um monte, esse ano foram trinta e cinco. Meu mimo foi um movimento sistêmico, por que quando eu conheci constelação familiar eu amei, então eu faço esse tipo de terapia, eu faço toda semana, para mim me ajudou demais e ajuda, né? Então eu quis levar para o grupo. Nossa, eu levei o terapeuta, aí o terapeuta fez, tive que pagar hotel, nossa, mas foi lindo, foi lindo o encontro. Rainhas Magas, tem no facebook. Então o racismo a gente sofre o tempo todo (lalodê).

Tupac rememora os racismos que vivenciou quando era repórter esportivo em Franca (SP) e em outras cidades, haja vista que incomodava a branquitude o fato de ter um homem negro trabalhando como repórter nos campos de futebol e nas quadras de basquetes, profissão até então, majoritariamente ocupada por pessoas brancas, que também eram a maioria enquanto público presente, ouvintes de rádios e telespectadores:

[..] eu trabalhei fazendo entrevista no Lanchão e no Nhô Chico. No Nhô Chico por exemplo, o pessoal, aquele pessoal mais ou menos, não gostava. Sertãozinho eu tive treta também, Campinas também, em jogos envolvendo a Ponte Preta Francana ou Guarani Francano, na Vila Belmiro, jogo dos Santos também. É então, foi assim uma fase, foi fera, não foi fácil não, mas a gente conseguiu superar e trabalhar, nunca procurei provocar ninguém. Pessoal até, ah racismo, não sei o que, as vezes eu chegava num lugar, jogo de basquete, por exemplo, que era mais, ainda é, grande parte da elite branca. Hoje mudou muito e o pessoal ficava te olhando, você vai trabalhar com o microfone e tal [...] (Tupac).

Yera ratifica a existência de racismos nos jogos de basquete em Franca (SP), onde ele trabalhou desde 1997, vendendo doces por dezesseis anos:

*Quando ele traz a questão do basquete, eu trabalhei 16 anos vendendo ali. Vendia doce e bala no basquete quando era aqui no Champagnat, depois foi para o Poli, foi para o Clube dos Bagres, então desde 97 eu passava ali com minha bandejinha vendendo doce e balas, churros, amendoim... Aí hoje o povo fala para mim, oh, Yera, porque você torce contra o Franca? Aí eu falo assim [mudou o tom voz e falou baixo]: **porque o pessoal é racista!** (risadas). Só torço para Franca quando é contra o Flamengo (risadas) (Yera).*

lalodê conceitua os racismos como agressões físicas e psicológicas e novamente verbaliza o seu posicionamento frente as situações de racismos:

O racismo é a agressão física e psicológica que você sofre por não ter o tom de pele ou as características, né, que são julgadas padrão para uma sociedade, é isso. Então é a menina que olha e se assusta com você, é a mulher que esconde a bolsa dentro do mercado, o tempo todo ué, o tempo todo. É você entrar numa loja e ficar esperando, é você chegar numa loja a vendedora já vem correndo, que ela tem medo que você passe por um setor e leve alguma coisa, é isso, é o tempo inteiro. Agora, nós temos como combater, percebendo que aí quando é muito escrachado, eu sempre procuro falar para pessoa, que aquela não é a forma adequada, estava com medo de quê? Ah, eu questiono, está com medo de que? [...] eu acabo com a brincadeira do grupo todo porque ninguém ri mais de nada e eu fico, eu sou a enjoada. Não fala de preto perto de mim que vai ter problema, eu sou assim. Não quero que fale de preto, não quero que fale do cabelo, é o meu cabelo, eu amo meu cabelo, é problema meu, você não vai falar nada, você não sabe. Hoje, esse mesmo professor na aula de dança ontem, reclamou que um fio do cabelo, só um montinho assim para o alto, só um montinho, o restante está tudo do jeito que ele penteou, mas esse montinho... eu falei: ah você deve ter dormido de mal jeito. Aí uma menina falou: não o cabelo que é ruim mesmo. Eu falei que o cabelo ruim, é igual ao meu? Eu pergunto na hora, eu não deixo passar, eu acho que é o black dele, ele deitou de mal jeito e o cabelo tá como quer estar, como deveria estar né? Que black cresce para o alto. Eu começo a explicar, aí faço uma gracinha e tal, mas eu faço pessoal engolir o riso muitas vezes, mas é todos os dias, não tem um dia que não aconteça alguma coisa (lalodê).

Nassor nomeia os racismos como orgulho da branquitude, que atravessa as relações de classe social e de etnia-raça, atingido até mesmo a população indígena:

O racismo é o orgulho, eu num estou te falando que é um orgulho? Num é um orgulho? É orgulho. Orgulho, se você tem dinheiro, é orgulhoso é porque você tem dinheiro, né? Se você é negro, o outro é branco, é orgulho porque você é negro, fala: ah, negro. Se você é pobre, mendigo, pior ainda, aqueles fulanos não foram pôr fogo no índio, lá em Brasília? Que lugar... não estamos num lugar civilizado? E o que mereciam aqueles caras? Lá não vê o índio... Cada lugar que eu já passei, lá na Bahia, lá em

Porto... lá tem a aldeia dos índios, tem a igreja dos índios, você já foi lá? Tem igreja dos índios. Precisava ver os índios comunicar com os brasileiros, né? Que eles são brasileiros, se pá, mais brasileiro que nós, que nós viemos de descendente de africano né, mas nós consideramos brasileiros, se falar que nós não somos brasileiros, nós brigamos, né (risos) (Nassor).

Para Ayo, os racismos ainda permanecem na sociedade, mesmo quando a população negra tem acesso a educação formal, ela é pretérita no mercado de trabalho: *“Na época de hoje que um negro for estudado e for na porta de um serviço, eles preferem pegar um branco que não é estudado, do que pegar o negro que é estudado... até hoje ainda existe esse racismo” (Ayo).*

Fato que Carlos de Assumpção (2015) denuncia em seu poema “Questão de Sorte”:

O negro era inteligente
 O branco não
 O negro era culto
 O branco não
 O negro era capaz
 O branco não
 Foram juntos pedir emprego
 A uma mesma repartição
 Umás três vagas havia
 Fizeram sua inscrição
 Decisão
 O branco foi contratado
 O negro não
 (Assumpção, 2015, p.19).

Ayo explicita que os racimos podem atingir até mesmo os relacionamentos afetivos: *“vamos supor que se um negro conhece uma branca, as vezes a moça até gosta do rapaz, mas as vezes a família dela não vai aceitar ele” (Ayo).* Sobre isso, Nassor verbaliza que tinha medo de se relacionar afetivamente com mulheres brancas temendo os racismos, que ele nomeou como orgulho: *“tinha as brancas que gostavam da gente, a gente não gostava de branca nada, a gente tinha medo, do orgulho né... orgulho” (Nassor).*

Do mesmo modo, os racismos demarcam os lugares que as(os) negras(os) podem ou não viver, frequentar, morar. Nas entrevistas de depoimentos de histórias de vida, foi perguntando se antigamente em Franca (SP), havia algum lugar que a população negra não podia ir, Nassor rememorou um salão de eventos que inicialmente era frequentado apenas pela população rica, branca, inclusive por imigrantes italianas(os) e quando as pessoas negras começam a frequentá-lo, a

branquitude incomodada, criou um outro espaço para elas(eles), sendo permitida a entrada de negras e negros somente para fazer a limpeza:

Tinha, tinha, tanto que quando começou aqui a nossa tal de AEC, que hoje é o Castelinho, a AEC era só dos ricos, da italianada rica, não entrava negro. Mas depois que foram liberando entrar negro, o negro punha a gravatinha dele e ia (risos). Aí, o que que acontece, eles foram, ficaram com raiva daqueles tipos, os negrões, os negros no meio deles, fizeram o tal de Clube de Campo. Nós íamos lá lavar o Clube de Campo dos ricos né, pra chegar lá, fazer limpeza (Nassor).

Nassor lembra que antigamente tinha duas barbearias em Franca (SP), que os proprietários colocaram cartazes na porta informando que não atendiam e não permitiam a entrada de pessoas negras. Ele narra um acontecimento em que um homem negro obrigou um dos barbeiros a atender um negro:

Em Franca, sempre teve algum lugar que tem orgulho. Aqui tinha ali no centro, tinha dois barbeiros, duas barbearias, uma era barbearia e camisaria, e eles tiveram coragem de por lá escrito que não podia entrar negro, os dois não cortavam o cabelo de negro. Aí aqui tinha um crioulo muito encapetado, fotógrafo, ele era adoidado também, ele era fotógrafo, ele chegou, foi lá naquela ... não pode ter aquela discriminação, não podia discriminar, ele falou assim: quer saber duma coisa? Ele pegou o cara... o cara era louco, o dia que ele estava louco, ele dava soco até nos postes ... desse tamanho, polícia? Três policiais para ele era pouco (risos), até a polícia tinha medo dele, falava: fulano tá lá. A polícia oh, se mandava (risos). E quando queria ir com ele, tinha que ir com jeito, no fim eles nem prendiam ele, que ele tinha muita força e meio fraco da cabeça. Aí esse cara estava lá, não cortava cabelo de negro, ele pegou esse cara, chegou lá: "senta aí na cadeira, corta o cabelo de fulano". Olhou assim (risos), olhou assim... estava cortando, porque se não cortasse, o que ia virar? Ia perder a cabeça lá, quebrar tudo (risada) (Nassor).

Outro fato contado por Nassor foi sobre um viajante que veio de São Paulo (SP) para Franca (SP) e publicou no jornal da cidade que estava hospedado no Hotel Central e estava contratando pessoas de pele clara, o que causou revolta na população negra que se organizou para linchar o homem, que pediu proteção na Delegacia e foi mandando embora da cidade pelo delegado:

Um dia nós estávamos tudo lá, ali perto onde é... ali na 9 de julho e chegou um cara, um viajante, ele veio de São Paulo e se hospedou lá no Hotel Central, e esses nossos colegas não tirava o jornal da mão, o jornal daqui. E ele pois no jornal que estava hospedado no Hotel Central, que estava precisando de gente pra trabalhar, mas dizendo a cor, queria gente claro pra ele levar para trabalhar. Aí pegaram o jornal, olharam: vamos lá

linchar aquele cara? (risos) Começou juntar, falou: vamos lá linchar aquele... vamos lá pegar aquele cara. Acho que alguém foi lá e avisou, o cara foi pedir proteção na delegacia, correu pra delegacia, o delegado mandou ele ir embora na hora. Você sabe que aconteceu isso? O delegado mandou ele embora: some daqui! Eu não sei o que que você veio fazer aqui e falar dos negros daqui, hein? Você sai de lá pra vim maltratar os negros aqui? Some daqui. Ele não ia corresponder com a atitude dele né, o cara se mandou (risos) (Nassor).

Akilah expôs que antigamente alguns bairros da periferia francana eram e ainda são temidos e considerados como perigosos por serem redutos de moradia de negras e negros, como o Jardim Paulista⁶⁹ e a Vila Santa Rita:

Tinha local que era mais assim, que a gente chamava... que era lugar até perigoso, aqui no pica pau, lá Santa Rita, depois ultimamente aqui no Jardim Paulista (riso), afamava que assim, a maioria era mais escura, o povo era gente que aprontava mesmo... era bravo, ladrão, essas coisas tudo, tinha briga, bebiam... (Akilah).

Ayo apresenta o *shopping* de Franca (SP), como um local atual em que é permitido a presença da população negra, mas não é ocupado pela mesma, haja vista ser um espaço criado pela e para a branquitude: “*no shopping né, aqui em Franca, você pode contar os negros ali. Por aí você tira uma base né, começar a olhar nos lugares assim, a gente vai observando...*” (Ayo).

Diante do exposto, novamente se infere que os racismos estão presentes em todos os aspectos da vida da população negra. Curtin (2010) enfatiza o caráter multiforme e a dificuldade em eliminar os racismos existentes em várias partes do mundo, mesmo comprovando a sua irracionalidade:

Em razão de seu caráter multiforme, o racismo é, como se sabe, um dos flagelos mais difíceis de extirpar. Teorizado sob diversas formas desde o século XVI, ele se encarnou na história de modo agudo, chegando ao genocídio em certos períodos: tráfico de negros, segunda Guerra Mundial. Sobrevive ainda como um desafio monstruoso na África do Sul e em outras regiões, apesar dos trabalhos da UNESCO e de outras instituições para demonstrar sua natureza irracional. Mas a cura dos preconceitos é demorada, pois o racismo se espalhou de forma difusa e imanente nos manuais escolares, nos filmes e programas de rádio e televisão facciosos, e na presença de “dados” psíquicos mais ou menos conscientes trazidos às vezes pela educação religiosa e com mais frequência ainda pela ignorância e pelo obscurantismo (Curtin, 2010, p.40).

⁶⁹ A família materna da pesquisadora deste estudo, quando veio da zona rural para a zona urbana de Franca (SP), se mudou para o Jardim Paulista, sendo que a avó materna, Elza, residiu em tal bairro até o seu falecimento.

Para Kilomba (2019), os racismos apresentam três características: a construção da e de diferença, em que as(os) negras(os) se tornam as(os) diferentes das(os) brancas(os); a hierarquização de valores da branquitude, que fundamentam e naturalizam os preconceitos; a detenção dos poderes históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos. A autora enfatiza que “[...] o racismo é a *supremacia branca*. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder” (Kilomba, 2019, p. 76).

Assim, reitera-se que os racismos foram criados e são mantidos pela branquitude, o que se identifica-se nas memórias das e dos participantes da pesquisa. O professor e o policial militar que foram racistas com o Padre, eram brancos: “*brancos, brancos (risos), meu professor era branco, um senhor idoso, branco, que eu não esperava isso e o policial branco também*” (Padre).

Foram professoras(es) brancas(os) que ensurdeceram as denúncias feitas por Malú, quanto aos racismos sofridos na infância e praticados dentro da escola por alunas(os). O presidente do condomínio que fora racista com Jawari era “[...] *loiro dos olhos azuis, gaúcho* [...] (Jawari). A criança que praticou os racismos com Amara, era “[...] *loiro, loiro, transparente*” (Amara). A criança em que a mãe fora racista com Akin, era “[...] *uma menina muito branca*” (Akin). A vizinha que praticou racismos com Abayomi, era branca.

Nascimento (2019) afirma que mesmo diante de todas as violências e violações de direitos, como as citadas pelas(os) participantes da pesquisa, as(os) africanas(os) escravizadas(os) e suas(seus) descendentes, sempre resistiram e preservaram a sua história, seu saber, sua cultura, sua identidade, sua espiritualidade, ou seja, a sua origem, lutando pela transformação da sociedade brasileira racista:

[...] apesar dessa espada sinistra suspensa sobre sua cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre esteve alerta à menor chance de recapturar os fios rompidos de sua própria história: começar e recomeçar o esforço de dignificar seu ser, enriquecer sua cultural original, elevando-a a um nível de verdadeira instituição nacional. Nesse contexto, sobressai a plena consciência do negro de que somente poderá ter um futuro quando houver a transformação de toda a estrutura do país, em todos os seus níveis: na economia, na sociedade, na cultura, na política (Nascimento, 2019, p. 42).

Nassor sempre ignorou as(os) racistas e se orgulhou da sua raça e de sua cor. Em sua crença, acredita que as desigualdades raciais não foram criadas por Deus e sim pelas pessoas:

A gente não dando bola sempre é melhor, a gente sai ganhando, que não vai discutir, não vai se ofender e não vai nem dormir, larga pra lá. Se você for discutir, de todo jeito, porque se os outros falar assim, “é, você é negro”, sou negro e sou orgulhoso de ter essa cor. Para Deus, não tem preto, não tem branco, não tem amarelo, ele é o pai de nós todos, seu pai, seu pai, o nosso pai eterno é um só, aqui que nós separamos as cores, a religião e a pátria (Nassor).

Ao sofrer racismos em uma fábrica de calçados, Akilah reagiu mostrando o seu potencial e a sua capacidade: *“Mostrei serviço né, o negócio é, comigo não tinha... a gente estava acostumado na roça, serviço bruto, era serviço bruto também, mas assim, entrei de cara feia mesmo, depois no final quando eu pedi pra sair eles não queriam deixar” (Akilah).*

Ele também, em sua crença, disse que sempre orientou as(os) filhos *“[...] que o preto também é filho de Deus e é ser humano, não importa a diferença da pele, então por causa disso a gente não pode dar preconceito não” (Akilah).*

Abayomi narra as estratégias que utiliza e ensina para seus filhos, para afrontar, enfrentar e resistir aos racismos, bem como para o fortalecimento de suas identidades negras, se sentindo orgulhosos de pertencerem a essa raça:

[...] eu falo assim para os meus meninos, se alguém falar que você é macaco, ah mas é mesmo, de acordo com a ciência a gente não veio do macaco, por isso me dá a liberdade de perguntar como está a macaca da sua mãe (risada). Eu posso estar até errada, mas eu falo isso para eles, não é isso que a ciência explica e fala, então eu posso chegar e perguntar, né, como é que está a macaca da tua mãe. Isso é uma coisa de ofensa, mas eu vejo, eu sou mais da afronta, eu sou aquela que afronta um pouco mais, ele [apontou para o filho que a acompanhava] é um daqueles que fica mais calmo, o meu outro mais velho é o que afronta, puxou o lado da mãe, o mais novo está em construção, entendeu? Mas eles se veem como negros, eles sabem o valor que eles têm, eles se auto reconhecem porque eu já mostro isso para eles. E a gente vê que muitas vezes a gente não tem essa cultura dentro de casa, eu tive o prazer de ter minha negona [...] Porque ainda tem aqueles extratos da minha mente achar que isso não seja uma coisa de preconceito e aos poucos estou começando a tomar certos conhecimentos, fazer certas pesquisas, estou avaliando esses termos pejorativos, essas palavras de duplo sentido, porque como eu tenho o hábito de ser muito direta, então, para mim essas coisas de duplo sentido, ou ela recebe na lata, entendeu, ou senão é descartada literalmente, física e emocionalmente ou intelectualmente para mim, sabe então eu tenho essa questão comigo. E ao criar os meus três negões, que eu chamo eles assim, ou três vira-lata da mamãe, que é o jeito que eu fico cuidando deles, eles passaram por todos esses processos, porem eu

sempre criei-os tendo esse mesmo parâmetro, de que se sofrer qualquer coisa, o problema é de fora, porque eu pergunto para eles, você fez algo de errado? Não! Eles estão implicando porque, por causa da sua cor? É! É inveja, porque eles têm propensão a ter câncer e você ainda não (risada), de pele. Ah, mais é carvão, é o que eles usam para comer a carniinha gostosa que eles querem, para queimar, entendeu, a gente é muito mais uso, eles precisam do carvão. Sabe, não é assim que eu cheguei a falar? Ah, mas o gigante! Mas você é alto mesmo, nós somos altos, nós somos da linha Watusi, os Watusi são os negros altos, pescoçudos, comprido e magrelo, é dessa linha mesmo. Ah, mais porque a gente é magro! Melhor ainda, você não tem gordura corporal para você precisa estar lutando para emagrecer que nem mamãe tá precisando agora (risada). Então você tem tudo ao teu favor, aí ele fica me olhando assim...é mesmo. Então, eu morro de rir e fica assim, ah eu sou bonito, ah eu sou gostoso (risada). Isso são os três, sabe meus três negões, de se olhar no espelho e saber que são negros, independente dos preconceitos que sofram e eles têm a sua identidade e saber que o importante é ser bons cidadãos, independente da cor, da pele, da idade, sexo ou da orientação sexual (Abayomi).

Além de reforçar a identidade negra do seu filho desde o nascimento, lalodê também interage com outras pessoas negras que encontra pelas ruas no dia a dia com o objetivo de estabelecer uma relação:

Mas em casa era um trabalho todo... cabelinho, olha o black, não sei o que... tanto que ele teve cabelão, ele teve dreads, hoje ele quer andar mais cortadinho, mas, sabe, já teve cabelo grande. [...] Outro dia eu estava falando, ele não tem vergonha de mim né, ele tem 18 anos, mas se a gente sai, ele me abraça, ele quer sair de mão dada comigo, entendeu? Então é uma relação que eu não vejo com outros meninos na faixa etária dele, é muito difícil. O menino vai se tornando homem, vai pegando traço diferenciado, ele quer se afastar da mãe, entendeu. E o J. não é assim, ele é muito consciente da identidade, desde pequenininho, desde bebê. E assim, eu andava com ele no bebê conforto de frente para as pessoas, então ele sempre interagiu. Isso eu fiz com bastante consciência. [...] Eu tenho o hábito de cumprimentar pretos. Eu estou na rua, não tem uma mulher preta que passe que eu não dou um bom dia, um boa tarde. Imagina, ela pode até não me responder. Eu sempre dou, eu faço isso, eu estabeleço uma relação com a pessoa, entendeu? Eu dou oportunidade para aproximação, eu falo, é uma palavra [...] (lalodê).

Maria da Penha, ao ser questionada durante a entrevista de depoimentos de histórias de vidas, se gostava de ser negra, afirmou: “eu gosto, eu gosto de ser negra, eu gosto do meu nome, eu gosto do meu cabelo e do meu rosto. Eu olho no espelho, mas eu sou bonita” (Maria da Penha).

Referente a mesma pergunta, Ayana disse: “ahh, eu gosto, eu sempre, sempre me senti muito bonita, uma corzona, não troco minha pele por pele de ninguém, por branco, por nada”. Quanto ao cabelo ela respondeu:

Eu alisei, agora que eu deixei ele natural, mas eu alisava com química, nossa, eu gostava que ficava lisinho caindo no olho (risos). Mas agora vish, agora eu não troco ele por cabelo nenhum. [...] Muita gente alisava né, então eu achava, vamos acompanhar a moda né. Agora eu gosto dele assim, natural, acho natural mais bonito, que agora eu sou negra mesmo (Ayana).

Isto posto, questiona-se o que motivou e motiva uma pessoa resistir ao ser capturada, levada forçadamente e violentamente para outro continente; ser coisificada, humilhada diariamente, castigada fisicamente e psicologicamente; levar chicotadas em locais públicos; ter correntes nos pés, nas mãos e no pescoço; usar máscara de ferro como uma focinheira (as pessoas tiveram dificuldade em usar máscara de tecido ou descartável durante a pandemia da covid-19); ser estuprada; dormir no chão de galpões, no frio, uma em cima da outra nos navios negreiros; não poder falar sua língua e professar sua fé; se alimentar de resto; ter seu nome trocado. O que leva essa pessoa a continuar existindo, resistindo e lutando?

As memórias das e dos participantes deste estudo, bem como as vivências da própria autora desta tese, demonstram que a consciência e a presença ancestral africana, fortalece e movimenta as negras e os negros, impedindo que se paralisem diante dos racismos e se sintam e/ou se enxerguem como diferentes, inferiores e incapazes. A força, a consciência e a presença ancestral africana, que se manifesta de forma individual e coletiva, movimenta a população negra, fazendo-a acreditar que é possível eliminar os racismos e viver, como qualquer ser humano, independente da sua etnia-raça.

6.2 A Assistência Social, racismos e as identidades negras em Franca (SP)

Os racismos adentram todas as instituições da sociedade e ao se institucionalizar, impregna o modo como elas funcionam, invisibilizando e ensurdecendo a população negra, naturalizando o tratamento desigual entre brancas(os) e negras(os), em que essas(es) últimas(os) não recebem os mesmos tratamentos e ficam em desvantagem em relação as(os) primeiras(os).

Para Kilomba (2019, p. 77-78),

[...] o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de

tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em [...] vantagem em relação a outros grupos racializados.

Almeida (2018) destaca que majoritariamente a branquitude ocupa e domina os espaços de poder e de decisão nas instituições públicas e privadas, conseqüentemente, defendendo e impondo suas pautas, necessidades e interesses, que não são os mesmos da população negra:

No racismo institucional, o domínio se dá com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. O domínio de homens brancos em instituições públicas - legislativo, judiciário, ministério público, reitorias de universidades públicas, etc. - e instituições privadas - diretorias e gerências de empresas - depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente, dificultem a ascensão de negros e negras e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (Almeida, 2018, p. 31).

O Instituto AMMA Psique e Negritude (2009), apresenta duas importantes características que são interligadas e intrínsecas ao racismo institucional, que possibilitam compreendê-lo, identificá-lo e combatê-lo:

[...] (1) a das relações interpessoais e (2) a político-programática. A primeira dimensão diz respeito às relações que se estabelecem entre gestores(as) e trabalhadores(as), entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as) e entre esses(as) e os(as) usuários(as) dos serviços. A segunda – político-programática – pode ser caracterizada pela produção e disseminação de informações sobre as experiências diferentes e/ou desiguais em nascer, viver, adoecer e morrer; pela capacidade em reconhecer o racismo como um dos determinantes das desigualdades no processo de ampliação das potencialidades individuais; pelo investimento em ações e programas específicos para a identificação de práticas discriminatórias; pelas possibilidades de elaboração e implementação de mecanismos e estratégias de não-discriminação, combate e prevenção do racismo e intolerâncias correlatas – incluindo a sensibilização e capacitação de profissionais; pelo compromisso em priorizar a formulação e a implementação de normas, mecanismos e estratégias de redução das disparidades e promoção da equidade. A apreensão dessas dimensões e do próprio conceito de racismo institucional possibilita entender como, mesmo diante da negação da existência do racismo, o Brasil alimentou (e alimenta) tamanhas desigualdades entre brancos e negros, como atestam as estatísticas oficiais, os estudos e as pesquisas (Instituto AMMA Psique e Negritude, 2009, p.21).

Assim, reitera que os serviços públicos pertencentes as Políticas Públicas, produzem e reproduzem os racismos institucionais, que também influenciam os

processos de construções das identidades étnico-raciais da população atendida. Lembrando que as Políticas Públicas se constituem em espaços sócio ocupacionais das(os) assistentes sociais, que nos seus exercícios profissionais podem se posicionar contra os racismos ou invisibilizá-los, ensurdecê-los e reproduzi-los.

Pontua-se que as pesquisas sobre as relações étnico-raciais não são recentes no Serviço Social, desde 1986, Elisabete Aparecida Pinto já pesquisava a temática em seu trabalho de conclusão de curso. Entretanto, como a profissão era composta majoritariamente por mulheres brancas, durante muitos anos o debate também foi invisibilizado e ensurdecido pela categoria profissional, estando mais em evidencia a partir dos anos 2000, em especial após a implantação das Políticas Afirmativas, que possibilitaram o ingresso de mais pessoas negras nos cursos de graduação e em espaços como o CRESS, CFESS e ABEPSS, as quais pautaram e pressionaram dentro e fora das universidades, para que o Serviço Social se posicionasse na luta antirracista.

Eurico (2018) aponta dois caminhos possíveis as(aos) assistentes sociais, que explicitam o seu direcionamento, posicionamento e decisão política. O primeiro, se refere a luta antirracista diária, seja com as equipes de trabalho ou com a população atendida:

[...] no cotidiano das instituições, no qual o racismo se revela de maneira constante e sem tréguas, as(os) assistentes sociais podem assumir o compromisso de desvelar o racismo na dimensão organizacional, propor intervenções na direção oposta e desempenhar papel relevante também no trabalho com a equipe para coibir práticas racistas, que incidem de maneira perversa na vida da população negra (Eurico, 2018, p. 524).

O segundo, está relacionado as práticas profissionais que mantém e reproduz os racismos dentro das instituições, em que “[...] as(os) assistentes sociais podem no seu trabalho cotidiano reproduzir práticas racistas, ainda que de maneira abstrata e no campo das ideias reproduzam o discurso da luta contra todas as formas de opressão” (Eurico, 2018, p. 517). É perceptível tal postura profissional em várias políticas públicas, não sendo uma exclusividade do Serviço Social, mas infelizmente de várias áreas profissionais.

Devido a autora desta tese trabalhar há dezessete anos na Política de Assistência Social, haja vista que o seu fazer profissional consistiu em dos motivos

para realizar este estudo e suscitou diversos questionamentos que estão refletidos no mesmo, serão apresentadas algumas breves considerações sobre as relações étnico-raciais na Política de Assistência Social executada na cidade de Franca (SP).

No ano de 1987, se inicia em Franca (SP) o processo de implantação e efetivação da Assistência Social enquanto Política Pública, destaca-se que anteriormente, o município já ofertava algumas ações e atendimentos pontuais para a população que se encontrava em situação de desproteção social proveniente das expressões da questão social inerente ao capitalismo (Franca, 2018).

Em 1996, havia na cidade nove Unidades de Serviço Social (UNISER), que com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, foram reorganizadas em cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). No ano de 2005, foi implantado o primeiro Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (Franca, 2018).

Atualmente, permanece na cidade o mesmo número de CRAS, sendo um em cada região, com a previsão de implantar mais duas unidades até o final deste ano. Há dois CREAS e um CENTRO POP, além dos setores que compõem a gestão municipal do SUAS, como o setor de Cadastro Único e o setor de avaliação e monitoramento.

Ainda, existe uma ampla rede conveniada de serviços socioassistenciais⁷⁰ compostas por Organizações da Sociedade Civil (OSC), que foram contratadas por meio de chamamentos públicos para executar Serviços de Proteção Social Básica e Especial, como: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, Abordagem Social, Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade, Centro Dia, Acolhimentos Institucionais, entre outros.

⁷⁰ Para maiores informações vide:
<https://www.franca.sp.gov.br/administracaomunicipal/administracao-direta/acaosocial/apresentacao-social>.

O público atendido no SUAS, em especial na Proteção Social Básica, a qual o CRAS pertence, majoritariamente é composto por mulheres, negras, pobres, mães solas, com filhas(os) dependentes, que de acordo com Silva, Freitas e Lima (2021, p.4), “[...] sofrem em seu cotidiano com as desigualdades sociais expressas através do racismo estrutural, do machismo e do patriarcado”. A cor e raça da população atendida no SUAS, contrasta com a das(os) profissionais, em que a maioria⁷¹ são pessoas brancas.

Contundo, a informação supracitada referente a cor e raça da população atendida no SUAS, constatado pela autora deste estudo a partir dos atendimentos coletivos e particularizados, realizados ao longo dos dezessete anos de exercício profissional na Política de Assistência Social, não condiz com os dados⁷² apresentados pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Franca, em relação as pessoas cadastradas no GESUAS no mês de maio de 2023, em que 49% eram brancas; 37,6% pretas e pardas; 12,6% não declarada a cor/raça; 0,8% amarelas e 0% indígena.

Torna-se importante mencionar que tais dados não retratam a realidade, haja vista a dificuldade da população atendida no SUAS em se identificar enquanto negras, problemática já mencionada nesta pesquisa. Outro dado alarmante se refere a quantidade de pessoas que não tiveram sua cor/raça declaradas, que pode decorrer do fato das(os) profissionais não realizarem essa pergunta para a população atendida, por não avaliar ser importante ou se sentirem constrangidas(os) e incomodadas(os), frutos dos racismos institucionais.

Sobre isso, Eurico (2018) retrata os racismos presentes no preenchimento do quesito cor e raça por assistentes sociais, o que se estende para todas(os) as(os) outras(os) profissionais que atuam no SUAS:

A coleta do quesito raça/cor apresenta-se fetichizada no trabalho profissional das(os) assistentes sociais, que, ao se depararem com a

⁷¹ O GT Luana Barbosa realizou uma pesquisa com as(os) trabalhadoras(es) da Secretaria de Ação Social (servidoras(es) públicas(os)), no período de junho a julho de 2021, por meio do formulário do *google forms*, respondido por 83 pessoas, em que 73% se declararam brancas; 20% pardas; 6% pretas e 1% amarelas. Em outubro de 2021, a pesquisa foi expandida para todas as equipes da rede SUAS, abrangendo as equipes contratadas pelas OSC's, sendo respondido também por 83 pessoas, em que 71,1% se declararam brancas; 16,9% pardas; 10,8% pretas e 1,2% amarelas.

⁷² Dados apresentados pela gestão da Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Franca, durante a Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 05 e 06 de julho de 2023. Os dados são referentes a cor e raça das pessoas cadastradas no GESUAS (*software*), por todas as equipes do SUAS de Franca (SP), no mês de maio de 2023.

pergunta, não sabem como encaminhar a questão. O preenchimento desse dado requer uma análise acerca do véu que separa a(o) profissional e a população atendida. Não fosse a incidência do racismo entre nós, perguntar a cor seria simplesmente classificar os sujeitos e a partir daí identificar a maior ou menor capacidade de cobertura dos diversos grupos étnico-raciais pelas políticas públicas (Eurico, 2018, p. 526).

Menciona-se as principais legislações, normativas e orientações técnicas da Política de Assistência Social como outros fatores que contribuem para a inviabilização e o ensurdecimento do debate e atuação quanto às relações étnico-raciais no SUAS. Haja vista, que a maioria delas não abarcam a temática e as poucas exceções, o faz de forma superficial, ficando ao encargo das(os) profissionais decidirem se irão ou não trabalhar a temática, se o fará de forma superficial ou crítica, pontual ou contínua⁷³.

Ao analisar os três últimos Planos Municipais de Assistência Social de Franca (SP)⁷⁴, infere-se que eles também não apresentam ações específicas e contínuas referentes ao debate das relações étnico-raciais e a luta antirracista no SUAS. O Plano com vigência no período de 2010 a 2013, cita somente a cor/raça da população francana constante no censo do IBGE de 2010, não realizando nenhuma reflexão sobre os racismos e muitos menos planejando ações para o seu enfrentamento.

Quanto ao Plano Municipal de Assistência Social que esteve vigente no período de 2014 a 2017, novamente são citados os mesmos dados do IBGE quanto ao quesito cor e raça da população francana. Somente ao descrever o público alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI) executado pelo CREAS, consta a discriminação em decorrência da etnia-raça, entre várias outras situações.

No último Plano Municipal de Assistência Social com vigência entre 2018 a 2021, são apresentados dois gráficos e realizado um breve comparativo entre os dados do Cadastro Único relacionados a cor e raça da população francana, com os

⁷³ A análise e interpretação das principais legislações, normativas e orientações da Política de Assistência Social referente as relações étnico-raciais, foram realizadas por Dagoberto José Fonseca, Rosicler Lemos da Silva e Luciana Aparecida Pedroso, cujo o artigo “Invisibilidade do debate étnico-racial no SUAS: materialidade no CRAS e SCFV” se encontra no prelo para publicação na Revista Serviço Social e Realidade.

⁷⁴ Não foi localizado no site da Prefeitura de Franca o 1º Plano Municipal de Assistência Social, portanto, foram analisados o 2º Plano referente ao período de 2010 a 2013, o 3º Plano que abrange os anos de 2014 e 2017 e o 4º e último Plano que dispõe sobre os anos de 2018 a 2021. No ano de 2002, não foi elaborado o Plano, o qual está sendo construído neste ano e terá vigência de 2023 a 2030.

dados nacionais do censo do IBGE de 2010, apontado a necessidade de realizar ações de reflexão quanto à identidade étnico-racial, citando as expressões dos racismos no país, o que também é exposto nesta tese:

[...] Comparando os dados nacionais com os coletados no Cadastro Único do município de Franca percebe-se a necessidade de um trabalho sobre a identidade da população, uma vez que há divergência entre eles, sendo fundamental realizar o trabalho social a partir da compreensão do processo histórico brasileiro e das expressões do racismo em nossa sociedade (Franca, 2018, p. 17).

Outro aspecto trabalhado nesta pesquisa e citado no item “Dimensão Cultural” do Plano acima mencionado, diz respeito a Abdias Nascimento e Carlos de Assumpção, como importantes referências, em que suas ações e literaturas precisam ser difundidas e apropriados pela população francana:

Como forma de ampliar o repertório e o conhecimento da população nesta dimensão cultural, identificou-se o escritor e poeta Abdias do Nascimento (1914-2011) como um expoente na luta contra a discriminação racial por meio de sua obra literária. [...] Outra personalidade importante residente em Franca é o poeta, militante do movimento negro francano, Carlos de Assumpção [...]. O legado cultural deixado por estes e por outras personalidades ainda pouco conhecidas deve ser melhor apropriado pelo Município, por meio da difusão de suas obras, seus ideais, suas ações e conquistas (Franca, 2018, p. 30).

Ainda, o referido plano, ao descrever o perfil das pessoas atendidas pelo CENTRO POP, desde sua inauguração em 2013 até junho de 2017, expõe que “[...] 55% se autodeclararam pretos e pardos e 45% brancos” (Franca, 2018, p. 55). E igual ao plano anterior, menciona as pessoas com vivências de discriminação em decorrência da etnia-raça, como público alvo do PAEFI executado pelo CREAS, mas, não traz o percentual de atendimento relacionados a essa violação.

Infere-se que o último Plano Municipal de Assistência Social abarca mais informações sobre as relações étnico-raciais em Franca (SP), entretanto, não explicita e planeja ações antirracista no âmbito do SUAS.

Destaca-se que a partir do ano 2016, com a criação do Grupo de Trabalho e Estudos “GT Luana Barbosa”, houve uma ampliação e intensificação do debate e atividades inerentes as relações étnico-raciais em alguns serviços socioassistenciais realizadas por algumas(uns) profissionais, que se posicionam

criticamente e ativamente na luta contra os racismos, consistindo em um marco histórico na Política de Assistência Social do município.

Por mais que não ocorra em toda a rede SUAS de Franca (SP), é um equívoco minimizar a importância, a intensidade e a relevância do que vem sendo realizado e que tem impactando a vida da população negra atendida. São inúmeras atividades como oficinas, grupos de acompanhamentos, acolhidas coletivas e particularizadas, ações particularizadas, ações comunitárias, articulação com a rede intersetorial de serviços, elaboração de documentos e encaminhamentos para órgãos específicos de atendimento às violências de etnia-raça, de investigação e de responsabilização das pessoas que praticam os racismos.

Contudo, se faz necessário a reparação por meio da contratação de mais profissionais negras(os), inclusive para cargos de chefia; a oferta pelo órgão gestor de capacitações continuadas que abordem criticamente as relações étnico-raciais; constar nas legislações, normativas, orientações técnicas, no Plano Municipal de Assistência Social e nos planejamentos de todos os serviços do SUAS, a temática e as ações para identificação e enfrentamento aos racismos, em especial o institucional e de fortalecimento da identidade e da cultura da população negra francana.

6.3 Os movimentos e coletivos, a literatura, as festividades, a cultura, as resistências no centro e na periferia: a juventude negra francana de ontem e de hoje

Africanas e africanos não ficaram inertes e submissas(os) durante o período de escravismo. Desde a captura em África até a chegada em solo brasileiro, houve a resistência das(os) africanas(os) que lutaram contra a escravização. Além das resistências coletivas por meio das lutas, das revoltas e dos quilombos, também existiu as resistências individuais, protagonizadas principalmente pelas mulheres negras, que foram grandes idealizadoras da resistência pacífica e até mesmo, mais violentas (Freitas, 2017).

Contudo, a história não é somente de opressão e violência, mas também de protagonismos, vitórias e conquistas, sendo o ato de se movimentar intrínseco a população negra. O que em Franca (SP), não foi diferente, haja a vista que sempre ocorreu os movimentos individuais e coletivos da população negra.

No ano de 1979, durante um bate papo em um bar no Jardim Brasilândia, Djair Ferreira, Maurício Neves, José Arlindo e Vanderlei Martins Tristão, idealizaram a criação do Movimento Negro Unificado de Franca (MONUF) (Souza, 1991).

O poeta Carlos de Assumpção também tentou organizar um grupo no ano de 1980, mas ele não prosperou devido divergências entre as(os) participantes quanto à sua manutenção financeira (Souza, 1991).

Após várias reuniões entre os de 1981 e 1982, realizadas nas casas dos participantes Carlos de Assumpção e Djair Anésio Ferreira, até mesmo na Paróquia São Benedito, contando com a participação do padre Jerônimo Francisco de Souza, o MONUF se efetiva, atuando inclusive nas eleições do Sindicato das(os) Sapateiras(os) (Souza, 1991):

O Movimento Negro Unificado de Franca foi se tornando realidade: participou em 1982 dos trabalhos de apoio à eleição da chapa de oposição do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca e vários militantes negros se candidataram às eleições municipais por vários partidos como o PDT, PTB, PMDB e PT, depois de tentativas frustradas de lançamento de um único candidato (Souza, 1991, p. 114-115).

Souza (1991) cita inúmeras realizações e atuações do MONUF:

- 1º Encontro do MONUF, realizado em 15 de maio de 1983, no teatro Municipal de Franca;
- Participação do Comício “Diretas Já”, em janeiro de 1984;
- Lançamento do primeiro número do jornalzinho MONUF/informativo, em fevereiro de 1984;
- 2º Encontro do MONUF, realizado em maio de 1984;
- Participação em novembro de 1984, nas manifestações contrárias ao Projeto de Contribuição de Melhorias, realizadas na Câmara Municipal de Vereadores;
- Participação do encontro com Abdias Nascimento e Rodrigues Alves, em dezembro de 1984;
- Lançamento do Projeto Zumbi, em 23 de dezembro de 1984, em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra;

- Apresentação da peça “Batuque de Tocaia” pelo Grupo Travessia de Ribeirão Preto, em janeiro de 1985, no teatro municipal de Franca, enquanto parte do Projeto Zumbi;
- Lançamento do segundo Boletim/MONUF, em abril de 1985;
- Participação das eleições para direção da União as Escolas de Samba de Franca, em junho de 1985;
- Realização da terceira fase do Projeto Zumbi com o Festival de Música Negra, em novembro de 1985, no teatro municipal de Franca;
- 3º Encontro do MONUF, ocorrido em 1986, no teatro da Escola Industrial;
- 1º Encontro da Mulher Nega de Franca, realizado em setembro de 1986;
- Participação na alteração do projeto de lei que criou o Conselho Municipal da Comunidade Negra, em novembro de 1986;
- Lançamento do livro do poeta Cuti, em maio de 1987, na Câmara Municipal de Vereadores.

No ano de 1987, o MONUF se enfraquece devido redução do número de participantes, sendo realizadas várias reuniões no escritório de Carlos de Assumpção, visando identificar estratégias para fortalecer novamente o movimento (Souza, 1991).

As eleições municipais ocorridas no ano de 1988, acirra ainda mais o MONUF, que não conseguiu se organizar para lançar uma candidatura única, porém um líder foi eleito a vereador (Souza, 1991).

Mesmo com a criação do Conselho Municipal da Comunidade Negra, o movimento se enfraqueceu, ocorrendo encontros esporádicos. Souza (1991, p. 307) afirma que “o grupo do Movimento Negro de Franca se fortaleceu à medida que construía sua história, mas a mudança que se dava na realidade sócio-política tomada por seus membros foi interferindo no caminhar do grupo”.

Não quer dizer que as negras e os negros francanos deixaram de se movimentar e se organizar. Os protagonismos negros permaneceram em todos os espaços da cidade, se movimentando e reorganizando de diversas formas, individuais e/ou em grupos menores.

Nassor, participante das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, juntamente com seu irmão, se movimentaram, em um ato de protagonismo e resistência, quando ainda crianças, durante a noite na fazenda, ensinavam outras pessoas a ler e escrever: *“olha estudei até a quarta série e servi até de professor na roça. Eu dei aula para as pessoas que moravam na fazenda. A noite nós dávamos aula para aqueles que não sabiam o ABC (riso), eu e o meu irmão, era nós dois (Nassor).*

Cultivar plantas medicinais, fazer remédio, auxiliar as pessoas que estavam doentes, compartilhar os alimentos que eram plantados nos quintais das casas, ser rede de apoio para outras mulheres negras cuidando de suas(seus) filhas(os) quando elas saiam para trabalhar, são alguns exemplos de protagonismos, resistências e movimentos negros que ocorriam e ocorrem na cidade de Franca (SP).

Mas, enquanto movimento maior, que voltou a reunir um grande número de pessoas, foi no ano de 2004 durante a aprovação da primeira lei de reserva de cotas raciais para ingresso na Universidade de Franca (UNIFRAN) e na Faculdade de Ciências Econômicas de Franca (FACEF), de autoria do vereador, Vanderlei Martins Tristão, que era uma liderança do movimento negro francano (Néspoli, 2006).

Desde a desarticulação do MONUF, ao longo dos anos, foram sendo criados em Franca (SP) diversos grupos e coletivos de forma independente e organizados pela população negra. No ano de 2004, Néspoli (2006) faz menção a existência dos seguintes movimentos em Franca: Coral Afro-Francano, grupo de Capoeira Cativeiro, Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE) e o próprio Conselho Municipal da Comunidade Negra, que se encontrava mais atuante na cidade.

Atualmente em Franca (SP), houve uma ampliação e fortalecimento dos movimentos e coletivos, inclusive alguns que pautam e defendem as demandas das mulheres negras, sendo muitos citados pelas(os) participantes da pesquisa de campo: Coletivo as Pretas, Kilombo das Kitandeiras, Comitê Igualdade Racial do Grupo Mulheres do Brasil, Coletivo

Afrontar composto por estudantes da UNESP, Sarau Protesto realizado por Carlos de Assumpção, GT Luana Barbosa, Pastoral Afro, Casas do Hip Hop de Franca, Coletivo Angá e o CONDECOM.

Outro importante espaço de articulação, fortalecimento, trocas e diálogo da população negra francana se refere ao grupo no *WhatsApp* criado em 20 de junho de 2015, pelo Carlos Eduardo, conhecido como Dú, que é uma das lideranças negras em Franca. O grupo foi intitulado como “Movimento Negro de Franca”, atualmente está com 142 participantes e em sua descrição consta os seguintes dizeres:

Após a abolição, os negros passaram a habitar guetos e comunidades, como forma de proteção e reivindicação do movimento negro. Hoje em dia está a compensação por todos os anos de trabalho forçado e à falta de inclusão social após esse período; a falta de políticas públicas destinadas a maior presença do negro no mercado de trabalho e campos educacionais. Também, efetiva aplicabilidade das leis que buscam a criminalização do racismo e a plena aceitação a cultura.

No referido grupo do *Whatsapp*, o qual a autora deste estudo participa, são postadas mensagens diversas quanto vagas de emprego, cursos, manifestações políticas, denúncias de racismos, pedidos de ajuda para questões financeiras e de saúde, homenagens e femenagens, conquistas e derrotas, de cunho espiritual e religioso, divulgação de eventos e shows, entre outras.

Destaca-se que provavelmente, há outros grupos e coletivos francanos que não foram mencionados durante a pesquisa de campo e tampouco identificados pela pesquisadora. Porém, torna-se importante, evidenciar o COMDECON devido sua forte atuação, notoriedade, protagonismo, reconhecimento e referência em Franca (SP). Não existe no *site* da Prefeitura de Franca informações referentes ao contexto histórico do COMDECON, não sendo possível identificar como foi o processo e o período em que ele se fortaleceu na cidade. Mas consta atas e pautas de reuniões desde 2016 e calendários de reuniões mensais desde 2018. Ainda, o mesmo apareceu nas memórias e foi citado pela maioria das e dos participantes da pesquisa de campo.

Diante do exposto, reitera-se que assim como ocorreu com os movimentos e coletivos negros, a branquitude também não conseguiu eliminar as culturas, os valores, as festividades, os saberes, os conhecimentos e as espiritualidades africanas no Brasil. Segundo Nascimento (2019, p. 115),

Instituições e tradições de diversas culturas transplantadas da África para o Brasil permanecem existindo em todo o seu brilho e vitalidade. Algumas dessas culturas deixaram sua marca indelével na face cultural brasileira; outras conservam intacto todo um sistema de pensamento simbólico, de teologia e cosmologia. Nenhuma das expressões culturais se rendeu passiva ou facilmente à tentativa, sutil ou violenta, da destruição colonizadora.

Santos (1995, p.10) afirma que em Franca (SP) houve a presença das “[...] culturas bantus, constituídas por grupos Angola-congolês”, que não foram extirpadas da cidade e, assim como outras heranças africanas, permanecem nas periferias, nos cotidianos da população negra e perceptível nas memórias das e dos participantes deste estudo, que narraram vários momentos de alegrias e descontração devido a festas e jogos.

Sobre isso, Fonseca (2012) afirma que:

Apesar da dura realidade, a vida cotidiana dos afros-brasileiros não se estabelece apenas sob o signo do sofrimento e da tristeza, mas também em largos momentos de “alegria espiritual”, de sociabilidade, quando fazem suas cartases e seus movimentos de superação e descontração, afastando medos e temores (Fonseca, 2012, p.25).

Akilah, participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vida, rememora que na fazenda eles jogavam baralho, vispora, nos finais de semana brincavam e iam nas casas de seus amigos que moravam na mesma colônia:

Jogava, baralho as vezes nos jogava, jogava chamava de vispora, não sei como é que chama, aquele de cartela de preencher, encher cartela...hoje eles falam bingo, mas naquela época era o vispora. Ficava passeando na casa do vizinho, às vezes ia caçar passarinho de estilingue, passava o dia lá assim, ou jogando malha de caco de telha, porque nem malha não tinha de chapa, de ferro, era só na base do caco de telha (riso). [...] Meus amigos era toda a turma da colônia, era tudo amigo (riso), não tinha ninguém que falava assim: “ah, fulano é inimigo”. Era tudo irmandade, praticamente era irmandade, porque dia de domingo a gente divertia por causa disso né, porque ia na casa de um, na casa de outro, passava o dia sempre conversando. [...] A maioria deles era assim escuro também, raça negra, na colônia tinha muitos (Akilah).

Ele narra os bailes e as festas que faziam nas fazendas após ajudarem alguém que estava precisando:

Ah, era baile de forró, era lá na roça mesmo, baile do mutirão, traição que eles falavam. Fazia mutirão ou traição a pessoa, as vezes estava apertada de serviço, os vizinhos juntavam lá, ia acordar ele no sábado de manhã com foguete e tudo, capina roça e a noite tinha o forró (Akilah).

Maria da Penha, também lembrou dos bailes que aconteciam na fazenda, onde dançava muito e sempre recebia rosas de algum homem: “[...] aí nos dançava, dançava muito e tinha aquela história de rosas, essas coisas, então sempre achava um que me dava uma rosa” (Maria da Penha).

As e os participantes da pesquisa também iam em festas e bailes na cidade, seja nas residências, em salões ou nas igrejas católicas, se divertindo e dançando ao som de samba rock e outros ritmos que remetem a cultura negra.

Ayana lembra que na sua adolescência pulava a janela de casa para poder participar das festas, pois sua mãe não permitia achando que ela iria sair para namorar, enquanto o que ela queria mesmo era dançar o samba rock e quando voltava para casa apanhava de sua mãe, mas mesmo assim, continuava saindo escondido para dançar e se divertir:

Antigamente na Santa Cruz tinha muita brincadeira dançante e as brincadeiras que tinham era tudo muito assim, casa de família, então eu gostava demais de dançar e inclusive um amigo nosso, ele era amigo do meu primo de São Paulo, meu primo vinha todo final de semana para Franca, aí esse amigo dele vinha com ele, aí ele trazia esses discos de samba rock, ele que ensinou a gente a dançar o samba rock. Ah, menina, depois que eu aprendi a dançar isso... ixe, a minha mãe falava: “não”, eu estava pulando janela, eu queria ir, mas minha mãe não entendia isso que eu saía pra dançar, ela pensava que eu saía atrás de namoradinho. Ela falou: “menina, se você arrumar uma barriga, os seus tios me matam”. Minha mãe tinha medo assim, sabe, de engravidar, porque menina nova... Mas meu negócio não era esse, meu negócio era dançar, eu queria era dançar, ela não entendia, aí depois ela largou de mão, ela falou assim: “ah, não adianta não, ela gosta de dançar, então deixa ela dançar”. Falei: “aí oh, tá vendo, meu negócio era dançar”. E ela me batia, todo sábado eu chegava, menina, eu apanhava. “Ah, não era pra você sair”, “ai mãe, mas eu gosto de dançar”, “não quero nem saber, se você arrumar uma barriga aí oh, os seus tios vão acabar comigo, vão falar assim, a J. não deu conta de olhar esses filhos aí oh”. Aiii... aí eu falei: “ai meu Deus do céu, minha mãe não me entende mesmo”. Então eu apanhava todo sábado e saía todo sábado. Eu esperava ela dormir, minha filha, eu deixava minha roupa lá no quintal, que antigamente os quintais aqui era escuro né, não tinha luz né, eu deixava minha roupa lá no quintal, tinha vez que eu punha a roupa até do avesso, quando eu chegava lá na brincadeira que eu ia me trocar, mas era bom demais aquela época, tudo que é assim, escondido é bom né. E era uma coisa sadia, porque os moços antigamente respeitavam a gente, não é igual hoje, se você sai sozinha, mexe com você, se você está

num lugar sozinha, te canta. Antigamente não tinha nada disso não, não tinha, ixe, era raro você vê falar assim: “nossa fulana está grávida”. Você num via essas coisas, por que? Porque não tinha (Ayana).

Nassor participou das festas de São Benedito na igreja dos negros, afirmando que nelas havia a presença de muitas pessoas negras, se divertindo e vendendo bebidas e comidas nas barracas e que posteriormente, os padres não permitiram mais a realização das festas da forma como aconteciam, sendo que antes havia até mesmo o congo e pau de sebo na festa de São Benedito:

Ah, tinha negro aqui pra danar. Ixe, aqui sempre teve negro. Ali onde que era a Boa Vista, que é a vila São Benedito, ali era a igreja dos negros. Toda festa de São Benedito, os negros vinham tudo, podia estar em São Paulo, negro vinha tudo pra assistir a festa, aquela pracinha ali ficava tudo tomada, os negros faziam barraca ali pra vender bebida, vender o que comer, foram os padres que tiraram tudo isso. Nós tínhamos as festas tradicional, a São Benedito e a Capelinha. Da Capelinha ainda é até hoje, a São Benedito caiu, né? Mas tinha congo também, você sabe? São Benedito era congada e o pau de sebo, cinquenta reais lá em cima, nego ficava louquinho pra ... Ah, quem aguentava? Eu ia até uma certa altura e voltava, mas tinha gente que subia (Nassor).

Ele rememora as antigas festas de carnaval, as quais participa desde 1948, sendo que ainda hoje é uma liderança e referência carnavalesca na cidade:

As festas aqui, o carnaval aqui eu participo desde 48. Ele não saía na rua, só tinha uma rádio aqui, ela cantava lá no programa de calouro, lá dentro, depois nós saímos para fora, para nós bater os nossos instrumentos e dava uma volta na praça assim e terminava ali na praça Nove de Julho. Nós saímos dali, dava volta na praça e voltávamos e terminava ali (Nassor).

Outras memórias de afeto, de alegrias e festivas foram sobre as festas de casamentos de algumas(uns) participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vida. Maria da Penha disse que em sua festa havia muita fartura de comida e bebida e até hoje as pessoas falam o qual bom foi sua festa de casamento:

Mas teve boa a festa, Graças a Deus. Aí a moça que fez o salgado, ela fez sozinha, mas fez, mas foi muito bom o salgado dela, todo mundo comeu a vontade, sobrou. As minhas primas que moram aqui no Brasilândia, toda vez que encontra comigo ainda lembra da festa: “Maria da Penha, mas que festa boa!”. Graças a Deus deu tudo certo, [...] tinha bastante refrigerante, o povo gostava muito de cerveja, também tinha, graças a Deus, teve boa a festa (Maria da Penha).

Ayana e Ayo relatam que a festa do casamento deles estava muito boa: *“mas o casamento estava bom, menina... Ayo foi o DJ, nossa só samba rock, vai dançar pra lá... ah bom demais!” (Ayana)*. Ayo disse que *“foram muitos amigos da gente na época, aí depois nós continuamos a festa no outro dia”*.

Ayana lembrou que as(os) convidados não deixaram o casal dormir para dar sequência na festa:

Nem deixou a gente dormir nossa, foi lá na casa chamar a gente, falei: “nossa, nós estamos em lua de mel”. Eles falaram assim: “não, tem lua de mel não, lua de mel de vocês vai ser depois, a gente vai embora amanhã, então vamos continuar a festa”. Aí ele teve que ir pra rodar o disco (Ayana).

Infere-se a forte presença da música, não somente no ato de dançar, mas também de escutar, tocar e produzir som e ritmo, remetendo a ancestralidade africana, o que Nascimento (2019, p.155) afirma que:

Para os africanos, a música e a dança, assim como a mímica, a poesia e o ritmo, são partes inseparáveis do espetáculo dramático tradicional. [...] A música saiu do seu contexto religioso ou de sua função comunitária, e nos inícios da colonização ela atuou como um bálsamo que periodicamente aliviava as costas lanhadas do escravo, fornecendo ao seu espírito sofredor um pouco de consolo.

O autor cita que *“[...] os africanos praticaram suas danças, bateram seus tambores, cantaram e se divertiram, recuperando algo de sua humanidade ferida de morte” (Nascimento, 2019, p. 155-156)*.

Akilah conta que desde a infância toca violão e o seu irmão aprendeu a tocar sozinho vários instrumentos musicais: *“meu irmão, ele tocava sanfona e eu tocava violão. Ele aprendeu sozinho, aprendeu tocar bandolim, cavaquinho, violão e sanfona” (Akilah)*.

Nassor e seu filho também aprenderam sozinhos, tanto a cantar quanto a tocar os instrumentos musicais utilizados nas festas de carnaval. Até hoje são contratados para cantar e tocar em casamentos:

Uma coisa que eu aprendi bater foi o... as coisas do carnaval, né. Eu tenho meu filho, ele é crânio, ele aprendeu, ele punha todo carnaval ... então ele já ligava lá pro Rio de Janeiro ..., só música do Rio de Janeiro. E a lei que agora, nós temos que cantar o nosso samba né, nosso hino. Mas nós cantamos muito, nós somos contratados de vez em quando pra ir para casamento, uai. Nós temos lá dezoito componentes né, nós vamos em

quinze às vezes, componentes, pra tocar em casamento. Eu toco aquele reco-reco, eu toco tamborim. Nós aprendemos sozinhos, que ele, sabe, ele pegou tudo né, ele (risos) toca todos os instrumentos e ensina pros outros (Nassor).

Ayo desde a juventude trabalha como *DJ*, inclusive no final da entrevista de depoimento de histórias de vida, mostrou seus discos e colocou alguns para a pesquisadora escutar, enquanto Ayana servia bolo e café.

Os primos de Ayana também trabalhavam como *DJ* e realizavam nas residências as festas que eram chamadas de brincadeiras: *“Meus primos faziam, meus primos eram DJ. O D. conhece eles lá do Santa Cruz, o B., o L., eles mesmos que faziam. Aí a gente ia nas brincadeiras, aí quando a gente ia, naquele dia mesmo a gente já ficava sabendo que ia ter no outro sábado”* (Ayana).

Núbia disse que desde a infância, sua irmã mais velha lhe apresentou as músicas de artistas pretos e pretas, como Djavan, que consistiram em importantes referências para construção da sua identidade negra, referendando sua ancestralidade africana:

[...] eu me lembro, eu sou a caçula de mais duas irmãs e eu me lembro das músicas que a minha irmã me trouxe, eram todas pretas. Eu estava vindo pra cá ouvindo Djavan, eu estava falando para o Yera que eu estou viciada no álbum do Djavan de 72, todos os dias eu ouço ele, de 1972, maravilhoso e foi um dos artistas que minha irmã me apresentou com oito anos de idade, entendeu. Então, eu sempre consumi a gente, então, eu conseguir viajar mais, me vê de um outro lugar, né, porque a música, o ritmo, ele é preto, eu acredito que a música é preta, independente do ritmo dela, ela veio com a gente nos navios negreiros, que a gente foi sequestrado e nosso povo veio tocando esse tambor, veio fazendo todas essa ancestralidade e a cura, medicina, junto com os povos originários (Núbia).

Igualmente, Amara rememora as brincadeiras que aconteciam nas casas, apresentando a dança e música negra enquanto importante referência para sua identidade étnico-racial, destacando o samba rock e artistas negras(os) internacionais, como Whitney Houston, Marvin Gaye e Michael Jackson:

E também a referência musical, porque meus primos faziam brincadeiras na Formosa, inclusive na casa do seu sobrinho [apontou para uma pessoa do grupo], o M., e então já tinha nas casas, a juventude minha foi ali, cada sábado era ali na Formosa e quais eram a play list... é Donna Summer, é como é que chama... samba rock, gente como eu dançava samba rock que delícia. E adivinha qual que era o ícone do sambar rock, Whitney Houston, Marvin Gaye, Michael Jackson, era essa play list assim, negra, que a gente devorava, degustava em todos os sábados. Quando vinha a

chamada quaresma, gente era uma eternidade (risadas). “Vó, hoje é sábado de aleluia, vó, acabou, hoje pode!” (risadas). Avó materna: “hoje pode”. E nós fazíamos também nas nossas casas, gente, nossa era uma delícia essa referência e também comungo com o Djavan, com o que foi falado aqui e o som pop. Aí nós ouvíamos o som pop primeiro para depois a gente ir para as dancinhas nas casas lá na Formosa e também na Cabana (Amara).

O mesmo foi narrado por Yera, sobre a música enquanto referência e fortalecimento da sua identidade negra: “[...] quando eu cheguei aqui em Franca, meus irmãos já tocavam em grupo de samba, era grupo de samba na cidade, assim, já renomado, na época, né” (Yera).

E como antigamente em Franca (SP) havia alguns lugares da branquitude que negras(os) não podiam entrar, muito menos sua cultura, arte e música, a população negra enquanto movimento e resistência, criou espaços de lazer somente para ela:

Parece que aquele tal de salão, aquele tal de Mané João, era crioulo. Não entrava branco não, era só crioulo. E aqui nós fizemos outro, o tal do Luiz Gama, era só crioulo, era pra entrar só crioulo ... os brancos invadiu (risos) (Nassor).

Tinha aquele salão lá no Gama, né, entrava só negros lá, perto da prefeitura ali (Ayo).

O Gama era só de preto, lá branco não entrava, fazia baile... baile chique (Ayana).

Ao questionar Ayana porque não era permitida a entrada de pessoas brancas no Gama ela respondeu: “ah, é porque acho que tinha um lugar aqui em Franca, chamava Assíria, que eles não deixavam entrar preto, aí eles falaram assim: que desaforo, a gente vai fazer um salão e não vai deixar entrar branco. Aí fez, foi isso” (Ayana).

Atualmente em Franca (SP), não existem locais que são proibidos formalmente a entrada de negras(os) e brancas(os), mas informalmente, os racismos e a desigualdade econômica forjam os espaços que cada uma(um) devem ocupar. Alguns shows, bares, restaurantes excluem a maioria da população negra devido seus altos custos. Em contrapartida, foram criados espaços acolhedores, não somente para a população negra, mas idealizado em especial para ela, como por exemplo o espaço *Shake +*, idealizado pela Eliara, produtora cultural e liderança negra em Franca (SP), que realiza diversos eventos, shows e

festas acessíveis a qualquer pessoa, principalmente para a população negra e pobre.

Diante do exposto, se reitera que as pessoas, os movimentos e os coletivos negros em Franca (SP), permanecem atuantes, ativos e potentes, realizando pressão popular e pautando as demandas da população negra francana, exigindo a reparação histórica e a efetivação de direitos sociais. Um exemplo foi a articulação de vários movimentos e coletivos negros da cidade que culminou na recente aprovação, em 11 de fevereiro de 2022, da Lei nº 9.129 que reserva cotas raciais nos concursos públicos e processos seletivos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas de Franca.

6.4 Educação, reforço identitário e projeto de futuro: protagonismo negro francano

Todas e todos participantes da pesquisa foram unânimes ao apontar a educação como imprescindível ao enfrentamento aos racismos e para a construção e fortalecimento das identidades negras, não se restringindo a educação formal de atribuição das escolas, mas abrangendo a educação popular, por meio da arte, da cultura e das trocas de saberes em todos os espaços sociais.

Eu vejo que o ensino é muito importante, acho que a educação é muito importante, eu consegui fazer um pouco disso, eu acho que é uma unhinha, não é nem uma unhinha isso, mas um pouquinho eu consegui fazer, junto com a nossa crew, o nosso grupo, né, com mais pessoas (Yera).

As pessoas negras que estão nas periferias e nos centros, independente da escolaridade, profissão, idade e gênero, se constituem em protagonistas e referências para as construções das identidades étnico-raciais da população negra. Tais pessoas devem ser vistas, representadas e evidenciadas em todas as esferas da sociedade, nas escolas, nas mídias, nos canais e redes de entretenimento e comunicação, nos marcadores históricos e sociais das cidades, entre outros, o que é ratificado pelas memórias das e dos participantes da pesquisa de campo.

Abayomi já havia citado a sua mãe como referência para sua identidade enquanto negra, posteriormente apresentou também a cantora e compositora, Elza Soares e a modelo Noemi Campbell:

Olha tem os artistas, sabe assim e como eu era da linha como modelo, né, eu desfilava, eu gostava da Noemi Campbell, dos artistas, artistas negros, da Elza Soares, é uma também que eu gostava demais, dela e até da luta dela, do jeito diferente de tratar, são essas pessoas que vinham trazendo para mim a questão de que eu posso me colocar onde eu quiser, a partir de que eu saiba entrar e sair, entendeu, daquele local, então são essas coisas que eu sempre procurei (Abayomil).

O Padre referenda seu pai, sua mãe, o ex-padre Jeronimo e a carnavalesca e passista, Pinah:

Eu tenho como referência sempre, meu pai e minha mãe, porque eram negros, meu pai batalhou uma vida inteira, educou os filhos todos, sem muita cultura, sem muito conhecimento, meu pai fez até o quinto ano na época. Minha mãe aprendeu a ser letrada para assinar o nome dela e minha mãe tinha uma resiliência, mas uma vontade que os filhos pudessem caminhar. E ela nos ensinou muito, eu sou um dos mais novos, eu pude estudar muito porque eu quis, os meus irmãos ela deu oportunidade, não quiseram. Para minha mãe foi sempre muito importante o estudo, o conhecimento, ela nunca nos ensinou a lutar com a força, lutar com agressividade, mas ter o conhecimento do que a gente precisava de fazer. Dentro da minha religião, dentro do catolicismo, Padre Jeronimo, hoje ex-padre, casado, que foi o primeiro padre negro que eu vi na minha vida, que foi da minha Paroquia São Benedito, que é o santo negro, então isso para mim foi um marco e eu acreditei, eu posso ser padre, ele é, também vou ser padre um dia, isso para mim foi muito importante naquele momento que eu estava me fortalecendo na minha vocação. Claro que aquilo que a gente viu de televisão a vida inteira, eu amava Pinah, que era aquela crioula que cortava o cabelo e ficava extasiado, olha que coragem que tem essa mulher de romper tudo aquilo que parece tabu, ela chega de repente com aquela careca bonita, daquele jeito, tinha uma visualização do negro, da mulher negra, da beleza da mulher, da liberdade que a mulher negra tinha que ter, porque ela era ousada, né, então isso também me ajudou muito (Padre).

Amara traz sua família como primeira referência negra em sua vida: “[...] primeiramente a família, porque é nosso berço, mesmo errando eles acertam, porque é referência, a gente não pode negar essa origem”. Do mesmo modo que Akin: “de referência eu tenho meus pais, eu acho assim que o que eles fizeram, as vezes até se abdicando de várias coisas para que os filhos pudessem estudar, então de referência eu tenho eles”.

Igualmente, Núbia aponta sua mãe como sua inspiração, além das mulheres francanas que participaram do documentário “Firma”, bem como o Dú, com que possui uma relação de companheirismo, afeto e partilha de ideais:

Uma que vocês podem inclusive acessar, uma referência está no documentário Firma, são todas as mulheres que estão lá, minha mãe não está, mas ela é a inspiração daquele documentário também, são histórias de oito mulheres pretas, que para mim eu acho que são referências assim... surreal. E o Dú para mim é uma referência assim muito real, muito do meu tempo assim, entendeu, então, tipo sempre que eu vou... ele é o que manda eu... “Nubia, segura, fala para mim, calma, relaxa, respira”. Ele é uma pessoa que eu confio muito, a gente troca muito, a gente realmente é parceiro, é um fechamento, e a gente tem bens comuns, a gente quer, tem interesses comuns, assim, positivos para a nossa comunidade, então ele para mim é uma referência, embora ele é mais novo que eu, mas ele é uma grande referência para mim e todas as mulheres que estão no documentário Firma com certeza, pra mim são referências, assim, incríveis e você [aponta para pesquisadora] está lá inclusive (riso). Mariana está lá, a mãe do Dú, nossa finada dona Maria, mas temos grandes mulheres nesse documentário, se vocês não assistiram, assistam, porque são pessoas reais também (Núbia).

Amara traz sua família e outras negras e negros com que convive e/ou conviveu, como Carlos de Assumpção, Abdias Nascimento, Renato Valim, Walquiria e o Dú:

Eu tive assim, referências na minha família, meu pai, minha mãe e minha vó paterna, que foram assim, pessoas muito fortes e que lutaram muito e que foram importantíssimas na minha construção enquanto pessoa e principalmente enquanto mulher negra. Tem a referência, lógico que é o Sr. Carlos de Assumpção, que eu convivo desde pequena, eu acompanhei toda a luta. O Abdias também, porque tive a oportunidade de estar com ele em vários momentos em atividades do MONUF, em atividades da APEOESP, então sempre foi uma referência muito forte. Mas também tenho outras referências que para mim foram importantes, o Renato é um, por que eu me lembro assim dá satisfação que a gente sentia na época de ouvir o Renato, saber que era negro quando não tinha mais ninguém, era um, né. Depois com a TV, poder ver Renato, hoje a gente tem outros, mas naquele momento ele era único. E também a Walquiria, que é uma pessoa que morava lá na nossa comunidade e que era assim aquela mãe de todos, aquela pessoa forte, decidida, corajosa e que a gente tinha assim como uma referência de se precisar de alguma coisa podia tá lá, podia conversar, podia... então assim, referências muito fortes. E o Dú, que é o meu menino (risadas), porque o Dú assim foi uma preciosidade mesmo que veio na minha vida e ele sabe disso e ele era bem menino na época quando a gente começou a conversar e quando ele começou a vir, né, para o movimento, não o movimento negro porque ele já estava com uma força muito grande, mas vir para o COMDECON. Então assim é uma pessoa no qual eu inspiro muito e que me fortalece muito (Malú).

Amara destaca a influência da sua avó paterna, a responsabilizando pelo que se tornou, por toda a sua força e altivez:

Então foi ela lá, benzedeira, que uns aqui deve lembrar que era a casa da mangueira, hoje é a drogaria na Chico Júlio, é ali que era a casa da minha avó paterna. Então do raminho ali, que era imenso o quintal, ela tirava o raminho, benzia. Então essa força, porque ela teve três vezes gêmeos, meu pai era um desses gêmeos, quinze filhos (risada) e ela com certeza, não foi fácil, um filho atrás do outro, lavando roupa pra fora, eu não conheci meu avô, diz que era pequeno e ela um mulherão, toda dificuldade eles tiveram, então foi essa dificuldade que tinham os meus tios, que a maioria iam para São Paulo, esse sonho de ganhar a vida, por isso que eu nasci lá, porque aí casou se com a minha mãe e foram viver a vida em São Paulo para ascensão e então são essas referência familiares, que com certeza estão aqui ó [apontou para o grupo]. Que as vezes a gente não entende, nossa porque que né, porque que eu sou assim, essa altivez, então é lá atrás, esses dois sangues que correm aqui (Amara).

Yera expôs a existência de uma rede de solidariedade e apoio da população negra, em que uma pessoa vai trazendo a outra consigo, reiterando a necessidade de se conhecer e se reconhecer nas histórias de vida de negras e negros francanos, como Abdias Nascimento e de várias outras(os) que estão em diversos espaços da cidade, principalmente nas periferias:

A Mariana como conselho, ela que empurrou a gente e foi, foi e a gente foi, foi junto aprendendo muito, aprendo até hoje. [...] pesquisando Abdias é uma luta tão grande, tão intensa, quando eu fiquei dois dias lá no IPEAFRO e conheci a história de Abdias dentro de Carandiru, é uma coisa muito doida, porque é você trabalhar periferia para levar para um palco e trabalhar a cultura e a arte para eliminar esses anos de cadeia e prisão que essa galera tinha, que o sistema colocou esse pessoal ali, então além de ser francano e fazer um recorte da nossa comunidade negra toda do Brasil, com força, com impacto, sabe, saber envolver tanto a classe branca que tem o domínio, dinheiro, quanto aquele que está em situação de rua e ao mesmo tempo a classe média, ao mesmo tempo a classe trabalhadora, da forma que o Abdias fez e envolveu, é muito gratificante. Então, assim, ele é tipo um marco de luta e resistência e que cada vez que a gente vai fazer a leitura sobre Abdias parece que a gente vai vendo a cara de cada um que está aqui no nosso município, sabe. A luta do nosso irmão, aqui professor [apontou para Tupac] que eu nem imaginava que era negro, eu fui imaginar na Franca quando eu vi, lá atrás quando cheguei em Franca, entre outros, né, também. Aquela galera tudo que passou na época do MOMUF, né, no início, que é o Djair, o Tico, essa galera também quando eu pude conhecer, foram pessoas que eu fui olhando: “nossa oh o pessoal”, De Lima... é uma galera imensa que Franca tem. Por isso que as vezes eu bato muito forte, sabe, parece que todo ano a gente está trabalhando com as mesmas pessoas. Franca é muito rica, tem muita preta, tem muito preto, tem muitos representantes da periferia, a gente precisa avançar e às vezes o povo fala: “é muito chato”. Mas é gente, tem muito preto na cidade e precisa achar esse pessoal (Yera).

No mesmo direcionamento, Ialodê retrata a necessidade das redes de solidariedade e apoio, bem como de apresentar à juventude as histórias de vida das pessoas negras. Ela pretende escrever uma autobiografia para registrar suas vivências e fortalecer outras pessoas que possuam histórias parecidas:

Sabe, as pessoas precisam de leitura, as pessoas precisam de apoio, precisam de parceria, a gente precisa contar para os mais jovens como é que foi a nossa vida, a gente precisa contar nossa história. Eu estou numa preocupação com essa publicação desse livro... eu tenho que escrever minha biografia, não pode deixar essa história para trás, sabe, porque é muito forte e eu tenho consciência de que as pessoas também passam por questões parecidas. A gente não se identifica com as pessoas à toa, não é por acaso, aliás nada na nossa vida é por acaso, né (Ialodê).

Outra participante que explicitou sobre as redes de apoio e solidariedade foi Dandara ao verbalizar as suas referências negras francanas: Kelly, Mariana, Dú, Renato Valim, Valéria, Eli, De Lima, Carlos de Assumpção, Abdias Nascimento. Ressaltou a importância da sua mãe, que a fortaleceu desde a infância ao exaltar a sua beleza:

*Primeiro agradecer, porque quando eu inventei esse negócio de Conselho Tutelar, eu inventei, eu estava no Mulheres do Brasil e aí eu falei meu Deus eu não sou francana, porque que eu fui... o povo está tudo organizado. Aí sabe o que que eu fiz, olha vou começar a arrear não repara não. Sabe o que que eu fiz, primeira coisa eu corri na Kelly... gente nós estamos aqui, tá todo mundo entre irmãos, sabe assim... eu corri na Kelly, eu corri na Mariana. Mariana é referência porque quando a C. estava começando a estudar e aí a Mariana veio, estava todo mundo boom por causa do Gilmar Dominici, PT, não sei o que, não sei o que lá, a gente vindo de São Paulo naquela pauleira... **uma Secretária de Educação negra!** [mudou o tom de voz para falar]. Se alguém falar dela, eu estou dentro, eu sou a primeira, pego o foice, eu queria que alguém fizesse alguma coisa para ela, porque todo mundo ia... (risadas). Aí no COMDECON, Du: “perai irmã, se está numa dessa, não, você não está sozinha, calma, perai vamos organizar isso aí”. Aí no meio do caminho encontro com o Sr. Valim ali na frente da radio, não conhecia direito, então Sr. Valim sou candidata... “é mesmo menina, perai, vem cá”, pegou um papelzinho, “vem cá, você é isso, isso aqui”. “Sr. Valim, mas eu morro de vergonha de falar, de dar entrevista, não estou acostumada”, “calma, não, calma, vai ser necessário” (risadas). Valeria, “oh, estou indo viajar, afilhada, mas oh, vou deixar organizado alguma coisa aí para você, porque tem a Mariana também, então nós vamos organizar isso daí”. Sabe assim, ninguém deixou na mão, sabe todo mundo, “perai, então vem cá”, todo mundo agarrou e falou vamos aí. Então faltou sabe o que, que eu vi, informação, de chegar mais rápido. Mas é uma comunidade que quando um fala “ou socorro”, todo mundo “opa, perai, tem uma gritando ali, vamos lá ver o que que é, vamos ver do que se trata, para a gente pode defender de acordo”. Então foi isso que aconteceu, senti muito à vontade aqui, por causa disso. Referência, então quer dizer, Kelly, Mariana, Du, a Eli e no COMDECON estava o De Lima também, estava sua mãe [apontou para Abayomi], sua mãe me abraçou de uma maneira. Foi um movimento lindo,*

sabe assim, lindo, porque todo mundo falou assim, “opa per aí, vamos aí organizar esse negócio”. Sabe, referência, minha mãe, tá tudo bem por que veio levantando a autoestima, que nem a Abayomi faz, “não per aí você é preto, se falar na escola que você é preto, sou preto sim, eu sou o mais bonito”. Entendeu, é levantar nossa autoestima, a nossa condição enquanto mãe preta, eu acho que é isso, sabe, é educar nossos meninos: “oh, você vai ter que estudar, não adianta você ir para a sala de aula só para dormir, comer, beber, não, per aí, você vai mostrar lá a que você veio”. É isso, referência assim, agora, atual, venho conhecendo o Professor Carlos de Assumpção, não faz muito tempo não, Abdias também não. Então quer dizer, a gente vai se organizando (Dandara).

Jawari nomeia diversas personalidades negras francanas, que são protagonistas na luta antirracista, como Renato Valim, Dejair, Dorival, Mariana, Tico José Lourenço, Adriana e Manoel Valim:

Nossa grande referência que é o Renato Valim, eu também tive a oportunidade de vê-lo primeira vez em 77, 78 na Francana, foi onde eu tive oportunidade de vê-lo, então a gente ouvia dos rádios, passou a ser uma referência para mim. Depois com o passar dos anos, tem Dejair, Dorival, Mariana, Tico e tantos outros, são verdadeiramente as nossas grandes referências do passado. E nos últimos anos eu tive a oportunidade de conhecer como vocês aqui, o Doutor José Lourenço, tive oportunidade de fazer um ciclo de palestras com ele nas ações afirmativas, assertivas, que o Yera estava presente. Posteriormente, teve aí a ascensão das Mulheres do Brasil, a criação do curso, eu tive a oportunidade de indicar uma pessoa para fazer o curso, que é a professora Adriana, não sei se vocês já sabem, hoje ela está lá na D.E., está trabalhando isso aí, já falou que provavelmente vai ter uma evolução aí para os próximos anos. Então a gente fica satisfeito de estar dando essa parcela de contribuição e depois que eu me aposentei a gente começa a fazer uma leitura aqui, ali, eu tive a oportunidade de pegar um livro que conta a história da Franca, eu conheci, fiquei sabendo da história do Sr. Manoel Valim, fui ler a história do Sr. Manoel Valim, que depois cheguei à conclusão que também era da família do Sr. Renato Valim [...] (Jawari).

O mesmo é feito por Zuri que cita o nome de várias negras e negros, como Renato Valim, Kelvin, Mariana Coelho, Jussara, Glória Maria, De Lima e Joelma, que foram fundamentais para a sua construção e o seu fortalecimento enquanto uma mulher negra, mostrando os diversos lugares e espaços que poderia ocupar.

Quando foram falando de referências de pessoas negras, aqui para mim tem algumas (risos), então assim, enquanto estudante de jornalismo, claro que o Sr. Renato Valim foi pra mim, é para mim, o Kelvin e toda a família Valim, desde que eu ingressei no movimento negro, é para mim uma referência, de um respeito que eu tenho, sabe, muito grande. Outra pessoa também é a Mari Coelho, a Mariana. Primeiro que a Mari é amiga da minha mãe (risadas), de escola, de juventude, tudo, mas a Mari quando Secretária de Educação e eu já sabia o que era uma Secretária de Educação, eu falei gente, ela é Secretária de Educação, a gente pode ser então, tem uma pessoa como nós. Pode conviver com ela, nossa, me

deixa muito mais motivada, sabe. Então assim, eu tenho pessoas aqui, a Jussara também, uma outra referência quanto jornalista. Claro que a minha primeira referência, né, enquanto jornalista foi a Glória Maria, quando eu me entendi, que eu achava que fosse ser jornalista, claro que foi Glória Maria, mas localmente, aqui, essas pessoas contribuíram e contribuem muito para minha formação, para minhas referências enquanto pessoas. Hoje, o De Lima, enquanto policial militar, ainda mais tendo a oportunidade de trabalhar com ele no Movimento Negro, eu me espelho muito nele e sempre que eu preciso, eu recorro a ele e a Joelma. A Joelma enquanto policial, enquanto educadora do PROERD, são referências para mim, são pessoas que eu sempre recorro, eu falo gente o que vocês acham, vocês acham que isso, o que vocês acham daquilo, porque são referências para mim (Zuri).

Durante as entrevistas de depoimentos de histórias de vida, ao ser perguntado sobre referências negras francanas, foram evidenciados os seguintes nomes, sendo alguns citados por mais de uma(um) participantes: Vanderlei, Valim, Tony Hill, Mariana, Carlos de Assumpção, José Lourenço, Tuany, Gabiê, Josiane, Márcia, Maria Tereza, Irinéia, Eliara, Ana, Marcelo Valim, De Lima, Carlos de Assumpção, Zé Roberto, Elza.

Tem o Vanderlei e tem o outro...trabalhava na rádio... Valim (Akilah).

Eu conheço o Tony Hill (Maria da Penha).

Mariana, Carlos de Assumpção, José Lourenço, Tuany, tem a Gabiê, tem a Josiane do teatro, sabe são pessoas que eu adoro. Tem a... eu tive com ela ontem, [...] ela é repórter, a Márcia, acho que é a rede Bandeirantes que ela trabalha, não sei. A Maria Tereza [mostrou fotos em um aplicativo do celular], [...] Irinéia, Irinéia é repórter. [...] Eliara. Tem uma moça chamada Ana, ela é de Franca, ela é muito consciente, a vó deixou para ela turbantes (Ialodê).

A Mariana, o Valim, De Lima, Assumpção, (Ayana).

O Marcelo Valim, Zé Roberto, Ana (Ayo).

Tem o Valim que é falado, ele fala no... radialista e advogado... a professora, dona Elza (Nassor).

Destaca-se que as próprias pessoas que participaram desta pesquisa e suas famílias, também se constituem em protagonistas e referências negras para Franca (SP), inclusive foram indicadas por lideranças do movimento negro devido suas vivências e atuações na cidade.

Amara relata que abriu caminhos para as suas e os seus descendentes ao ser a primeira da família a fazer faculdade e se tornar professora:

Então, a partir dos nossos, eu sou a primeira, eu sou a primeira professora, até brinco lá no grupo, olha a professorinha aí do grupo gente. Eu sou a primeira da família, dos dois lados, a ser formada, formada não só professora, formada! E também abrindo aí para os filhos, as filhas do C. que estão vindo aí gente, de mestrado, doutorado, eu estou nessa linha também (Amara).

Ela detalha o seu potencial e os caminhos percorridos para alcançar o seu sonho de se tornar professora, os medos e receios de sua mãe devido aos racismos e a forma que se posicionou para afrontá-los e enfrentá-los:

Eu sempre tenho uma atitude de presença, tenho reconhecimento disso, onde eu chego é presença, e eu decidi, professora, desde pequena, minha mãe diz que me olhava final de semana na casa de avó, como eu disse, minha avó me criou e sempre os primos iam para lá no final de semana e eu sempre ia pra lousa e minha mãe sempre observava aquilo e guardava em si. E concursada, professora concursada, abracei o magistério e depois de um longo tempo que minha mãe teve coragem de falar que ela quase tinha me desencorajado, com receio de eu não saber me comportar e reagir diante dos pais dessas crianças, quando ao deparar com uma professora negra e eu não soubesse reagir. E até o presente momento, eles não tiveram atitude de chegar em mim, pois com certeza falaram muito. A última escola foi a escola Barão, porque eu sou aposentada e já fui adentrando e a diretora da escola Barão, R., eu cheguei toda toda alegre, maravilhosa, com a minha pasta, com todo o histórico que gente chama de ficha cem e ela perguntou assim: “não sei se você é uma ótima professora, mas você tem uma alegria, né”. E passado algum tempo, tem uma frase que eu guardo no bolso, eu perguntei a ela:” e aí R., eu sou ótima professora?”. Porque aquele dia que eu adentrei aqui eu fiz essa lembrança, ela sempre me chamou para tomar um café e eu consegui fazer com que alguns que tinha receio, de chegar nela, de solicitar certas coisas que era tabu. Falei, não, o não eu já tenho, vamos atrás do sim. Então essa questão, né, que eu levantei no início, sempre vamos ter que nos posicionar, essa é a palavra que eu falo para meus filhos em casa, se posiciona que você vai ter o respeito, se não tiver o respeito, vai até os direitos por lei, que aí eles vão te respeitar, como aconteceu na questão do concurso, vocês tem que me aceitar porque eu sou concursada. Então foi bem rápido meu processo, primeiro o criador, né, que teve o impulso também para essa missão que eu tenho, com certeza, aí que eu carrego mesmo essa verdade, eu tenho essa missão, por isso que eu estou aqui também, para reverberar e chamar mais gente, chamar mais gente. (Amara).

Tupac, enquanto um dos primeiros repórteres negros francanos, entrevistou outra importante referência negra brasileira, o Pelé:

No Maracanã, fui fazer o futebol, eu, Verzola e o Xaropim, aí a gente tinha aquela mania, do interior de São Paulo, o time entrava em campo... correr, né, amarrava um fio assim nas costas e o microfone pra entrevistar. No Maracanã aconteceu isso, aí o primeiro negão, Pelé, até me arrepio, aí ele fez só assim para mim... foi lá cumprimentou o pessoal de lá, foi lá cumprimentou o torcedor de lá e veio pegou... aquilo lá foi um negócio, foi fera. Não sei o que ele percebeu, porque eu não percebi nada, apenas queria entrevistá-lo na hora que entrou no campo. Aí, foi lá cumprimentou

a torcida, depois no meio do campo, foi uma emoção, momento muito grande. Mas eu já tive outras oportunidades de falar com presidente de tribunal, com governadores [...] (Tupac).

Ele pontua a importância do incentivo que recebeu para estudar e alcançar seus sonhos, repetindo o mesmo com suas(seu) filhas(o) e com jovens negras(os) que encontra na caminhada:

[...] mas graças a Deus eu fui incentivado pelo pai, pela minha mãe, alguns anos atrás pela dona encrenca, primeira dama. O que que a gente fez, incentivou os moleques, incentivou os três a estudar sempre e sempre falo principalmente para os negros, jovens, estuda, estuda e se puder presta concurso, eu sempre falei isso, aconteceu comigo e eles estão seguindo. A G. fez o concurso, ela prestou concurso pra Unirio, passou em primeiro lugar na Unirio, lá no Rio de Janeiro, na federal. E os outros dois, uma advoga e o outro trabalha com marketing, hoje ele voltou para EPTV, trabalhou lá, doze, treze anos atrás, hoje ele voltou. Em resumo, a mãe também trabalhou na escola e sempre falei para o pessoal presta concurso, presta concurso e graças a Deus, quem passou tá... ela já aposentou também e depois concursada continuou. A E. não quis continuar, mas tá todo mundo praticamente na mesma área, o K. para área de rádio, TV, me acompanhou, a menina, a G. acompanhou a mãe que é da educação e a E. na advocacia, não sei se motivada por mim, pelo fato de eu ter trabalhado no Fórum de 65 a 90 (Tupac).

Jawari enfatiza a importância da representatividade para população negra, ao passo que esta, ocupa diversos lugares e profissões, sendo vista e ouvida. Ele exemplifica que por ser negro e ter conseguido ser bombeiro, se tornou uma referência profissional, motivando outras pessoas a buscarem seus sonhos:

[...] que a gente tem que estar em todos os lugares, isto é um fato. Em 86, 87, eu era da noite, trabalhava em fábrica de calçados, gostava de sair, mas eu já queria prestar um concurso, chamei todos os meus amigos: “ou vamos prestar concurso, está aberto”. Ninguém me acompanhou. Não perdi amizade com nenhum, não deixei de ir na Santa Cruz, não deixei de ir na São Sebastiao, na Vila Formosa, não deixei de ir no Aeroporto, as vezes eu me distanciei um pouco devido a algumas situações que não eram condizentes com o momento que eu estava vivendo. Mas hoje eu tenho a grata satisfação de ter vários filhos e netos dos meus amigos que chegam para mim e fala assim: “eu estou aqui hoje no bombeiro, porque o meu pai e minha mãe sempre falava quando você ou dava uma entrevista no rádio ou dava uma entrevista na TV”. Então eu tenho o prazer que a pessoa chegou para mim e falou assim: “eu estou aqui, porque meu pai e minha mãe me incentivaram para chegar onde você chegou”. E isso, eu acredito que seja uma representatividade, estar em todas as profissões para que todos nós passamos a ser respeitados, não existe profissão ruim, existe profissional ruim. Eu trabalhei vinte e sete anos na polícia militar, eu tenho certeza que eu fui um funcionário exemplar, não é a instituição que faz a pessoa, aquela pessoa que faz a maldade ou que age de uma maneira ruim, se a gente não ocupar os espaços eles vão só crescendo, nós temos que ocupar todos os espaços, na política, na religião, na

música, na educação, na comunicação, em todos os lugares. Porque nós, não seremos ouvidos se nós não estivermos em todos os lugares (Jawari).

O Padre evidencia os seus protagonismos e os de suas sobrinhas que fizeram mestrado e doutorado, o que ainda é um privilégio que permanece ocupado majoritariamente pela branquitude:

Então, na minha casa hoje tem a R. minha sobrinha que fez mestrado, eu fiz mestrado, minha sobrinha E. fez doutorado, mas estamos crescendo, olha já está chegando, os meus irmãos não tem essa capacitação e é uma coisa que nós vamos ter que lutar sempre, não porque somos ruim, mas para que os outros entendam que eles estão, precisam de assimilar que nós somos quem somos, não somos nós que temos que mudar, eles tem que assimilar aquilo que é a realidade que nós somos, então isso é importante (Padre).

Ainda, o Padre pontua que em alguns momentos é necessário que negras e negros deixem a modéstia de lado e digam com todas as letras quem são, como o que aconteceu com ele durante um almoço com a burguesia francana após um batizado:

Em Franca eu tive uma experiência, um dia eu fui batizar uma criança que eu conhecia a família de Pedregulho, o avô é médico aqui em Franca, a avó arquiteta, o pai do neném é médico e me convidaram para o almoço. Eu fui no almoço, me colocaram numa mesa de jantar toda chique, só gente falando de passeios para Europa, para França, pra cá e pra lá e eu fiquei ali escutando. Aí de repente eu senti que teve algum olhar para mim, mas peraí, eu não vou falar nada aqui? Não! Eu conheço a França, você foi lá eu também fui, você conheceu isso e aquilo, não? Já fui na Alemanha, morei em Viena (risos), eu falo a língua de todos os colonizadores (risadas), eu falo alemão, você fala alemão? Italiano, também falo. Falo francês também. Então assim, porque nós temos que mostrar quem nós somos, temos que mostrar nossas grandezas. E se não tivermos, se não tivermos tudo isso que são qualidades que nós conquistamos, pode ser a cozinheira, pode ser o lixeiro, pode ser o... mas tem que ser o lixeiro e a cozinheira, porque minha mãe foi uma cozinheira maravilhosa, ninguém faz comida que nem a minha mãe, eu acredito. Então (risos), nós temos que ser aquilo que somos, nós vamos conscientizar os nossos filhos, nossos jovens negros a estudarem, a batalharem, a lutarem, porque nós estamos lutando a nossa luta, a deles virá e eles tem que se preparar para isso (Padre).

Foram citadas os movimentos e coletivos negros e a necessidade de ampliar as ações em toda a cidade, enquanto projetos de protagonismo afro-francano visando o fortalecimento, a articulação e união da população negra.

Eu acho que os grupos, vocês que lideram, você [apontou para a pesquisadora], da Abayomi, a Amara nem se fala, vários aqui, o Yera. O seguinte, promover alguns eventos, mas ela chama, sei lá os amigos dela,

você, eu, outro, para o pessoal, a raça unir mais. Eu me lembro do Luis Gama, eu não sei se alguém lembra... aí depois que começou alguns problemas. Mas eu acho que a raça negra em Franca tinha que juntar. Eu acho que o pessoal deveria se organizar mais, fazer alguns eventos, arrumar um clube (Tupac).

Núbia informa algumas ações que já vem sendo realizadas pela negritude francana, como o evento denominado “Feijão das Pretas”:

Nós vamos fazer uma feijoada, o “Feijão das Pretas”. A gente criou justamente para isso, para um aquilombamento e vai ser dia 28 de agosto, está sendo divulgado, a gente alugou uma chácara aqui perto da morada do verde, da Vila Hípica, bem fácil o acesso para todo mundo porque o ônibus passa perto (Núbia).

Tupac afirma a necessidade de propagar tais ações. O que Núbia responde ratificando a urgência de ampliar e melhorar a comunicação entre as negras e os negros francanos, unindo as gerações, identificando e acolhendo cada vez mais pessoas. Ela também pontua a alegria em conseguir enxergar que está no caminho certo e já colher os frutos do seu trabalho:

Sim, exatamente, é o que a gente tenta, furar a própria bolha nossa, a gente precisa falar mais, a gente precisa se falar e vim divulgar as nossas coisas. E esse o Feijão das Pretas, a Mariana é uma das organizadoras, eu, a Thuany, o Andre, o Tony, vários, pegamos uma galera nova com uma galera mais velha, para misturar justamente. É sobre nós, a gente precisa desses encontros com nós, entendeu, então a gente pensou em recreação para as crianças, para os pais ficarem mais tranquilos, tem piscina, tem campo de futebol, é num domingo para contemplar mais, começa às 11 horas da manhã até 19h00 da noite, para que possa passar lá a tarde toda, foi criado para isso, para a gente se aquilombar mais. Eu concordo muito com você, é o que a gente tenta fazer, os meus eventos é para ajudar, eu tento fazer isso também, Sheik Sheik, Samba de Quinta, tem o Rap de Quinta. Hoje eu estava vendo as fotos um monte de jovens pretos lá, eu falo meu, ou seja, é o trabalho mostrando ali que é esse o caminho, eu estou muito feliz (Núbia).

Tupac insiste sobre a necessidade de qualificar e estender para mais negras e negros o que já vem sendo realizado, utilizando inclusive a redes sociais para ampla divulgação:

Eu vejo as vezes várias moças na faculdade, trabalhando em lojas, no Santander quando era na Rua do Comércio, agora acho que está ali perto da Matriz. Eu sinceramente, eu fico super satisfeito de ver a raça nessa área, procurando se destacar, mas tem chance, tem possibilidade para aumentar, melhorar, é só a gente mesmo fazer um trabalho. Vocês que mechem com o negócio de face não sei o que, facebook, divulgar,

concorda? Tem que ser por aí, igual você mesmo está falando, divulgar (Tupac).

Núbia concorda que a informação precisa chegar para todas(os) negras(os): “precisa chegar em você, você precisa saber, você precisa estar lá conosco”. E Tupac reitera sobre a necessidade da divulgação para que haja a participação, inclusive nas universidades da cidade que possuem negras(os): *“precisa divulgar, porque aí o pessoal vai. Faculdade, lá na Unifacel, na Direito, tem faculdade aqui que não tem negro, lá na Unesp tem”*. Novamente, Núbia afirma que já vem fazendo esse trabalho e atingindo as(os) negras(os) das universidades de Franca.

Zuri acrescenta seu pai enquanto sua referência primária, exaltando o relevante trabalho que ele desenvolvia em seu bairro e que articulava e atingia várias pessoas negras da comunidade, o qual ela leva para todos os locais em que passa, inclusive naqueles espaços mais desafiadores como a Polícia Militar:

Eu queria acrescentar, voltando a pergunta anterior das minhas referências, eu tenho muito forte como a primeira, o meu pai. O meu pai, na cidade de Franca ele tinha um bar, ele tinha um comércio lá no meu bairro e o comércio dele, o bar dele, né, como carinhosamente as pessoas o chamavam, o H., o bar do H. não era somente mais um buteco onde as pessoas iam para beber como em vários locais que a gente conhece. Ali no bar do meu pai aconteciam reuniões de lideranças do bairro, ele dava voz através das entrevistas de rádios para as reivindicações daquela comunidade local. Então eu cresci vendo isso. Então isso para mim é muito forte, é muito, é uma referência que levo para minha vida, de poder, sempre que eu posso, nos lugares onde eu estou, articular as pessoas para o bem comum e esse bem comum, trazendo para o dia de hoje, é onde eu estiver. Hoje eu estou na Polícia Militar do Estado de São Paulo, eu vejo em muitos momentos que, mesmo entre nós, para muitos de nós, estar nesse lugar, não é visto com bons olhos. Mas se faz necessário termos pessoas de nós lá, então assim, é muito difícil ter que andar nessa linha tênue, porque as pessoas julgam, as pessoas falam (Zuri).

Tupac fomenta o debate sobre as lideranças comunitárias francanas: *“quantas lideranças de bairros vocês conhecem? Quantas bairros temos em Franca? 300?”*. Zuri aponta o enfraquecimento das lideranças de bairro e a sua luta para que através de processos educacionais realizados em diversos espaços, as verdadeiras histórias e as pautas da população negra sejam vistas, reconhecidas e difundidas:

Porque está enfraquecendo as lideranças de bairro. Mas assim, se faz necessário e eu hoje luto para que através da educação, mesmo na Polícia Militar, mesmo no sistema carcerário, meu marido hoje ele está no sistema carcerário também, como funcionário. A gente tenta levar isso das

nossas origens, das nossas convicções até para as aulas, para formação de novos policiais militares, para que essas nossas pautas sejam vistas por eles com outros olhos. Tive a oportunidade por várias turmas, nas turmas que tem, que acontecem aqui em Franca, eu dou aula de comunicação, dou aula nesse sentido, então é onde eu tenho a oportunidade de levar essa nossa pauta para lá, mas então assim eu vejo o quanto a educação é importante, seja ela em qualquer dos espaços que a gente estiver, era isso que eu queria deixar registrado (Zuri).

Yera menciona o trabalho que realiza nas periferias utilizando a arte e a cultura, o hip hop, Parque Jam, para se fazer chegar principalmente nas crianças negras e a necessidade da Lei 10.639 ser efetivada na rede de ensino:

[...] a minha primeira formação para além de pedagogo, a primeira é a arte, arte e educação e a cultura Hip hop. Qual é a forma que a gente achou de trazer crianças, trazer os nossos que estão ali na periferia [...]. E aí, a gente vem doze anos desenvolvendo um trabalho para além da cultura Hip Hop, um trabalho também de projeto de vida com essas crianças, quantos e quantas vezes eu no contraturno escolar dentro de recreio ou em algum momento que tinha mais crianças na sala, assim, eu tinha que ficar em sala com essas crianças e trocava um outro tipo de ideia além de português, matemática, história e ciências, etc e tal. Encerrei agora em 2019 atendendo 680 crianças por semana, então a gente desenvolveu o trabalho dentro desses doze anos com certeza a gente chegou a atingir sem medo de errar aí quase vinte mil crianças na periferia, tanto quando a gente levava o Hip Hop, Parque Jam para os bairros antes da pandemia, o que mais tinha lá era as crianças desse contraturno escolar. O que eu acho, é fazer valer as leis, 10.639, fazer valer o fortalecimento desse ensino dentro das escolas municipais, estaduais, e aí sim, a gente vai ter uma faculdade de qualidade (Yera).

Para Malú, participar do grupo focal confirmou a importância de se constituir mais espaços de trocas, de informação, de debate sobre diversos assuntos, reverberando o conhecimento com toda a sociedade. Incentivando a organização e participação política partidária e em outros órgãos representativos, como movimentos sociais e conselhos de direito, para que sejam pautadas e priorizadas as demandas da população negra.

O gente, assim, ouvindo tudo isso, a gente vê como que é importante a gente estar falando sobre isso e levando isso para fora, né. Com a relação da importância da participação política mesmo, nossa e não só a participação política nos partidos políticos, mas a participação política nos movimentos, nos conselhos, por exemplo. A gente vê a dificuldade nos conselhos, na maioria deles eu sou a única negra, sabe e é difícil você fazer, levar as nossas pautas para esses conselhos. Tem conselhos que são importantíssimos para nós, tem o conselho de educação, conselho da criança, né, e é difícil quando você... porque são tantas coisas não é, que são consideradas importantes ali, que as nossas questões acabam que, a gente tendo mesmo que dar murro em ponta de faca para que alguma coisa seja considerada. Então, importantíssimo a gente estar em todos

esses espaços, porque nós vamos precisar estar, no Ministério Público, precisar estar nos tribunais, por que se não a gente não avança, pode até a nossa luta chegar até lá e aí chega lá, vai ficar (Malú).

Novamente, Núbia se emociona diante das histórias de vidas reais narradas pelas(os) participantes do grupo focal, enfatizando as semelhanças entre elas e que espaços como o que ocorreu são importantes para fortalecer a negritude:

E é isso, e desculpa aí a emoção, porque são histórias da vida real, da vida, né gente, não é nem um livro que alguém escreveu e tal, isso é real, nossas mães, tem as histórias semelhantes, né, então é uma troca muito importante essa daqui para fortalecer também a nossa negritude (Núbia).

O grupo focal foi encerrado com a negativa em formato de questionamento de Tupac referente a existência de união entre a própria população negra: “*não tem união entre a própria raça ou tem?*” (Tupac), sendo respondido por Jawari que: “*Não! Não tem!*” e por Dandara e Núbia, que responderam: “*mas está se construindo, eu acredito nisso!*” (Dandara), “*eu também!*” (Núbia).

Além dos que foram citados durante a pesquisa de campo, menciona-se que outros projetos de protagonismos negros francanos são idealizados e/ou realizados diariamente na cidade e precisam ser enxergados e reconhecidos, recebendo o respaldo do Estado e os investimentos financeiros necessários para atingir cada vez mais a população, não somente a negra, mas também a branca, haja vista que é esta última que precisa ser responsabilizada pela desconstrução dos racismos criados e reproduzidos por ela própria.

7 CONCLUSÕES

Figura 8 – Foto do pôr do sol em Franca (SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

Encerra-se esta tese com a foto (figura 8) tirada por sua autora na rua do CRAS, no momento em que saía do grupo focal. As cores do pôr do sol que coroaram o encerramento da pesquisa de campo, também coroam e celebram as conclusões deste estudo.

Infere-se que o objetivo geral deste estudo foi alcançado, sendo interpretados os processos de construção das identidades étnico-raciais da população negra da cidade de Franca (SP), através da escuta e do registro das memórias das e dos participantes da pesquisa de campo.

Em relação aos objetivos específicos, também houve o alcance dos mesmos, haja vista que as memórias das e dos participantes da pesquisa de campo foram interpretadas diante da história oficial da cidade, possibilitando identificar, aproximar e compreender quais influências a população negra que reside em Franca (SP) sofreu e sofre nos processos de construção de suas identidades étnico-raciais. Além de aprofundar o estudo sobre as relações étnico-raciais brasileira e da região do nordeste paulista, em especial da cidade de Franca (SP).

A identidade está vinculada a um repertório de identidades que vão se aglutinando ao longo da vida e sofre múltiplas influências de diversas instituições e do próprio território, que também altera as relações, as práticas, os costumes, os

hábitos e conseqüentemente as identidades. Isto posto, a identidade vem de dentro e de fora, ou seja, sofre influências internas e externas, faz parte de um jogo social, de disputas políticas e de posicionamento social.

Ao não se identificar com um coletivo ou não se enxergar em um grupo social, a pessoa fica no não lugar, sofrendo e enfraquecendo as lutas e as resistência coletiva. A não identidade das(os) negras(os) é uma imposição do contexto histórico do país referente aos legados do longo período de escravização e posteriormente dos racismos perversos e cotidianos.

No que se refere as influências que a população negra francana sofreu e/ou sofre no processo de construção das suas identidades étnico-raciais, se destacam várias instituições como a família, a escola, a igreja e o próprio Estado, sendo um dos principais marcadores o tom de pele e os fenótipos. Ainda, pontua-se as influências da arte e da cultura.

Os projetos do Estado que representam a classe dominante, branca e cisheteronormativa, dificultam as construções e o fortalecimento das identidades étnico-raciais negras. Ao difundir e naturalizar os racismos em todas as esferas da sociedade, fomentando as Políticas de Branqueamento nas relações sociais, nas histórias oficiais, nos marcadores históricos e arquitetônicos, nas Políticas Públicas, nas mídias e canais de comunicação, impõe a hegemonia branca como única referência e possibilidade.

Constatou-se que em Franca (SP), a maioria das histórias oficiais e dos marcadores históricos e arquitetônicos invisibilizam a população negra por representarem, referenciarem e retratarem somente a branquitude, possuindo grande influência do período colonial europeu.

Ainda, desde a formação da cidade o catolicismo romano exerce grande influência na formação das identidades étnico-raciais, impondo crenças, valores, morais, ética, cultura, hábitos, modo de ser, pensar e agir, novamente oriundos da classe dominante, branca e cisheteronormativa, influenciando inclusive na política e na economia.

Outra principal influência nas construções e fortalecimentos das identidades étnico-raciais negras francanas, que se fez presente nas memórias de todas as e os participantes da pesquisa, se refere as escolas. Foram inúmeras as denúncias de racismos vividos no ambiente escolar, praticados por outras crianças e adolescentes e por profissionais, inclusive professoras(os), que além de praticarem

os racismos, também eram omissas(os) ao não se posicionarem, se calando e tentando ensurdecer os relatos das(os) alunas(os) negras(os) que denunciaram os racismos sofridos.

A autora desta tese, em seu exercício profissional, constantemente identifica e recebe denúncias de famílias quanto aos racismos institucionais, alguns velados e outros escancarados, praticados por algumas escolas municipais e estaduais, da cidade de Franca (SP), principalmente após as ameaças⁷⁵ e massacres que aconteceram em ambientes escolares de outras cidades e Estados. Novamente as(os) suspeitas(os) de crimes têm cor, majoritariamente são as crianças e adolescente negras, rotuladas como “problemas” devido dificuldade de aprendizado e diagnósticos neurológicos e psiquiátricos, muitas vezes precoces e equivocados.

Assim, é compreensível quando durante o atendimento no CRAS, ao ser perguntada sobre sua cor/raça, mesmo com a pele retinta, a pessoa tenha dificuldade em se declarar como negra ou o choro da criança que não quer ser preto como seu pai ou o adolescente que está revoltado por não ser branco como a mãe. Se compreende a demora em se reconhecer enquanto negra(o), sendo que muitas vezes, somente na juventude ou vida adulta⁷⁶ se consegue libertar das armadilhas da branquitude e do branqueamento e se sentir pertencente a raça negra, identificando dentro de si a beleza, a força, a cultura, o saber, o poder, a espiritualidade e a ancestralidade africana.

Torna-se urgente que a Lei Federal nº 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em toda a rede de ensino e a Lei nº 11.645 de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática sobre a história e cultura Afro-Brasileira e Indígena, sejam devidamente implantadas, efetivadas e priorizadas, não dependendo da vontade e do posicionamento de uma(um) ou outra(o) profissional.

⁷⁵ Após os massacres que ocorreram em creches e escolas, se multiplicou nas redes sociais um suposto massacre que ocorreria em diversas escolas e creches do país, no dia 20 de abril de 2023, sendo divulgado até mesmo uma lista com os nomes das mesmas.

⁷⁶ Um exemplo é a autora desta tese, que se reconheceu negra aos 30 anos de idade, o que também aconteceu com um integrante do GT Luana Barbosa que somente se descobriu negro já adulto a partir do referido grupo. Outra situação foi quando às mulheres negras que compunham a equipe de um serviço socioassistencial da Política de Assistência Social de Franca (SP), que ao participarem da oficina “Se eu te falar que a coisa tá boa, a coisa tá preta. Pode acreditar!”, realizada pelo GT Luana Barbosa, passaram a se identificar como negras e pararam de alisar os cabelos, deixando-os naturais.

Para além disso, são necessárias capacitações obrigatórias e continuadas para as(os) profissionais de rede de ensino público e privado, se estendendo para as equipes que compõem todas as Políticas Públicas, como forma de identificar e eliminar os racismos, em especial o institucional. Não se pode deixar de citar a importância de responsabilizar criminalmente de forma mais contundente e efetiva, as pessoas que praticam os racismos, fazendo valer a Lei nº7.716 de 1989, que define os racismos como crime inafiançável e imprescritível, sem utilizar de qualquer brecha para favorecer a branquitude.

A branquitude precisa assumir de forma crítica e consciente a sua responsabilidade enquanto criadora e reprodutora dos racismos, se posicionando e assumindo a luta antirracista, deixando de lado as inúmeras justificativas diante do sentimento de vergonha devido as(aos) suas(seus) antepassadas(os) terem sido escravistas e até mesmo de quando conseguem enxergar que ainda hoje são racistas. A branquitude precisa agir com urgência e rapidez na desconstrução dos racismos e não ficar aguardando a população negra, que já faz isso diariamente.

Ainda, são fundamentais a implantação e a priorização de políticas afirmativas em todas as esferas governamentais, sendo tratadas como políticas públicas de direito e de reparação históricas, para que a população negra possa ocupar diversos espaços que até então são dominados pela branquitude, como as universidades públicas, os poderes judiciários, bem como os cargos políticos e as funções de direção, coordenação e gerência, entre outros.

No que tange ao Serviço Social, o debate contínuo e crítico sobre as relações étnico-raciais, deve perpassar a formação acadêmica e o trabalho profissional das(os) assistentes sociais nos diversos espaços socio-ocupacionais, sendo evidenciada e fortalecida a luta antirracista. Reitera-se o que o projeto ético-político do Serviço Social, que se materializa através da lei que regulamenta a profissão, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares, apresenta o compromisso com a classe trabalhadora e com a construção de uma nova ordem social em que não haja exploração, racismos e qualquer forma de discriminação e violência.

Durante a pesquisa, também foi possível constatar a influência das famílias enquanto forjadora de identidade étnico-raciais. As e os participantes das pesquisas rememoraram o quanto suas famílias foram importantes referências para a construção e o fortalecimento de suas identidades negras. Houveram diversas

memórias, principalmente das mães negras criarem diariamente uma autoestima nas crianças desde pequenas, exaltando as belezas de suas características físicas, como a cor da pele, o cabelo e traços físicos.

A arte e a cultura também se constituíram em elementos de grande influência para as identidades raciais negras francanas. Foram narradas as músicas, as festas e as danças como instrumentos que fortaleceram as identidades das e dos participantes enquanto pessoas negras.

Ficou nítido a extrema urgência de se evidenciar e exaltar as referências negras do centro e das periferias de Franca (SP), apresentar suas histórias de vidas, suas conquistas e realizações, para fortalecer as identidades étnico-raciais negras francanas. Por isso, um dos objetivos deste estudo, consistiu em registrar e relacionar as(os) protagonistas negras(os) francanas(os), sendo explicitados os nomes de diversas pessoas que foram citadas no decorrer da pesquisa, além dos movimentos e coletivos negros.

As negras e os negros participantes da pesquisa de campo se constituíram nas principais referências deste estudo. Observou-se que as e os participantes das entrevistas de depoimentos de histórias de vidas apresentaram memórias e vivências semelhantes, em especial sobre a identidade de gênero, orientação sexual, estado civil, religião, escolaridade, trabalho e renda. Enquanto as memórias e vivências das e dos participantes do grupo focal, foram mais diversas e plurais. O que possibilitou a constatação de que a população negra francana não é homogênea, ela é plural e diversa, o que a torna mais potente.

Em sua formação, Franca (SP) se constituiu como cidade de travessia e essa herança do trânsito, permitiu a chegada e a partida de negras e negros, como se observou nas narrativas das e dos participantes e o que ocorreu com importantes referências como Carolina Maria de Jesus, Maria de Lourdes Vale do Nascimento, Abdias Nascimento e Carlos de Assumpção, o que contribuiu para a pluralidade negra francana.

Por mais que as negras e os negros apareçam na história oficial de Franca (SP) como escravizadas(os), mercadoria e “braço escravo”, nas memórias das e dos participantes da pesquisa de campo, essas e esses são evidenciadas(os) e referenciadas(os), explicitando toda as suas potências, protagonismos, resistências, afetos, forças, sabedorias, alegrias, culturas e espiritualidades,

enquanto aquelas e aqueles que construíram e influenciaram na formação de Franca (SP) em todos os seus aspectos, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Por isso, a Franca não é do Imperador, mas sim do povo preto! Abre-se um parêntese para explicar que inicialmente o título da tese era “A Franca do Imperador e suas Famílias Negras: memórias, identidades e resistências”, que foi pensado pela autora como forma irônica para demonstrar o quanto a cidade é conservadora, colonial e embranquecida. Contudo, o título sempre causou um desconforto para quem o escutava durante as apresentações em eventos e até mesmo na qualificação de doutorado. No decorrer da pesquisa, a partir dos resultados obtidos e inspirada no tema da 5ª Semana Preta⁷⁷ realizada pelo NUPE de Franca, a autora decidiu alterar o título da tese.

Reitera-se que como as identidades, as histórias e as memórias possuem viés político e estão em disputa. E as memórias por apresentarem uma dinâmica temporal - passado, presente e futuro - permitiram que neste trabalho fossem no presente, se apropriado do passado francano através das e dos participantes da pesquisa, possibilitando pensar o futuro. Futuro este, em que a população negra possa existir e existir com qualidade, sem ter que resistir e lutar o tempo todo.

Por fim, se espera que esta pesquisa possa instigar outros trabalhos que corroborem para o reconhecimento, a existência e o fortalecimento das identidades étnico-raciais da população negra, conseqüentemente, para a luta antirracista.

⁷⁷ A 5ª Semana Preta realizada pelo NUPE Franca ocorreu em dezembro de 2022, na UNESP, câmpus De Franca, cujo o título era “Franca não é do Imperador! É do povo preto”.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Palestra proferida na Conferência Anual. TED Global. Oxford (Reino Unido), jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story#t-161234. Acesso em: 24 jul. 2020.

ALMEIDA, Magali da Silva. Exercício do serviço social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. *In*: CRESS/RJ (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Ediouro Gráfica e Editora, 2013, v. 1, p. 136-148.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAUJO, Ayni Estevão. **Peço licença as minhas mais velhas**: mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216893/araujo_ae_dr_arafcl.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 07 maio 2023.

ASSUMPÇÃO, Carlos de. **Cadernos negros 7**: poesia. São Paulo: Quilombohoje, 1984.

ASSUMPÇÃO, Carlos de. **Protesto e outros poemas**. Franca-SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2015.

ASSUMPÇÃO, Carlos de. **Poemas Escolhidos**. Franca: Artefato Edições, 2017.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação ao livro Rui Barbosa e a queima dos arquivos. *In*: LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p.11 -26.

BATISTA, Dimas José. **Cativos & Libertos**: a escravidão em Franca entre 1825-1888. Dissertação (Mestrado) - Curso História, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Poder Executivo**, publicado em 11 outubro de 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, [1988]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Portaria nº188, de 03 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov). **Poder Executivo**, publicado em 04 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**: São Paulo. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CARDOSO, Lourenço Conceição. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e72/ 1–24, 2022. DOI: 10.5902/1984644462742. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/62742>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL [CFESS]. **Serie assistente social no combate ao preconceito: racismo - caderno 3**. Brasília: CFESS, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 5ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHIACHIRI, José. **Vila Franca do Imperador**: subsídios para a história de uma cidade. Franca: O Aviso de Franca, 1967.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica e Editora Ltda, 1986.

2wz\

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. *In*: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CUNHA, Manuela Carneio da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e a sua volta à África**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CURTIN, Philip Dearmond. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.).

História geral da África I: metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.).*

Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, cap. 2, p. 31-60.

DIAGNE, Pathé. História e linguística. *In: KI-ZERBO, Joseph (org.).* **História geral da África I: metodologia e pré-história da África.** 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

DIARRA, S. Geografia histórica: aspectos físicos. *In: KI-ZERBO, Joseph (org.).* **História geral da África I: metodologia e pré-história da África.** 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

DINIZ, Rodrigo. Categorias e pesquisas: algumas linhas introdutórias. *In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al (org.).* **A História oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto.** São Paulo: Cortez, 2019. Cap. 2. p. 41-59.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 133, p. 515-529, set/dez, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2023.

FAGE, John Donnelly. A evolução da historiografia da África. *In: KI-ZERBO, Joseph (org.).* **História geral da África I: metodologia e pré-história da África.** 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do Café: Franca 1880 -1920.** 2002. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro à Sociedade de Classes.** Rio de Janeiro: GB, 1964.

FERREIRA, Adriana Aparecida; RÉA, Ester Massarioli; OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de. Um olhar harmonioso para a pesquisa: a construção do projeto de pesquisa. *In: OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de; PIANA, Maria Cristina (Org.).* **Temas contemporâneos de pesquisa.** Bauru: Canal 6, 2018. p. 97-113.

FONSECA, Dagoberto José. **Negros corpos (i) maculados: mulher, catolicismo e testemunho**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3672>. Acesso em: 18 set. 2019.

FONSECA, Dagoberto José. **Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FONSECA, Dagoberto José. **Antropologia Brasileira: seus conceitos e a dinâmica sociocultural nacional**. Artigo-Tese (Livre Docência), Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2014.

FONSECA, Dagoberto José. O fazer científico e o conhecimento africano: pistas e esboços – um breve diálogo, mas necessário. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 13, n. 36, p. 7-31, maio. 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1251>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBSP]. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 28 maio 2023.

FRANCA. CONDEPHAT. **Relação dos Patrimônios Tombados no Município de Franca**. 2021. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=9447:atualizada-lista-patrimonios-tombados-de-franca&Itemid=648. Acesso em: 01 maio 2023.

FRANCA. Prefeitura Municipal. **COMDECON**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracaomunicipal/administracaodireta/acaosocial/comdecon>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FRANCA. Prefeitura Municipal. **Conheça Franca**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2019.

FRANCA. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca [2018 – 2021]**. 2018. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=5517:plano-de-assistencia-social&Itemid=1552. Acesso em: 27 maio 2023.

FRANCA. Prefeitura Municipal. **História de Franca**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/noticias/desenvolvimento/apresentacao-historia>. Acesso em: 08 abr. 2023.

FREITAS, Tais Pereira de. **Mulheres negras na educação brasileira**. Curitiba: Appris, 2017.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GOMES, Francisco Wellington Borges. **Grupos focais como estratégia de coleta de dados em pesquisas qualitativas on-line**. Revista Querubim [online], v.5. p. 41-47, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/querubim/issue/archive/4>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GOMES, Nilma Lino. (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 106390-03**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson, Grosfoguel, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-247.

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES, Petronilha. **Dez anos da Lei 10.639/03: balanços e perspectivas**. Palestra proferida na mesa redonda organizada pelo NAP Brasil África. Abr. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8WbLZOPcXUs>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: **Revista Ciência Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p. 223-244.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INIKORI, Joseph E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. *In*: OGOT, Bethwell Allan (org.). **História geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Identificação e abordagem dos racismos institucionais**. Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixel/Identifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Abordagem%20do%20Racismo%20Institucional.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/SP_POP2022.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico: 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

JESUS, Carolina Maria de Jesus. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. *In*: ALBERTI, V., FERNANDES, T. M., FERREIRA, M. M. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em: <https://books.scielo.org>. Acesso em: 09 mar. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

KNIGHT, Franklin W.; TALIB, Yusuf; CURTIN, Philip Dearmond. A diáspora africana. *In*: AJAYI, Jacob Festus Adeniyi (org.). **História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

LIMA, Cacilda Comássio. **A construção da cidade: Franca – século XIX**. Franca: UNESP-FHDSS: Companhia Açucareira Vale do Rosário, 1997.

LIMA, Monica. A diáspora africana: as influências culturais da África no Brasil e no mundo. *In*: JORGE, Nedilson (org.). **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/Historia_da_Africa.pdf. Acesso em: 18 mar 2022.

MABOGUNJE, Akin. Geografia histórica: aspectos econômicos. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. **Anos 90**: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999), p. 121-143, 1999. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MALOWIST, Marian. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. *In*: OGOT, Bethwell Allan (org.). **História geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. *In*: Martinelli, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras editora, 1999. Série Núcleo de Pesquisa.

MARTINELLI, Maria Lúcia. História oral: exercício democrático da palavra. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia *et al* (org.). **A História oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019. cap. 1. p. 27-39.

MARTINELLI, Maria Lúcia; LIMA, Neusa Cavalcante. Entrevista na história oral: campo de mediações na intervenção e pesquisa. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia *et al* (org.). **A História oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019. cap. 5. p. 103-120.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, cap. 1. p. 9-29.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Ed., 1983.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2003. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 31 dez. 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Alessandra Santos; FONSECA, Dagoberto José. Classificação e identidades: mudanças e continuidade nas definições de cor ou raça. *In*: PRETUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

NÉSPOLI, Daniella de Souza. **Movimento Negro Unificado**: uma história de luta e resistência. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OBENGA, Théophile. Fontes e técnicas específicas da história da África: panorama geral. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

OLDEROGGE, Dmitriï Alekseevich. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. A construção da riqueza: Franca no Século XIX. *In*: COELHO, Hercília Mara Facuri. (coord.). **Histórias de Franca**. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. cap. 2, p. 47-71.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALERMO, Alfredo. **A Franca**: apontamentos sobre sua história, suas instituições e sua gente. Franca: COPGRAF, 1980.

PIZZINATO, Adolfo. *et. al.* SUAS na COVID-19: proteção social a grupos vulnerabilizados. **Cartilha, Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ-Ministério da Saúde: Brasília, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2020/07/cartilha_grupos_vulnerabilizados.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 18 set. 2019.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *In*: ALBERTI, V., FERNANDES, T. M., FERREIRA, M.M. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI [online]**. Rio de Janeiro: Editora

Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em: <https://books.scielo.org>. Acesso em: 09 mar. 2022

PORTÈRES, Roland; BARRAU, Jacques. Origens, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: **Revista ciência e cultura**. Volume 39, n. 3, 1987.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Demografia Escrava em Franca: 1824-1829**. Franca: UNEPS-FHDSS, 2004.

SANTOS, Wanderley dos. **O negro na história de Franca**. Prefeitura Municipal de Franca: Fundação Municipal Mário de Andrade, 1995.

SÃO PAULO. CONDEPHAAT. **Relógio Solar**. Disponível em: <http://condesphaat.sp.gov.br/benstombados/relogio-solar/#>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SILVA, Rosicler Lemos da; FREITAS, Tais Pereira de; LIMA, Laura Cristina Gomes. CRAS porta de entrada/porta fechada: o exercício profissional da(o) assistente social e a Covid-19. **Emancipação**, [S. l.], v. 21, p. 1–14, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2118211.033. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/18211>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade, a Forma Social Negro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SOUZA, Irene Sales de. **O resgate da identidade na travessia do movimento negro: arte, cultura e política**. 1991. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Sérgio Luiz de. (Re)Vivências negras: entre batuques, bailados e devoções: práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950). Ribeirão Preto: S.L. de Souza, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução: Lólio Lorenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**. [S. l.], v. 5, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 3 out. 2021.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas – Revista de pós-graduandos em ciências sociais da Unicamp**. Campinas, n. 44, ano 22, 2014. ISSN 1413-2486. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>. Acesso em: 19 set. 2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS DE DEPOIMENTOS DE HISTÓRIAS DE VIDA

1. IDENTIFICAÇÃO:

- Nome:
- Pseudônimo:
- Data de nascimento:
- Idade:
- Local de nascimento:
- Estado civil:
- Identidade de gênero :
- Orientação sexual :
- Tem filhas(os)? Quantas(os)? Qual a cor/raça delas(es)?
- Estudou até que série?
- Trabalha? Se sim, qual a profissão e local de trabalho?
- É aposentada(o)?
- Recebe algum benefício?
- Valor da renda (individual):
() Zero () até 1 Salário Mínimo () de 1 a 2 Salários Mínimos
() 2 a 3 Salários Mínimos () 3 a 4 Salários Mínimos () acima de 5 Salários Mínimos
- Cor/raça:
- Religião:

2. Você sempre morou em Franca?

- Se morou em outras cidades, com que idade mudou para Franca e de qual cidade você veio? Vieram outros familiares junto?
- Em quais bairros já morou?
- Qual bairro mora atualmente?

3. Qual a cor/raça de seus pais?

- Seus pais estão vivos? Se falecidos, quando faleceram e com qual idade?
- Eles também moram ou moraram em Franca?

- Em qual cidade seus pais nasceram?
- Qual a religião deles?
- Quantos irmãos e irmãs você tem?
- Qual a cor/raça de seus irmãos e irmãs?

4. Qual a profissão de seus pais?

- Eles aposentaram?

5. O que você lembra da sua infância na cidade de Franca?

- Caso tenha nascido em Franca, o que te contaram sobre o dia do seu nascimento? Sobre seu parto?
- Como era a casa em que morava? A casa foi comprada por seus pais?
- Como era o bairro onde morava?
- O que vocês comiam? Como adquiriam os alimentos (compravam, plantavam, ganhavam?)
- E as roupas e calçados, como eram e como adquiriam?
- Do que e onde você brincava?
- Com quem você brincava?
- Quais brinquedos você tinha?
- O que lembra da escola?
- O que estudavam?
- Teve professores e professoras negras(os)?
- Quantos alunos e alunas negros/as tinham em sua sala de aula?
- Havia mais meninos negros ou meninas negras?
- Até que ano estudou? Por quê?
- Você participava de alguma religião? Qual? Como era? Tinham muitos negros e negras na sua igreja/religião?
- Como era quando você ficava doente? Te levavam ao médico? Compravam remédio?
- Como vocês se locomoviam na cidade? Tinham algum transporte?

6. Lembra de participar de festas em Franca quando era criança ou adolescente?

Quais? Onde e como eram essas festas?

7. Desde a infância até a vida adulta, como era a convivência com seus pais, irmãos, irmãs e outros familiares?

8. O que você lembra sobre a sua adolescência e juventude na cidade de Franca?

- Praticava algum esporte? Qual?

- Tocava algum instrumento musical? Se sim, qual instrumento e quem te ensinou a tocar?

- Jogava algum tipo de jogo? Qual?

- Vocês frequentavam algum lugar nos finais de semana?

- Viajavam para outras cidades?

- Quem eram seus amigos e amigas? Qual a cor/raça da maioria delas(es)? Se tinha amigas(os) brancas(os), frequentava a casa delas(es)? Sofreu racismo nos locais que frequentavam com as(os) amigas(os) brancas(os)?

- Como você se divertia? Saía para se divertir? Em que lugares vocês iam? Como era?

- Tinha alguns lugares ou festas que eram frequentadas somente por negras e negros? Quais?

- Tinha lugares que as negras e os negros não podiam entrar ou alguma coisa que não podiam fazer?

9. Com qual idade você começou a namorar?

- Teve quantas(os) namoradas(os)?

- Qual era a cor/raça das(os) suas(seus) namoradas(os)? Se namorou pessoas brancas, sofreu algum tipo de constrangimento por isso?

- Você saía para namorar? Onde iam?

- Ficou noiva(o)? Se sim, fez festa de noivado? Como foi a festa?

10. Você se casou? Se sim, quantas vezes?

- Quantos anos tinha quando se casou?

- Qual a cor/raça de sua(seu) esposa(o)? Se casou com uma pessoa branca, sofreu algum constrangimento por isso?

- Como e onde conheceu sua(seu) esposa(o)?

- Se casaram na igreja e no civil? E como foi o casamento? Teve festa?

11. Com quantos anos você começou a trabalhar?

- O que fazia?
- Onde trabalhava?
- Quantos dias na semana e quais horários você trabalhava?
- Quanto ganhava em seu primeiro emprego?
- As pessoas brancas ganhavam mais do que você? Tinham empregos melhores que o seu?
- O que era feito com o dinheiro que você ganhava?
- Do que você já trabalhou?
- Sempre trabalhou com registro em carteira?
- Qual o trabalho que mais gostou? Por quê?
- Qual o pior trabalho que já teve? Por quê?

12. Como foi ser uma criança, adolescente, adulta(o) e idosa(o) negra(o) em Franca? Você gostava de suas características físicas (cor da pele, cabelo e traços físicos)? Se achava bonita(o) em todas as fases de sua vida?

13. Lembra de algum fato ou momento marcante que aconteceu na cidade de Franca durante sua infância, adolescência, juventude ou fase adulta?

14. Como era a cidade de Franca desde sua infância até sua fase adulta (casas, praças, igrejas, comercio, restaurantes, bares, escolas, faculdade, cursos profissionalizantes, polícia, trabalho, política, esporte, lazer, etc)?

- Tinha muitos negros e negras na cidade? De que lugares vieram? Onde moravam em Franca? No que trabalhavam? Como viviam? Você tinha contato com eles/elas?

15. Antigamente, como as negras e negros eram tratadas(os) em Franca? E hoje, como são tratadas(os)?

16. Conhece a história das negras e negros de Franca?

17. Por que a história oficial de Franca não fala das negras e negros?

18. Por que as negras e negros são as(os) mais empobrecidas(os)? Acha que isso faz parte do racismo em Franca?
19. Tem parentes e/ou amiga(os) negras(os) presas(os)?
20. Tem parentes e/ou amigas(os) negras(os) que foram mortas(os)? O que acha da violência contra a(o) negra(o) na cidade de Franca?
21. Seus pais, avós ou conhecidas(os) contaram alguma história sobre o período de escravização na cidade de Franca?
22. O que você acha que é o racismo?
23. Já sofreu racismo em alguma época da sua vida? Poderia contar como foi?
24. Já sofreu constrangimento com a polícia, em lojas, bancos e em outros locais por ser negra(o)?
25. De que forma você reagiu ou reage ao racismo que sofreu ou que ainda sofre?
26. Como você aconselha suas(seus) filhas(os) e netas(os) a lidarem com o racismo? O que diz a elas(eles)?
27. Conhece ou participa de algum movimento negro? Quais? Como é a sua participação?
28. Você conhece negras(os) famosas(os) de Franca? Se sim, quais?
- Você conversa com elas(eles)? Tem contato? Que tipo de relação você tem com elas(eles)? Frequentam a casa uma(um) da(o) outra(o)? Frequentam os mesmos locais?

APÊNDICE B - IDENTIFICAÇÃO DAS(OS) PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL

- Nome:
- Pseudônimo:
- Data de nascimento:
- Idade:
- Local de nascimento:
- Tempo de moradia em Franca:
- Estado civil:
- Identidade de gênero:
- Orientação sexual:
- Tem filhas(os)? Quantas(os)? Qual a cor/raça delas(es)?
- Estudou até que série?
- Trabalha? Se sim, qual a profissão e local de trabalho?
- É aposentada(o)?
- Recebe algum benefício?
- Valor da renda (individual):
() Zero () até 1 Salário Mínimo () de 1 a 2 Salários Mínimos
() 2 a 3 Salários Mínimos () 3 a 4 Salários Mínimos
() acima de 5 Salários Mínimos
- Cor/raça:
- Religião:
- Participa de algum coletivo/movimento negro? Se sim, qual?

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

1. Quando e como você descobriu que era negra(o)?
2. Por que algumas pessoas têm dificuldade em se identificarem enquanto negras?
3. Existem pessoas negras que são referências na sua vida e que são francanas? Se sim, quais e desde quando?
4. Como é sua vida na cidade de Franca (SP) desde o período que reside nela até os dias atuais no que se refere a:
 - a. Origem familiar?
 - b. Processo educacional escolar?
 - c. Trabalho?
 - d. Saúde?
 - e. Religião e crença?
 - f. Lazer e cultura?
 - g. Política?
5. Você já sofreu racismos em Franca (SP)? Se sim, poderia contar como foi e qual foi sua atitude?
6. A partir da sua experiência e vivência em Franca, como é possível superar os racismos francanos?

ANEXO A

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NEGRAS E NEGROS "DA" FRANCA DO IMPERADOR: Memórias, Identidades e Resistências

Pesquisador: ROSICLER LEMOS DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29823720.4.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.109.107

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, inclusive como se dará a pesquisa de campo, estão presentes. É um Projeto de Pesquisa relevante, contempla o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, em consonância com o disposto na Resolução CNS 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evita-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem orientada, a presente pesquisa é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 6 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, conforme o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016 em seu Anexo II.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 4.109.107

Recomendações:

Não constam recomendações para o referido projeto

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Projeto de Pesquisa é relevante, considero que o Projeto satisfaz a análise ética conforme o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1481566.pdf	09/03/2020 15:29:53		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/03/2020 15:29:13	ROSICLER LEMOS DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	04/03/2020 15:16:17	ROSICLER LEMOS DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Negros_e_Negras_da_Franca_do_Imperador.pdf	25/02/2020 13:37:31	ROSICLER LEMOS DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 24 de Junho de 2020

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO B

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NEGRAS E NEGROS "DA" FRANCA DO IMPERADOR: Memórias, Identidades e Resistências

Pesquisador: ROSICLER LEMOS DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29823720.4.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Outros

Detalhe: Ampliação do número de entrevistados e entrevistadas

Justificativa: Devido a conversão do Mestrado para o Doutorado Direto, haverá um segundo

Data do Envio: 18/07/2022

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.544.543

Apresentação da Notificação:

A notificação foi apresentada de forma clara e concisa. Além disso, foram anexados novo TCLE, novo projeto de pesquisa e novo formulário de perguntas.

Objetivo da Notificação:

Seu objetivo é informar que o Projeto de Mestrado da Pesquisadora foi convertido em Projeto de Doutorado após a Qualificação e, em virtude disso, foram adicionados nos sujeitos participantes da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não foram feitas novas considerações sobre riscos e benefícios porque o escopo original da pesquisa, já aprovado pelo CEP anteriormente, foi mantido.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 5.544.543

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A notificação deixa claro como serão contatados os novos 12 indivíduos que participaram da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A notificação de inclusão de sujeitos participantes da pesquisa está bem clara. Em adição, a pesquisadora ainda incorporou novo TCLE, novo projeto de pesquisa e novo formulário de perguntas, todos corretamente preenchidos.

Recomendações:

Não cabem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO da notificação e da solicitação de inclusão, pelas razões apresentadas, de novos 12 depoentes.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Roteiro.pdf	18/07/2022 17:11:21	ROSICLER LEMOS DA SILVA	Postado
Outros	TCLE.pdf	18/07/2022 17:11:40	ROSICLER LEMOS DA SILVA	Postado
Outros	ProjetodePesquisaDoutoradoDireto.pdf	18/07/2022 17:14:26	ROSICLER LEMOS DA SILVA	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 5.544.543

FRANCA, 26 de Julho de 2022

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160

UF: SP **Município:** FRANCA

Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br